

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 79 TERÇA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 88ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE JUNHO DE 2016
1.1 – ATA 6
1.1.1 – ABERTURA 6
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2) 6
1.1.2.2 – Comunicação
Do Senador Eduardo Lopes, que comunica o retorno de S. Exª, primeiro Suplente, ao exercício do mandato, em virtude do afastamento do titular, Senador Marcelo Crivella 6
1.1.2.3 – Oradores
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Expectativa de reversão do impeachment na votação final e do retorno da Presidente afastada ao mandato 6
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Comentários sobre editorial do jornal *The New York Times* sobre ministros do Governo interino; e outro assunto 9
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, como Líder - Levantamento das medidas fiscais e econômicas adotadas pelo Presidente em exercício, Michel Temer, e confiança no êxito de seu governo 13
SENADORA ANA AMÉLIA - Expectativa com o estabelecimento do calendário de atividades da Comissão Especial do Impeachment; e outro assunto 15
SENADOR RICARDO FERRAÇO, como Líder - Preocupação com o possível aumento do teto salarial do funcionalismo público brasileiro 17
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Manifestação contra possível redução do prazo, a ser definido pela Comissão Especial de Impeachment, para a conclusão do processo de impedimento da Presidente da República; e outros assuntos 20
SENADORA GLEISI HOFFMANN - Críticas a medidas econômicas adotadas pelo Presidente interino, Michel Temer 24
SENADOR JORGE VIANA - Leitura de trecho do artigo do apresentador Luciano Huck acerca da miséria e sofrimento do povo do Haiti; e outros assuntos 26
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder - Apelo ao Governo para que adote medidas com vistas a melhorar as condições de trabalho dos caminhoneiros do Brasil 31
1.1.2.4 – Requerimento
Nº 407/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Gilberto Leite. 33
1.1.2.5 – Oradores (continuação)
SENADOR WALDEMIR MOKA - Respostas a críticas direcionadas ao Presidente em exercício, Michel Temer; e outros assuntos 33
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder - Defesa do aprimoramento da legislação ambiental com vistas a garantir celeridade na execução de obras de infraestrutura no País 35
SENADOR PAULO PAIM - Registro de audiência pública ocorrida hoje na CDH para debater projeto de lei que institui o piso nacional para o profissional de segurança privada, vigilante e dá outras providências; e outros assuntos 38
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Anúncio da indicação de S. Exª para relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e outros assuntos 56
1.1.3 – ENCERRAMENTO 60
1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Abertura de prazo
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 38/2016 60

1.2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 30/2016 (nº 23/2016, na origem), que encaminha o Relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior 61

1.2.1.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 29/2016 (nº 427/2016, na origem), que encaminha o Relatório de Atividades referente ao primeiro trimestre de 2016. 65

Nº 445/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 376/2016, do Senador Ricardo Ferraço. 180

Nº 446/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 378/2016, do Senador Ricardo Ferraço. 181

Nº 447/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 361/2016, do Senador Ricardo Ferraço. 182

Nº 451/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 375/2016, do Senador Ricardo Ferraço. 183

Nº 453/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 377/2016, do Senador Ricardo Ferraço. 184

Nº 454/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 374/2016, do Senador Ricardo Ferraço. 185

1.2.1.4 – Comunicações

Do Senador Eduardo Lopes, que comunica o retorno de S. Exª, primeiro Suplente, ao exercício do mandato, em virtude do afastamento do titular, Senador Marcelo Crivella **(Memorando nº 1/2016)** 186

Da Senadora Lídice da Mata, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª em missão no período de 15 a 19 de maio último **(Expediente s/nº/2016)** 187

Do Senador Lindbergh Farias, que justifica a não participação de S. Exª em missão realizada no período de 1º a 4 do corrente **(Memorando nº 80/2106)** 187

1.2.1.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Defesa da redefinição do Pacto Federativo 188

1.2.1.6 – Projetos de Lei do Senado

Nº 229/2016, do Senador Telmário Mota, que *dispõe sobre a consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas* 189

Nº 230/2016, do Senador Paulo Paim, que *institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providências* 198

Nº 231/2016, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, para instituir o Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SINAPI)* 202

1.2.1.7 – Projeto de Resolução

Nº 38/2016, do Senador Telmário Mota, que *acrescenta o Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer disposições especiais aplicáveis às proposições pertinentes a direitos de povos indígenas* 207

1.2.1.8 – Requerimentos

Nº 407/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Gilberto Leite 211

Nº 408/2016, do Senador Cidinho Santos, em aditamento ao Requerimento nº 370/2016, de autorização de extensão de licença para desempenho de missão até o dia 8 do corrente. 215

Nº 409/2016, do Senador Ataídes Oliveira, de desapensamento do Projeto e Lei do Senado nº 538/2011-Complementar, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 150/2005; 90, 180, 414/2007; 66, 72, 265, 482/2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450, 507/2009; 21, 75, 719/2011; 113, 135, 382/2012; 335, 377, 387, 389, 399 e 466/2015 – todos complementares 216

1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.2.2.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 729/2016 **(Ofício nº 216/2016)**. *Será feita a substituição solicitada* 218

Da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul **(Ofício nº 45/2016)** 219

Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 729/2016 **(Ofício nº 215/2016)**. *Serão feitas as substituições solicitadas* 220

1.2.2.2 – Mensagens do Presidente da República, interino

Nº 308/2015, na origem, que comunica, com a restituição dos respectivos autógrafos, a promulgação do Projeto de Lei da Câmara nº 17/2015, transformado na Lei nº 13.293/2016 221

Nº 309/2016, na origem, que comunica, com a restituição dos respectivos autógrafos, a promulgação do Projeto de Lei de Conversão nº 24/2015, transformado na Lei nº 13.240/2015 222

Nº 310/2016, na origem, que comunica, com a restituição dos respectivos autógrafos, a promulgação do do Projeto de Lei de Conversão nº 19/2015, transformado na Lei nº 13.195/2015 223

1.2.2.3 – Término de prazos

Término do prazo, em 3 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 693/2015. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria* 224

Término do prazo, em 5 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 696/2015. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria* 224

2 – ATAS

2.1 – COMISSÃO TEMÁTICA DE PROJETOS LEGISLATIVOS

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2015 225

2.2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 7ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2016 241

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO 305

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 308

5 – LIDERANÇAS 309

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 312

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 333

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 343

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 395

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS 419

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 433

88ª Sessão, Não Deliberativa, em 6 de Junho de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim e Wellington Fagundes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas e 55 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Queria cumprimentar todos – estamos aguardando a entrada da TV, porque hoje eu pulei, passei batido –, cumprimentar os Senadoras, as Senadoras e todos que nos acompanham pela TV Senado.

Estamos começando a sessão não deliberativa, nesta segunda-feira.

Agradeço a todos que nos ajudam aqui, no Senado, e nos acompanham pela TV e Rádio Senado.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do sumário**)

A Presidência comunica que recebeu, em 3 de junho de 2016, ofício do Senador Eduardo Lopes comunicando que reassume o mandato de Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro. (**Vide item 1.2.1.3 do sumário**)

A Senadora Vanessa é a primeira oradora inscrita. Eu também me inscrevo para uma comunicação inadiável.

Senador Lindbergh, como V. Exª está na Comissão, seria a primeira comunicação inadiável.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Jorge Viana, apesar de eu também estar inscrita como oradora...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A senhora é a quarta. Não tendo nenhum dos outros oradores, a ordem é: Vanessa, Lindbergh, a senhora e, depois, eu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, Lindbergh fala antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Podemos fazer essa inversão.

Senador Lindbergh Farias, V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eu estou na quarta, Jorge?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É a quarta.

Com a palavra V. Exª, Senador Lindbergh.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sexta-feira passada, circulava a informação de que o Presidente interino, biônico Michel Temer ia fazer um pronunciamento na televisão em horário nobre.

Uma parte do Brasil parou para tentar escutar a fala do Presidente interino Michel Temer, mas ele recuou, desistiu novamente de falar, porque, segundo consta, o núcleo de inteligência do Palácio do Planalto, em pesquisa nas redes sociais, percebeu que havia um grande movimento para haver um panelaço, um buzinaço na hora em que o Presidente interino Michel Temer usasse a televisão. Mais um recuo, e mostra que, na verdade, nós temos um Presidente interino que está sitiado.

Na semana passada, tinha marcado a inauguração do VLT do Rio de Janeiro; na outra semana, ele adiou a ida. Nesse final de semana, domingo, o Prefeito Eduardo Paes contava com a presença do Presidente interino Michel Temer na inauguração, mas ele não foi com medo de mobilizações. Na verdade, é um Presidente sitiado. Ele não viaja. Anunciou agora que vai para dois Estados do Nordeste na próxima semana, Alagoas e

Pernambuco, mas fez questão de passar longe das capitais, de passar longe de Maceió e de Recife. O fato é que é perceptível uma mudança na sociedade.

Já a Presidenta Dilma está fazendo o contrário: na quinta-feira, esteve no Rio de Janeiro, numa mobilização de mais de 30 mil pessoas que foram à Praça XV, no Rio de Janeiro, aplaudi-la. Depois, em Porto Alegre, na Esquina Democrática, também grandes mobilizações.

A gente vê, perceptivelmente, a mudança na sociedade. Uma pesquisa que foi divulgada pelo jornalista Maurício Dias, do Ibope – e só saiu parte da pesquisa –, dizia que a confiança na Presidenta Dilma havia aumentado de 18% para 35%. O que pergunto – e o Senador Jorge Viana tem falado isso aqui da tribuna também – é por que não saem pesquisas? Por que os institutos de pesquisa não estão em campo para saber da avaliação da popularidade desse Presidente golpista Michel Temer, e saber também do apoio ao *impeachment?*

Tive acesso a algumas pesquisas no Nordeste. No Nordeste, o jogo já virou contra o *impeachment* há muito tempo, e isso está repercutindo aqui na mudança de votos de Senadores. Temos muita confiança de que pode haver mudança de voto de vários Senadores deste Plenário, com a virada da sociedade, com a virada da opinião pública, porque é um Governo extremamente frágil.

Já caíram dois ministros, mas temos três ministros que estão pendurados no começo da semana: o Ministro da AGU, Fábio Osório; o Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves; e a Secretária de Mulheres, Fátima Pelaes. Entramos na semana com mais três pendurados.

No caso do Fábio Osório, o que vemos é que houve uma reação, em especial, do indicado do Eduardo Cunha, um tal de Gustavo Rocha, que é Subsecretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, porque o Eduardo Cunha, neste Governo, está mandando. Eduardo Cunha manda em Michel Temer, como ficou claro naquela gravação do Senador Romero Jucá com o ex-Senador Sérgio Machado, que dizia que o Renan não gostava do Temer, porque quem manda em Temer é Eduardo Cunha. Mas Eduardo Cunha já indicou o Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que foi advogado particular dele, e colocou também o Subsecretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, esse tal de Gustavo Rocha.

O que consta, nessa briga interna para a demissão do Fábio Osório, é que quiseram tirá-lo por dois motivos: primeiro, porque ele estava querendo multar empresas em R$12 bilhões – empresas envolvidas em casos de corrupção –, e isso desagradou essa turma; e, o outro, porque ele foi ao evento da Operação Lava Jato, lá em Curitiba, demonstrar apoio, o que também deixou aquele núcleo palaciano e esse Gustavo Rocha insatisfeitos com a atuação dele.

O fato é que há uma briga interna muito grande, e hoje posso afirmar, Senadora Vanessa: o controle político do Governo Michel Temer é exercido pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

E aí vem a postura autoritária, vergonhosa desse Presidente golpista de tentar limitar os deslocamentos da Presidenta Dilma pelo País afora. Ela ainda é Presidente, é Presidente afastada até o final do julgamento! Mas é um ato absurdo, vergonhoso, mesquinho, autoritário.

Está com medo de quê, Presidente interino Michel Temer? Está com medo das movimentações da Presidenta Dilma pelo País? Ela vai viajar sim! Ao contrário do senhor, que é um indeciso, frágil, a Presidenta Dilma tem coragem e já disse que vai viajar pelo País. Há uma agenda pelo Nordeste? Vai viajar! Se os senhores não liberarem o avião da FAB, serão responsáveis pela segurança dela, porque ela vai em avião de carreira, e os senhores sabem que é responsabilidade da Presidência da República a proteção de uma Presidente da República, que é afastada, mas continua Presidente da República.

Se o senhor acha que vai intimidar a Presidenta Dilma, olha, o senhor não tem metade da coragem dela, metade da força que ela tem! É a Dilma coração valente que vai enfrentar esse processo injusto contra ela.

Então, não venham, Senador Jorge Viana, pensar que vão intimidá-la. Eu quero ver. Proíbam avião da FAB. Nós vamos, com a Presidenta Dilma, entrar em avião de carreira, para correr este País afora, para falar da verdade, porque os senhores estão se desmoralizando cada vez mais.

E sabe por que o jogo vai mudar, Senador Jorge Viana, e está mudando, na sociedade e aqui no Senado? Porque ficou claro que eles afastaram a Presidenta Dilma por dois motivos: o primeiro motivo foi parar as investigações da Lava Jato; o segundo foi para aplicar um programa econômico de retirada de direito de trabalhadores, algo que eles não conseguiriam aprovar nunca no processo eleitoral. Eu, na sexta-feira passada, aqui citei Naomi Klein, que falava justamente sobre isso. Ela explicava que o objetivo desse golpe é impor um programa de restauração do neoliberalismo.

Agora, nós temos a Comissão do Impeachment, que vai se reunir daqui a pouco, às 16h, e nós vimos a posição de Senadores lá, naquela Comissão. Na semana passada, o Senador Anastasia apresentou um cronograma de trabalhos, e, naquela mesma semana, nós fomos surpreendidos, porque os mesmos Senadores que apoiam este Governo interino anteciparam o calendário em 20 dias. Sabe por que anteciparam? O colunista Elio Gaspari, na *Folha de S.Paulo* de ontem, escreveu um artigo muito interessante, que diz o seguinte:

> Pelo andar da carruagem, a partir de agosto, a documentação da Lava Jato explodirá grão-senhores do PSDB e do PMDB nas investigações. Até lá pingarão vazamentos, mas, a partir do mês fatídico, virão nomes, sobrenomes e, sobretudo, números. Grandes nomes e grandes números.

Esse é o motivo. Eles estão com medo desses novos fatos e estão querendo antecipar aqui o calendário do *impeachment*, porque eles sabem que vai ficar impossível defender o afastamento de uma Presidenta como a Presidenta Dilma.

Eu concedo um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin e, depois, à Senadora Fátima Bezerra.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte que V. Exª me concede, Senador Lindbergh, e quero fazer, se V. Exª me permitir, de suas palavras as minhas, sobretudo quando V. Exª se apresenta, nessa tribuna, com indignação aos últimos atos desse senhor que entrou no Palácio do Planalto pela porta dos fundos, limitando os direitos de uma Presidente da República. Senador, isso é inacreditável.

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª falou das viagens que ele, agora... Olhe quem é ele. Quem é o Sr. Michel Temer, que foi eleito Vice-Presidente, na chapa da Presidente Dilma, para vir agora e dizer que ela só poderá viajar com aviões oficiais para o Rio Grande do Sul? Veja, quem é ele para dizer isso? Ele é Presidente interino. A Presidente da República chama-se Dilma Rousseff. O Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, deve chegar hoje, Senador Lindbergh, aqui no Congresso Nacional, aqui em Brasília. Eu sugiro que vamos até S. Exª o Presidente Renan Calheiros, para pedir que ele nos ajude a dar um basta nisso e regulamente qual é o direito da Presidente, o que, para mim, Senador Jorge Viana, já está regulamentado. Ele faz isso – e V. Exª disse qual a razão dele –, porque não pode viajar. Ele não tem como enfrentar o povo brasileiro e, aí, quer impedir a Presidente...

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, nobre Senador, não podemos deixar que um Presidente interino desrespeite, da forma como ele está fazendo, a Presidente que foi eleita e que, como V. Exª disse, está afastada por até 180 dias. Em segundo lugar, Senador Lindbergh, como V. Exª diz, é preciso falar também do corte dos suprimentos ao Palácio da Alvorada. Cortou o cartão por meio do qual se comprava comida, pagavam-se mantimentos. O que é isso? Este é o Brasil, não é uma república das bananas, não, Senador. Então, eu acho que nós precisamos ter uma conversa com o Presidente do Congresso Nacional para ver como o Congresso Nacional reage a essas barbaridades que vêm sendo impetradas pelo Sr. Michel Temer. Obrigada, Senador, e parabéns pelo pronunciamento!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço muito o aparte da Senadora Vanessa Grazziotin e passo a palavra imediatamente à Senadora Fátima Bezerra.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lindbergh, eu também me somo ao seu sentimento de indignação diante dessa farsa política, dessa fraude jurídica, que é esse golpe em curso travestido de pedido de *impeachment*. Acrescento ao seu pronunciamento uma citação do jornalista Elio Gaspari, publicada na *Folha de S.Paulo*, nesse domingo, em que diz que, em agosto, a Lava Jato explodirá caciques do PMDB e do PSDB. Já se fala até em números, ou seja, 13 governadores, inclusive Senadores, muitos dos quais votaram pela admissibilidade do processo contra a Presidenta Dilma, incluindo ministros provisórios. Fica aqui a pergunta, Senador Lindbergh: será que é esse exatamente o verdadeiro motivo pelo qual estão atropelando os prazos, pelo qual estão violando o direito de defesa e querem, portanto, transformar a comissão processante num verdadeiro tribunal de exceção? O que nós vimos na última quinta-feira foi um escárnio. Este não é um tema qualquer: é o afastamento de um mandato popular, inclusive o mandato do maior mandatário da Nação, que é o cargo de Presidente da República. O que foi que vimos naquela última quinta-feira? O desespero que bateu na cara dos Senadores aliados do Governo interino, ilegítimo, biônico, golpista, que simplesmente apresentaram uma proposta.

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Imaginem: num tema complexo como esse, querem agora que tenhamos só 45 dias. Além disso, com mais de 80 requerimentos, não se deu, de maneira nenhuma, o tempo mínimo para estudá-los, analisá-los. Então, Senador Lindbergh, está muito claro que o que está levando o Governo do Sr. Michel Temer, Governo golpista, a querer, através dos Senadores aliados a este Governo, a abreviar os trabalhos desta Comissão, transformá-la – repito – num verdadeiro tribunal de exceção

é a insegurança que toma conta deste Governo, é a constatação – vou concluir, Senador Lindbergh – de que essa farsa está sendo cada vez mais desmascarada, é a constatação de que há um sentimento na população...

(Interrupção do som.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... hoje de indignação, de compreensão de que o que está havendo é uma verdadeira injustiça contra a Presidenta Dilma e um atentado à democracia. Esse é o sentimento, daí por que eles querem tratorar a Comissão e levar adiante essa farsa, mas não conseguirão, Senador Lindbergh. As ruas estão se mobilizando cada vez mais. O dia 10 está vindo, quando teremos mais uma grande mobilização social e popular, neste País, contra essa farsa política, contra o golpe em curso contra a democracia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço muito à Senadora Fátima Bezerra.

Para encerrar, Senador Jorge Viana, o que acabou também foi a narrativa que setores da mídia e da oposição quiseram construir de que o problema da corrupção era o PT, era a organização criminosa do PT.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Hoje, trago aqui o jornal *O Globo*, na sua página três, falando da delação do Cerveró e das propinas.

Há um ponto em que ele diz que, individualmente, o valor mais alto de propina se refere à aquisição pela Petrobras, em 2002, da empresa petrolífera argentina Pérez Companc. Segundo ele, o negócio rendeu R$100 milhões em propina para integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso. Usando o câmbio de sexta-feira, mas sem correção monetária, a cifra chega a R$354 milhões, sem correção monetária.

E víamos aqui o PSDB, num discurso...

Na semana passada, o Sr. Cerveró também fala da contratação de uma empresa ligada ao filho de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Henrique Cardoso, por determinação do Presidente da Petrobras, Philippe Reichstul.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mais ainda, quem não se lembra de Paulo Francis? Paulo Francis morreu, indignado, porque tinha denunciado, no ano anterior, que diretores da Petrobras tinham dezenas de milhões de dólares em contas no exterior e citou o ex-Presidente Joel Rennó e outros. Foi processado. Foi a própria Petrobras que o processou ali.

Está aí a narrativa, a quantidade de delações que falam agora nos três Presidentes do PSDB. Olhem só: Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo e Aécio Neves.

Então, é esse Partido que vinha aqui para falar do PT como organização criminosa. Essa narrativa está destruída. A sociedade está vendo o que está acontecendo e está percebendo principalmente, Sr. Presidente, que não dá: este Congresso Nacional não tem condições, neste momento, até pela crise que está enfrentando com tantas denúncias contra Parlamentares de todos os partidos, de afastar uma Presidente honesta como a Presidente Dilma Rousseff.

Era essa a minha contribuição no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª e anuncio: a próxima oradora é a Senadora Vanessa; em seguida, o Senador Fernando Bezerra, pela Liderança do PSB.

Quero informar aos colegas que, como é uma sessão não deliberativa, regimentalmente são vinte minutos para oradores inscritos e cinco para uma comunicação inadiável, mas, como fui tolerante com a comunicação inadiável do Senador Lindbergh, serei também com os colegas que tenham posições divergentes.

Com a palavra V. Exª, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Sr. Presidente, hoje, segunda-feira, dia 6 deste mês de junho, mais uma vez, o jornal *The New York Times* apresenta um editorial tratando de questões políticas vividas aqui em nosso País, aqui no Brasil.

Eu vou repetir, Sr. Presidente.

Eu aqui inicio o meu pronunciamento falando, mais uma vez, de uma notícia publicada, no dia de hoje, em editorial do *The New York Times*, que trata da situação política do Brasil.

Vejam as senhoras e os senhores o que diz o *The New York Times*. Mais uma vez, a base dessa matéria publicada no dia de hoje é no sentido de reafirmar aquilo que nós diariamente estamos falando daqui, da tribuna

do Senado Federal. Ou seja, nós falamos – e o jornal reproduz – que o que há, em curso no Brasil, é um golpe e que tomaram o poder de assalto.

O título da matéria, Sr. Presidente, é: "A Medalha de Ouro do Brasil para Corrupção". Este é o título – entre aspas: "A Medalha de Ouro do Brasil para Corrupção". O editorial diz que o ministério de Temer é formado apenas por homens brancos e faz referência à ficha suja de alguns deles, mencionando que sete estão diretamente sendo investigados pela Operação Lava Jato. Fala, ainda, sobre as baixas no ministério de um governo provisório e recente.

Diz, Sr. Presidente, que vai ficando muito claro, diante dos últimos acontecimentos que vêm ocorrendo no Brasil, que as nomeações feitas pelo Presidente em exercício, temporário, Sr. Michel Temer, estariam reforçando as suspeitas de que o afastamento temporário da Presidente, no mês passado, por acusação de maquiar ilegalmente as contas do governo, teve uma segunda intenção: fazer as investigações sobre corrupção sumirem.

Então, vejam, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, que não sou eu que estou dizendo isso, é o editorial do dia de hoje, dia 6 de junho, do jornal *The New York Times*, Sr. Presidente. Certamente, eles vão subir novamente na tribuna e dizer que existem alguns brasileiros e brasileiras que estão detratando, estão denegrindo a imagem do Brasil mundo afora. Ora, senhores, eles leem jornal, eles conhecem com detalhes todo o processo que tramita aqui, no Senado Federal, contra a Presidente Dilma e eles, tanto quanto nós, sabem que o processo de *impeachment* nada mais é do que uma desculpa para tirar a Presidente do poder.

Eu quero abrir um parêntese para dizer o seguinte, seguindo o raciocínio que o Senador Lindbergh iniciou aqui: o que foi a primeira reunião – se assim podemos confirmar, ou registrar – efetiva, nessa segunda fase do processo contra a Presidente Dilma? Pior do que aquela, acontecida na última quinta-feira, não poderia ter sido, porque ali não apenas desrespeitaram os Srs. Senadores e Srªs Senadoras nos seus mais elementares direitos regimentais – não apenas isso –, mas passaram o trator por cima do direito de defesa da Presidente Dilma, Sr. Presidente.

Veja: trataram de requerimentos. No caso de uma comissão processante, de uma Comissão Especial de Impeachment, cada requerimento significa uma diligência.

Portanto, um requerimento é diferente do outro. Pois eles trataram como se fosse uma única coisa. E, a partir de um parecer apresentado pelo Relator, que – é bom que se diga – é do mesmo Partido que fez a denúncia contra a Presidente Dilma, o PSDB – essa denúncia que nós estamos analisando –, ou seja, o Relator da matéria é do mesmo Partido que fez a denúncia contra a Presidente Dilma, ele disse, em seu relatório, que requerimentos tais, tais e tais ele aprovava, que alguns ele aprovava parcialmente e que outros – a grande maioria – estariam rejeitados, tirando-nos o direito e a possibilidade de discutirmos individualmente cada requerimento, Senador Jorge Viana, e tratando tudo como se fosse uma única coisa.

Agora, pasme V. Exª, nós passamos quase a reunião inteira fazendo questões de ordem no sentido de ajudar no encaminhamento da reunião, pedindo por favor que aquela reunião fosse adiada, não com o objetivo de procrastinar, de fazer chicana – não! –; apenas com o objetivo de trabalharmos com mais segurança em torno daquilo que estava sendo apresentado, afinal de contas a Presidente Dilma apresentou a sua defesa às oito horas da noite do dia anterior. Como o Relator aparece com o relatório dizendo: "Aceito isso e isso, mas não aceito aquilo, aquilo, aquilo, aquele outro", inclusive uma auditoria, uma diligência que deve ser feita por uma entidade independente – inclusive isso.

Então, nós, com muita cautela, pedimos que nos fosse dado um prazo maior para analisar uma a uma das propostas apresentadas pelas Senadoras e pelos Senadores e pela própria defesa. Pois não aceitaram esse nosso encaminhamento e utilizaram o art. 287 do Regimento, salvo engano, dizendo que não poderia ser concedida vista porque não se tratava nem de um projeto, nem de um relatório, nem de um substitutivo, de absolutamente nada. Mas, ao final da reunião, Presidente Senador Jorge Viana, quando nós pedimos que o debate se desse em torno de cada propositura, porque todas elas eram independentes, todas elas faziam – e fazem – parte de uma diligência, de várias diligências que devem ser feitas, aparece-me o Presidente da Comissão utilizando o mesmo artigo para dizer que os requerimentos poderiam ser votado em globo. Veja, o mesmo artigo. Primeiro, foi utilizado para nos negar um tempo necessário para analisarmos as propostas, porque não cabia aquele artigo. Mas o artigo coube quando foi para justificar que todos os requerimentos teriam que ser votados em bloco. Ora, não foi o Sr. Presidente que havia dito que aquilo não se tratava de projeto, de substitutivo, de nada? Como se socorre do mesmo artigo? Ou seja, usa dois pesos e duas medidas sempre a seu favor, a favor de uma maioria que eles compuseram no Parlamento brasileiro, inclusive na Comissão. É lamentável!

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, daqui a pouco nós vamos ter a continuidade dos trabalhos da Comissão Especial. Às 16 horas, a Comissão vai se reunir. Eu espero, Senadora Gleisi, que eles votem atrás, porque não é assim que nós vamos analisar um processo. Não é impedindo o direito de defesa. Não é cerceando a função

legislativa e de magistrado que nós, Senadores e Senadoras, estamos tendo no âmbito dessa Comissão. Não é desse jeito.

Então, quero dizer que o Presidente tem procurado – e sou testemunha – conduzir os trabalhos com total imparcialidade. Por isso, estou muito esperançosa de que hoje aconteça tudo diferentemente do que aconteceu na reunião passada.

É impossível. Impossível! É a primeira vez que eu vejo a acusação não permitir que se produzam provas. Em qualquer processo, quem impede, quem geralmente não quer que provas sejam produzidas são os acusados, são os réus. Agora, não! Agora, é diferente: não querem eles produção de provas. Por quê? Porque sabem que as provas vão mostrar que o *impeachment* não é *impeachment*; é apenas o mecanismo que eles acharam para afastar uma Presidente do poder. E, por isso, não é *impeachment*. Por isso, é golpe.

Senadora Gleisi, concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Eu queria parabenizá-la pelo pronunciamento e só reforçar essa questão da não concessão de prazo maior para a defesa da Senhora Presidenta. Isso repercutiu muito mal. Repercutiu nos meios de comunicação, em editoriais de jornais. O próprio Presidente da Casa soltou uma nota dizendo que é inadmissível que o prazo de defesa seja diminuído. Para falar a verdade, nós não temos prazo para esse processo, mas temos um calendário que nos dá até 180 dias. Diminuir isso para 45 dias, realmente, é dificultar a defesa. Como nós vamos produzir provas para mostrar que não houve crime de responsabilidade por parte da Presidenta Dilma? Que os decretos por ela assinados estavam com base legal? Que a operação do Banco do Brasil ou o atraso que tivemos em relação às subvenções do Plano Safra nada tinham a ver com a Presidenta? Isso é produção de provas, que nós precisamos. Como ouvir as testemunhas? Querem dar 11 dias para ouvir 32 testemunhas! Aliás, podem ser mais testemunhas, dependendo do que a Comissão vai considerar, do número de decretos que deram fato a esse processo, deram condições a esse processo. Então, realmente, é lamentável isso a que nós estamos assistindo. Eu espero que haja sensibilidade por parte da Comissão, sensibilidade por parte do Senador Raimundo Lira e que possamos rever essa situação. Porque, senão, esse açodamento só tem uma explicação: fazer um julgamento sumário para dar condições ao Presidente interino, Michel Temer, de ficar no Governo, dirigir as Olimpíadas, tentar obter credibilidade internacional e poder, com certeza, barrar fases da Operação Lava Jato, como ficou tão bem expresso na conversa que o Senador Romero Jucá teve com o ex-Senador Sérgio Machado. Então, vamos esperar que essa reunião das 16h possa pelo menos colocar um pouco na normalidade o processo de *impeachment* aqui no Senado da República.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senadora Gleisi, e o incorporo ao meu pronunciamento. É muito bom que V. Exª traga para cá também esse prazo que a Comissão está querendo determinar para a produção de provas, ou seja, para as diligências, porque nós falamos muito e a imprensa falou muito do prazo das alegações finais, que também a mudança que eles promoveram é incompatível com o arcabouço legal brasileiro e, inclusive, com a metodologia e o rito utilizados em 1992 em relação ao ex-Presidente Collor de Mello. É ilegal! É visível! Mas não são só as alegações finais. Onze dias para produção de provas, pedir perícia, ouvir testemunhas? Primeiro, nenhum prazo deve ser estabelecido, porque isso é inconstitucional. Os prazos não podem ser estabelecidos, a não ser aqueles que a própria Constituição ou o código ou o rito determine, de tantos dias. Mas, nesse caso, não; é o prazo necessário. Então, o que a Comissão poderia fazer, no meu entendimento – acho que no nosso entendimento –, seria colocar um prazo mínimo, mas nunca um prazo taxativo "de tanto a tanto", que é como está lá e como eles querem aprovar. Então, espero também, como V. Exª, que haja uma mudança de rumo, hoje, nessa nossa próxima reunião.

Porém, antes de conceder um aparte à Senadora Fátima, só quero concluir aqui a minha primeira parte do pronunciamento em que eu falava sobre a publicação, no dia de hoje, do jornal *The New York Times*, cujo editorial destaca que, com o avanço das investigações, os recentes acontecimentos forçaram Temer a repetir várias vezes nos últimos dias que não atrapalharia as investigações da Lava Jato. Só que o jornal coloca o seguinte: "Considerando as pessoas que Temer se cercou, a promessa parece vazia."

Essa conclusão não é minha, é do jornal *The New York Times* de hoje.

Então, veja aqui a razão da pressa, Senador Lindbergh. E agora o calendário que Michel Temer ordenou aos Srs. Senadores. Porque foi ele que determinou esse calendário. Ele disse que quer ser Presidente efetivo já nas Olimpíadas. Então, ele chamou os Senadores e disse: "Olha, o nosso calendário é esse". Só que para cumprir o calendário que ele determinou, Senador Jorge Viana, só há um jeito: passar o trator por cima do direito de defesa e, mais uma vez, por cima da democracia brasileira.

Daí a nota publicada pelo Presidente do Congresso Nacional. Agora o Presidente tem que ser alertado. Não é só o encurtamento no prazo de defesa, não; de alegações finais. E por isso o editorial do Jornal *Folha de S.Paulo* recentemente.

Mas trago aqui outras questões que explicam. Além de parar a Lava Jato, o que eles querem é rapidez na decisão para que iniciem as mudanças no País contrárias ao direito do povo. E está aqui, no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, uma entrevista com o "Ministro", entre aspas – porque é interino de um Governo interino –, Eliseu Padilha, que diz: "Temer quer lançar medidas de curto prazo na economia".

Srs. Senadores, ele é questionado aqui sobre as mudanças, as reformas sociais: previdenciária, trabalhista. Perguntam a ele: "(...) A reforma da Previdência vai sair antes da eleição municipal?" Ele diz que vai depender, mas crê que até o final do ano saia. E perguntam para ele que reforma é essa, se é para diminuir a idade. Ele diz: "O exemplo mundial que temos dos sistemas bem-sucedidos inclui idade mínima e crescente. É o caso que o Brasil terá de fazer." Olha!"

E mais, perguntam para ele sobre a diferença entre homens e mulheres, Senadora Gleisi, Senadora Fátima, porque mulheres hoje no Brasil se aposentam cinco anos antes. Por quê? É um reconhecimento, e não é do governo, mas do Estado brasileiro em relação à tripla jornada de trabalho desempenhada diariamente pelas mulheres. E o que ele responde em relação às mulheres? "(...) alguns atores observam que as mulheres vivem mais do que os homens, que elas estão recebendo mais aposentadoria que os homens. Então, elas [regras] terão, no mínimo, de serem iguais no futuro."

Olha só que desrespeito! Passando por cima do meu cadáver que eles vão mudar! Passando por cima do cadáver das mulheres brasileiras. Esse é o único reconhecimento. Nós mulheres que somos punidas por exercermos a função mais nobre da humanidade, que é a concepção.

Nós somos punidas, Senador Alvaro Dias. Mulher é punida no Brasil quando tem filho, porque ela não ascende no mercado de trabalho. Isso explica também por que ganha 25% a menos. Aí vem esse Governo provisório dizer que vai fazer essas reformas? Tirar direito de mulher, de trabalhador? Não é possível; não é possível.

Agora, o impressionante, Srs. Senadores, é que ele diz sabe o quê? E ele diz na maior tranquilidade, na maior naturalidade: não, até o final do ano a gente faz isso; até o final do ano a gente faz aquilo. Então, a Presidente já teve o seu mandato cassado definitivamente? Ela já sofreu a sanção definitiva do impedimento? Que respeito tem esse senhor por este Senado Federal, Srs. Senadores, Srªs Senadoras? Não a mim, porque eu não estou do lado dele, jamais estaria do lado de golpista. Mas veja o desrespeito aos senhores e às senhoras, porque ele diz aqui, Senadora Fátima, "até o final do ano". Mas espere aí, a Constituição da República diz que uma Presidente é afastada por até 180 dias. Os 180 dias devem cair, sei lá, em novembro, por aí, mas ele diz "até o final do ano". Então ele está prevendo que o Senado deverá condenar a Presidente Dilma.

Pois não, concedo um aparte a V. Exª, com muito prazer.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Vanessa, ele foi mais explícito hoje ainda na edição de hoje da *Folha de S.Paulo*. Ele está colocando aqui que vão enviar a reforma da Previdência com esse conteúdo que V. Exª acabou de mencionar aí, que significa subtrair direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Imagine mexer, por exemplo, com a idade mínima; imagine, como V. Exª colocou, equiparar a idade de aposentadoria das mulheres e dos homens. E eles vão além. Hoje, na *Folha de S.Paulo*, o Ministro Chefe da Casa Civil do Governo biônico, o Governo golpista, está dizendo que não vão nem esperar pelo desfecho da comissão processante; não vão esperar por isso, não. Está dizendo que vão enviar essas propostas para o Congresso Nacional inclusive antes do início das eleições municipais. E vai mais além, não vai ficar só na reforma da Previdência, não; vai mandar também a questão da reforma trabalhista, propondo uma das medidas que significará, sem dúvida nenhuma, um duro golpe do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores, que é...

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... prevalecer o negociado sobre o legislado. Todos nós sabemos a consequência de uma medida dessa para a chamada precarização das relações de trabalho. Por isso, Senadora Vanessa, eu volto, mais uma vez, aqui a colocar que a sociedade precisa ser alertada; essa farsa política precisa ser interditada. E eu continuo, cada vez mais, convencida de que o sentimento popular cresce. Daí exatamente o desespero que está tomando conta do Governo Michel Temer, o Governo biônico, de querer pressionar os Senadores aliados aqui, nesta Casa, a encurtar o prazo e a transformar essa comissão processante num verdadeiro tribunal de exceção. Mas eu tenho muita fé na luta e que isso não acontecerá, porque a mobilização social e popular, as ruas falarão mais alto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E peço apenas mais um minuto para concluir, Senador. (*Fora do microfone.*)

Hoje eu serei bem disciplinada porque nós temos, apesar de ser segunda-feira, um plenário... Exatamente. Eu não quero colocar V. Exª em situação delicada, não. Mas só um minuto para concluir, Presidente.

Quero dizer o seguinte, Senadora Fátima: eles já tentaram aprovar a precedência do negociado sobre o legislado na Câmara dos Deputados. V. Exª, eu, o Senador Paim éramos Deputados Federais. E não fomos só nós que conseguimos barrar isso; foram os trabalhadores na rua, com muito movimento. E precisamos agora fazer novamente esses movimentos.

Mas eu não tenho dúvida nenhuma.

Concluo dizendo que tenho convicção de que, assim como o mundo inteiro sabe que o que está em curso no Brasil é um golpe, os trabalhadores, a população brasileira logo logo terão plena consciência disso. O exemplo está aí: não querem deixar a Presidente Dilma viajar, tratando com desrespeito quem foi eleita! Isso é tratar com desrespeito.

Por fim, acabo de receber duas notícias que acho interessante registrar aqui, antes de deixar a tribuna.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro: o Senador Aloysio Nunes Ferreira parece que está renunciando à Comissão, porque diz ser incompatível a função de Líder de Governo com a Comissão. O Senador Ferraço, que está aqui entre nós, deverá assumir a titularidade da vaga.

E a outra notícia é que parece que houve uma decisão do Presidente interino, aquele biônico, de manter Henrique Eduardo Alves, que é capa hoje de um dos grandes jornais do País, Osório na AGU e Fátima Pelaes. Eu não sei como alguém que tem posição contrária, não às minhas, não à das mulheres brasileiras, mas da política de mulheres aprovada em quatro conferências democráticas terá condições de seguir à frente de uma Secretaria tão importante como essa. Aliás, eles não acham importante, tanto que acabaram com tudo. Acabaram com o ministério social e com absolutamente tudo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª.

Senador Fernando Bezerra, pela Liderança do PSB, tem a palavra; em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os momentos de crise exigem de todos nós grandes responsabilidades e firmeza na manutenção de compromissos.

É de conhecimento de todos da Nação que o Brasil está passando por um período difícil. Não é segredo para ninguém que a economia está deteriorada e que as contas públicas atingiram um nível crítico de comprometimento.

O número que traduz melhor essa situação é o número de desempregados, que, segundo o IBGE, ultrapassa já a marca de 11 milhões de brasileiros.

O Presidente interino Michel Temer anunciou medidas econômicas e fiscais com vistas a reverter esse quadro extremamente negativo. São oito medidas que podem não parecer simpáticas, mas que são essenciais para restabelecer a saúde econômica do País e retomar a credibilidade do Governo Federal perante a população e o investimento privado.

A primeira medida para recuperação das contas públicas e da economia foi a revisão da meta de resultado primário para um déficit de R$170 bilhões em 2016. É uma iniciativa que o Congresso Nacional, responsavelmente, já aprovou. Vale registrar que esse número não é simplesmente uma meta, é um verdadeiro teto necessário para inaugurar uma política de realismo fiscal e acabar de vez com as malfadadas práticas da contabilidade criativa, que tanto corroeram a credibilidade da política econômica, aumentaram a incerteza e contribuíram para a queda do investimento. Portanto, o objetivo do novo teto é restabelecer marcos objetivos críveis para a política fiscal.

A segunda medida adotada foi a devolução antecipada de R$100 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ao Tesouro Nacional. Na prática, essa providência importa uma economia estimada de R$7 bilhões, já que os subsídios implícitos representam um custo financeiro que supera os juros que o Tesouro Nacional recebe do banco.

Outra providência importante anunciada é a extinção do Fundo Soberano e a reversão do seu saldo, de cerca de R$2 bilhões, em favor do Tesouro Nacional. A própria criação do Fundo Soberano no Brasil foi uma decisão um tanto precipitada, que decorreu das ilusões de riqueza fácil com a exploração do pré-sal. Com o desmanche da ilusão, agora todos percebem que o Fundo Soberano é um mecanismo financeiro de luxo, que não tem contexto em um País que vinha seguindo um rumo de endividamento crescente e descontrolado, justamente o oposto do que tipicamente motiva a criação de um instrumento como esse.

A quarta medida do pacote é a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição para limitar os gastos públicos ao valor desembolsado no ano anterior, devidamente corrigido pela inflação. Essa é uma providência de caráter permanente e bastante importante para conter o ímpeto de gasto descontrolado em momentos de rápido crescimento da atividade econômica, impedindo a expansão das despesas na mesma medida das receitas. Pela nova regra, as despesas totais da União não poderão subir a taxas superiores à inflação do ano anterior. É uma medida importante e eficaz. As simulações feitas pelo Governo e pela própria sociedade civil mostram que esse teto para os gastos federais, por si só, é capaz de eliminar o déficit do caixa do Tesouro Nacional em até 8 anos, sem que haja a necessidade da criação de novos impostos. Apenas com essa medida de responsabilidade fiscal, poderemos recuperar a economia a longo prazo e fazer com que as receitas possam crescer acima da inflação. Em nosso cenário atual, a iniciativa importa uma economia estimada de 1,5% a 2% do PIB em apenas três anos, sendo a medida numericamente mais importante do pacote anunciado pelo Governo Federal.

O Governo também anunciou a contenção de subsídios e de desonerações mediante o congelamento do valor total, sendo, porém, admitidas realocações entre rubricas diferentes. Também é uma providência importante neste momento, já que é um sacrifício capaz de importar uma economia de R$2 bilhões apenas com o congelamento do valor nominal dos incentivos fiscais.

Outra medida de grande relevo é a reforma da Previdência. O valor da economia gerada com a reforma ainda é incerto no curto prazo, dependendo das regras a serem efetivamente adotadas, especialmente as de transição. Mas não dá para pensar apenas no curto prazo. É preciso também ser responsável com o cenário futuro, com as gerações futuras. E medidas como essa aliviam a trajetória da dívida pública a longo prazo, sendo igualmente relevantes, já que o investimento no País certamente leva em consideração a estabilidade futura da dívida pública.

A sétima medida do pacote é a alteração nas regras do pré-sal, precisamente para retirar a obrigação da Petrobras de participar obrigatoriamente dos investimentos na exploração dos campos petrolíferos com um piso mínimo de 30%. O Senado Federal já aprovou essa medida, que vinha obrigando a Petrobras a participar de todos os leilões, sejam eles bons ou não. É uma medida necessária, ainda mais quando a empresa vem tendo sucessivos prejuízos bilionários.

Por fim, Sr. Presidente, o Governo declarou seu apoio a todos os projetos que já tramitam no Congresso Nacional e que tornam mais rígidos os critérios de escolha de administradores de fundos de pensão e de dirigentes de empresas estatais. Essa é uma providência que visa, claramente, a assegurar um maior zelo nas contas públicas e fortalecer a exigência de moralidade e eficiência, tão cobradas pela sociedade.

Pois bem, essas iniciativas do Governo, Srªs e Srs. Senadores, demonstram um esforço essencial para sinalizar uma mudança de rumos da política econômica e firmar um compromisso com a transparência das contas públicas. Na atual conjuntura, todas essas iniciativas são fundamentais para o sucesso da recuperação das contas públicas e da economia nacional.

É preciso deixar claro, para as expectativas econômicas, a percepção de que ocorre o recuo de um modelo de Estado sobrecarregado com uma trajetória insustentável da dívida pública na crise que ora vivemos.

De nossa parte, é preciso que o Congresso Nacional entenda que a viabilidade política dessas correções depende também da velocidade com que nós aprovarmos essas medidas. Só assim os resultados irão aparecer para o cidadão comum, especialmente sob a forma de redução do desemprego e da inflação, flagelos que vêm atingindo a população brasileira nos últimos tempos.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, recai sobre os nossos ombros a responsabilidade de contribuir para a reposição da dívida em uma trajetória sustentável e, com isso, reavivar os investimentos e o emprego.

Devemos lembrar que não há um caminho fácil para reverter a situação econômica do País, não há um caminho sem sacrifícios no momento. Ele é estreito, desafiador, mas de forma alguma impossível. Os brasileiros que aqui nos colocaram anseiam por uma mudança de rumos, e nós não temos o direito de frustrar a Nação.

Sr. Presidente, para concluir, queria dizer da nossa alegria pela decisão do Presidente Michel Temer de realizar, muito em breve, uma visita à minha região, à Região Nordeste do Brasil. Provavelmente, a Casa Civil da Presidência da República deverá confirmar, no transcorrer desta semana, a visita aos Estados de Alagoas e Pernambuco...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... quando o Senhor Presidente da República vai sancionar o projeto, que foi votado aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, que renegocia as dívidas do setor rural – de forma especial, as dívidas dos produtores rurais do Semiárido do Nordeste brasileiro. Isso significa um novo recomeço para mais de um milhão de pequenos agricultores e cria-

dores, que vão ter não só a possibilidade de quitar as suas dívidas, mas de recuperar o seu crédito, de voltar a operar com o Banco do Brasil e com o Banco do Nordeste e de investir nas suas propriedades, gerando emprego e gerando renda.

Eu tenho absoluta certeza de que, sob a orientação do Presidente Michel Temer, a área econômica do Governo Federal estará sensível para sancionar essa iniciativa, que foi aqui aprovada pelo Congresso Nacional sem vetos...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... para os produtores rurais da Região Nordeste brasileira.

Por fim, durante essa visita, o Presidente de Michel Temer vai assegurar a alocação de recursos para a conclusão de uma obra tão importante como é a obra da transposição do São Francisco e, mais do que isso, para a continuação de investimentos em adutoras, que vão beneficiar diversos Estados da região, porque, infelizmente, o Nordeste brasileiro continua vivendo um período crítico no que diz respeito a abastecimento de água.

Por tudo isso, estamos aqui renovando a nossa confiança, com esses primeiros dias da gestão do Presidente Michel Temer, de que se possa inaugurar um novo tempo de esperança, de confiança para a economia brasileira, mas, de forma especial, de esperança para os produtores rurais do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Fernando Bezerra, e imediatamente chamo, para fazer uso da tribuna como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia; em seguida, a Senadora Gleisi, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu queria dizer que venho à tribuna na expectativa de que hoje, a partir das 16h, teremos uma reunião da Comissão processante, para definirmos, enfim, o calendário das atividades dessa Comissão que faz o julgamento político da Senhora Presidente afastada Dilma Rousseff.

Não vejo nenhum demérito, não vejo nenhum problema em voltar atrás em uma decisão, desde que seja para assegurar a ampla defesa da Presidente da República. Nenhum problema.

Aliás, Senadora Simone Tebet, autora do requerimento, eu trago aqui a fundamentação que foi usada para aprovarmos na Comissão a questão do prazo para defesa. O art. 404 do Código de Processo Penal, no seu parágrafo único, diz: "Realizada, em seguida, a diligência determinada, as partes apresentarão, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, suas alegações finais, por memorial, e, no prazo de 10 (dez) dias, o juiz proferirá a sentença". Esse é dispositivo legal do CPP, o Código de Processo Penal, que está em vigor no País e que decorre da Lei 11.719, de 2008.

Pode-se tentar aplicar uma outra lei para mostrar que o nosso País é mesmo complicado, porque, se temos leis demais, às vezes temos eficácia de menos na execução judicial. Mas eu me valho dessa iniciativa da Senadora, que claramente fala "prazo sucessivo de 5 (cinco) dias" – está aqui escrito – e, "no prazo de 10 (dez) dias, o juiz proferirá a sentença". É o julgamento que aqui, do ponto de vista político, nós faremos.

Então, não há nenhum problema em se voltar atrás nesse processo, por orientação do Supremo Tribunal Federal, para que não haja nenhuma dúvida, não se levante nenhuma suspeita de que estaremos reduzindo, mitigando a ampla defesa da denunciada.

Não entendo que haja qualquer demérito em relação a isso para preservar e até respeito a posição do Presidente da Casa que fez isso. Aliás, quando o Presidente da Casa tinha em mão a determinação para que a Presidente pudesse disponibilizar de transporte, perguntei a ele: mas não haverá limitação para isso? É dinheiro público, Senador! Desculpe-me, mas o gasto que a Senhora Presidente faz em todos esses deslocamentos... Para se ter uma ideia, uma viagem de avião da FAB de Brasília a Porto Alegre custa R$55 mil. São R$55 mil! E, se for para todos os Estados brasileiros, quanto soma isso?

Para que está sendo usado esse avião? Para a Senhora Presidente defender seu ponto de vista e acusar Senadores como eu de estarem fazendo golpe. Não sou golpista! Não sou golpista! Não sou golpista! O Supremo Tribunal Federal definiu claramente todas as regras do processo do *impeachment* e as confirmou e reafirmou. Ministros do Supremo Tribunal Federal também reafirmaram verbalmente, falando que *impeachment* não é golpe. Então, quero deixar isso muito claro. Se a Presidente está usando o avião até para atingir Senadores como eu... E nada tenho com o Governo atual, como não tive nada com o Governo passado, mas tenho independência para usar a tribuna e dizer que me sinto ofendida quando diz a Presidente que sou golpista. Ela faz um mau

serviço ao reafirmar isso. O seu grupo político aqui está perdendo a possibilidade de contar com mais aliados. Ele perde mais aliados toda vez que ela faz essa acusação.

Estou muito à vontade para reafirmar a minha posição. A Presidente gasta para fazer uma pregação ideológica e política sobre o seu direito. Ela mora em Porto Alegre. E foram inteiramente pagos pelo Poder Público toda a sua copa, a sua cozinha e todos os seus deslocamentos. Ela tem mais de 20 assessores a seu cuidado. Penso que o cidadão que está desempregado hoje – são 11 milhões de desempregados – avalia a copa e a cozinha pagas por ele, que está desempregado. É dinheiro público! Não é o Temer, não é o Temer que está sendo mesquinho! Não sou advogada do Temer, não sou líder do Temer, não sou nada do Temer. Mas peço lógica. Não é o Temer que está fazendo isso! É a questão do dinheiro público que precisa ser olhada.

Também precisamos ver – e foi dito isso numa delação – que uma empreiteira pagou R$5 mil para vir de São Paulo o cabeleireiro da Presidente, o famoso Celso Kamura. Ela está dizendo hoje que isso foi pago com dinheiro dela e que ela tem a nota. Aliás, seria muito conveniente também que a Senhora Presidente abrisse as contas dos cartões corporativos. Aí, sim, daria uma demonstração muito clara da lisura e da transparência que tem o Poder com os gastos públicos. Isso seria muito bom.

Da mesma forma, vários programas sociais, em vez de irem para sua finalidade precípua, estão indo para outros fins. Por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida é feito para entidades, e não para o cidadão. Por que uma entidade quer entrar no Minha Casa, Minha Vida? Para financiar? Mas a Caixa Econômica Federal faz o financiamento e o repassa como agente financeiro. O Banco do Brasil, eventualmente, poderia fazê-lo. Então, por quê? Qual é a entidade que recebe esse dinheiro do Minha Casa, Minha Vida? O Minha Casa, Minha Vida é operado por uma cidade. Penso que temos que ver as coisas como elas são.

Aqui também foi dito que com Dilma está se querendo fazer muito mais rápido do que se fez com Collor. É inacreditável alguém dizer uma coisa dessas! O *impeachment* de Collor foi um processo expresso, rapidíssimo, com três páginas de fundamentação para a denúncia. Foram 128 páginas para a Presidente Dilma. No caso de Collor, houve uma hora para a denúncia aqui na Casa, no Senado; para Dilma, foram 70 horas para a admissibilidade, em que 70 Senadores falaram aqui na tribuna. Não há comparação entre o processo de Collor em matéria de tempo e em matéria de direito de defesa e o processo envolvendo Dilma Rousseff. Então, temos de ter um pouco de clareza e um pouco de responsabilidade com o que está sendo dito.

Agora também se falou muito do que disse o *The New York Times*. Qual foi a manchete do *The New York Times*? Eu prefiro ficar com a manchete, porque é o que mais chama a atenção. A manchete diz que o Brasil é o campeão do mundo, o campeão das Olimpíadas, mas que é também o campeão da corrupção. Por que nós estamos avaliando a corrupção? Há um dirigente do Partido do Governo que está na prisão; há outro condenado a uma pena extraordinariamente alta para um crime político dessa natureza. Então, estamos aqui vendo tudo isso.

Houve a tentativa de trazer para cá a delação premiada de Sérgio Machado, por insistência do advogado que defende a Presidente Dilma Rousseff, para trazer uma eventual ilação de uma participação eventual de Romero Jucá no processo. Mas as declarações feitas por Marcelo Odebrecht, de acordo com as primeiras informações que recebemos e que foram publicadas, e também pelo próprio Nestor Cerveró, que foi o responsável pela operação da compra da refinaria de Pasadena, na Califórnia, pela Petrobras, deixam muito claro que a Presidente, sim, tinha conhecimento da operação, de quanto valia e de quanto a Petrobras perderia. Tinha noção de quanto a Petrobras perderia!

Eu falo, pesarosamente, que o Rio Grande do Sul está tendo um prejuízo extraordinário com o sonho que se transformou em pesadelo em relação ao polo naval, em Rio Grande, onde seriam construídas as plataformas marítimas que gerariam empregos para milhares de pessoas. Em Rio Grande, haveria um porto marítimo extraordinário. Foi um sonho maravilhoso que todos os gaúchos aplaudiram, mesmo os adversários do Partido dos Trabalhadores, da Presidente Dilma Rousseff. E o que aconteceu? Ele está sucateado, não está havendo manutenção, ele está sofrendo as consequências do tempo. Era um projeto em que não havia planejamento e que não tinha sustentação. O sonho se transformou em pesadelo.

Por essas coisas, precisamos olhar para trás, e não para o que vai acontecer em agosto, em setembro ou em outubro, porque é inviável, é impossível fazer qualquer projeção. Se não podemos, às vezes, fazer a previsão certa em meteorologia, como vamos imaginar que seremos capazes de prever politicamente o que vai acontecer hoje ou amanhã?

Então, eu queria dizer que é preciso que a Senhora Presidente tenha pelo menos o respeito institucional que cabe em relação àqueles que aqui não têm nenhum pecado, nenhum pecado cometido, nenhuma irregularidade cometida, nenhum processo no Supremo Tribunal Federal.

Se alguém do meu Partido ou de qualquer partido tiver processo – filho do Fernando Henrique ou o Senador Aécio Neves –, todos precisam responder à Justiça. A régua moral tem de ser a mesma! Não adianta

falarmos que vamos tratar de maneira diferente. Portanto, não há nenhuma vantagem, não há nada que proteja quem estiver envolvido.

Precisamos, mais do que nunca, assegurar que a Operação Lava Jato continue trabalhando intensamente e preservar, sobretudo, o instituto da delação premiada, porque tem sido muito eficaz na aferição dos trabalhos e na investigação, que é o que a República de Curitiba, com o juiz Sérgio Moro, tem conseguido, graças a esse instrumento, a esse instituto.

A delação premiada não é obtida mediante uma obrigação ou uma mordaça, mediante uma imposição ou, como digo sempre, mediante um pau de arara. Não há nenhuma coação, a não ser a prisão em que a pessoa se encontra. E, na hora em que ela decide falar, esse depoimento tem de ser levado em consideração, porque o depoente da delação premiada está submetido a uma rigorosa condição prévia, porque senão perderá os benefícios que a delação lhe concede, que é a redução da pena, para que ele ajude a desvendar os mistérios que rondam ainda os tapetes da República do Brasil, com uma corrupção inigualável, da qual nos envergonhamos muito, em todo o País.

Espero que, na nossa reunião de hoje, sem nenhuma redução de direito de ampla defesa da Presidente denunciada, possamos, sim, pelo menos, definir o calendário das nossas decisões e dos nossos trabalhos até o final desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Como a Senadora Gleisi não está aqui – ela faria uma comunicação inadiável –, chamo um colega que está inscrito como Líder. Depois, falará a Senadora Fátima.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, para andarmos com as inscrições.

Em seguida, como oradora inscrita, falará a Senadora Fátima.

O próximo Líder inscrito é o Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Moka. Se não houver oradores inscritos, vamos andar com os colegas que estiverem presentes.

Com a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

São cinco minutos, mas falaram pela Liderança Fernando Bezerra e Lindbergh, e a eles dei dez minutos, o que é razoável numa segunda-feira.

V. Exª tem a palavra, Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana, até porque julgo da maior relevância o tema que trago para debate no plenário do Senado, que tem a ver com uma decisão que julgo da maior importância e que adotaremos nas próximas semanas, em razão da decisão que tomou a Câmara dos Deputados, na quinta-feira, numa votação que varou a madrugada, permitindo que criássemos na atual conjuntura um rombo fiscal da ordem de aproximadamente R$60 bilhões para não apenas o Governo Federal, para não apenas a União. Como sabemos, as vinculações terão grande impacto em Estados brasileiros e em alguns Municípios. Portanto, esse é um tema que precisará ser debatido com muita profundidade no Senado da República.

Sr. Presidente, julgo de fundamental importância entendermos e compreendermos o valor da disciplina fiscal. A disciplina fiscal não é um valor, Senador Moka, que possa estar vinculado à questão ideológica. Não! A disciplina fiscal vale para governos, vale para empresas e, evidentemente, vale para as nossas vidas pessoais, na forma como organizamos nossas vidas, na forma como alocamos e como priorizamos, sobretudo, os recursos públicos, os quais não pertencem aos governantes de plantão, mas pertencem à sociedade.

Existem governos de esquerda, Senadora Fátima Bezerra, que trabalham a disciplina fiscal como valor e como princípio. E o mais próximo de nós é o governo do Chile. O governo Bachelet é um governo reconhecidamente de esquerda e é um governo que trabalha a disciplina fiscal como princípio e como valor orientador das questões governamentais. Existem governos socialdemocratas que exercem esse tipo de cultivo, esse tipo de valor. Existem governos de direita que o cultivam.

Enfim, a questão da disciplina fiscal não é, portanto, uma questão que está subordinada à questão ideológica. É uma absoluta necessidade e precondição para o bom funcionamento de um bom governo. E um bom governo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, resume-se em duas palavras: tem de ser decente e tem de ser eficiente. Ele tem de reunir valores e princípios morais, até porque estamos numa quadra da vida brasileira em que o valor moral que deve estar presente nas atitudes de um governo é uma questão central. Mas não se trata apenas da questão da decência na atitude e na atividade pública. Também há a questão da eficiência. Ou seja, um bom governo é aquele que cria as condições para que as pessoas possam prosperar, para que as pessoas possam se desenvolver a partir do seu esforço, do seu talento, da sua vocação e do seu potencial.

Grosso modo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos anos, nós assistimos às maiores manifestações e mobilizações populares da nossa história. No centro dessas mobilizações populares, houve um repúdio à forma com que o Governo da Presidente Dilma vinha dirigindo o nosso País. Questões relacionadas à crise moral, à crise política e aos equívocos de orientação econômica mergulharam nosso País numa crise sem precedentes. Mas não foi apenas isso: havia, como há, de fato, por parte da sociedade todo um cansaço e um esgotamento em busca de governos que pudessem justificar sua existência. A população quer, portanto, governos que possam funcionar, quer governos que possam retornar à sociedade essa alta carga tributária que se cobra em nosso País.

Portanto, um bom governo é uma precondição nessa quadra a que nós estamos assistindo.

O Governo afastado da Presidente Dilma violou todas as premissas da boa política fiscal.

E, por isso mesmo, mergulhou o nosso País num verdadeiro colapso. Ela atentou contra as leis fiscais, as leis orçamentárias; atentou contra a probidade. Por isso mesmo, foi afastada provisoriamente pelo Senado da República, e quero crer que, num futuro vindouro, será afastada em definitivo, pois seu retorno ao Governo se traduzirá num absoluto desastre para a nossa sociedade.

Estou certo e convicto de que a Comissão Especial do Impeachment, respeitando o contraditório, respeitando o devido processo legal, sem qualquer favor, por obrigação, estará julgando os atos da Presidente da República e, sobretudo, as consequências desses atos para o nosso País.

O colapso gerado pelo governo da Presidente Dilma, sob sua orientação, está configurado, sobretudo, em um número que me parece absolutamente inquestionável. O governo brasileiro pagou, em 2015, R$500 bilhões de juros. Esse é o tamanho da desorganização – muito mais que financeira, muito mais que fiscal – econômica em que mergulhou o governo da Presidente Dilma.

E, quando olhamos para o mundo e fazemos uma comparação daquilo que nós pagamos de juros, recursos que foram drenados, que foram desviados de ações e de segmentos que são de fundamental importância para a sociedade brasileira, como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, promoção social e assim por diante – Senador Moka, verificamos que pagamos de juros, em 2015, mais de R$500 bilhões e gastamos com o Bolsa Família R$28 bilhões. Esse é o tamanho da desorganização do governo da Presidente Dilma. Esse é o legado, é a dimensão do legado da Presidente Dilma e do seu governo.

Mas o que representa isso que nós pagamos de juros em relação ao nosso Produto Interno Bruto, que é o conjunto das nossas riquezas? O Brasil pagou, em 2015, 8,5% do seu Produto Interno Bruto em juros. Portugal pagou 4%; a Itália, 4%; e a Grécia, que vive uma crise extraordinária de derretimento, pagou, em 2015, 3,6% do seu Produto Interno Bruto de juros. E o Brasil pagou 8,5%!

Portanto, esse é um dado que revela o quanto o esforço, o trabalho e a dedicação e o suor do povo brasileiro está sendo drenado para financiar a desorganização fiscal.

Além disso, produziu a maior recessão da nossa história. Somos hoje um País com mais de 11 milhões de brasileiros, que, mesmo tendo uma carteira de trabalho, não têm como utilizá-la. Não há aplicação para essa carteira de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – E todos nós sabemos o que representa um ser humano sem trabalho, o que representa um pai ou uma mãe ou o que representa um jovem que chega ao mercado de trabalho e que não consegue uma colocação, para, a partir do seu esforço e do seu trabalho, ter uma vida digna e conceder uma vida digna aos seus.

Por força dos equívocos de orientação econômica, temos uma dívida hoje que corresponde a mais de 70% do nosso Produto Interno Bruto e com perspectiva de chegar a 90% do nosso Produto Interno Bruto, se essa marcha da insensatez não for contida. O colapso fiscal do Governo e sua necessidade de se financiar estão empurrando, estressando a taxa de juros para patamares...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ...estratosféricos, Senador

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... e Prof. Cristovam Buarque.

Na medida em que o País se desorganizou fiscalmente, na medida em que o governo da Presidente Dilma nos mergulhou nesse colapso fiscal, na medida em que o Governo já deve 70% do seu Produto Interno Bruto e tem de se financiar, ele tem de manter a taxa Selic lá em cima. E, para manter a taxa Selic lá em cima, ele não

está apenas comprometendo apenas a sua questão de solvência, está comprometendo também a solvência das empresas privadas, que são geradoras de oportunidade.

Portanto, sem resolver o nó fiscal em que o governo da Presidente Dilma mergulhou o nosso País, nós não estaremos produzindo uma redução sustentável da taxa de juros. Por isso é essencial que nós possamos discutir com muita cautela...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... as consequências e os impactos da decisão adotada pela Câmara Federal, que, ao aumentar o teto salarial daqueles que estão no topo do serviço público brasileiro, está gerando não apenas para União um rombo de R$60 bilhões, mas está contribuindo para inviabilizar ainda mais Estados e Municípios, até porque não podem, em uma Federação, quaisquer dos entes federados gerar responsabilidade financeira para outro ente sem que ele possa indicar a fonte que vai financiar.

Ouço, com prazer, o meu eminente amigo e Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, o que vale a pena lembrar aqui é que não foi por falta de aviso que essa dívida explodiu. Quantos de nós aqui – inclusive, entre esses, o senhor e eu – avisamos, alertamos, consideramos, propusemos, sugerimos? Tudo ignorado, na arrogância que havia naquele momento de que a política é capaz de controlar tudo na economia. Não é. A economia tem regras que, se não são seguidas hoje, amanhã você paga o preço. É como qualquer pessoa que sabe o seu salário, sabe os limites do salário, mas entra em uma loja com um cartão de crédito e sai comprando, comprando, comprando; depois, paga. Há certas coisas na economia que funcionam como a lei da gravidade. É a lei da aritmética. Se você não respeita a lei da aritmética nas finanças, o preço vem depois. E aí é o que senhor está falando da taxa de juros: não se pode defini-la apenas com base na vontade política.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem a ver com a dívida, como o senhor colocou. Eu comparo isso, quando falo com algumas pessoas, Senador Jorge, a quando a gente vê, na televisão, esses astronautas na Lua. Eles saltam em vez de andar, porque a lei da gravidade diz que, quanto mais massa, mais forte é a lei da gravidade. Como a Lua tem uma massa pequena, as pessoas saltam em vez de andar. Isso acontece com a economia financeira. Quanto maior a massa da dívida, maiores os juros. Não há como existir uma dívida alta com juros baixos, até porque a dívida alta exige refinanciamento, que exige pedir mais empréstimo, que exige aumentar os juros. A moeda é uma mercadoria, que, como qualquer outra, segue suas regras. E aí cometemos o erro, ao longo de anos, de achar que se podia brincar com a economia conforme os interesses...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... conforme a vontade política até bem-intencionada – eu não nego – de gastar mais para certas coisas positivas ou, de forma negativa, para financiar o que não é prioritário ou até mesmo para financiar, para ganhar uma eleição, gastando mais do que é possível. Então, uma das coisas que se espera do Governo interino Temer – sinceramente, se houver a volta da Presidente Dilma, é o que ela vai ter que fazer – é a responsabilidade fiscal. E aí há ajuste. Mas o que está faltando, Senador... Vejo aqui atrás o Senador Moka, e é bom comentar com ele... Ele estava aqui há pouco, desculpa. O Presidente Temer está correto quando fala que não se pode gastar mais do que se arrecada, mas ele não está dizendo ainda quem vai pagar a conta.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O estrago foi feito pelo governo anterior. Quem vai pagar essa conta é o Governo atual, mas ele não está dizendo quem vai pagar a conta. Por exemplo, quando não é possível gastar mais do que o aumento da inflação, está correto, no total, na linha de gastos. Mas em que rubrica a gente vai cortar ou aumentar? A proposta do Ministro Meirelles, do Presidente interino Temer não é diminuir gastos com educação e saúde; é manter os mesmos gastos para o conjunto. Mas ele pode perfeitamente – é isto que caracteriza a palavra "prioridade" – dizer: "Olha, a gente só vai ter isto aqui. Então, vamos diminuir aqui para aumentar ali." Este "quem vai pagar a conta" é o que a gente está precisando debater, discutir, para dar o máximo de credibilidade ao Governo interino. É isso, Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O fato...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – ... Senador Cristovam Buarque...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu sei que o Senador Ferraço está trazendo um tema da maior importância, mas eu preciso. Eram cinco minutos, e já vão completar vinte minutos que V. Exª está falando. Estou dando quatro vezes o tempo, mas nós provavelmente vamos ter que cancelar a sessão quando a Comissão abrir. Eu só peço essa compreensão de V. Exª, querido amigo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O fato objetivo, Senador Cristovam Buarque (*Fora do microfone.*)

Srªs e Srs. Senadores, é que nós precisamos resolver a questão dos juros, um dos mais fortes gargalos para que a nossa economia possa gerar prosperidade. E não há como resolver a questão dos juros altos se nós não resolvermos o nó fiscal.

Na semana retrasada, nós autorizamos uma nova meta fiscal. O que, na prática, significa isso? Que nós autorizamos o Poder Executivo a produzir um rombo, neste ano, de R$170 bilhões. O que nós estamos sinalizando à sociedade brasileira é que o momento é de sacrifício, e o sacrifício não pode ser seletivo. O sacrifício precisa ser compartilhado, socializado para o conjunto da sociedade brasileira.

Se, em um momento como este, com uma brutal crise fiscal, nós abrirmos espaço – sejamos sinceros aqui – para aumentar o teto...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, pelo efeito em cascata, vinculador que tem, o impacto disso nos Estados é muito forte, muito grande, abrindo, inclusive, uma coisa absurda e indecorosa, que é o espaço para que nós Senadores possamos aumentar os nossos próprios salários. Isso não é possível, Sr. Presidente! É preciso ter misericórdia para com a quadra econômica e a quadra social por que passa o nosso País.

Portanto, o Senado da República, na condição de Casa da Federação brasileira, terá que se debruçar sobre esse tema. E, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu estarei, inclusive, apresentando um requerimento para que o Ministro do Planejamento possa se fazer presente e possa justificar e falar das consequências desse aumento nesta quadra...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... de colapso fiscal do nosso País.

Volto à tribuna do Senado, seguramente, com mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... tempo, para abordar este assunto, Sr. Presidente, que julgo da maior importância. Não é o momento. Não é o momento!

Isso está, inclusive, em uma das passagens mais lindas do Livro Sagrado. Está em Eclesiastes: há momento para tudo na vida; há momento de plantar e de colher. E este não é o momento de nós aprofundarmos ainda mais o rombo fiscal por conta de estarmos muito próximos, evidentemente, de um colapso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu, mais uma vez, cumprimento V. Exª. Peço desculpas, mas realmente temos que andar com a lista de oradores.

A Senadora Fátima Bezerra tem a palavra como oradora inscrita.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Jorge Viana, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, ocupo aqui a tribuna, mais uma vez, para convidar a população que está nos assistindo neste exato momento a fazer uma reflexão: quais os reais motivos que fazem com que os Senadores e Senadoras que defendem o afastamento da Presidenta Dilma tenham optado pelo caminho de encurtar o prazo da Comissão processante, portanto, na direção de violar o direito de defesa da Presidenta? Quais as razões por trás de tudo isso, Sr. Presidente?

Como aqui já foi mencionado, foi lamentável o que aconteceu na última quinta-feira, quando, na reunião da Comissão processante, encurtaram o prazo. Inicialmente, o Relator tinha apresentado uma proposta em que o calendário ia até agosto. Estranhamente, na própria quinta-feira, modificam a proposta, diminuindo o prazo e, portanto, apresentando um relatório de apenas 45 dias.

Isso sem contar, Sr. Presidente, que houve a apresentação de mais de 80 requerimentos, sobre os quais nós não tivemos tempo nenhum, absolutamente nenhum, de nos debruçarmos para analisar. O advogado de defesa da Presidenta, Dr. José Eduardo Cardozo, apresentou uma série de medidas lá, todas ignoradas.

Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, colocar que essa ofensiva contra a Presidenta Dilma, especialmente a partir desse fim de semana, de quinta-feira para cá, quando, por exemplo – e já foi colocado pela Senadora Vanessa e pelo Senador Lindbergh –, restringe-se o direito de viagem da Presidenta Dilma apenas a Porto Alegre, é porque estão com medo é? Estão com medo dos encontros da Presidenta Dilma com a população?

O Presidente interino está lá no Palácio. Agora, a Presidenta Dilma, cada vez mais, vem sendo convidada pela população, e está no seu direito aceitar o convite e travar o diálogo com a sociedade, com a população, até porque é um direito que essa mulher tem de se defender.

Outra pergunta aqui, Senador Jorge: por que tentam, a todo custo, envolver a Presidenta eleita na Operação Lava Jato, sem que, contra essa mulher, tenha sido apresentada nenhuma prova? A resposta, Senador Jorge Viana, é simples: o Governo Michel Temer está desesperado, está desesperado ao perceber que essa farsa está sendo, cada vez mais, desmascarada. O Governo Michel Temer está desesperado, porque eles estão percebendo que, a cada dia, perde força esse golpe travestido de pedido de *impeachment,* não só em relação à população, como também aqui, no âmbito do Senado Federal. Isso sem falar também na opinião pública internacional, que continua se manifestando contrariamente de forma crescente ao pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma.

Então, é esse o desespero que faz com que um processo tão complexo, como sempre temos dito aqui, de afastamento de um Presidente da República, que deveria ser uma exceção, como está previsto na própria Constituição, tome esses ares de uma tramitação completamente açodada, violando o direito de defesa. É consenso: todo mundo sabe que as chamadas pedaladas fiscais, os decretos de suplementação orçamentária, contidos como motivos para afastamento da Presidenta, são apenas desculpas, meros artifícios para colocar em prática um golpe que começou a ser tramado no dia seguinte à vitória da Presidenta Dilma nas urnas, esse golpe que diariamente vem sendo denunciado por nós, pelo advogado da Presidenta Dilma, Dr. José Eduardo Cardozo, esse golpe que ficou ainda mais escancarado, mais vergonhoso, esse golpe que tem causado mais indignação ainda, porque esse golpe ficou, repito, mais escancarado, mais explícito quando começaram a ser divulgados os áudios gravados pelo ex-Presidente da Petrobras, Sérgio Machado.

Eu me refiro aqui especialmente, mas não unicamente, à conversa de Machado com o Senador Romero Jucá, um dos homens fortes deste Governo interino, braço direito, que não demorou 48 horas e que apareceu lá conversando com o Sr. Sérgio Machado, ex-Diretor da Transpetro. O Sr. Romero Jucá, sem nenhuma cerimônia, dizia claramente: "Tem que tirar essa mulher do Poder, tem que afastar essa mulher do Poder, porque ou nós a afastamos, ou virão mais estragos ainda em função da continuidade da Operação Lava Jato".

Aquela conversa de Jucá com o Sr. Sérgio Machado causou repulsa, nojo, indignação em todo País, repito, pelo quanto ficou ali explícito que um dos objetivos de cassar o mandato da Presidenta Dilma, de afastá-la é exatamente combater as investigações em curso, inclusive da Lava Jato.

Não é só a conversa de Jucá com o Sr. Sérgio Machado. Quero aqui ainda ressaltar as demais conversas de Machado envolvendo outras figuras importantes do PMDB. Em pouco mais de 20 dias, o Governo Michel Temer já bateu recorde em troca de ministros: dois já caíram, e dizem que há mais três, Senador Jorge Viana, na corda bamba, para cair. Então, tudo isso explica esse desespero.

Ou seja, por que eles querem tirar a Presidenta Dilma? Eles querem tirar a Presidenta Dilma antes que seja tarde demais, antes que a trama urdida fique explícita demais. Por isso, o Presidente interino, biônico, golpista, Michel Temer, ordena, pressiona os Senadores aliados para tratorar os trabalhos lá na Comissão.

Quero ainda aqui, Sr. Presidente, acrescentar, lembrar que, entre os pedidos rejeitados – os pedidos apresentados pela defesa na comissão processante –, um deles se refere exatamente à inclusão da gravação feita por Sérgio Machado, que comprova a tese de defesa, ou seja, o desvio de finalidade e que esse pedido de *impeachment* é, na verdade, um golpe parlamentar. Agora, o pedido foi rejeitado; a Senadora Gleisi lá contestou, mas foi rejeitado.

Eu acho engraçado, porque os mesmos que alegam que as gravações de Machado estariam trazendo fatos à denúncia, aliás, os mesmos que negam o pedido de inclusão, repito, das conversas entre Sérgio Machado e o Senador Romero Jucá não aceitam, dizem que é um fato estranho. O interessante é que esses mesmos que negam agora tentam envolver a Presidenta Dilma em denúncias absurdas, como a de que teria usado recursos da Lava Jato para pagar contas pessoais, como cabeleireiro etc., ou alegam uma declaração do Marcelo Odebrecht de que a Presidenta o teria autorizado a pagar propinas.

Olhe só, é interessante: não querem que incluamos na Comissão processante, no pedido de *impeachment* em curso uma gravação entre Jucá e Sérgio Machado que fala do objeto em debate, que é o afastamento da

Presidenta, quando Jucá diz lá, com todas as letras, que é preciso afastá-la para que se possa conter o ímpeto da Lava Jato. Eles não aceitam, e agora, de repente, especulam: "Não, vamos trazer a delação do Sr. Marcelo Odebrecht, que fala que a Presidenta Dilma teria autorizado a pagar propina", trazendo esse caso, que não tem absolutamente nenhuma veracidade, do cabeleireiro. Então, eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que essas mesmas pessoas fazem vistas grossas às declarações de Machado de que teria pagado quantia bem superior aos grandes caciques do PMDB ou às denúncias, inclusive envolvendo o Senador Aécio, relacionadas a recursos desviados de Furnas, isso aqui só para citar alguns exemplos.

Na verdade, Sr. Presidente, o que se percebe claramente é que o pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma não se sustenta.

Por isso, o mais adequado, em respeito à democracia, seria acabar com essa farsa jurídica que é esse pedido de *impeachment* e reconduzir a Presidenta Dilma ao seu cargo.

Se querem, Senadora Vanessa, aprofundar as investigações, não há nenhum problema. Vamos instalar uma CPI para investigar todas essas denúncias de desvio de dinheiro e de corrupção. Agora, não venham com esse cinismo de querer trazer para o âmbito da Comissão processante delações que não têm vinculação direta com o objeto em análise, que é a pedalada e a edição de decretos suplementares.

Enfim, se querem trazer essas delações que estão citando a Presidenta Dilma, também não haveria nenhum problema. Apresentem outro pedido de *impeachment*, apresentem outro pedido de *impeachment*. Senão, é o que estou colocando aqui: querem passar o Brasil a limpo, sem seletividade, com toda a transparência? Então, vamos instalar uma CPI para trazer todos esses casos.

Está aí o Cerveró dizendo da quantia astronômica que foi desviada da Petrobras na era tucana, no governo de FHC. Está aí o Senador Aécio Neves sendo investigado em função de acusações contra ele de que ele teria desviado dinheiro de Furnas e por aí vai.

Quero aqui ainda, Sr. Presidente, colocar que o jornalista Elio Gaspari publicou em sua coluna, neste domingo, que, em agosto, a Lava Jato explodirá caciques do PMDB e do PSDB. Já se fala em números: seriam 13 governadores e 36 Senadores, muitos dos quais votaram pela admissibilidade do processo contra a Presidenta Dilma, incluindo ministros provisórios.

E faço mais uma vez a pergunta: será que é essa a verdadeira razão que está por trás desse açodamento, de tratorar os trabalhos na Comissão, de transformá-la num tribunal de exceção, de concluir essa farsa política e afastar definitivamente a Presidenta, aniquilando o direito de defesa que ela tem? Será que não é esse o pavor que está por trás de determinados figurões da política, atolados até o pescoço em denúncias de corrupção, com medo de que as investigações cheguem até eles? Isso é um escárnio. Nós não podemos permitir isso, Senadora Vanessa, de maneira alguma.

É por isso que volto a dizer: se querem fazer uma investigação geral, profunda, um dos caminhos que poderia ser adotado seria exatamente a CPI. Esse é o papel, inclusive, do Congresso Nacional. Aliás, o afastamento do Presidente Collor foi precedido de uma CPI. No caso da Presidenta Dilma, nada disso; pelo contrário: querem, num rito sumário, violando o direito de defesa dela, afastá-la definitivamente.

Concedo o aparte à Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senadora, e cumprimento V. Exª não só pelo pronunciamento, mas pela dedicação que V. Exª tem tido sobretudo a esse tema, que hoje, sem dúvida nenhuma, é o mais importante, porque por ele, Senadora, passam todos os demais. Agora mesmo, nós vimos aqui um Senador que a antecedeu e que compõe a Base desse Governo provisório criticando a aprovação recente, pela Câmara dos Deputados, de aumentos salariais e tudo mais. Nós anteriormente falávamos – e V. Exª me fez um belo aparte – das mudanças que o Governo pretende e que já vem anunciando para este ano.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pacote de maldades.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mudanças na legislação trabalhista, na Previdência Social, enfim. Senadora, então, esse é o assunto principal, porque os demais são puxados por esse, não tenho dúvida nenhuma.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aliás, esse é o grande objetivo. Afastar a Presidente Dilma, como V. Exª diz, tem como grande objetivo não tirar uma mulher que é Presidente do País, não; é ocupar o lugar para aplicar o que eles querem: um, acabar com a Lava Jato; e, dois, aplicar o pacote de maldades e de privatização, entrega do patrimônio brasileiro às empresas estrangeiras. Veja a aviação, que foi o que o Ministro falou também: "Abre-se o mercado brasileiro 100%". A Presidente Dilma até aceitava discutir, mas quando houvesse a reciprocidade. Olhe a diferença. Olhe o que é que significa lutar por um País, ou entregar um País, entendeu? Mas, Senadora Fátima, eu pedi o aparte para falar do item que V. Exª fala do

que eles estão anunciando. Eu não creio que eles vão pedir todas as delações. Isso não, Senadora, eles estão querendo criar confusão, porque eu conversava com uma pessoa hoje, e eu disse isto para a pessoa: "O que é que tem a ver delação de Cerveró, da Odebrecht com o processo de *impeachment* da Presidente?" Ela disse: "Ah, mas, se isso não tem nada a ver, as gravações do Sérgio Machado também não têm." É completamente diferente, Senadora Fátima. A confusão que eles querem criar é essa. As gravações do Sérgio Machado com vários interlocutores têm tudo a ver com esta Comissão, porque elas tratam disso. É o tema número um da peça da defesa, desde a Câmara dos Deputados, da Presidente Dilma, que é o desvio de poder, é o desvio de finalidade. Então, tem a ver, mas eles querem criar um tumulto, porque o objetivo deles sabe qual é? É não deixar que ingressem no processo essas gravações, o inteiro teor dessas gravações, porque elas são o que desmonta a tese deles. São eles que dizem que ela precisa sair, e a melhor forma de ela sair é através do *impeachment,* não é através das eleições. E os crimes, como V. Exª disse, são essas duas questões frágeis, para que não querem nem deixar que sejam produzidas as provas, porque elas vão desmontar essa farsa, que, como V. Exª disse, é o que está em curso. Parabéns, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço, Senadora Vanessa, o aparte de V. Exª.

Quero dizer que, se há um Governo que não tem medo de investigação, é o Governo da Presidenta Dilma, assim como foi o governo do Presidente Lula, os governos do PT. Nunca vou cansar aqui de reafirmar. É bom lembrar que foi nos governos do PT que mais se avançou do ponto de vista de aprimorar os instrumentos do Estado brasileiro de investigação e de combate à corrupção.

Está aí a Controladoria-Geral da União, que infelizmente está sendo ameaçada por esse Governo – denúncia dos próprios servidores da União –, quando não dá a estrutura adequada, quando tentam transformá-la num Ministério de Transparência, e não é esse o caminho mais adequado para fazer o belo trabalho que a CGU tem feito, de combate à corrupção no nosso País.

Além do acesso à informação e o respeito que o nosso governo sempre teve ao papel do Ministério Público. Então, quero dizer que não temos medo de investigação nenhuma.

E volto a afirmar aqui, mais uma vez: quer passar o País a limpo, fazer uma investigação profunda, sem seletividade, transparente? O caminho pode ser uma CPI para investigar quem quer que esteja sendo acusado, doa a quem doer, salvaguardado o direito de defesa de cada um.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui colocar, portanto, que não é à toa que as pesquisas de opinião não foram mais divulgadas. Onde andam o Datafolha e o Ibope, Senador Jorge Viana? Não sai mais pesquisa. Será que é porque as pesquisas estão mostrando cada vez mais a insatisfação da população brasileira frente a esse Governo biônico que está aí, sem legitimidade nenhuma?

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Será que é porque as pesquisas estão mostrando cada vez mais que o sentimento popular, o sentimento da sociedade está mudando na medida em que está reconhecendo que, para além de diferenças partidárias, o que está em jogo é o respeito à democracia e que, portanto, uma injustiça está sendo cometida contra uma Presidente eleita, porque, de fato, não cometeu o crime de responsabilidade?

Por isso, Senador Jorge Viana, quero dizer aqui que não tenho nenhuma dúvida de que a mobilização social e popular cresce.

Dez de junho vem aí e vai ser mais um dia em que vamos ocupar as ruas de todo o País, pacificamente, democraticamente, para dizer "não" ao golpe e "sim" à democracia. Dia 10 de junho nós estaremos nas ruas novamente para dizer "não" ao pacto dos corruptos e "sim" à soberania popular.

Senador Jorge, termino pedindo...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... para entregar a V. Exª, na condição aqui de Vice-Presidente do Senado, um manifesto assinado pelo Fórum Nacional de Educação. É muito importante que a sociedade brasileira tome conhecimento desse manifesto.

O fórum, Senador Jorge Viana, é uma conquista da sociedade, porque é uma instituição do Estado brasileiro. O fórum, portanto, é uma instância que conquistamos através da Lei nº 13.005, a lei que instituiu o novo Plano Nacional de Educação. O que vem a ser o fórum? É um espaço formado por mais de 50 entidades, todas elas vinculadas à luta em defesa da educação no nosso País. Esse fórum tem um papel importantíssimo, institucional, de acompanhar, Senadora Gleisi, não só as metas, as estratégias do novo Plano nacional da educação; de monitorá-lo, de avaliá-lo. A esse fórum, por exemplo, compete coordenar as conferências nacionais...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... as conferências municipais, as conferências estaduais. Volto a dizer: isso não é um órgão de Governo, Senador Jorge Viana. É um órgão do Estado brasileiro, uma conquista, que tem um papel muito importante frente à luta em defesa da educação no nosso País.

Pois bem. Simplesmente, o Governo biônico, na semana passada, através do Ministério da educação, publicou uma portaria e extinguiu todos os cargos de confiança que cuidavam da estrutura e funcionamento do Fórum Nacional de Educação. O que significa isso? Significa o desmonte do Fórum Nacional de Educação.

Entrego a nota a V. Exª. Eu também, como integrante do FNE, como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, vou levar este assunto para ser debatido na quarta-feira, na Comissão de Educação, porque nós não vamos aceitar que o Governo golpista...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... cometa mais esse ataque aos interesses da educação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Rapidamente, concedo a palavra à Senadora Gleisi para a última comunicação inadiável. Em seguida, ao Senador Alvaro.

Peço aos colegas que fiquemos nos cinco minutos, porque vou ter de passar a transmissão para a Comissão. Então, vamos seguir com falas, mas a TV vai transmitir a reunião da Comissão.

Após a Senadora Gleisi, eu estou como orador inscrito. Dará tempo, temos até as 16h10.

Senadora Gleisi, V. Exª tem a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Senado, eu não quero aqui falar novamente da situação da defesa da Presidenta Dilma na Comissão do Impeachment. Vários colegas Senadores e Senadoras que me antecederam falaram dessa situação. E eu espero sinceramente, Sr. Presidente, que agora, na reunião que nós vamos ter, às 16h, que está para começar, a gente possa resgatar a normalidade do funcionamento da Comissão, em nome inclusive da respeitabilidade que tem o Senado da República na nossa sociedade. E penso que, com isso, a gente também resgata um mínimo de tempo necessário para que a gente possa fazer uma defesa equilibrada da Presidenta Dilma diante dessa violência a que ela está sendo submetida, que é o processo de *impeachment*.

Mas eu queria falar de outro assunto aqui, que tem a ver com esse Governo interino, com o Governo do Presidente Michel Temer. Trata-se das conquistas que este Governo teve nessas duas semanas. Conquistas, sim, porque foram comemoradas pelo Governo e particularmente por ele.

Chegou à Presidência por meio de uma conspiração junto ao Parlamento, mais especificamente à Câmara dos Deputados. Um golpe, sim, o afastamento da Presidenta Dilma, uma mulher que teve 54 milhões de votos, eleita legitimamente pelo povo. Foi um golpe, alegando que ela tinha de ser afastada por ter cometido crime de responsabilidade. Ou seja, um atentado ao Orçamento ao não verificar e ao não colocar em prática as normas orçamentárias e de responsabilidade fiscal que determina a nossa legislação. Foi por isso que ela foi afastada.

Pois bem. O Vice-Presidente Michel Temer chega à Presidência interinamente. E as duas vitórias que ele comemora são vitórias exatamente que ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal e que ferem o Orçamento da União.

A primeira delas é o aumento do déficit público. Isso mesmo. O Vice-Presidente patrocinou um aumento do déficit orçamentário de R$96,8 bilhões para R$170 bilhões. Ou seja, quase o dobro daquilo que a Presidenta Dilma tinha previsto. A Presidenta sabia que nós precisávamos de um déficit nas contas públicas. Ou seja, deixar de pagar um pouco os juros, aumentar um pouco a dívida, mas não comprometer programas sociais, não comprometer o direito dos trabalhadores, não comprometer o direito da maioria do povo pobre deste País.

Mas o que fez o Vice-Presidente ao chegar ao poder? Aumentou esse déficit, mas não disse para onde esse recurso ia, não disse o que ia pagar, não disse o que ia fazer com praticamente o dobro do déficit que tinha sido enviado ao Congresso Nacional.

E a outra vitória que comemorou o Presidente interino Michel Temer foi o aumento geral dado, o reajuste geral dado ao funcionalismo público federal, que, num primeiro momento, tem um impacto de R$58 bilhões, mas pode chegar a R$100 bilhões.

Eu não estou aqui questionando a legitimidade do aumento dado a muitas categorias de servidores públicos, inclusive a reivindicação justa que muitas vezes esses servidores têm. Aliás, uma parte considerável desses reajustes foi negociada pelo Governo da Presidenta Dilma e veio a este Congresso com essa negociação. Mas todos aqui se lembram como a Presidenta foi criticada ao tentar segurar esses reajustes e realmente direcionar esses reajustes para as categorias, para os setores do funcionalismo que mais precisaram.

V. Exªs lembram-se aqui de como a Presidenta foi criticada ao negar o reajuste, por exemplo, para o Poder Judiciário. Ela segurou. O que fez o Vice-Presidente Michel Temer ao chegar à Presidência da República? Liberou geral. Liberou geral.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mandou para cá reajustes para todos os setores do funcionalismo, principalmente para a elite dos servidores públicos. Isso vai ter um impacto perverso nas contas públicas, porque um dos aumentos que ele concedeu foi exatamente no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos subsídios. Os subsídios dos ministros do Supremo passarão agora de R$33 mil para R$39 mil por mês.

Primeiro, para que fazer esse aumento, sendo que esse já é o maior salário que nós temos na República? Portanto, em um momento de crise, os maiores salários não precisam ser corrigidos. Mas há outro problema maior nisso: esses salários representam o teto do funcionalismo, e, toda vez que esses salários são corrigidos, há uma correção quase que automática em vários outros setores. Na Magistratura, com certeza, porque, ao subir para R$39 mil no Supremo, não só haverá reajustes na Magistratura federal, no Superior Tribunal de Justiça e nas varas federais, como também isso dá condições para que os juízes de nível estadual tenham reajustes nos seus salários. E aí vai a Procuradoria, vai a Advocacia-Geral da União, enfim, todas as carreiras jurídicas que tenham referência nos salários dos Ministros do Supremo.

Mas não é só isso, os políticos também. Porque, a partir do momento que o Supremo reajusta, aqui também vai implicar reajuste. A Câmara dos Deputados já está preparando a proposta de reajuste dos Deputados, que virá para cá também, como o reajuste dos Senadores. E nós temos que ser contra, não podemos admitir. Aliás, não podemos admitir nem esse aumento para...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... os salários do Supremo Tribunal Federal.

E há outro agravante: a Presidenta Dilma, quando mandou a negociação com algumas categorias, mandou no projeto de lei a redução do seu salário em 10% e a redução do salário dos seus ministros. Esse projeto simplesmente foi ignorado, não veio de novo no projeto do Vice-Presidente, do Presidente interino Michel Temer. Ou seja, além de não reduzir os salários, ainda está propondo um aumento dos salários através do limite do teto dos salários dos Ministros Supremo Tribunal Federal.

Há inclusive um projeto meu aqui, um projeto de resolução, que está na CCJ, que também tem uma redução dos salários dos Parlamentares, dos Senadores desta Casa e dos Deputados. Infelizmente, isso também não prosperou.

Bom, para encerrar, Sr. Presidente, eu queria lamentar aqui essa postura do Presidente Interino Michel Temer, porque...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... na realidade, além de ser contraditória com o que ele disse o tempo inteiro, que ele seria austero nas contas, e de contradizer também os argumentos que derrubaram a Presidenta da República, ela é um Robin Hood ao contrário, porque ela está garantindo o salário de quem tem estabilidade, tem emprego e ganha mais. E, ao mesmo tempo, para equilibrar o Orçamento Público, ele está propondo desvincular o salário mínimo da Previdência – ou seja, não ter mais reajuste real –; diminuir os recursos do Minha Casa, Minha Vida; diminuir o Bolsa Família e também fazer a reforma trabalhista para que os trabalhadores abram mão dos seus direitos em troca do emprego.

Então, eu queria deixar isso registrado. Eu vou voltar a este tema, Sr. Presidente, porque acho que esse é um dos maiores atentados que este Governo golpista está fazendo ao País e aos seus trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senadora Gleisi, pela compreensão.

E sou orador inscrito e teria 20 minutos, mas vou abrir mão disso no espírito de ouvir os demais colegas, Paim, Alvaro e o próprio Moka. E passo a Presidência para fazer uso da tribuna como orador inscrito, seguido do Senador Alvaro Dias.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro colega Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a V. Exª a compreensão.

Já já a Comissão processante que aprecia o *impeachment* vai se reunir. Conversei ainda há pouco com o Presidente Raimundo Lira e acho que há um entendimento, Senador Moka. V. Exª não faz parte, mas tem acompanhado outros colegas que fazem parte. Foi muito ruim a última reunião. Eu não sou membro da Comissão, mas acho que se está chegando a um bom termo, a um entendimento, porque quando se chega a prazo que a defesa requer... O que se estava querendo era apenas manter os prazos apresentados pelo Relator, Senador Anastasia, e me parece que hoje é possível ter esse entendimento. Tomara que isso ocorra, porque pelo menos nesse aspecto o Senado tem que fazer a condução, independente das posições apresentadas, para que passe ao País que, nos aspectos de garantia de direito de defesa, há uma concordância dos demais colegas.

Sr. Presidente, quero me referir a um artigo muito interessante que li do Luciano Huck. Antes, porém, quero fazer um comentário. A situação segue se agravando muito no nosso Pais, principalmente na política que afeta a economia, e na economia que afeta a política. O fato é que, na situação que nos encontramos, com a Presidenta Dilma, que foi eleita nas urnas por 54 milhões de brasileiros, afastada por essa Lei do Impeachment, que é da década de 50, uma lei que também dá uma contribuição muito negativa para o País.... Por que não reformamos essa lei antes para que ela pudesse ser adequada aos tempos atuais? E aí nós temos um Presidente interino.

Agora mesmo eu lamento e faço aqui um apelo no sentido de que não haja esse tipo de ação, pois penso que é um desrespeito com o próprio Senado, quando se tenta estabelecer limites até para o funcionamento do Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidente, que é a Presidente da República, apenas está afastada enquanto a Comissão julga. Há restrição alimentar, controle de acesso e agora também controle de deslocamentos da Presidente.

Ficam questionando por que a Presidenta tem que viajar. Ora, ela é a Presidente eleita. O interino é o Presidente Michel Temer. Então, faço um apelo aos que ocupam o Palácio que não criem mais problemas onde já temos de sobra. Não custa nada nós cumprirmos a Constituição. Eu espero que o Presidente do Supremo se posicione sobre isto. A Presidenta Dilma não é meia Presidente.

Ela está afastada, mas foi eleita. E foi afastada por uma lei que agravou ainda mais a situação que o nosso País vive. Faço esse registro mais no sentido de um apelo para que as autoridades que hoje controlam o Palácio no Planalto não caiam nessa armadilha do olho por olho, que só divide mais o País, só agrava mais a crise.

Fico também estarrecido ao ler os jornais hoje, pois isso mostra que faliu completamente o sistema político-partidário deste País. E não é contra o PT, não é contra um partido ou outro. Quando se faz um apanhado dos partidos que têm maior número de envolvidos nesses esquemas todos, o PT é o terceiro partido colocado, pois vêm antes o PP e depois o PMDB, Sr. Presidente.

E aí, nós que já tínhamos uma história de uma moeda chamada barusco, por conta de R$200 milhões que a Lava Jato identificou de desvios, temos agora uma outra, em que o Sr. Cerveró falou em meio bilhão de reais! Falou que, no Governo Fernando Henrique, foram desviados US$100 milhões, num único contrato! E aí ficam tentando jogar a culpa no PT ou no Governo da Presidenta Dilma. É o sistema político brasileiro que está definitivamente contaminado. Nós vamos ter que fazer uma reforma política com uma Constituinte exclusiva. E, não duvido, como estamos caminhando aceleradamente para o agravamento da crise, vamos ter que pensar numa alternativa que pacifique aqueles que têm interesse de verdade em tirar o Brasil desta crise.

Não vou me referir ao editorial do *The New York Times* hoje, não. Mas acho que todos nós, independentemente de partidos, temos que refletir, especialmente aqui no Senado, que o caminho que nós pegamos de um *impeachment* sem tipificação de crime, com dois Presidentes neste País, não é solução; é agravamento da situação. E nós vamos ter que conversar suprapartidariamente e restabelecer a democracia no nosso País.

Mas, Sr. Presidente, queria aqui fazer outro registro. No meu Estado do Acre, o Governador Tião Viana sofreu muito, de 2010 para cá, quando começou a acolher refugiados que lá chegavam sem nenhum comunicado, nessa onda de refugiados no mundo inteiro e que, na Europa, são milhões. Aqui, por conta do terremoto que houve no Haiti, o Acre começou a viver um drama que não tinha como deixar de lado. Passaram no Acre, de 2010 para cá, 37 mil haitianos em busca de refúgio no Brasil, depois do terremoto que houve em seu país. Senegaleses foram mais de 5 mil. O Governador Tião Viana teve que consumir, com suas secretarias, com o

apoio do Governo Federal, somas enormes de dinheiro por conta desse ato humanitário. Foi criticado, xingado, injustiçado, inclusive pelo governo de São Paulo, porque estava tentando socorrer essas pessoas.

Li hoje um artigo muito bonito do Luciano Huck. Ele esteve no Haiti há uma semana. Viu de perto a história, a miséria, o sofrimento daquele povo. E eu peço, Sr. Presidente, para constar nos *Anais do Senado*, a transcrição desse artigo do Luciano Huck. É importante ver nossos artistas, apresentadores pondo o pé na estrada, vendo a realidade do nosso povo, sem a barreira dos limites dos países. Nós vivemos no mesmo Planeta, sofremos as mesmas mazelas. E fico triste quando vejo que o Presidente Lula foi atacado e nosso Governo também por ter estendido a mão para os pobres, para os miseráveis.

Foi o governo do Presidente Lula que tirou o Brasil do mapa da fome. E foi criticado por isso. Luciano Huck foi ao Haiti. Estou falando isso porque vivemos o drama. Quantas viagens fiz para os acampamentos lá no Acre, que só agora foram encerrados? Isso porque o Governo do Brasil criou uma política de acolher todos que procuram vir para o Brasil a partir de Porto Príncipe.

Luciano viu uma criança. Ele dizia sobre essa criança:

> Ele estava completamente nu [diz num artigo, no jornal *O Globo* de hoje]. Não tinha mais do que 4 anos. E, nu, brincava no meio do esgoto, descalço, na companhia de três ou quatro porcos que faziam o mesmo.
> Longe de casa? [Pergunta Luciano Huck.] Não, ele estava a menos de 15 metros da porta [da sua casa]. Lá sua mãe cozinhava – não na calçada, porque ali nem havia calçada, mas do lado de fora do casebre – uma sopa na qual nem os porcos pareciam interessados.

O artigo é muito forte, mas é muito importante, e fiz questão de fazer constar aqui, neste momento de crise, porque é isto que importa: é o ser humano, é a vida, são os que sofrem.

Diz Luciano Huck:

> O cheiro de tudo aquilo era indescritível, nunca havia inalado nada parecido. Algumas poucas cabras também circulavam por ali. Curiosamente, ratos e urubus, não [...]
> O menino parecia feliz, sorria. Afinal, ele estava em casa e próximo da sua família.

Luciano Huck descreve o drama que viveu nessa viagem que fez ao Haiti, elogia as Forças Armadas brasileiras que estão lá e diz que foi a única coisa positiva que viu no País. Estão lá, levando solidariedade, e merecem aqui esse registro também.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas ele fala que, depois do terremoto que matou mais de 200 mil haitianos em 2010 – e quase todo mundo deste nosso País fez algum gesto no sentido de ser solidário e de mandar algo –, certamente as doações foram roubadas, porque nada mudou naquele País.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo esse registro e cumprimentando o Luciano Huck – nunca falei pessoalmente com ele, mas é muito conhecido de todos nós, brasileiros –, porque são atitudes como essa, artigos como esse que despertam a consciência, o princípio ético para quem vive na política, para quem tem oportunidade de fazer algo pelos que mais sofrem, pelos que não têm, pelos que não sabem, pelos que não podem.

Portanto, que possa constar nos *Anais do Senado Federal*, esse artigo escrito pelo Luciano Huck que foi publicado no jornal *O Globo.*

E aqui também aproveito para...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... mais uma vez, reconhecer o (*Fora do microfone.*) extraordinário trabalho feito pelo Governador Tião Viana, que sofreu críticas duras por conta do trabalho humano de estender a mão para 37 mil haitianos que passaram pelo Acre, buscando uma melhor sorte no Brasil. Eu me envolvi nesse trabalho, outros tantos também, e ainda bem que fizemos isso, independentemente de sermos reconhecidos ou não.

Um depoimento do Luciano Huck mostra a importância do trabalho que fizemos lá no Acre, quando abraçamos aqueles que não conhecíamos, aqueles que queriam apenas seguir em frente, buscar um documento para se estabelecer no Brasil, como um porto seguro, como um refúgio para aqueles que fugiam e buscam fugir da miséria que o Haiti, ainda, teimosamente, para afrontar a maior economia do mundo, há poucos quilômetros de distância, os Estados Unidos, e todos nós, seres humanos, que habitamos este Planeta.

Fica aqui esse registro e o pedido para constar nos *Anais* esse artigo do Luciano Huck.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
– 'Depois do que vi, acho que a Humanidade não deu certo', diz Luciano Huck sobre Haiti.

'Depois do que vi, acho que a Humanidade não deu certo', diz Luciano Huck sobre Haiti

Apresentador relata, em artigo, o sofrimento que viu no país mais pobre das Américas



Ele estava completamente nu. Não tinha mais do que 4 anos. E nu, brincava no meio do esgoto, descalço, na companhia de três ou quatro porcos que faziam o mesmo.

Longe de casa? Não, ele estava a menos de 15 metros da porta. Lá sua mãe cozinhava — não na calçada, porque ali nem havia calçada — mas do lado de fora do casebre, uma sopa na qual nem os porcos pareciam interessados.

O cheiro de tudo aquilo era indescritível, nunca havia inalado nada parecido. Algumas poucas cabras também circulavam por ali. Curiosamente, ratos e urubus não. Como não tinham "donos", os exemplares dessas aves devoradoras de lixo e os roedores da região já foram comidos pela população.

O menino parecia feliz, sorria. Afinal, ele estava em casa e próximo da sua família.

Escrevo este texto, distante no máximo 5km de onde aquele menino deve estar dormindo agora.

O sono dos justos, em uma casa paupérrima e sem energia elétrica. Nada mais injusto.

Estou sob um mosquiteiro, num confortável alojamento do Brabat 23, o 23° Batalhão do Exército Brasileiro. Onde? Em Porto Príncipe, capital do Haiti.

Vim para ver e tentar entender o que o Brasil está fazendo aqui. E senti orgulho. Confesso que foi a única coisa que me trouxe algum sentimento positivo nesses últimos dias. Mas volto a este assunto mais à frente.

Peço desculpas por talvez carregar um pouco na tinta das próximas linhas, mas estou com o estômago embrulhado. E não é por causa do esgoto, do cheiro, dos porcos, do lixo... nada disso. Depois de tudo o que vi hoje, em Cité Soleil, uma favela com mais de 300 mil habitantes à beira do maravilhoso mar turquesa do Caribe, acho que definitivamente a Humanidade não deu certo. Falhamos.

Não é justo alguém viver naquelas condições. E não estou nos sertões africanos, onde a miséria toma conta de boa parte do território continental. Bem ao contrário, estou a uma hora de voo da maior e mais rica economia do mundo. Não dá tempo nem de ouvir a narração de uma partida de futebol durante a viagem. Os Estados Unidos estão logo ali na esquina.

Em função do meu trabalho, e do prazer que tenho em ouvir e tentar ajudar a encontrar caminhos, já entrei e vivi experiências riquíssimas em favelas encravadas em todas as regiões do Brasil; Norte, Nordeste, Sul, Sudeste... mas nunca vi nada sequer parecido com o que vi e vivi hoje no Haiti.

Se em 2010, depois do terrível terremoto que matou mais de 200 mil haitianos, você fez alguma doação destinada à reconstrução do país caribenho, muito provavelmente seu dinheiro foi roubado. Porque aqui nada foi reconstruído. Começando pela dignidade humana.

O sentimento é de que deveríamos dar um restart no mundo. Começar de novo.

Entender que o mundo mudou. Que a informação que viajava na velocidade de um cavalo há 200 anos hoje trafega de mão em mão, de celular em celular, mais rápido que o pensamento.

Não podemos acreditar que fronteiras geopolíticas justifiquem a miséria absoluta, nem aqui nem logo ali. Que aquele menino cresça naquele ambiente, naquela sujeira, naquela miséria e que não possamos fazer nada por ele. Que mais uma vez a política só cuide de alguns. Ou pra ser mais preciso, do bolso de alguns.

Faltam lideranças com pensamentos de fato modernos, de fato inclusivos, de fato transformadores. Espero que a minha geração possa viver a era da transformação verdadeira, mas neste momento estou descrente, não vejo este caminho nem rascunhado. Nem aqui no Haiti, nem no Brasil, nem nos EUA, nem no mundo. Você acredita que alguém como Donald Trump possa inspirar o mundo nessa direção? Eu não.

Em função do meu trabalho, e do prazer que tenho em ouvir e tentar ajudar a encontrar caminhos, já entrei e vivi experiências riquíssimas em favelas encravadas em todas as regiões do Brasil; Norte, Nordeste, Sul, Sudeste... mas nunca vi nada sequer parecido com o que vi e vivi hoje no Haiti.

Se em 2010, depois do terrível terremoto que matou mais de 200 mil haitianos, você fez alguma doação destinada à reconstrução do país caribenho, muito provavelmente seu dinheiro foi roubado. Porque aqui nada foi reconstruído. Começando pela dignidade humana.

O sentimento é de que deveríamos dar um restart no mundo. Começar de novo.

Entender que o mundo mudou. Que a informação que viajava na velocidade de um cavalo há 200 anos hoje trafega de mão em mão, de celular em celular, mais rápido que o pensamento.

Não podemos acreditar que fronteiras geopolíticas justifiquem a miséria absoluta, nem aqui nem logo ali. Que aquele menino cresça naquele ambiente, naquela sujeira, naquela miséria e que não possamos fazer nada por ele. Que mais uma vez a política só cuide de alguns. Ou pra ser mais preciso, do bolso de alguns.

Faltam lideranças com pensamentos de fato modernos, de fato inclusivos, de fato transformadores. Espero que a minha geração possa viver a era da transformação verdadeira, mas neste momento estou descrente, não vejo este caminho nem rascunhado. Nem aqui no Haiti, nem no Brasil, nem nos EUA, nem no mundo. Você acredita que alguém como Donald Trump possa inspirar o mundo nessa direção? Eu não.

Produzimos mais de 12 horas de um riquíssimo material jornalístico, que em breve irá disseminar nos lares brasileiros uma mensagem positiva e de esperança.

Vou dormir. Espero algum dia acordar em um mundo mais justo. Pode parecer piegas, e é. Mas não é utopia.

**Luciano Huck é apresentador de TV*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra, de imediato, ao Senador Alvaro Dias. Na sequência, falarão o Senador Moka, o Senador Cristovam, o Senador Acir e eu. (*Pausa.*)

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é evidente que há um tema recorrente nesta Casa, o tema "*impeachment*". Logo mais, estaremos reunidos na Comissão Especial do Impeachment, para dar prosseguimento ao seu itinerário. O outro tema irrecusável é o que diz respeito à Operação Lava Jato. Não há como ignorar o que está acontecendo no País, a partir dessa histórica operação que certamente mudará os destinos do Brasil, alterando o conceito de justiça e, certamente, alterando também a cultura da atividade política no Brasil.

É claro que há razões que também nos empurram para esta tribuna, para a abordagem de outros problemas. A vida do povo brasileiro foi alcançada pelos petardos provocados pela crise política que agrava a crise econômica, que promove um caos social e que faz alargar o desemprego, infelicitando milhões de famílias brasileiras.

Hoje eu venho a esta tribuna, Senador Moka, preocupado com o drama vivido pelos homens das estradas do País, os caminhoneiros. Eu acompanho, através da internet, grupos que se organizam para debater os seus problemas. E, há poucos dias, recebi um vídeo produzido através de um aparelho celular que mostra, pontualmente, o drama que vivem esses trabalhadores do volante: um caminhoneiro, em uma estrada vicinal, focalizava a sua carreta sem nenhum dos pneus. Era uma estrada vicinal, em meio a uma mata. O caminhoneiro foi sequestrado, foi amarrado em meio à mata, e roubaram todos os pneus da sua carreta. Ele ficou sem comunicação, sem socorro, numa situação desesperadora. E aí ele relata o drama que viveu e o drama que vivem os seus colegas trabalhadores nas estradas do Brasil, sem segurança e sem o olhar do Governo, porque as suas reivindicações não são atendidas. E nós fomos refletir sobre a causa dessa tragédia que há também nas estradas.

Os erros na política econômica dos últimos anos – isso já é, de certa forma, consensual –, os sucessivos erros nos levaram a esta crise sem precedentes E é evidente que, quando há o anúncio de que o Governo está propondo e aprovando no Congresso um aumento que implicará despesas da ordem de R$56 bilhões, os brasileiros desempregados, que hoje são bem mais que os 11 milhões anunciados, certamente se revoltam.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Se nós formos analisar a dívida pública que cresceu, se nós formos analisar essa política de subsídios que favoreceu grupos econômicos de outros países através do BNDES, nós vamos entender por que os caminhoneiros brasileiros estão desesperados. Não há nenhuma dúvida

de que essa é uma das causas centrais da crise e da derrocada do setor de transportes no Brasil, que se tornou insustentável, tornando também insustentável a sobrevivência econômica dos caminhoneiros.

A falta de informações claras sobre a real situação econômica do País, a propaganda sobre as safras recordes na agricultura e a baixa taxa de juros disponibilizada pelo BNDES incentivaram muita gente a renovar ou aumentar as suas frotas. Além disso, de acordo com especialistas, muitas empresas de outros setores e até profissionais liberais se interessaram e acabaram ingressando no transporte rodoviário de cargas.

Hoje, o quadro é tumultuado, catastrófico. A realidade econômica do País deixou de ser escondida, a atividade econômica despencou, a safra agrícola não cresceu tanto, e as tarifas de fretes caíram. Atualmente, inúmeras empresas estão pedindo recuperação judicial, e outras abrindo falência. Também é expressivo o número de caminhoneiros autônomos que estão abandonando a profissão por não conseguirem pagar as parcelas de financiamentos de seus caminhões, sendo obrigados a entregá-los para o banco para quitar as dívidas. O sonho virou pesadelo.

Diante da política de incentivo do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Eu vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é para concluir, não.

Quero cumprimentar V. Exª. Vamos fazer um apelo. Houve gente que entrou com requerimento aqui, e esse projeto belíssimo em que nós todos trabalhamos vai de novo para uma série de comissões.

Então, queria aproveitar a fala de V. Exª – estou descontando seu tempo – para solicitar àqueles que entraram com o requerimento que o retirem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pois não. Exatamente, Senador Paim.

Diante da política de incentivo do Governo, muitos caminhoneiros empregados acabaram pedindo demissão das empresas onde trabalhavam, iludidos de que poderiam se tornar caminhoneiros autônomos, com remuneração mensal bem maior do que a que recebiam como empregados. Foram enganados, e muitos hoje se encontram em situação crítica.

Com o objetivo de fomentar a fabricação e comercialização de caminhões e carretas, o Governo autorizou o BNDES a financiar, com taxas de juros subsidiadas, a aquisição desses bens. Hoje, os caminhoneiros sofrem com a saturação do mercado e com o excesso de frota.

A falta de planejamento não pode ser creditada às pessoas físicas e jurídicas. Foram iludidas por um governo que maquiou as contas públicas durante anos. Talvez uma grande empresa com boa equipe econômica tivesse se atentado para as dificuldades, o que não poderia ser exigido de um pai de família que sonhava com aumento de renda e não contava com assessoria econômica especializada.

Estimular pessoas físicas e jurídicas ao endividamento sem a elas ter informado a realidade sobre a grave crise econômica, que estava sendo maquiada, é seguramente a pior traição que poderia ser feita àqueles que sonhavam contribuir com o crescimento do Brasil e melhorar a vida de suas famílias.

Além do engodo governamental que desestruturou o setor, os caminhoneiros sofrem com diversas outras dificuldades. Por exemplo, o valor de insumos do setor teve aumento considerável, o que se reflete no custo operacional e tem peso direto no bolso dos caminhoneiros e das empresas de transporte de cargas. Diante da crise econômica, fica impossível repassar esse custo ao valor do frete, o que faz reduzir drasticamente a margem de lucro. Não bastasse a desaceleração econômica, as más condições da malha rodoviária brasileira fazem com que os custos de manutenção sejam potencializados. O caminhão quebra, o pneu fura.

Diante das dificuldades enfrentadas, os caminhoneiros estão reivindicando a redução do preço do óleo diesel; o cumprimento das leis que beneficiam a categoria, como a Lei da Estadia e do Vale-Pedágio; um piso salarial definido para a categoria e a criação de novos postos da Polícia Rodoviária Federal. Muitos defendem, mesmo em caráter experimental por algum tempo, a aplicação da lei da jornada de trabalho para todos os caminhoneiros, situação que poderia provocar uma valorização dos fretes. Trata-se de uma pauta a que o atual Governo, junto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, deve dar uma atenção especial. É por isso que nós estamos na tribuna, Senador Paulo Paim, para pedir atenção especial para essa pauta ao novo Governo.

Além de o segmento ser o responsável maior pelo transporte de cargas, dele depende um número significativo de famílias, e muitos não têm condições de apenas esperar a melhora da situação econômica do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo. Sei que há aqui urgência, já que lá a Comissão está à espera e que outros Senadores desejam fazer uso da palavra.

Muito obrigado a V. Exª.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Alvaro Dias!

Leio o seguinte requerimento:

"Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal [...]."

Só quero informar a todos que, a partir deste momento, a transmissão ao vivo já se encontra na Comissão, mas que continuamos pela internet. A fala de todos nós será reproduzida à noite da mesma forma. Por isso, vamos continuar com a sessão normalmente, como sempre fizemos.

Só quero concluir a leitura do voto de pesar e passarei a V. Exª a palavra:

Requerimento nº 407/2016

> Nos termos do art. 218 [...] do Regimento do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do [...] companheiro [e líder] de longas caminhadas [de longa jornada] Jorge Gilberto Leite (Flexa), ex-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, por duas vezes. Essa Associação [dos Aposentados de Caxias] é a mais antiga do Brasil.
>
> Nos anos 80, ele integrou a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Também fez parte da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul e da Confederação Nacional de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Vou encaminhar esse voto de pesar para todos os seus familiares, para a Srª Cleusa de Abreu Leite, esposa, e para os filhos, Wedson Leite, Ana Paula Leite, Diego e Ana Alice. Também o enviarei para a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, para a Federação dos Aposentados, da qual ele fez parte, e para a Associação de Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul.

Esse é o requerimento. (**Íntegra do Requerimento nº 407/2016 vide item 1.2.1.8 do sumário**)

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Waldemir Moka, nosso Senador.

Já vai, Moka! Desculpe-me. Eu estava atendendo o nosso Senador. V. Exª tem direito a 20 minutos. A palavra está com V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já falei isto aqui e vou repetir: vários Senadores se revezaram, nesta tribuna, criticando o Presidente interino. Não tenho nenhuma procuração para defender o Presidente interino, e todos que me conhecem sabem que tenho uma posição de muita independência. Mas algumas coisas, Sr. Presidente, não há como nós nos resignarmos em ouvir e ficarmos quietos. É como se aquilo fosse uma verdade absoluta.

Começo dizendo o seguinte – vamos lá: Bolsa Família. O orçamento que veio para este ano, ou seja, que foi elaborado ainda no Governo anterior – não gosto de citar nomes, mas todos sabem a quem me estou referindo –, tinha qualquer coisa em torno de R$15 bilhões. Ele foi simplesmente reduzido a R$7 bilhões.

Quanto à questão de diminuir o Minha Casa, Minha Vida, ela começa dizendo que tem muito menos dinheiro este ano para as construções do Minha Casa, Minha Vida do que nos anos anteriores. Esse é um ponto. Tudo bem, é tempo mesmo de sacrifício. Mas por que não dizer a verdade? Por que falsear isso?

O mesmo ocorre com a questão do Bolsa Família. Ele também foi reduzido. Os valores foram, todos eles – todos! –, uns mais, outros menos, reduzidos, pela questão do ajuste fiscal. Agora, não é justo querer colocar isso em cima de um governo que, há 20 ou 22 dias, está em exercício interinamente. Essa é uma questão que me incomoda.

Há outra coisa que me incomodou muito nesse fim de semana. Foi dada uma cobertura exaustiva, dizendo o seguinte: a Comissão Especial do Impeachment retirou da Presidente Dilma o tempo de defesa.

Sr. Presidente, o Relator-Geral, o Senador Antonio Anastasia, havia dado 15 dias. A Senadora Simone Tebet, que é jurista e que tem, posso garantir, uma formação muito sólida – ela tem mestrado e doutorado em Direito Público –, disse que isso havia mudado e que, para as chamadas alegações finais, em vez de 15 dias, seriam cinco dias, podendo, inclusive, ser feita uma sustentação oral. Não quero entrar nesse mérito.

Ocorre que a versão que vem é uma versão assim: "Tiraram o prazo da Presidente Dilma de se defender." Dizem isso como se aqueles que lá estavam – e eu sou um daqueles – quisessem encurtar o prazo da Presidente Dilma. Não faço parte disso! Quem decidiu isso nem foi o Plenário, mas foi o próprio Presidente, que consultou o seu principal consultor Jurídico, que, aliás, é o mesmo dessa Mesa, que é o mesmo que está ao lado do nosso Presidente. E foi dado ganho de causa à questão de ordem. Era uma questão de ordem formulada que ele decidiu positivamente. Não chegou a ser votada no plenário, Sr. Presidente. Foi recorrida ao Presidente do Supremo, como deve ser. Então, não houve, em momento algum, nenhuma votação do Plenário.

Aí fica a imagem de que eles querem diminuir o prazo de quem está lá. Sou um daqueles que acho que o prazo tem de ser o prazo normal. Agora, não são 15 dias, são cinco dias. Se a lei diz que são cinco dias, então têm de ser cinco dias. "Ah, mas vamos dar 15 dias, para não parecer que estamos encurtando." Aí se entra num

caminho, na minha avaliação, perigoso, porque, se forem flexíveis em determinado ponto, podem ser flexíveis em outro.

Acho que tínhamos de seguir rigorosamente o que diz a lei e, é claro, respeitar a decisão do Presidente da Suprema Corte. Aí não há o que se decidir.

Pois muito bem, todas essas questões dizem as coisas com muita clareza. Não precisamos absolutamente de nenhuma agressão!

E aquilo que aconteceu lá? O tempo todo, o advogado de defesa, que parecia que era um Parlamentar, a toda hora, levantava uma questão de ordem, pedia a palavra pela ordem, não sei o quê. Não conheço isso em lugar nenhum, nunca vi isso em lugar nenhum! Chega-se ao ponto de, em determinado momento, evidentemente, haver uma revolta contra aquilo. É uma questão de bom senso. "Não, vou fazer cinco ou seis." Mas 20 ou 30? O que é isso?

Então, quanto a todas essas coisas, quero da tribuna dizer que esse é o meu sentimento. É o sentimento de alguém que não está lá, que pode ter até posição formada. Mas eu jamais seria indigno de querer diminuir prazo de alguém, principalmente em se tratando de defesa. E não fiz isso.

Outra coisa ouço aqui a toda hora, a todo instante. Isto é o que me dói, porque fiz parte de uma geração que lutou pela redemocratização deste País e que não aceita essa coisa de golpe, de não sei o quê, de não sei o quê! Qual é o golpe que está sendo dado, com as instituições funcionando, com tudo o que tem aí? Meu Deus do céu! Qual é o golpe que há aqui? Aqui isso está sendo discutido abertamente, democraticamente. Ninguém aqui, em momento algum... O que entendo por golpe é aquilo que aconteceu no Brasil em 1964: assumiram o poder, fecharam o Congresso, fecharam praticamente as instituições.

Sobem aqui também falando da questão do Haiti, que eu lamento. Eu vi aquilo também. É chocante aquilo tudo. Mas nós não precisamos ir muito longe. Vá à Venezuela, onde se chegou a um ponto em que as pessoas não têm o que comprar. Elas têm dinheiro, mas não têm o que comprar. Chegou-se a um desespero tamanho! Lá o funcionalismo funciona duas vezes por semana. Mas isso não está em jogo, ninguém fala nada disso. Isto é o que não pode haver: dois pesos e duas medidas. Aquilo que está errado... Aquilo também tem de estar errado aqui. Não é possível! Está lá o cara governando com mão de ferro! E as pessoas estão passando necessidade de primeiro gênero mesmo. E é como se nada estivesse acontecendo.

Mas, como eu não gosto de ficar falando dessas coisas aqui, quero me ater ao nosso País. O que acontece aqui é o seguinte: neste momento, aqui, principalmente no Senado, nós temos de pensar seriamente no País, em que nós vamos fazer para tirar o País dessa crise e para acabar com isso.

"Ah, não sei o quê! Não! A queda de braço volta ou não volta? Não sei, quem entrou lá é indeciso, não sei o quê, não sei o quê." Cada um vai ter o seu voto. Se acharem que isso é coisa de esperto ou de inteligente, eu profundamente discordo. Eu acho que um homem que é político e que não tem lado, Sr. Presidente, não tem fundo. Essa é a verdade. Há muito tempo, ouvi isto: político que não tem lado não tem fundo. Então, essa é uma questão que precisa... O cara muda de posição. É claro que qualquer um pode mudar! Mas o faz sem nenhum tipo de argumento! Não há nada que possa justificar aquilo ali.

Agora, eu não vou ficar aqui patrulhando nenhum Parlamentar. Mas essa é uma coisa que a população inteira está ouvindo, está vendo. Está atenta a tudo aquilo que está acontecendo. Lamentavelmente, isto aqui não ajuda o Senado, não ajuda o Congresso brasileiro.

O Congresso, neste momento, tinha que ter uma resposta, uma resposta firme. O Presidente, por exemplo, decidiu na sessão passada? Não. A questão de ordem está decidida. Ele não pode mais recuar daquilo. Por quê? Porque, meu Deus do céu, como é que vai ficar?!

Então, nós somos os antidemocráticos que estamos querendo diminuir a coisa, e ainda lançam a nota aí!

Eu acho que há coisa muito mais importante para se preocupar – aí, sim, de fato e de direito – do que essa questão da Comissão do Impeachment. Aí, sim. Aí, eu acho que há, realmente.

Sou daqueles que não têm essa coisa. A minha independência é sagrada.

Eu acho que essa questão que está acontecendo, nós podemos, aqui, no Senado, mudar, exatamente no sentido de fazer com que as coisas aqui aconteçam, primeiro, com transparência; segundo, sem incoerência.

Houve esta questão mesmo: a Câmara acabou de votar não sei quantos bilhões de reais. Eu quero passar um pente fino, eu quero ver isso, eu quero ver de perto o que representa isso. Agora nós estamos dando aumento. Daqui a pouco, nós estaremos cortando de gente que tem muito menos, e a injustiça será muito grande. É muito incoerente isso.

Eu quero ter a liberdade de ver, com muita clareza, aquilo que vai vir da Câmara para votarmos aqui, no Senado.

Não é possível! Nós estamos passando por um problema sério de crise e nós não vamos, então, olhar para este lado, o lado do que isso vai representar no orçamento do País? Representa o que a mais? Exatamente

para quem? Quem são os beneficiários disso? E os coitados que não fazem parte de associação, que não são organizados? Esses não têm direito? Vão ficar do jeito que estão? Não, não concordo com isso.

Eu acho que essa é uma questão que precisa aqui, no Senado, ser melhor tratada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Waldemir Moka.

Agora, o Senador Acir Gurgacz, como Líder do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, muito se tem falado a respeito de desenvolvimento sustentável, ou de sustentabilidade, especialmente nas universidades e nos órgãos ambientais, mas também nas indústrias, nos governos e nas datas comemorativas ligadas às questões ambientais, como a que iniciamos nesta semana, declarada pela ONU como a Semana Mundial do Meio Ambiente, sendo que, ontem, dia 5 de junho, comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente.

É verdade que o conceito de sustentabilidade traz em si as vertentes econômica, social e ambiental e precisa estar presente no modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso País. Mas, se precisarmos definir esse modelo de desenvolvimento, o mais apropriado seria falarmos em desenvolvimento humano, apontando a melhoria da qualidade de vida das pessoas integradas ao meio ambiente como uma grande meta a ser atingida por todos. Como eu sempre digo, precisamos inserir o homem nas discussões sobre meio ambiente, pois o homem faz parte da natureza, está integrado ao meio ambiente e não vive sem ele.

É verdade que o homem tem causado um grande impacto ambiental na busca pelo progresso, pelo desenvolvimento, mas esse mesmo homem também é capaz de criar ferramentas, tecnologias, políticas e modelos de desenvolvimento capazes de promover uma convivência mais harmoniosa com o meio ambiente, do qual ele é parte.

A exploração que fazemos dos recursos naturais tem mudado muito nos últimos séculos. Hoje, conhecemos a capacidade limitada de renovação dos recursos naturais e das fontes de energia para suprir as necessidades humanas. Por outro lado, temos tecnologia e recursos para promover o uso sustentável desses recursos. Além disso, celebramos acordos mundiais para tentar assegurar a sustentabilidade do Planeta, como os acordos climáticos, pela redução da emissão de gases de efeito estufa, a Convenção da Biodiversidade, a Agenda 21 e os acordos de produção e consumo sustentáveis.

Temos grandes desafios pela frente, e o principal deles é fazer com que cada ser humano se integre mais à natureza e seja consciente do seu compromisso com o meio ambiente. Cada pessoa precisa saber que o consumo excessivo de água, de alimentos e de bens materiais compromete a capacidade de suporte do Planeta Terra e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Faço esta introdução conceitual sobre a temática ambiental, sob um ponto de vista bem pessoal, para falar de alguns aspectos da nossa economia, da infraestrutura e da qualidade de vida dos brasileiros, especialmente dos brasileiros que vivem na Amazônia, principalmente lá no nosso Estado de Rondônia.

O nosso Estado de Rondônia, Sr. Presidente, tem apresentado, nos últimos dez anos, um ritmo de crescimento bem acima do da média nacional, com um incremento da ordem de 7% no seu PIB a cada ano, em média.

O crescimento de nossa economia ocorre, em grande medida, por conta de uma agricultura forte e diversificada, em que a pecuária e a produção de grãos – de soja, de milho, de arroz e de café – dão uma grande parcela de contribuição, mas que têm uma base consolidada na agricultura familiar, resultado do processo de reforma agrária que deu origem ao nosso Estado, colonizado praticamente por agricultores que migraram das regiões Sul e Sudeste do País.

Em Rondônia, 74% da produção agrícola vêm exatamente da agricultura familiar.

Porém, ao mesmo tempo em que temos um bom ritmo de crescimento, ainda enfrentamos muitas dificuldades, muitos problemas sociais, ambientais e estruturais que limitam a qualidade de vida da população rondoniense. Muitas dessas dificuldades são impostas a Rondônia simplesmente por ela fazer parte da Amazônia Legal, onde vivem 25 milhões de brasileiros. Muita gente ainda insiste em enxergar toda essa área, que ocupa 60% do Território brasileiro, como uma grande floresta ou como um único ambiente, quando se trata de uma região de muitos contrastes.

Esses problemas ocorrem principalmente pela ausência do Estado brasileiro nesses rincões da Amazônia por falta de uma estrutura adequada para o desenvolvimento de nossas cidades; por falta de regularização fundiária, de limites ambientais à produção agrícola e também pela falta de fiscalização ambiental.

Em todos os Estados da Amazônia, o produtor rural tem que manter 80% de sua propriedade com reserva legal, além de manter as Áreas de Proteção Permanente (APPs) em encostas e nas margens dos rios, que, na Amazônia, são bem maiores do que em qualquer outro bioma brasileiro.

Essa é uma situação que pode ser muito bem compreendida para o Estado do Amazonas, onde as condições ambientais são mais frágeis, o modelo de ocupação foi completamente outro, diferentemente do nosso Estado de Rondônia, concentrado na ocupação urbana de Manaus. E a política de desenvolvimento está centrada na indústria eletroeletrônica e de manufaturados instalada na Zona Franca de Manaus, mas muito difícil de ser aplicada no Estado de Rondônia, resultado de uma política de colonização agrária em pequenas propriedades de solo fértil e, portanto, muito favorável à agricultura.

É evidente que, para superar essas dificuldades, estamos desenvolvendo uma agricultura sustentável, de baixo carbono, integrada à floresta, mas, mesmo assim, o rigor da legislação ambiental, que é igual para a Amazônia inteira, está limitando em muito a capacidade de produção de nossos agricultores familiares e a economia do nosso Estado de Rondônia. E isso não me parece sustentabilidade.

Por isso, trabalhamos pelo reconhecimento do Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado e para que a produção agropecuária seja mantida nas áreas consolidadas, como conseguimos definir no Código Florestal, sancionado há exatamente quatro anos. Conseguimos, ali, com o Código Florestal, colocar o equilíbrio entre o cuidado com o meio ambiente e a produção. Temos que produzir, cuidando do meio ambiente.

O uso mal intencionado da questão ambiental também é feito para limitar nossa infraestrutura.

Não conseguimos recuperar direito nossas estradas, portos e aeroportos, assim como não estamos conseguindo reconstruir a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, por conta de supostas questões ambientais.

Enquanto isso, a população da região leva de cinco a oito dias para fazer esse percurso pelos rios Madeira e Amazonas, em embarcações conhecidas como gaiolas, na maioria das vezes dormindo em redes. Isto também não me parece sustentabilidade. Aliás, a BR-319 é o caminho da sustentabilidade.

A reabertura dessa rodovia é o caminho para que possamos seguir adiante num modelo de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ela representa a possibilidade de instalarmos na Amazônia uma fiscalização efetiva e eficiente sobre as atividades ilegais que afetam a floresta, poluem os rios e afetam todo o ecossistema.

Hoje, o desmatamento ilegal, o garimpo ilegal, o tráfico de drogas e de animais silvestres ocorrem sem qualquer controle efetivo dos órgãos ambientais e das forças policiais, pois não há como eles chegarem até os locais onde esses crimes estão sendo praticados, pois não há uma estrada boa que permita o acesso rápido da fiscalização.

Com a reabertura da rodovia e a instalação de postos de fiscalização do Ibama, do Ipaam, da Sedam, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Receita Federal, do Exército, que já se dispôs a participar dessa fiscalização, vamos assegurar a proteção da floresta.

Do jeito que estava até pouco tempo atrás e ainda está hoje, a BR-319 é um caminho para a destruição da floresta, do desrespeito ao povo amazônida e da manutenção de um território em que a ausência do Estado permite um ambiente para a prática de todas as ilegalidades possíveis.

O desejo da população do Amazonas, de Roraima e do nosso Estado de Rondônia é ver essa rodovia completamente reconstruída, com pavimentação asfáltica que assegure a integração da Amazônia por vias terrestres e o direito constitucional de ir e vir com segurança e conforto, bem como a promoção do turismo ecológico e do escoamento da produção de hortifrutigranjeiros de Rondônia para os mercados de Manaus.

Portanto, neste momento em que comemoramos a Semana do Meio Ambiente, entendo que é oportuno discutirmos de forma bem pragmática o modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil e retirarmos os falsos entraves ambientais que atrapalham nosso desenvolvimento. Queremos o desenvolvimento sustentável, mas, sobretudo, que ele melhore a qualidade de vida das pessoas onde quer que elas vivam.

Entendo que a conservação da Floresta Amazônica é muito importante para o equilíbrio ambiental do Planeta, mas o mundo inteiro que se beneficia deste inestimável serviço ambiental prestado pela Amazônia precisa contribuir para compensar financeiramente a região e a população que vive nessa região. Está na hora de o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade chegarem também ao ser humano, principalmente na Amazônia.

É muito fácil falar de sustentabilidade na Avenida Paulista, em Copacabana, em Paris ou em Nova York. Quero ver o mesmo discurso lá em Porto Velho, nas cidades do interior de Rondônia, lá nos rincões da Amazônia, onde, em um calor de 40 graus e em salas de aula sem ar-condicionado, com apenas um quadro-negro e giz, milhares de alunos recebem o ensino fundamental e médio de professores que ainda não possuem ensino superior.

Sustentabilidade, lá nos rincões de Rondônia e na Amazônia, se faz melhorando a qualificação e os salários dos professores, construindo escolas, contratando médicos especializados, equipando os hospitais e postos de saúde, melhorando as escolas e as universidades e investindo em mais infraestrutura, em estradas e rodovias para integrar a Amazônia e integrá-la ao Território nacional. Sustentabilidade em Rondônia se faz com a duplicação completa da BR-364, a espinha dorsal de Rondônia, avançando na proposta de concessão da rodovia.

Concordo com o Secretário-Executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República, Moreira Franco, quando diz que precisamos rever o atual modelo de concessão se queremos atrair o capital privado, para que possamos ter as rodovias, portos, ferrovias e aeroportos necessários para exportar nossa produção de forma mais competitiva. E também concordo com ele quando diz que precisamos avançar na redução da burocracia e ter mais agilidade no processo de licenciamento ambiental.

Muitas obras fundamentais para o desenvolvimento do País estão paradas por conta de questões ambientais não resolvidas ou por divergências em especificações técnicas ou de orçamento, além das obras que foram paralisadas por essas questões. Foi para evitar a paralisação de obras públicas de infraestrutura após a concessão – vou repetir –, após a concessão...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... das licenças ambientais que apresentei, em 2012, a PEC 65. Seu objetivo é justamente evitar que obras públicas já iniciadas e com todo o processo de licenciamento aprovado sejam interrompidas intempestivamente por conta de novos questionamentos ou de questões ambientais que possam ser resolvidas administrativamente.

Fiz essa proposta de emenda à Constituição por entender que a paralisação de uma obra após o licenciamento ambiental gera grandes prejuízos aos cofres públicos e transtornos à população, sendo que as questões ambientais podem ser equacionadas através de medidas mitigatórias, de compensação ambiental e social.

Nosso objetivo com a PEC 65, de 2012, é o de assegurar a continuidade das obras de infraestrutura pública no País, jamais de acabar com o processo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Use todo o tempo de que V. Exª precisar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente.

Vou repetir. O nosso objetivo, com a PEC 65, de 2012, é o de assegurar a continuidade das obras de infraestrutura pública no País; jamais, jamais de acabar com o processo de licenciamento ambiental. A interpretação equivocada da matéria possivelmente decorre da leitura do texto normativo, que, reconheço, pode ser aperfeiçoado para que fique explícita na emenda constitucional a exigência do processo de licenciamento ambiental.

Portanto, com base nas discussões com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal e a sociedade, através dos canais de interação do Senado, vamos apresentar uma emenda aperfeiçoando a PEC 65, quando submetida à votação no plenário do Senado.

O novo texto diz o seguinte: a apresentação e a aprovação do estudo prévio de impacto ambiental importam autorização para a execução da obra, que não poderá ser administrativamente suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face do não atendimento de outros quesitos legais ou de fato superveniente. Portanto, está claro no novo texto que a aprovação do estudo prévio de impacto ambiental e os aspectos legais dizem respeito ao processo de licenciamento.

De toda maneira, o debate sobre a PEC 65 continua em aberto, e espero que possamos avançar com rapidez no aperfeiçoamento da legislação ambiental. Entendo que é necessário aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental no País, principalmente para resolver a demora injustificada na concessão de licenças; as exigências burocráticas excessivas; as decisões pouco fundamentadas; a contaminação ideológica do processo; e até mesmo a ausência de normas legais para regulamentar todas as etapas desse processo.

A obtenção de licenças ambientais e a realização de desapropriações precisam estar contempladas na etapa de planejamento e podem ter seus processos aprimorados. No caso do licenciamento ambiental, os atrasos advêm tanto da falta de planejamento quanto da baixa qualidade dos estudos de impacto ambiental e da demora do Ibama em analisar os projetos. Para aperfeiçoar o licenciamento ambiental, os marcos legais precisam ser revisados. E é isso que propomos com a PEC 65.

É evidente que a atualização da legislação precisa manter os instrumentos de controle já consagrados, ampliando os mecanismos de combate à corrupção, mas reduzindo consideravelmente a burocracia. Para isso, creio que chegou a hora de realizarmos um esforço conjunto do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para assegurar a boa aplicação do dinheiro público.

As instituições e as estruturas do Governo precisam reconhecer essa necessidade, dialogar com a sociedade e também conversar entre si para resolver os problemas do nosso País. Entendo que este momento é importante para que possamos avançar nessas questões de reformas, principalmente de obras de infraestrutura do nosso País.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Imediatamente, passamos a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wellington Fagundes, quero, em primeiro lugar, deixar registrado nos *Anais* da Casa que realizamos hoje pela manhã uma grande audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, com três plenários lotados: o 13, o 15 e o 6. Essa audiência pública foi uma sequência de outras que realizamos desde a época do adicional de periculosidade sobre o projeto que transformamos em lei, apresentado pela Senadora Vanessa e do qual fui o Relator, e outro projeto de que fui autor, que criou o Dia Nacional do Profissional da Área de Segurança – no caso, o vigilante.

E, hoje pela manhã, também fruto de uma audiência que realizamos lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul – da qual a segunda audiência de hoje foi um desdobramento –, eu recebi a redação final de um projeto de lei que institui o piso nacional para o profissional de segurança privada (vigilante) e dá outras providências. Essa lei regulamenta o piso salarial profissional para os profissionais de segurança privada, tal como previsto no inciso V do art. 7º da nossa Constituição. O piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada que exercem a função de vigilante será de R$3 mil mensais. Qualquer alteração anual será baseada na correção pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é calculado pelo IBGE. Se houver um acordo para mais com o setor empregador, tudo bem; se não, o piso será corrigido pelo menos pela inflação correspondente ao INPC. Estiveram lá outros profissionais vigilantes que não são da área privada. Eu explicava a eles que, a partir da conquista para esse setor, eles poderão estender no mínimo o mesmo piso para a atividade deles, pelo princípio da isonomia. Foi-me dito também que há policiais militares, enfim, pessoas que trabalham também na segurança, cujo piso hoje não chega a R$2 mil.

É preciso se mobilizar, pressionar, porque eu acho que isso é o mínimo do mínimo. Com R$3 mil, se você calcular todos os descontos que terão de pagar de Imposto de Renda ou mesmo para a Previdência e outras contribuições que eles têm de fazer, o salário deles será em torno de R$2,3 mil, R$2,4 mil – isso é mais do que justo. Por isso, eu mantenho a posição. Apresentei já o projeto, no dia de hoje; ele, naturalmente, vai para as comissões e eu espero que os relatores deem o parecer favorável.

Sr. Presidente, hoje, na abertura dos trabalhos, eu fiz questão de ler um voto de pesar à família, porque perdemos um grande líder dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, que foi o Jorge Gilberto Leite, o Flexa. Há cerca de três anos e meio, ele sofreu um AVC, ficou imobilizado, em estado de coma, durante três anos e meio e veio a falecer nesse domingo.

Flexa era um grande amigo de mais de 40 anos. Nos anos 1980, ele integrou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul e região; fez parte da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul; fez parte da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos); e foi Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul, minha cidade natal, por duas vezes. Essa é a associação mais antiga do Brasil, a número um.

O Flexa – não preciso nem ler aqui o que está escrito – foi um lutador. Sempre defendeu os trabalhadores de todas as áreas, mas se dedicou muito, muito mesmo a defender os idosos, os aposentados e pensionistas. Flexa parte depois de ter cumprido a sua missão aqui entre nós com muita competência, com muita elegância, com muita capacidade e uma enorme honestidade.

Eu me lembro do Flexa ainda quando jogávamos no mesmo time, o Eberle, lá de Caxias do Sul – eu era centromédio e o Flexa era ponta-esquerda. Ele era muito bom, jogava muito bem. Um dia ele foi indicado pelo grupo de jogadores para falar comigo, me elogiando e dizendo que eu era um excelente jogador. Era tão bom e, na visão deles, tão preparado que eu fui convidado, Senador Presidente, a virar treinador do time. Na verdade, eu fui eleito treinador, mas o que eles queriam mesmo era me tirar da função de centromédio. E me encheram de elogios, me botaram no banco. Eu virei treinador do time, e o Flexa, com muita elegância, disse isto: "Ó Paim, tu és o melhor, tu és o bom, tal; então, tu vai ser o nosso treinador". O nosso treinador acabou

indo embora, e assim eu virei treinador do Eberle, com muito orgulho. Tivemos inúmeras vitórias, mas eu me lembro dessa história do Flexa.

Lembro-me de uma outra também, meu querido Flexa, que está lá no alto, quando fazíamos jantares, fazendo aquilo que chamam "vaquinha" entre nós. Era na casa de cada um. Eu tinha uma casinha simples, uma garagem aberta com telha de zinco, mas ali cabiam todos. E, como na casa do Flexa não tinha aquela garagem aberta de zinco e com paus de eucalipto, era ali que nós nos reuníamos quando competia a ele e também a mim patrocinar o local, já que todos ajudavam.

Enfim, Flexa, de você eu só tenho lembranças boas – um guerreiro, um lutador. Por isso, eu digo aqui, no encerramento: perdi um verdadeiro amigo, daqueles que a gente conta nos dedos da mão – um guerreiro, um irmão. Sei que ele está com Deus, que ele está feliz, mas fica aqui, daqueles que te amavam e te amam, com muito carinho – teus familiares, teus amigos –, daqueles com quem você, de uma forma ou de outra, circulou, dos que o conheceram, esta mensagem: ficaremos todos com saudade.

Vai, Flexa, voa como uma flecha, como assim você atuava na ponta-esquerda dos times em que jogamos. Vai, Flexa, descanse em paz. Um dia, com certeza, a gente vai se encontrar.

Gostaria que esse voto fosse enviado para a Srª Cleusa de Abreu Leite, esposa, e para os filhos Wedson Leite, Ana Paula Leite, Diego e Ana Lice; que fosse encaminhado também à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), à Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (Fetapergs), e também à Associação de Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul.

Este é o requerimento, Sr. Presidente, sobre o qual eu fiz uma rápida introdução na abertura.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitar este momento, no tempo de que eu disponho, para – além de pedir que considere na íntegra o pronunciamento que eu faço em homenagem ao Flexa e em solidariedade à família e os amigos, o voto de pesar – fazer uma comunicação.

Sr. Presidente, nós vamos realizar no dia 6 de julho, das 8h30 às 13h, no Auditório Petrônio Portela, o seminário "Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) – Desafios para a Concretização de Direitos". Já há mais de 300 pessoas inscritas.

É a Lei nº 13.146, de 2015, de minha autoria, mas que teve quatro Relatores. Os quatro Relatores estarão presentes e vão comentar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Romário foi o Relator no Senado, Celso Russomanno foi um dos Relatores na Câmara, Mara Gabrilli também foi outra Relatora na Câmara e há um Senador que hoje não está mais no Congresso, está no seu Estado, que foi também Relator da matéria e confirmou a presença. Não está aqui o seu nome, mas ele já confirmou sua presença. Ele fez um belíssimo trabalho na redação e discutiu com as APAEs a importância de termos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Fica aqui essa lembrança. Vou fazer uma rápida exposição sobre o que consta nesse Estatuto. Registro que esse movimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência é de minha autoria e lembro aqui que o Senador que fez um belo trabalho tanto na Câmara quanto no Senado já confirmou a sua presença.

Venho à tribuna para fazer uma reflexão. No próximo dia 6 de julho, portanto, daqui a 30 dias, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, completará um ano da sanção presidencial. O convite que ora fazemos é para um seminário que vai acontecer no dia 6 de julho, quarta-feira, a partir das 8h30, aqui no Senado, no auditório Petrônio Portela.

O Senador Flávio Arns, de quem tanto falei aqui, estará presente. Ele é Secretário do Governo de seu Estado, mas confirmou a sua presença. Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Além de contar com a participação de inúmeros Senadores, inclusive com a do Relator da época, Senador Flávio Arns, teremos também Deputados, especialistas e lideranças sociais de todo o País. O título do evento será "O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Desafios para a Concretização de Direitos". Estarão lá empresários, trabalhadores, a Apae, que já confirmou sua presença, e inúmeras outras entidades.

A reflexão é sobre os caminhos para a implementação dos avanços trazidos pelo Estatuto. O seminário tem o objetivo de debater o papel do Estado e da sociedade na aplicação da nova lei. Nesse sentido, é necessário pensar as ações de um modo transversal, incluindo todos os Poderes constituídos e todas as esferas de Governo: União, Estados, Municípios e o DF.

É preciso entender também que o engajamento da sociedade civil é imprescindível para que os avanços trazidos pelo Estatuto signifiquem uma transformação nos bons conceitos daquilo que querem as pessoas com deficiência. Dessa forma, trazer o Estatuto para a realidade das pessoas é o desafio que se apresenta. Dada a importância e a abrangência do tema, o evento de 6 de julho não encerará as discussões, que continuarão num processo permanente de ampliação e evolução de conceitos e da sua aplicação. Esse processo deve envolver os vários atores na implementação e no monitoramento das ações e políticas públicas de inclusão.

Senhoras e senhores, a sanção do Estatuto da Pessoa com Deficiência significou o início de um novo momento. Novos conceitos estão ali incorporados ao escopo legal brasileiro, trazendo consigo os desafios

inerentes a essa transformação. Para esses desafios, todos são chamados, todos são instigados a uma revisão de suas percepções do ser humano.

Sr. Presidente, qual é o papel de cada um de nós nesse momento de mudanças? Essa é a reflexão que temos de fazer, esse é o chamado que o seminário propõe, com o maior carinho que podemos ter com as pessoas com deficiência.

O evento contará com quatro mesas. A primeira será composta pelos relatores que, num bate papo, contarão a trajetória do Estatuto e apontarão para um futuro bem melhor para todos com a sua implementação.

A segunda mesa, além de ter a presença do Senado Inclusivo, contará com as entidades representativas dos segmentos das pessoas com deficiência, que farão uma análise do Estatuto com a realidade da sociedade, levantando os desafios e apresentando as propostas para a concretização de direitos.

Informamos também que, além de intelectuais, artistas, personalidades, estarão também empresários que, no dia a dia de suas empresas, aplicarão também os novos conceitos do Estatuto.

A terceira mesa abordará a transversalidade da caminhada do Estatuto e os desafios dos Poderes. Nessa mesa serão debatidos os entes da Federação e os impactos das ações de cada esfera de poder na vida das pessoas com deficiência. Aqui, os Municípios, por meio de sua representação, serão chamados a assumirem suas responsabilidades na implementação da íntegra do Estatuto. Afinal, é no Município que vivemos que os impactos das políticas públicas são sentidos de fato diretamente na vida de todos.

Tendo como eixos norteadores a inclusão e a acessibilidade, o Estatuto revoluciona ao redefinir a deficiência. Em vez de enumerar em uma lista de impedimentos corporais o que vem a ser deficiência, o Estatuto define que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

No conjunto de mudanças fundamentais colocadas pelo Estatuto está, por exemplo, a Tomada de Decisão Apoiada. Por meio deste mecanismo, a pessoa com deficiência mental ou intelectual pode escolher uma ou duas pessoas de sua confiança para lhe prestarem apoio na tomada de decisões sobre atos da vida civil. Com isso, o Estatuto inverte a lógica da incapacidade da pessoa com deficiência, pois possibilita que ela expresse sua vontade e que essa vontade seja respeitada.

Por meio deste instrumento, a lógica passa a ser, Sr. Presidente, a do exercício da capacidade civil. A interdição judicial deverá ser usada apenas em casos extremos, nos quais a pessoa não possa efetivamente demonstrar sua vontade.

Eu sempre digo que o Estatuto traz uma nova forma de se perceber o ser humano. Quando eu digo isso, estou falando, por exemplo, na transformação de uma visão que generaliza e exclui para uma visão que individualiza e humaniza a relação com o próximo.

Sr. Presidente, as mudanças trazidas pelo Estatuto, num primeiro momento, podem parecer pontuais, mas a grande transformação de fato é cultural. Basta olhar os artigos que proíbem que gestores de escolas públicas recusem a matrícula de alunos em razão da sua deficiência. Ou que escolas particulares cobrem taxas, o que é um absurdo, naturalmente, adicionais pelo mesmo motivo. Em outro artigo, o Estatuto veda a recusa da oferta de obra intelectual em formato acessível, mesmo que a alegação seja a proteção de direitos de propriedade intelectual. O que está claro nesses artigos é a igualdade no acesso à educação e à cultura, bens indispensáveis na construção de seres humanos autônomos e críticos.

É nesse contexto, Sr. Presidente, que se insere o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que traz benefício para 45 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

É também nesse contexto de transformações que devemos nos colocar; é dentro dessa atmosfera de revisão de princípios e conceitos que devemos fazer as nossas reflexões sobre nosso papel diante da realidade à qual precisamos chegar, afinal, além de estar nas consciências, seus conceitos precisam estar nos corações, na alma, refletindo assim na vida de todas as pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria ainda, Sr. Presidente, sobre esse tema, destacar aqui a participação, além dos relatores de que já falei, da Abridef, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, do Conad, da Apae Brasil, do Senado Inclusivo, a participação forte também do Interlegis e toda a cobertura aqui do sistema de comunicação do nosso Senado da República.

Agradeço esse cartaz, que foi uma produção da Gráfica do Senado. A criatividade dos artistas é muito simbólica, mostra a transformação com as borboletas, a grande transformação que se dá desde o momento em que ela vem, vai se transformando e se transforma numa linda borboleta.

Sr. Presidente, eu queria, no encerramento, deixar aqui presente na Casa o calendário das viagens já confirmadas para o debate sobre temas como a Previdência, a questão da regulamentação da profissão de educador, a questão do trabalho escravo, a questão da terceirização, a questão do negociado acima do legislado, a questão das reformas que estão propondo, não só na CLT, mas também na Previdência.

Dia 16 de junho, às 13h, estaremos na Assembleia Legislativa do Paraná. Às 15h, na mesma Assembleia, estaremos debatendo Direitos dos Trabalhadores, Previdência, Combate ao Trabalho Escravo, Terceirização, Negociado acima do Legislado e a própria NR-12.

Dia 17 de junho, às 14h, será na Assembleia Legislativa de Santa Catarina: Direito dos Trabalhadores, Previdência Social, Trabalho Escravo, Terceirização, Negociado acima do Legislado e o Direito dos Servidores Públicos, combatendo principalmente o PL 257.

No dia 20 de junho, o debate será sobre Direito dos Trabalhadores, Previdência Social, Trabalho Escravo, Terceirização e Negociado acima do Legislado, Direito dos Servidores Públicos, na caminhada que queremos fazer para derrotar o PL 257. Local: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, esse movimento todo que estamos fazendo está sob nossa coordenação, mas também representa uma grande frente ampla suprapartidária, intersindical, que trabalha com associações e movimentos sociais. Esse movimento, que chamo simplesmente, porque acho que o nome cabe bem, de Frente Ampla Brasil é composto pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores; pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social; frente parlamentar mista em defesa dos trabalhadores rurais; Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; Frente Parlamentar Mista de Combate à Discriminação; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia; Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo; frente parlamentar mista em defesa dos servidores públicos; e Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Aposentados e Pensionistas; e também, nessa composição, está a frente parlamentar mista em defesa do emprego e da distribuição de renda.

Sr. Presidente, nos últimos dois minutos, eu só queria deixar registrada essa importante contribuição que recebi do Sindireceita.

> Alternativas para enfrentar a crise – Proposta dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil. [Sem retirar um centavo, um só direito dos trabalhadores da área pública, privada e também dos trabalhadores da área rural.]
> Como forma de colaborar para que o Brasil saia da crise, os Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil reuniram um conjunto de propostas que tem por objetivo ampliar a arrecadação fiscal sem o aumento da carga tributária e a criação de novos impostos [sem retirar um único direito dos trabalhadores].
> As medidas que compõem o estudo "Alternativas para enfrentar a crise fiscal - Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil" podem ser implementadas imediatamente sem a necessidade sequer de mudanças legislativas[...].
> De acordo com dados da própria Receita Federal, existe...
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... Sr. Presidente, aqui é bem rápido, no máximo um minuto e meio.

> De acordo com dados da própria Receita Federal existe um volume de R$1,49 trilhão de créditos tributários de pessoas físicas e jurídicas em cobrança, que representam quase 22 vezes o valor que o Governo Federal precisa arrecadar, que é de R$64,9 bilhões, para cobrir o chamado déficit previsto na Lei Orçamentária Anual e a meta superavitária.
> Do crédito total em cobrança, R$1,17 trilhão são de cerca de 68 mil pessoas jurídicas, que possuem dívidas acima de R$1 milhão. Também existem R$235,56 bilhões de tributos devidos por pessoas jurídicas passíveis de cobrança imediata. 'É sobre esse estoque de créditos em cobrança que a Administração da Receita Federal deveria atuar de forma mais firme e imediata. O cenário de crise fiscal aguda exige da administração da Receita Federal deveria atuar de forma mais firme e imediata. O cenário de crise fiscal aguda exige da administração da Receita Federal uma postura diferente, o foco nesse momento tem que ser a cobrança desse passivo tributário monstruoso', reforça a presidente do Sindireceita.
> Somente nas Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) existem R$913 bilhões em tributos devidos sob discussão administrativa.

Segue link do estudo na íntegra: http://sindireceita.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Alternativas-para-enfrentar-a-crise-fiscal-revisada-final.pdf

Aqui, Sr. Presidente, nós estamos apontando que esse é o caminho.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste País, quem paga tudo corretamente paga muito e quem sonega, quem rouba, quem frauda, quem vai para corrupção não paga nada. Por isso, nós poderíamos arrecadar cerca de R$1,5 trilhão, no mínimo – um trilhão, não estou falando de bilhão; há aqui outros números em bilhões –, se houvesse cobrança devida daqueles que roubam, na verdade, o dinheiro público.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu peço que fiquem registrados nos *Anais* da Casa todos os documentos a que me referi aqui.

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, existem ocasiões que temos que subir a essa tribuna para falarmos de assuntos que nunca gostaríamos de tratar, mas, infelizmente as perdas e partidas fazem parte da vida do ser humano.

Neste final de semana tive uma grande perda. Não apenas eu, mas todos os moradores da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Falo da partida do amigo Jorge Gilberto Leite, o "Flexa" – "Flexa escrito com "X" como ele mesmo falava. Jorge partiu com apenas 64 anos de idade.

Há três anos ele se encontrava acamado por conta de um AVC.

Desde então teve que se afastar do que mais gostava que era lutar em prol dos aposentados e pensionistas.

Foram mais de 40 anos de convivência, desde a nossa juventude, estudou no Senai, como colegas de trabalho, de futebol, mas de forma mais intensa na luta em defesa dos aposentados.

Flexa foi presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul (AAPOPECS) por dois mandatos, associação essa a mais antiga do Brasil. Integrou na década de 1980 a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Foi também integrante da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul e da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Ele foi um lutador das causas desses homens e mulheres que trabalham a vida toda e que infelizmente em nosso país não são tratados com o devido respeito.

Quero aqui relatar duas pequenas histórias que sempre relembrávamos quando nos encontrávamos.

A primeira na que na época em que trabalhávamos na empresa Eberle, quando tínhamos um time de futebol, e uma vez por mês fazíamos jantares de confraternização.

Naquela época éramos todos muito humildes, mas o Flexão era um pouco mais.

A casa do Flexa não comportava realizar a janta do time, então quando era a vez dele, eu oferecia a minha casa que tinha uma garagem simples, mas que comportava a todos. Era um gesto simples da minha parte, mas que para ele ficou marcado.

Outra história, essa que ficou na minha mente, é também dos tempos de futebol também.

Eu jogava no time dele, mas talvez eu não fosse o melhor quadro do time em campo, mas o time sempre valorizava minhas opiniões.

O treinador do time foi afastado. Nesse instante o Flexa encabeçou um grupo para vir falar comigo.

Foi aí que de uma forma muito sutil e inteligente eles me convenceram a sair das quatro linhas e aí eu virei o treinador do time! Me senti honrado, mas tive a certeza que eu não era tão bom em campo!

Tenho certeza colegas senadores e sabedoras que as pessoas que partem querem ser lembradas por esses momentos simples e fraternos como os que acabo de relatar. Simplicidade com felicidade. Essa é para mim, a essência da vida!

Flexa foi descansar e lá do céu nos dará força para lutarmos nesse momento tão difícil que vivemos.

Momento em que só se fala em tirar direitos e fazer economia no tocante aos gastos sociais. Mais uma vez querem que os mais necessitados paguem a conta.

A perda do meu amigo Flexa me dará mais força para lutar contra essa "onda" de péssimas notícias para a classe trabalhadora.

Lutaremos para a recriação do Ministério da Previdência Social.

Srªs e Srs. Senadores! Eu não aceito de forma alguma o fim desse Ministério que virou uma espécie de "puxadinho" do Ministério da Fazenda.

Os trabalhadores do Brasil, os aposentados e pensionistas podem ter certeza que lutarei com todas as minhas forças para que esses ataques maléficos contra a classe trabalhadora não tenham êxito.

Agora com a partida de Flexa, sei que onde ele estiver ele vai iluminar os nossos passos. Os passos de todos aqueles que lutam pelos aposentados.

Perdi um verdadeiro amigo, um guerreiro, um irmão ... Sei que ele está com Deus. Que ele está feliz! Ficarei com saudades!

"Vai Flexa...voa aí no céu. Flexa, descanse em paz, um dia a gente vai se encontrar!"

Deixo minha solidariedade a sua esposa, dona Cleusa de Abreu leite, aos filhos Wedson Leite e Ana Paula Leite, Diego e Ana Lice.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer um convite, e propor uma reflexão.

No próximo dia 6 de julho, portanto, daqui 30 dias, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146 / 2015) completará 1 ano de sanção presidencial.

O convite é para um seminário que ocorrerá nesta data (6 de julho), numa quarta-feira, a partir das 8h 30min, aqui no Senado Federal, no auditório Petrônio Portela, e contará com a participação de senadores, deputados, especialistas, lideranças sociais de todo o país.

O título do evento será Estatuto da Pessoa com Deficiência, Desafios para a Concretização de Direitos.

A reflexão é sobre os caminhos para a implementação dos avanços trazidos pelo Estatuto e as transformações para uma nova realidade.

O seminário tem o objetivo de debater o papel do Estado e da sociedade na aplicabilidade da nova lei.

Nesse sentido é necessário pensar as ações de um modo transversal, incluindo todos os poderes constituídos e todas as esferas de governo, União, Estados, Municípios e o Distrito Federal.

É preciso entender também que o engajamento da sociedade civil é imprescindível para que os avanços trazidos pelo Estatuto signifiquem uma transformação nos velhos conceitos que ainda persistem sobre a deficiência.

Dessa forma trazer o Estatuto para a realidade das pessoas é o desafio que se apresenta.

Dada a importância e abrangência do tema, o evento de 6 de julho não encerra as discussões, que continuarão, num processo permanente de ampliação e evolução de conceitos.

Esse processo deve envolver os vários atores na implementação e no monitoramento das ações e políticas públicas de inclusão.

Srªs e Srs. Senadores, a sanção do Estatuto da Pessoa com Deficiência significou o início de um novo momento.

Novos conceitos estão se incorporando ao escopo legal brasileiro e trazendo consigo os desafios inerentes a toda transformação.

E para esses desafios, todos são chamados, todos são instigados a uma revisão de suas percepções do ser humano.

Sr. Presidente, qual é o papel de cada um de nós neste momento de mudanças? Essa é a reflexão que quero fazer... Esse é o chamado que o seminário propõe.

O evento contará com 4 mesas. A primeira será composta pelos relatores que, num bate papo, contarão a trajetória do Estatuto; a segunda mesa, além de ter a presença do Senado Inclusivo, contará com as entidades representativas dos seguimentos de pessoas com deficiência, que farão uma contextualização do Estatuto com a realidade da sociedade, levantando os desafios e apresentando as propostas para a concretização de direitos; a terceira mesa abordará a transversalidade do Estatuto e os desafios dos poderes.

Nesta mesa, por exemplo, será debatido os entes da federação e os impactos das ações de cada esfera de poder na vida das pessoas com deficiência.

Aqui, os municípios por meio de sua representação estão sendo chamados a assumirem sua responsabilidade na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Afinal, é no município que vivemos e é aí que os impactos das políticas públicas são sentidos mais diretamente na vida de todos.

Tendo como eixos norteadores a inclusão e acessibilidade, o Estatuto revoluciona ao redefinir a deficiência.

Em vez de enumerar em uma lista de impedimentos corporais o que vem a ser deficiência, o Estatuto define que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No conjunto de mudanças fundamentais colocadas pelo Estatuto está, por exemplo, a Tomada de Decisão Apoiada.

Por meio deste mecanismo a pessoa com deficiência mental ou intelectual pode escolher uma ou duas pessoas de sua confiança para lhe prestarem apoio na tomada de decisões sobre atos da vida civil.

Com isso, o Estatuto inverte a lógica da incapacidade da pessoa com deficiência, pois possibilita que esta expresse sua vontade e que esta vontade seja respeitada.

Por meio deste instrumento a lógica passa a ser a do exercício da capacidade civil, a interdição judicial deverá ser usada apenas em casos extremos, nos quais a pessoa não possa demonstrar sua vontade.

Eu sempre digo que o Estatuto traz uma nova forma de se perceber o ser humano e quando digo isso estou falando, por exemplo na transformação de uma visão que generaliza e exclui para uma visão que individualiza e humaniza a relação com o próximo.

Sr. Presidente, as mudanças trazidas pelo Estatuto, num primeiro momento, podem parecer pontuais, mas a grande transformação de fato é cultural.

Basta olhar os artigos que proíbem que gestores de escolas públicas recusem a matrícula de alunos em razão de deficiência.

Ou que escolas particulares cobrem taxas adicionais pelo mesmo motivo.

Em outro artigo o Estatuto veda a recusa da oferta de obra intelectual em formato acessível, mesmo que a alegação seja a proteção de direitos de propriedade intelectual

O que está claro nesses artigos são a igualdade no acesso à educação e à cultura, bens indispensáveis na construção de seres humanos autônomos e críticos.

É neste contexto que se insere o Estatuto da Pessoa com Deficiência. É também neste contexto de transformações que devemos nos colocar.

É dentro dessa atmosfera de revisão de princípios que devemos fazer nossas reflexões sobre nosso papel diante da realidade à qual precisamos chegar afinal, além de estar nas consciências, seus conceitos precisam estar nos corações, refletindo assim na vida de todas as pessoas.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:
– Projeto de lei do Senado de 2016 que institui piso nacional para vigilante;
– Estudo do Sindireceita sobre a Previdência Social;
– Requerimento - voto de pesar.

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providencias.

Art. 1° - Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada, tal como previsto inciso V do art. 7° da Constituição Federal

Art. 2° - O piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada que exercem a função de vigilante será de R$ 3.000,00(três mil reais) mensais.

§ 1° - O valor fixado no caput será reajustado anualmente conforme dispuser os acordos ou convenções coletivas de trabalho ou, se omissa a norma coletiva de trabalho, pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado, no mesmo período pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro índice que venha substitui-lo.

Art. 2°. – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Salário profissional não se confunde com o salário mínimo, pois esse é geral, para qualquer trabalhador, enquanto o salário profissional se refere ao salário de uma profissão ou categoria de trabalhadores.

O salário mínimo visa atender as necessidades básicas do trabalhador, enquanto o salário profissional também tem esse objetivo, mas em relação a uma categoria profissional específica.

Por outro lado, o artigo 7º, inciso V, da Constituição Federal, como consta de seu caput, constitui tipo aberto, resguardando os direitos mínimos do trabalhador, mas autorizando, ao mesmo tempo, o reconhecimento de outros direitos que visem à melhoria de sua condição social.

Sob essa perspectiva, nas hipóteses tais como os da segurança privada, em que a atividade empresarial expõe o obreiro a risco exacerbado, impondo-lhe um ônus maior que aos demais trabalhadores, em qualquer lugar do país, pois o risco de vida que um vigilante corre no Norte do Brasil é o mesmo risco que corre um trabalhador vigilante no Sul.

Não se mostra socialmente justo que um vigilante que trabalha numa instituição bancária no Norte ou nordeste do país ganhe um salário inferior ao seu igual que trabalha na mesma instituição bancária na região centro-sul do país.

O valor estabelecido nesta lei está em perfeita consonância com as necessidades do trabalhador vigilante que para exercer sua profissão necessita de manter uma qualidade de aprimoramento distinta de outras profissões.

Esta lei tem como escopo corrigir esta distorção anacrônica que ocorre do país.

Ante o exposto, peço a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2016

Senador PAULO PAIM

ESTUDO DO SINDIRECEITA SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

"Alternativas para enfrentar a crise fiscal – Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil"

Como forma de colaborar para que o Brasil saia da crise, os Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil reuniram um conjunto de propostas que tem por objetivo ampliar a arrecadação fiscal sem o aumento da carga tributária e a criação de novos impostos.

As medidas que compõem o estudo "Alternativas para enfrentar a crise fiscal – Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, podem ser implementadas imediatamente sem a necessidade de mudanças legislativas ou qualquer custo extraordinário.

De acordo com dados da própria Receita Federal existe um volume de R$ 1,49 trilhão de créditos tributários de pessoas físicas e jurídicas em cobrança, que representam quase 22 vezes o valor que o Governo Federal precisa arrecadar, que é de R$ 64,9 bilhões, para cobrir o déficit previsto na Lei Orçamentária Anual e a meta de superávit.

Do crédito total em cobrança, R$ 1,17 trilhão são de cerca de 68 mil pessoas jurídicas, que possuem dívidas acima de R$ 1 milhão. Também existem R$ 235,56 bilhões de tributos devidos por pessoas jurídicas passíveis de cobrança imediata. "É sobre esse estoque de créditos em cobrança que a administração da Receita Federal deveria atuar de forma mais firme e imediata. O cenário de crise fiscal aguda exige da Administração da Receita Federal uma postura diferente, o foco nesse momento tem que ser a cobrança desse passivo tributário monstruoso", reforça a presidenta do Sindireceita.

Somente nas Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) existem R$ 913 bilhões em tributos devidos sob discussão administrativa.

Segue link do estudo na íntegra: http://sindireceita.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Alternativas-para-enfrentar-a-crise-fiscal-revisada-final.pdf

CALENDÁRIO DE VIAGENS PELA CDH JÁ CONFIRMADAS

DIA 16 de junho
Às 13 horas
Debate sobre "Regulamentação da profissão do(a) educador(a) social"
Local: Assembleia Legislativa do Paraná

DIA 16 de junho
Às 15 horas
Debate sobre "Direito dos Trabalhadores, Previdência Social, Trabalho Escravo, Terceirização e Negociado acima do Legislado"
Local: Assembleia Legislativa do Paraná

DIA 17 de junho
Às 14 horas
Debate sobre "Direito dos Trabalhadores, Previdência Social, Trabalho Escravo, Terceirização e Negociado acima do Legislado"
Local: Assembleia Legislativa de Santa Catarina

DIA 20 de junho
Ás 14:00
Debate sobre "Direito dos Trabalhadores, Previdência Social, Trabalho Escravo, Terceirização e Negociado acima do Legislado"
Local: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Frente Ampla

(Suprapartidária, intersindical, associações e movimentos sociais)

1 – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores;

2 - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social;

3 - Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores Rurais;

4 - Frente Parlamentar Mista em Defesa das Pessoas com Deficiência;

5 - Frente Parlamentar Mista dos Homens Contra a Violência às Mulheres

6 - Frente Parlamentar Mista em Combate às Discriminações;

7 - Frente Parlamentar Mista em Defesa da juventude;

8 - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia;

9 - Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Escravo;

10 - Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Servidores Públicos.

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/16806.88205-76

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento, do amigo e companheiro de longas caminhadas, **Jorge Gilberto Leite (Flexa)**, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul/RS, por duas vezes. Essa Associação é a mais antiga do Brasil.

Nos anos 80 ele integrou a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Também fez parte da Federação dos Aposentados do RS e da COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

Existem ocasiões que temos que subir a essa tribuna para falarmos de assuntos que nunca gostaríamos de tratar, mas, infelizmente as perdas e partidas fazem parte da vida do ser humano.

Neste final de semana tive uma grande perda. Não apenas eu, mas todos os moradores da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Falo da partida do amigo Jorge Gilberto Leite, o "Flexa" – "Flexa escrito com "X" como ele mesmo falava. Jorge partiu com apenas 64 anos de idade.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/16806.88205-76

Há três anos ele se encontrava acamado por conta de um AVC...

Desde então teve que se afastar do que mais gostava que era lutar em prol dos aposentados e pensionistas.

Foram mais de 40 anos de convivência, desde a nossa juventude, como colegas de trabalho, de futebol, mas de forma mais intensa na luta em defesa dos aposentados.

Flexa foi presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul (AAPOPECS) por dois mandatos.

Ele foi um lutador das causas desses homens e mulheres que trabalham a vida toda e que infelizmente em nosso país não são tratados com o devido respeito.

Quero aqui relatar duas pequenas histórias que sempre relembrávamos quando nos encontrávamos.

A primeira na que na época em que trabalhávamos na empresa Eberle, quando tínhamos um time de futebol, e uma vez por mês fazíamos jantares de confraternização.

Naquela época éramos todos muito humildes, mas o Flexão era um pouco mais.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/16806.88205-76

A casa do Flexa não comportava realizar a janta do time, então quando era a vez dele, eu oferecia a minha casa que tinha uma garagem simples, mas que comportava a todos. Era um gesto simples da minha parte, mas que para ele ficou marcado.

Outra história, essa que ficou na minha mente, é também dos tempos de futebol também. Ele, um colorado, torcedor apaixonado do Internacional.

Eu jogava no time dele, mas talvez eu não fosse o melhor quadro do time em campo, mas o time sempre valorizava minhas opiniões.

O treinador do time foi afastado. Nesse instante o Flexa encabeçou um grupo para vir falar comigo. Foi aí que de uma forma muito sutil e inteligente eles me convenceram a sair das quatro linhas e aí eu virei o treinador do time! Me senti honrado, mas tive a certeza que eu não era tão bom em campo!

Tenho certeza colegas senadores e sabedoras que as pessoas que partem querem ser lembradas por esses momentos simples e fraternos como os que acabo de relatar. Simplicidade com felicidade. Essa é para mim, a essência da vida!

Flexa foi descansar e lá do céu nos dará força para lutarmos nesse momento tão difícil que vivemos.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/16806.88205-76

Momento em que só se fala em tirar direitos e fazer economia no tocante aos gastos sociais. Mais uma vez querem que os mais necessitados paguem a conta.

A perda do meu amigo Flexa me dará mais força para lutar contra essa "onda" de péssimas notícias para a classe trabalhadora.

Lutaremos para a recriação do Ministério da Previdência Social.

Eu não aceito de forma alguma o fim desse Ministério que virou uma espécie de "puxadinho" do Ministério da Fazenda.

Os trabalhadores do Brasil, os aposentados e pensionistas podem ter certeza que lutarei com todas as minhas forças para que esses ataques maléficos contra a classe trabalhadora não tenham êxito.

Agora com a partida de Flexa, sei que onde ele estiver ele vai iluminar os nossos passos. Os passos de todos aqueles que lutam pelos aposentados.

Perdi um verdadeiro amigo, um guerreiro, um irmão .... Sei que ele está com Deus. Que ele está feliz! Ficarei com saudades!

"Vai Flexa...voa aí no céu. Flexa descanse em paz, um dia a gente vai se encontrar!

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/16806.88205-76

Gostaria que o presente voto fosse enviado para:

1) **Sra. Cleusa de Abreu Leite, esposa, e para os filhos Wedson Leite, Ana Paula Leite, Diego e Ana Lice** - Rua Antônio Machado da Rosa, 318 Caxias do Sul-Cep.:95084.330.
2) **Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos/COBAP** – SHCS, CR Quadra 507, Bloco A, Loja 61, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.351-510.
3) **Federação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul/FETAPERGS** – Rua Siqueira Campos nº 1184, sala 1109, Porto Alegre/RS CEP 90010-001.
4) **Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul** – Av. Julio de Castilhos 1511, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Caxias do Sul/RS, CEP: 95010-00

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de convidá-lo para presidir, enquanto eu faço o meu pronunciamento.

(O Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concedo a palavra, de imediato, ao nobre Senador Wellington Fagundes, que gentilmente presidiu a sessão até este momento, para que eu pudesse fazer uso da palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, da mesma forma, com tristeza, eu gostaria aqui de prestar a minha homenagem póstuma à perda de dois genitores de famílias tradicionais da minha região.

Ao lado da minha cidade natal, Rondonópolis, existe um Município bem próximo, o Município de Pedra Preta, a cerca de 30km. Como toda a região sul do Estado, Pedra Preta surgiu da visão empreendedora de pessoas que não tiveram receio em enfrentar as dificuldades de acesso e a falta de infraestrutura. Nesse sentido, quero fazer uma homenagem especial ao Sr. Jinya Konno, um japonês que foi o primeiro habitante de Pedra Preta. Ele veio para região com a tarefa – que lhe foi dada por um amigo, o Sr. Noda Guenko – de fundar uma cidade. O Sr. Jinya Konno chegou à região em 20 de setembro de 1954, trazendo consigo sua mulher e também os seus filhos. O Sr. Jinya Konno foi um grande trabalhador. Determinado, acompanhou aquele lugar sendo habitado, apesar das enormes dificuldades impostas pela falta de infraestrutura. Para se chegar até Pedra Preta de onde ele veio, gastavam-se mais de cinco dias, nos famosos paus de arara. Hoje, Pedra Preta é uma das cidades mais promissoras do sul de Mato Grosso.

Eu fiz questão de contar essa história, para lamentar, Sr. Presidente, o falecimento, na sexta-feira passada, de Sr. Jinya Konno. Ele sofreu uma queda e passou por uma cirurgia, mas não resistiu, vindo a falecer. Junto-me ao povo de Pedra Preta para lamentar a sua morte. Certamente, o nome de Jinya Konno faz parte da história não só da região sul, mas de todo o Mato Grosso. Homens com essa envergadura deixam um legado que deve inspirar várias gerações.

Da mesma forma, eu quero aqui registrar com pesar o falecimento do meu amigo, o companheiro Sr. Eurípedes Franco Borges, de 87 anos. Ele nasceu em Quirinópolis, em Goiás, e foi pecuarista da nossa região, um tradicional pecuarista. Ele deixa sua esposa e mais quatro filhos: sua esposa, Walda Soares Borges, e os filhos Teldo, Eurípedes Júnior, Natinho e Dr. Eurival – todos eles nossos companheiros, amigos. Eu, como médico veterinário, fundei uma empresa na minha região, a empresa Agro Boi Zootec, que hoje é dirigida pelo meu filho, que, no domingo, quando fomos ao cemitério acompanhar o velório do Sr. Eurípedes, me falava como o Sr. Eurípedes o tratava com carinho, considerando-o como um grande amigo, dando aconselhamentos. Eu me lembro muito bem do meu pai, que também, da mesma forma, com todas as dificuldades, foi a pé da Bahia para aquela região, acreditando na força do trabalho, para construir a sua família. Com certeza, o Eurípedes Franco Borges, também da mesma forma, deixou uma família sólida, pessoas muito respeitadas, profissionais dos mais gabaritados, como o Dr. Eurival, que é um médico cardiologista que faz um grande trabalho naquela região, e toda a família. Fica aqui, então, a minha homenagem.

Sr. Presidente, o que também me traz hoje a esta tribuna é um comunicado que julgo importante não só para a minha carreira política em si, mas, sobretudo, em função do momento peculiar da vida nacional, que se traduz em um grande desafio. Trata-se da indicação do meu nome para ocupar o cargo de Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em tramitação na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

E por que é um desafio? Reporto-me à sessão em que tratamos do rebaixamento da meta fiscal para R$170 bilhões, número que deixa todos os brasileiros assustados. Daquele evento, nós saímos com a sensação de que se faz necessário construir o Brasil real e, para tal, começaremos a cumprir esse desafio buscando dar mais precisão ao Orçamento público, tratando-o com responsabilidade redobrada. E o faremos a partir de já.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o primeiro passo para construir aquilo que o povo brasileiro certamente mais espera, ou seja, que seja apresentado a ele a realidade, a situação de fato, sem gerar falsas expectativas.

Essa lei que vou relatar, a LDO, como todos sabem, compreende as metas e as prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO, senhoras e senhores, é o que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Eu quero dizer que vamos fazer um grande esforço para que se concretizem os objetivos que estamos propondo de elaborar as diretrizes para que seja construído um Orçamento realista, porque estamos atrasados no tempo. Temos até o dia 8 de julho para encaminhar ao Congresso Nacional o parecer da Comissão Mista de Orçamento para ser votado em plenário. Nesse período, há os prazos regimentais de emendas e proposições, além de debates em audiências públicas, e nós temos o dever e a obrigação de votar a LDO antes de votar a

Lei Orçamentária, o que não aconteceu no ano passado. Portanto, nós temos tempo exíguo, o que vai exigir de cada um de nós muito esforço.

É bom que se diga que a Lei Orçamentária, que virá depois de aprovada a LDO, é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como a mais importante depois da Constituição, mas, como sabemos, na prática, não tem funcionado dessa forma. Como sabemos, há muito o Orçamento público se tornou uma peça de ficção, quase uma mera formalidade legal. E o que queremos, repito, é enfrentar o desafio de mudar esse quadro para espelhar a realidade das contas públicas para que o cidadão tenha melhor noção daquilo que acontece na gestão. É hora, portanto, de moralizar o Orçamento, definitivamente.

E aqui cabe refletir sobre as orientações do Juiz José Maurício Conti, Professor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo. Ele sugere, e eu acato, que o Poder Legislativo precisa assumir o seu papel de dar a palavra final nessa construção da peça orçamentária.

A Comissão Mista de Orçamento é, a rigor, o foro de discussão apropriado para as decisões sobre a adequada alocação dos recursos públicos, com a definição das políticas públicas, programas e ações governamentais que serão efetivamente realizadas. Como membro titular da CMO, queremos aperfeiçoar essa dinâmica – afinal, Sr. Presidente, como manda a boa regra, é imperioso a elaboração de um Orçamento que apresente números confiáveis e representativos da realidade financeira do País, especialmente em termos de arrecadação –, de modo a evitar, por exemplo, que, logo após a publicação da lei, já se reconheçam como inatingíveis os valores previstos, motivando contingenciamentos gigantescos, como tem acontecido. Já houve casos de o Orçamento federal, antes de ter sido aprovado, ter sofrido contingenciamento, fundado nas autorizações provisórias da Lei de Diretrizes Orçamentárias que havia sido aprovada poucos dias antes, isto é, um só ato foi capaz de pôr abaixo a credibilidade dos números apresentados não só no Orçamento, mas também na LDO.

Se precisamos construir as mudanças que a sociedade está exigindo de cada um de nós, eu considero essa forma de construir o Orçamento como fundamental. Trazer de volta ou, como queiram, instituir a respeitabilidade do Orçamento público, com certeza, será um grande desafio, até para que não tenhamos que discutir, doravante, novamente, questões como a que estamos vivendo atualmente nesse processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

Aliás, a nossa sessão não está sendo transmitida ao vivo agora, Sr. Presidente, exatamente porque está lá a Comissão Especial do Impeachment discutindo isso que, na verdade, foi meramente uma questão fiscal e está fazendo com que o País viva hoje essa dificuldade toda com dois Presidentes, sendo um Presidente interino, o que leva a uma instabilidade econômica e a uma instabilidade política muito grande neste País. Porém, é o que está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem toda a razão. Eu sempre entendi que o debate do *impeachment,* que pode demorar até seis meses, não deveria prejudicar o trabalho nem das comissões, nem do plenário, mas me parece que não é assim. Noto que alguns Senadores vêm aqui e falam das 14h às 16h e depois vão para lá, e a televisão os acompanha. Eu não tenho problema com essa questão, mas acho só que a normalidade da Casa não deveria ser alterada, com o debate no plenário e o debate nas comissões, sem prejuízo das coberturas que toda mídia nacional dá, e é bom que dê, para a comissão. No entanto, desconhecer-se o plenário, como está sendo feito, e provavelmente vai ser feito nos outros dias, eu lamento. Acho que o Senado não pode parar, porque a Comissão do Impeachment está fazendo o seu dever de casa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu quero registrar que, até este momento, nós ainda não temos designado o Relator do Orçamento e que ainda não temos designados os relatores setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gravíssimo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E, daqui a pouco, poderemos viver outro problema, porque o Governo precisa funcionar. Não podemos agora, por irresponsabilidade ou por falta de agilidade do Congresso Nacional, impor que o próprio Executivo cometa outras falhas.

Hoje mesmo, houve o anúncio do Presidente da República dizendo das aeronaves que vão dar prioridade para o transporte dos órgãos. Daqui a pouco, não há recurso orçamentário para colocar o combustível na aeronave, porque pode parar o País se a Comissão de Orçamento não funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – A população nos cobra ações, mas, acima de tudo, quer ações com absoluta transparência, porque somente com transparência é que será possível projetar a realidade, sem sustos, como estamos vivendo hoje. O momento é bastante conturbado, como mostram os acontecimentos.

A prova maior do desarranjo que precisa de solução está nos índices de desemprego. Lamentavelmente, segundo o IBGE, o índice de desemprego atingiu a marca de 11,2% no trimestre encerrado em abril. Traduzindo em números, a população desocupada, ou sem emprego, já chega à casa de 11,4 milhões de brasileiros.

Também foi divulgado outro número preocupante, que confirma a maior recessão dos últimos 25 anos. O Produto Interno Bruto registrou queda de 0,3% em comparação com os três meses anteriores, segundo o IBGE. Foi a quinta queda trimestral seguida do PIB brasileiro.

Neste ano, Senador Paim, o consumo das famílias sofreu uma queda de 6,3%, e a produção interna de bens de capital também caiu, influenciada ainda pelo desempenho negativo da construção.

A indústria, de acordo com o IBGE, teve o pior resultado pela ótica da produção, com queda de 1,2% em relação aos três meses anteriores. A agropecuária recuou 0,3%, enquanto que, nos serviços, a contração foi de menos 0,2%.

Agora, alguém pode apontar que a culpa dessa situação é deste ou daquele governo ou desta ou daquela situação, mas eu, sinceramente, não creio que apontar responsabilidades nos leve a lugar algum. Isso é como chover no molhado, Sr. Presidente.

Na verdade, temos que avaliar a realidade e tomar atitudes. Afinal, aquele pai de família, aquele trabalhador e a trabalhadora que se juntam aos mais de 11 milhões de brasileiros à procura de um emprego esperam de nós atitudes concretas.

Está claro, Sr. Presidente, que existe um incômodo popular, um quadro preocupante que nos cobra maior determinação na resolução dos acontecimentos, e não apenas na questão do desemprego, que, na verdade, por si só, já seria o suficiente para estarmos aqui, todos nós, procurando as alternativas concretas para reverter esse quadro.

É imprescindível fazer com que as concessões de rodovias, ferrovias e hidrovias, que estabelecem o verdadeiro padrão de um país, avancem. Não vejo outra saída mais efetiva e pronta. É pelo caminho da infraestrutura.

Inclusive, Sr. Presidente, entendo que a infraestrutura é responsável por salvar vidas. Infelizmente hoje, no trânsito brasileiro, milhares de pessoas, mais de 30 mil pessoas acabam perdendo as suas vidas e isso causa um prejuízo muito grande ao País com a vida das pessoas e com os danos materiais. Muitas ficam paraplégicas, tetraplégicas, sem condições de trabalhar.

É imprescindível fazer com que as concessões de rodovias, ferrovias e hidrovias, que estabelecem o verdadeiro padrão, não fiquem mais à espera, mas que avancem.

Apresentei uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 39, que busca dar previsão e segurança jurídica para os grandes negócios do Estado. Nesse sentido, rogo pela sua apreciação o mais rápido possível.

Também precisamos votar a reforma política para superar este quadro de dificuldades diante do modelo que estamos vivendo, e que se mostra exaurido. A reforma eleitoral e partidária é imprescindível para dar sentido efetivo à representatividade.

É ainda essencial tratar da reforma tributária, com ênfase na simplificação de impostos e tributos. Sabemos que a carga tributária brasileira é pesada. É pesada demais para o povo e afeta a produção, além de ser extremamente complicada, Sr. Presidente. Hoje, para abrir uma empresa e para fechá-la é um tormento. Para uma empresa funcionar no seu dia a dia, ela gasta mais de 30%, quase 40% da possibilidade do seu lucro para atender à burocracia.

Consequentemente, temos que nos mobilizar de forma a ajudar a organizar a configuração do Estado e seus meios de financiamento, o que, seguramente, nesse ponto já nos leva à reconstrução do Pacto Federativo.

Como se sabe, ao longo do tempo, Estados e Municípios receberam enorme parcela de responsabilidades, sobretudo com o trato direto com o cidadão. Sempre tenho dito que é lá na ponta, é lá que está o cidadão, é lá que existem os problemas e, é claro, a melhor forma de encontrarmos as soluções.

O que vemos hoje são serviços de qualidade ruim, porque os entes federativos, sobretudo os Municípios, estão endividados, sem condições de converter em bons serviços as receitas públicas que recolhem, os impostos e tributos.

O nosso Partido propôs no passado a implantação do imposto único no País, porque hoje, até o recurso chegar à ponta, ao cidadão, realmente demora demais, além do desgaste com o custo de tudo aquilo que se arrecadou para manter a máquina pública. Na atual conjuntura tornou-se insustentável, e não há Município que, mesmo bem gerido, não esteja em situação financeira difícil, com parte dos serviços públicos comprometidos pela falta de recursos ou de repasses federais pactuados em leis.

Temos, portanto, a responsabilidade histórica de reverter o quadro que vigora atualmente. As ações essenciais, a partir da construção do Orçamento, passando pelas reformas estruturais, até chegar ao pacto federativo nos impõem a necessidade de uma atuação consistente, até para que possamos começar a responder

às expectativas depositadas pelos eleitores que aqui nos colocaram. Agir, trabalhar firme, de forma a encontrar as saídas é, sem dúvida, Sr. Presidente, a melhor forma de responder aos anseios, de retribuir essa grande confiança que os eleitores nos depositaram.

Aliás, estamos chegando agora às eleições, estamos discutindo no interior. Eu, que sou do Mato Grosso, sei que não está fácil, Sr. Presidente, para, no exercício, na presidência de um partido, encontrar um número de candidatos, de pessoas de bem que queiram ser candidatas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é só no seu Estado. É nacional.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Isso é nacional. Não só vereadores, prefeitos. Eu sempre tenho dito que a autoridade mais importante no Município é o prefeito, porque ele é quem vai cuidar do dia a dia da população, do futuro do cidadão, da criança que nasce, do idoso que precisa do medicamento. É o prefeito que tem essa responsabilidade. Imputa-se a responsabilidade, é claro, ao eleitor, mas, se os partidos não oferecem opções para que o eleitor possa escolher, fica muito difícil, muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive prefeitos com um só mandato, que iriam para a reeleição, não estão aceitando. O Rio Grande do Sul tem inúmeros casos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Essa é a pura verdade. Muitos prefeitos que têm condições de ser candidatos à reeleição não estão querendo mais esse desafio, até por que nós tiramos o país do controle.

É importante controlar, é importante fiscalizar, mas é importante também que o Orçamento dê condições para que o Executivo tenha o mínimo necessário para atender ao cidadão. Daí a reclamação do cidadão à procura de serviços de qualidade que infelizmente tem ocorrido Brasil afora.

O nosso Estado de Mato Grosso, graças a brasileiros de todos os recantos que para lá foram, os sulistas, ultimamente, é um Estado que ainda está aumentando a arrecadação, Sr. Presidente. Este ano o Estado de Mato Grosso teve um incremento na arrecadação, mas vivemos um momento de dificuldade. Os funcionários já anunciaram grave, muitos setores estão em greve e isso traz um transtorno muito grande.

Nós não queremos nos posicionar para fomentar a greve, porque ela prejudica a todos, mas espero que o Governador Pedro Taques encontre um caminho para cumprir o que está previsto na lei.

O Governador Pedro Taques, homem de formação jurídica, um professor da área, sabe que nós temos que obedecer à lei. Aliás, ele sempre pregou isso. E agora, como Governador, sem dúvida nenhuma, tem essa responsabilidade de fazer com que aquilo que está previsto e que foi inclusive promessa de campanha no sentido de promover a recuperação, principalmente da inflação, que o Governo do Estado tenha condições de fazê-lo. Mas vamos deixar isso para outra oportunidade, Sr. Presidente.

Queremos agradecer a paciência. Tenho que me deslocar para a Comissão do *Impeachment*, como membro titular representando o meu Partido, mas espero francamente, Sr. Presidente, que possamos encontrar o mais rápido possível o caminho para vencer esta crise política e levar o Brasil, que é um País com tanto potencial, um País de tantas riquezas naturais, de um povo ordeiro, que não procura guerra, que procura, através do trabalho, a paz e, principalmente, a construção das famílias brasileiras. Que possamos aqui, no Parlamento, encontrar, através do diálogo, a serenidade necessária para resolvermos esta instabilidade por que passa o País.

Infelizmente, a cada dia, notícias piores acabam acontecendo. A Operação Lava Jato está aí e tem que cumprir o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Agora, esperamos que realmente aqui, no Parlamento, possamos alcançar o equilíbrio necessário para que o País continue se desenvolvendo, que é o que a população espera de todos nós.

V. Exª tem sido um Parlamentar brilhante, presente diuturnamente, de segunda a sexta, sempre trazendo temas importantes para ser discutidos com a sociedade. Essa é a forma que nós temos para contribuir.

Como Presidente da Comissão Senado do Futuro, estou saindo também para daqui a pouco presidir uma reunião para discutir inclusive o futuro da geração brasileira, principalmente das nossas crianças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Wellington Fagundes, inclusive pela Comissão que V. Exª preside com muito brilho, que é o Senado do Futuro, apontando para o amanhã, um Congresso melhor para todos nós, principalmente para a população brasileira.

Meus cumprimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como anunciei que estava indo ao Paraná na quinta, que na sexta estarei em Santa Catarina e no sábado, em Canoas, domingo, em Porto Alegre e segunda, na Assembleia Legislativa para defender o direito dos trabalhadores e a nossa Previdência, também

confirmo que estarei, na próxima sexta-feira, em Minas Gerais, em Araxá, se não me engano, debatendo a conjuntura e, naturalmente, o direito dos trabalhadores e a questão da Previdência. E no sábado estarei em Goiás.

Informado isso, encerro a sessão do dia de hoje.

Que Deus ilumine, mas ilumine mesmo, a todos nós, porque a situação está cada dia mais difícil.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo

O Projeto de Resolução nº 38/2016 ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas.

Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

SENADO FEDERAL

AVISO Nº 30, de 2016

(Nº 23/2016, NA ORIGEM)

(DO MINISTÉRIO DA FAZENDA)

Brasília, 02 de junho de 2016.

03 JUN 2016

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal, 1º andar, Ed. Principal
70165-900 – Brasília - DF

Assunto: Relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira.

Senhor Presidente,

1. No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao seu art. 3º, encaminhamos a Vossa Excelência Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Atenciosamente,

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro de Estado da Fazenda

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TESOURONACIONAL

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: ***RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.***

Ao amparo da Resolução nº 20 do Senado Federal, de 16/11/2004, o Tesouro Nacional deu continuidade, no segundo bimestre de 2016, à estratégia de aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa - DPFe, por meio do "Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira".

2. Em atendimento ao art. 3º da referida Resolução, relatamos que, nos meses de março e abril de 2016, foram efetuadas operações de recompra pelo Tesouro Nacional no montante de US$ 233,85 milhões, em valores financeiros, correspondendo a US$ 217,45 milhões, em valor de face (Tabela 1), com efetivo cancelamento dos títulos no mês de maio de 2016. Dessa forma, foram retirados, em valores de face, 3,69% do estoque[1] dos títulos que foram alvo do Programa. No Gráfico 1, apresentamos o percentual retirado do mercado, por título recomprado.

1 Considerando o saldo devedor dos títulos em mercado em 29 de fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TESOURONACIONAL

Relatório de execução – 2/3

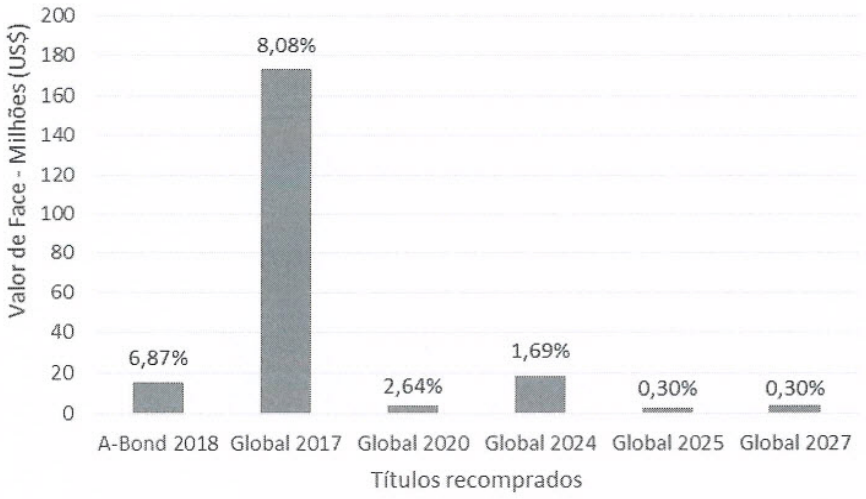
TABELA 1: RECOMPRAS EFETUADAS EM MAR/ABR 2016

Em US$

Ativo	Valor de Face	Valor Juros	Valor Ágio	Pagamento Total
A-Bond 2018	15.111.111	218.469	905.778	16.235.358
Global 2017	173.000.000	1.836.667	6.019.650	180.856.317
Global 2020	3.942.000	94.690	1.187.165	5.223.855
Global 2024	18.600.000	745.722	3.556.650	22.902.372
Global 2025	2.800.000	35.535	575.600	3.411.135
Global 2027	4.000.000	126.000	1.090.000	5.216.000
Total	**217.453.111**	**3.057.082**	**13.334.843**	**233.845.036**

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

GRÁFICO 1: PERCENTUAL RETIRADO DO MERCADO EM MAR/ABR 2016



Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

3. Os títulos listados na Tabela 1 foram objeto de recompra antecipada por constituírem pontos distorcidos na curva soberana e, consequentemente, apresentam preços de mercado mais atraentes para a República. A redução total no fluxo de pagamento de juros e amortização, até os respectivos vencimentos, em função das operações realizadas no período foi de

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TESOURONACIONAL

Relatório de execução – 3/3

aproximadamente US$ 251,42 milhões, em valores correntes. Na Tabela 2 estão informadas as principais características dos títulos recomprados.

TABELA 2: CARACTERÍSTICAS DOS TÍTULOS RETIRADOS

Título	Vencimento	Cupom (% a.a.)
A-Bond 2018	15/01/2018	8,000
Global 2017	17/01/2017	6,000
Global 2020	15/01/2020	12,750
Global 2024	15/04/2024	8,875
Global 2025	04/02/2025	8,750
Global 2027	15/05/2027	10,125

4. Ressalta-se que os ativos foram recomprados no mercado secundário segundo a avaliação do Tesouro Nacional, em linha com a finalidade de melhorar o perfil do passivo externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.

Em, 31 de maio de 2016.

Otavio Ladeira de Medeiros
Secretário do Tesouro Nacional

À Comissão de Assuntos Econômicos.

Avisos do Tribunal de Contas da União

SENADO FEDERAL

AVISO Nº 29, DE 2016

(nº 427/2016, na origem)

Encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2016.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

SEt,JADO FEDERAJ)z_
Secretaria-Geral da Mesa
Serviço de Autuação de Proposições
e Matérias Legislativas
AVS n2 2Cf cte QJo/0
Em !!}_;o{p I @OI(;

Aviso n° ;L"t -GP/TCU

Brasília, 30 de maio de 2016.

Senhor Presidente ,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 1o trimestre do exercício de 2016.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Senado Federal
Protocolo Legislativo
30 2016
Fls. 01

Nome legível: Sophia A.
Rubrica:
Matrícula:
Hora: 09 : 20


TCU
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Relatório de
Atividades
1º trimestre
2016

República Federativa do Brasil

Tribunal de Contas da União

MINISTROS

Aroldo Cedraz de Oliveira, Presidente

Raimundo Carreiro, Vice-presidente

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

José Múcio Monteiro

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Paulo Soares Bugarin, Procurador-Geral

Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral

Cristina Machado da Costa e Silva, Subprocuradora-Geral

Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador

Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador

Sergio Ricardo Costa Caribé, Procurador

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relatório de
Atividades do TCU

1º trimestre
2016

Brasília – 2016

© Copyright 2016, Tribunal de Contas da União
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

.

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório Trimestral de Atividades: 1º trimestre de 2016 / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2016.

111 p. : il. color.

1. Tribunal de Contas – relatório - Brasil. I. Título. II. Cedraz, Aroldo.

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, em atenção ao § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao 1º trimestre de 2016, que contempla os principais trabalhos e resultados advindos da atuação da Corte de Contas.

No cumprimento de sua função constitucional, o Tribunal fiscaliza a efetividade dos serviços prestados pela Administração Pública à população, notadamente quanto ao aprimoramento da gestão administrativa e à ampliação da transparência.

Vale acentuar que, além do regular julgamento de contas, o TCU dedica-se ao acompanhamento dos gastos públicos e à avaliação dos programas governamentais, valendo-se das mais avançadas técnicas de auditoria.

A Corte de Contas, com esse propósito e por entender que a inovação deve estar presente em todas as instâncias institucionais, incluiu, no seu Plano de Diretrizes para os anos 2015 e 2016, o aprimoramento do uso da Tecnologia da Informação como instrumento de inovação e de transformação do controle.

Entre as ações realizadas pelo Tribunal no trimestre, tem destaque a fiscalização utilizando metodologia inédita para analisar a concessão, a manutenção e o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A técnica empregada de cruzamentos e de mineração de dados (*analytics*) permitiu identificar possíveis irregularidades de pagamentos de benefícios previdenciários, que pode gerar economia ao INSS de cerca de R$ 500 milhões ao ano.

Outra auditoria relevante foi a que originou o Relatório Sistêmico de Fiscalização da Saúde (FiscSaúde). Os gastos totais com essa Função de Governo são sempre bastante representativos no conjunto de despesas no orçamento da União. O levantamento abordou, entre outros assuntos, questões orçamentárias e financeiras afetas à área e reuniu elementos sobre fiscalizações realizadas pelo TCU.

O trabalho revelou, ainda, a tendência de aumento do número de usuários que vão a outros estados em busca de atendimentos médicos, tanto para internações hospitalares como para produções ambulatoriais de alta complexidade, o que evidencia que o sistema descentralizado de repasses é um tema que merece toda a nossa atenção.

No FiscSaúde, salienta-se questão referente às doenças negligenciadas, decorrentes de agentes infecciosos ou parasitas e que atingem a camada mais pobre da população. Observou-se, por exemplo, que houve aumento considerável do número de pessoas acometidas por enfermidades causadas pelo mosquito *aedes aegypt.*

Ademais, ressalta-se a atuação preventiva do TCU, concretizada na adoção de quinze medidas cautelares relativas à aplicação de recursos superiores a R$ 2,37 bilhões, o que revela a sua proatividade no resguardo da moralidade e da legalidade na aplicação dos recursos públicos federais.

Por fim, reafirma-se o compromisso e o esforço dos membros deste Tribunal em fazer valer a missão a que se propõe, que é contribuir com o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

Brasília, maio de 2016

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Presidente do TCU



SUMÁRIO

1.	NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS	10
2.	PRINCIPAIS TRABALHOS	11
3.	SOBRE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	14
3.1.	Competência e Jurisdição do TCU	14
3.2.	Missão do TCU	17
3.3.	Composição do Tribunal de Contas da União	17
3.4.	Autoridades do TCU	18
3.5.	Estrutura da Secretaria do TCU	19
3.6.	Deliberações do TCU	21
4.	A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO	23
4.1.	Fiscalizações realizadas	23
4.2.	Processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente	25
4.3.	Atos de pessoal autuados e apreciados conclusivamente	27
4.4.	Medidas cautelares	28
4.5.	Julgamento de contas	29
4.6.	Condenações e sanções aplicadas	31
4.7.	Fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos	32
4.8.	Atuação do Ministério Público junto ao TCU	33
4.9.	Benefícios Financeiros das Ações de Controle	34
4.10.	Atuação do TCU por Área Temática	35
4.10.1.	Transporte	36
4.10.2.	Saúde	39
4.10.3.	Educação e Cultura	45
4.10.4.	Integração Nacional	47
4.10.5.	Ciência e Tecnologia e Comunicações	49
4.10.6.	Minas e Energia	50
4.10.7.	Esporte	57
4.10.8.	Fazenda e Planejamento	59
4.10.9.	Trabalho, Previdência e Assistência Social	67
4.10.10.	Defesa e Justiça	69

5. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO 71

5.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares 72

5.2. Audiências no Congresso Nacional 72

5.2.1. Câmara dos Deputados 73

5.2.2. Congresso Nacional 73

5.3. Acordos de Cooperação e Parcerias 73

5.4. Seminários e outros eventos 74

5.5. Atuação Internacional 74

5.6. Ouvidoria do TCU 77

5.7. Divulgação Institucional 78

6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS 81

6.1. Estratégias e Planos 81

6.1.1. O Sistema de Planejamento e Gestão do TCU 82

6.1.2. Plano Estratégico 82

6.1.3. Desempenho Operacional 84

6.2. Gestão de Pessoas 84

6.2.1. Desenvolvimento Profissional e Capacitação 85

6.3. Recursos Orçamentários e Financeiros 86

7. ANEXOS 88

7.1. Anexo I – Fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos 89

7.2. Anexo II - Medidas cautelares concedidas no trimestre 91

7.3. Anexo III – Empresas declaradas inidôneas para licitar com a União 93

7.4. Anexo IV – Indisponibilidade de bens de responsável 97

7.5. Anexo V – Arresto de Bens de responsável 98

7.6. Anexo VI - Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal 99

7.7. Anexo VII - Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R) 103

1. NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2016 estão sintetizados abaixo

Benefício total das ações de controle	**R$ 2,734 bilhões**
Montante envolvido nas medidas cautelares adotadas	**R$ 2,374 bilhões**
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	**782**
Valor das condenações	**R$ 527 milhões**
Fiscalizações concluídas	**141**
Processos de controle externo julgados conclusivamente	**1.400**
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	**55**
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	**71**
Arresto de bens de responsáveis	**5**
Indisponibilidade de bens de responsáveis	**10**
Medidas cautelares adotadas	**15**
Atos de pessoal apreciados	**23.466**
Processos de cobrança executiva formalizados	**816**
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	**R$ 347,4 milhões**
Acórdãos proferidos	**7.054**
Número de atendimentos realizados pela Ouvidoria do TCU	**963**
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos comunicados à Ouvidoria do TCU	**215**

2. PRINCIPAIS TRABALHOS

A seguir estão relacionadas as principais ações de controle empreendidas pelo TCU no 1º trimestre de 2016

Área Temática		Assunto	Pág
I. Transportes	1.	TCU fiscaliza trechos rodoviários com altos índices de acidentes	36
	2.	TCU aprova com ressalvas a concessão da "Rodovia do Frango"	37
	3.	TCU aponta irregularidades na implantação da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste, na Bahia	38
	4.	Arrendamento de área do Porto de Santos deve ter licitação	39
II. Saúde	5.	Tribunal conclui nova versão do FiscSaúde	39
	6.	Auditoria do TCU avaliará controle do registro de medicamentos	41
	7.	Produção e distribuição de vacinas na Região Sudeste são analisadas pelo TCU	42
	8.	Concessionárias de saneamento não devem receber transferências voluntárias da Funasa, determina TCU	43
	9.	Terceirização de serviços de saúde nos municípios é fiscalizada pelo TCU	43
	10.	Controle de aquisição de próteses no SUS é avaliado pelo TCU	44
III. Educação e Cultura	11.	Captação de recursos pela Lei Rouanet não deve ser aplicada a projetos com potencial lucrativo, determina TCU	45
	12.	TCU avalia convênios entre FNDE e Estado do Tocantins para construção de escolas	46
IV. Integração Nacional	13.	TCU avalia aspectos econômicos e sociais da Bahia, do Maranhão e do Amazonas	47
V. Ciência e Tecnologia e Comunicações	14.	TCU apresenta relatório sistêmico do setor de telecomunicações	49
VI. Minas e Energia	15.	TCU analisa requisitos de novo leilão para transmissão de energia elétrica	50
	16.	Fiscalização da Aneel sobre qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica é deficiente	52

		17.	Gestão de obras pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco apresenta fragilidades	52
		18.	Governança e gestão das aquisições na Eletrobrás em Rondônia são avaliadas pelo TCU	53
		19.	TCU analisa sistema de contratações da Petrobras	54
		20.	Tribunal analisa convite internacional da Petrobras Transporte S.A.	55
		21.	TCU examina revisão de contrato de cessão onerosa da União com a Petrobras na área do pré-sal	56
		22.	Operação de exportações de plataformas pela Petrobras é avaliada pelo Tribunal	57
VII.	Esporte	23.	Obras de fornecimento de energia elétrica para Rio 2016 são auditadas pelo Tribunal	57
VIII.	Fazenda e Planejamento	24.	TCU fixa coeficientes de participação dos Estados e DF para 2017	59
		25.	TCU fiscaliza pagamento de vantagens transitórias a servidores e pensionistas do Poder Executivo	59
		26.	Tribunal testa modelo preditivo de análise de riscos relacionados a transferências voluntárias	61
		27.	Política de transferências voluntárias de recursos federais aos municípios é avaliada pelo TCU	61
		28.	TCU monitora determinações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse	62
		29.	Acompanhamento da regularidade fiscal de concessionárias de serviços públicos é avaliado pelo TCU	63
		30.	TCU avalia transferências de recursos federais ao Rio Grande do Sul	64
		31.	Conselhos de fiscalização profissional ainda não seguem Lei da Transparência, aponta TCU	65
		32.	TCU acompanha gestão financeira e orçamentária dos Estados de Tocantins e Roraima	66
IX.	Trabalho, Previdência e Assistência Social	33.	Correção em pagamentos do INSS podem economizar R$500 milhões ao ano	67
		34.	TCU recomenda melhorias no e-Social para recolhimento do Simples Doméstico	68
X.	Defesa e Justiça	35.	Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras é avaliado pelo TCU	69



3. SOBRE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União (TCU), criado em 1890 pelo Decreto nº 966-A, por iniciativa de Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda à época, norteia-se, desde então, pelo princípio da autonomia e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública.

A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Ruy Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional. Esse privilégio, se, por um lado, o distingue de forma singular, por outro, aumenta a sua responsabilidade e o seu compromisso para com a sociedade.

3.1. Competência e Jurisdição do TCU

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas deve ser exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.



A Carta Magna estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: qualquer pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

O quadro a seguir apresenta, de forma sintetizada, as competências do Tribunal estabelecidas na Constituição Federal:

Competências Constitucionais	Artigos
Emitir parecer prévio das contas anuais do Governo da República.	71, I
Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.	71, II
Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.	71, III
Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.	71, IV
Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.	71, V
Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.	71, VI
Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.	71, VII
Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.	71, VIII a XI
Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.	71, X
Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.	72, § 1º
Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.	74, § 2º
Fixar os coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.	161, parágrafo único

Além disso, leis diversas ampliaram o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes:

- Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 21/6/1993);
- Lei de Desestatização (Lei nº 9.491, de 9/9/1997);
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000);
- Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide (Lei nº 10.866, de 4/5/2004);
- Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079, de 30/12/2004);
- Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 6/4/2005);
- Lei que instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que trata da transferência obrigatória de recursos financeiros para execução das ações desse Programa (Lei nº 11.578, de 26/11/2007);
- Edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e
- Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º/8/2013), que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública e que atribuiu ao TCU a competência de acompanhar e fiscalizar a organização do processo de celebração de acordos de leniência pela Administração Pública Federal.

Cumpre ressaltar, ainda, que o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para a fiscalização de obras custeadas com recursos públicos federais. Nesses decretos, determina de forma expressa que o Tribunal faça o acompanhamento físico-financeiro da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

A sociedade demanda moralidade, profissionalismo e excelência da Administração Pública, bem como melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. O cidadão vem deixando de ser sujeito passivo em relação ao Estado e passando a exigir melhores serviços, além de transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental, na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude e do desvio na aplicação de recursos federais, bem como contribui para a transparência e melhoria da gestão e do desempenho da Administração Pública.

3.2. Missão do TCU



3.3. Composição do Tribunal de Contas da União

O Tribunal é integrado por nove ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois escolhidos alternadamente entre ministros-substitutos e membros do Ministério Público junto ao TCU.

O Tribunal de Contas da União é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário ou pela 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro ministros. Os ministros-substitutos, em número de quatro, participam dos colegiados, substituem os ministros em seus afastamentos e impedimentos legais ou no caso de vacância de cargo. O Plenário e as duas Câmaras do Tribunal reúnem-se de 17 de janeiro a 16 de dezembro em sessões ordinárias e, quando necessário, em sessões extraordinárias.

Assim como no ano de 2015, em 2016 o exercício da Presidência do TCU está a cargo do **Ministro Aroldo Cedraz**, função para a qual foi eleito em dezembro de 2014, para o período de um ano, juntamente com o **Ministro Raimundo Carreiro,** que assumiu a Vice-Presidência do Tribunal. Posteriormente, em 2/12/2015, ambos foram reeleitos para mais um ano de gestão. A nova posse ocorreu no mesmo dia.



Plenário do Tribunal de Contas da União

3.4. Autoridades do TCU



Aroldo Cedraz de Oliveira
(Presidente)



Raimundo Carreiro
(Vice-Presidente)



Ministro Walton Alencar Rodrigues



Ministro Benjamin Zymler



Ministro Augusto Nardes



Ministro José Múcio Monteiro



Ministra Ana Arraes



Ministro Bruno Dantas



Ministro Vital do Rêgo



Ministro-Substituto Augusto Sherman



Ministro-Substituto Marcos Bemquerer



Ministro-Substituto André Luís de Carvalho



Ministro-Substituto Weder de Oliveira



Procurador-Geral Paulo Bugarin

3.5. Estrutura da Secretaria do TCU

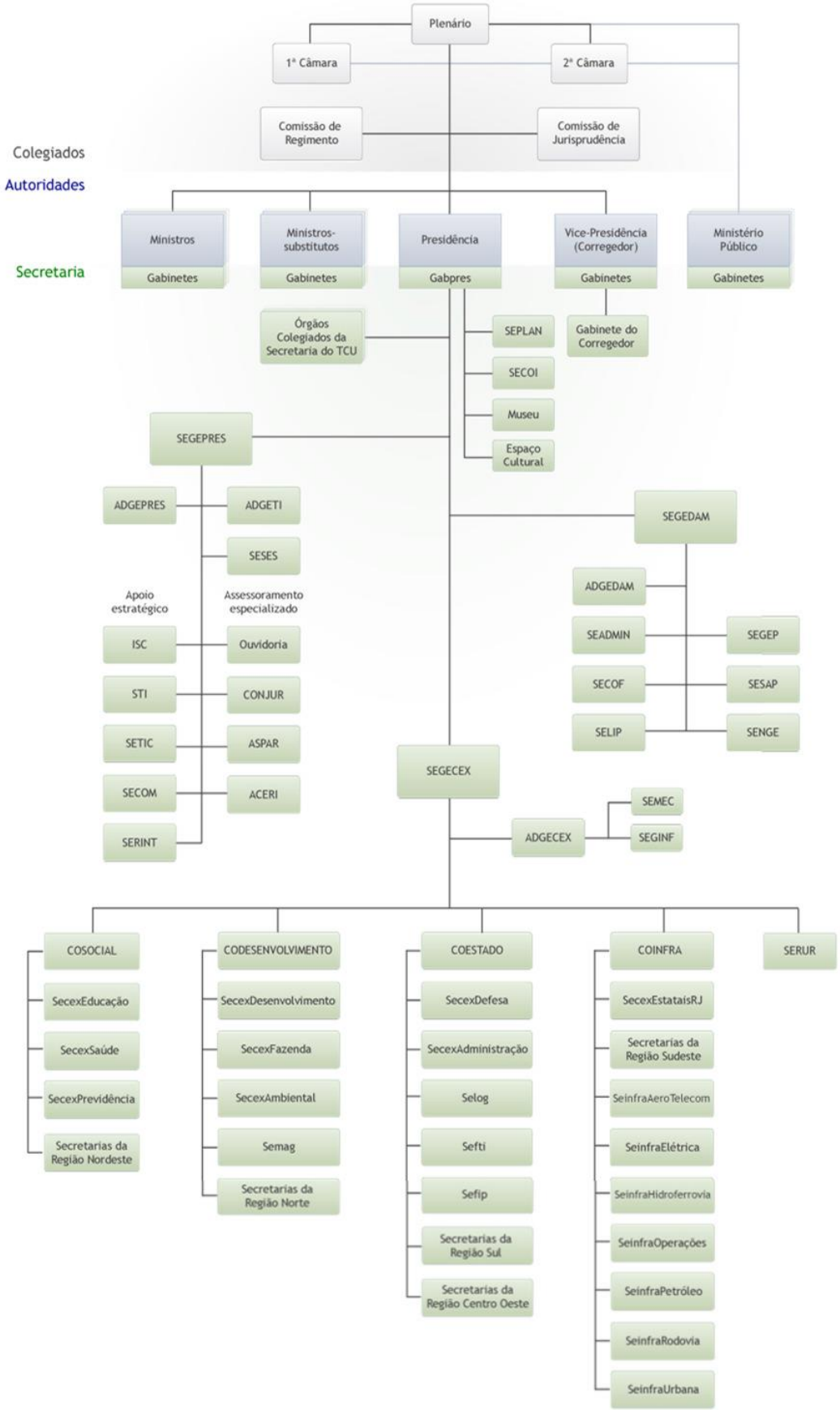
A atuação das unidades técnicas do Tribunal continua a ser pautada pela especialização, o que tem representado importante passo na evolução do TCU. No entanto, em consonância com os ajustes promovidos no final de 2014 e com foco no aprimoramento da atuação do Tribunal, foi publicada a Resolução-TCU nº 275, de 30/12/2015, que alterou a estrutura do TCU, com destaque para a criação da **Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações)**.

A criação dessa secretaria se deveu à dimensão alcançada pela denominada Operação Lava-Jato da Polícia Federal. A Secretaria Extraordinária deverá examinar processos e realizar fiscalizações na área de infraestrutura que tenham objeto conexo à referida operação ou a outras operações que exijam intercâmbio com instituições de controle, bem como acompanhar os atos praticados em razão dos acordos de leniência, relacionados à área de infraestrutura.



As unidades técnicas subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: **http://www.tcu.gov.br.** A página a seguir apresenta o **"Organograma do TCU".**

Organograma do TCU



3.6. Deliberações do TCU

As deliberações do TCU, em especial as do Plenário e, no que couber, as das Câmaras, assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, portaria, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União (BTCU) e podem ser acessadas através do Portal TCU: **http://www.tcu.gov.br**.

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, pode expedir atos normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos.

O texto integral dos atos normativos e dos acórdãos do Tribunal pode ser acessado por meio do Portal TCU.
http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU

Nesse intuito, no 1º trimestre de 2016, o TCU aprovou os seguintes atos normativos:

Decisões Normativas

Decisão Normativa - TCU n° 149, de 3 de fevereiro de 2016	Aprova, para o exercício de 2016, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal (Cide-Combustíveis)
Decisão Normativa - TCU nº 150, de 23 de março de 2016	Aprova, para o exercício de 2017, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal

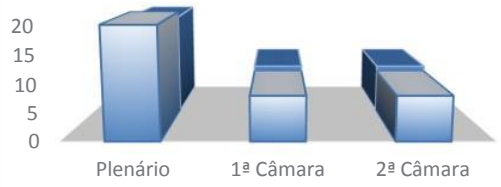
Resoluções

Resolução - TCU nº 276, de 17 de fevereiro de 2016	Dispõe sobre o acesso a peças de processos de controle externo no âmbito dos gabinetes de autoridades do Tribunal de Contas da União
Resolução - TCU nº 277, de 2 de março de 2016	Altera dispositivos da Resolução-TCU nº 215/2008 e dá outras providências

O quadro e os gráficos a seguir discriminam o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos, por Colegiado, no 1º trimestre de 2016 e no mesmo período de 2015:

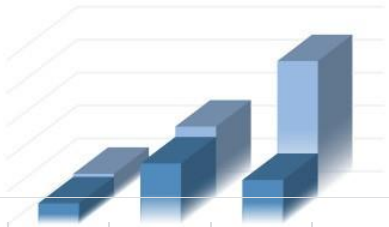
Colegiado	Sessões no 1º Trimestre		Acórdãos no 1º Trimestre	
	2015	2016	2015	2016
Plenário	20	19	640	732
1ª Câmara	08	9	1.851	2.166
2ª Câmara	08	9	1.349	4.156
Total	**36**	**37**	**3.840**	**7.054**

Sessões Realizadas



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
1º trimestre 2015	20	8	8
1º trimestre 2016	19	9	9

Acórdãos Proferidos



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
1º trimestre 2015	640	1.851	1.349
1º trimestre 2016	732	2.166	4.156

4. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO

Principais resultados decorrentes das ações de controle exercidas pelo TCU no 1º trimestre de 2016.

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal. Incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações para o aperfeiçoamento da gestão pública, aplicação de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou gestão fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

A diversidade e a abrangência da atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e da efetividade de programas governamentais até a legalidade dos atos de receita e de despesa públicas.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

4.1. Fiscalizações realizadas

Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno (Resolução-TCU nº 155/2002, alterada pela Resolução-TCU nº 246/2011), são: acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento. A maior parte das fiscalizações realizadas pelo TCU são auditorias, que podem ser, basicamente, de duas naturezas: auditorias de conformidade e auditorias operacionais.

As **auditorias de conformidade** objetivam verificar se os atos administrativos estão sendo praticados pelo órgão ou entidade com a observância da legislação e da jurisprudência que regulamentam a matéria. O Tribunal, nesses casos, analisa os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais do respectivo ato de gestão e, se identificada desconformidade, faz determinações corretivas, fixando prazo para o seu cumprimento. O TCU pode, ainda, aplicar sanções legalmente previstas, de acordo com a gravidade da infração verificada.

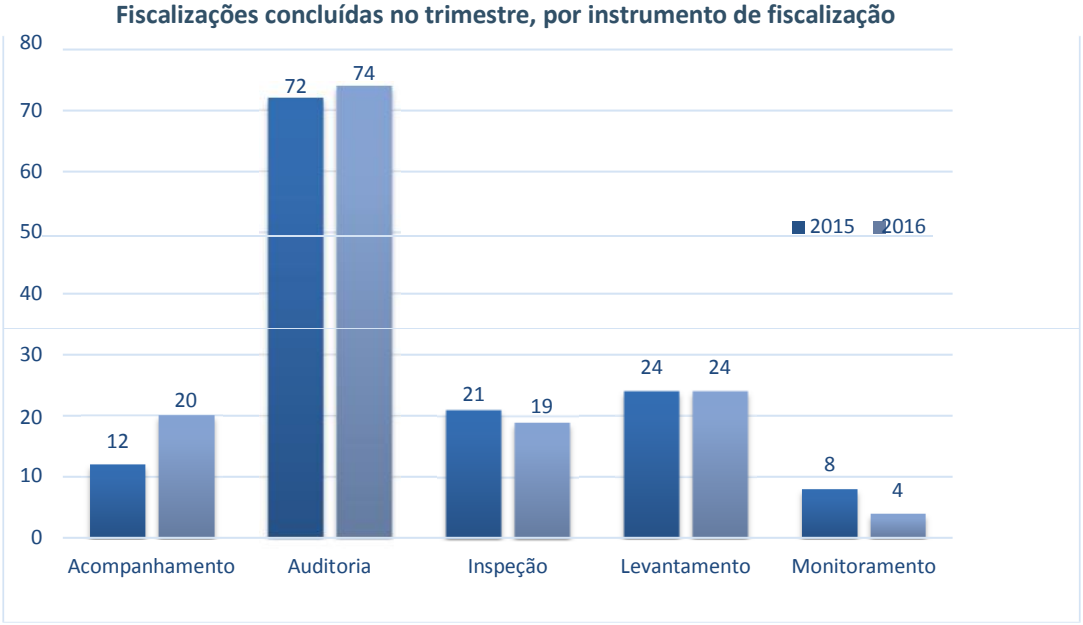
Já as **auditorias operacionais**, também conhecidas como **auditorias de desempenho ou auditorias de gestão**, são instrumentos por intermédio dos quais o controle externo avalia o resultado de determinado programa de governo ou política pública, considerando os critérios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Esse modo de atuação possibilita ao Tribunal verificar, por exemplo, se a forma de utilização dos meios postos à disposição da Administração representa o uso mais econômico dos recursos públicos, isto é, se estão sendo entregues os melhores serviços em relação aos recursos disponíveis, ou se os objetivos da política estão sendo atingidos.

No 1º trimestre de 2016, **141 fiscalizações** foram **concluídas** pelo Tribunal. É importante frisar que o quantitativo não retrata a complexidade, relevância e materialidade das fiscalizações.

Destaca-se, no período, a complexidade das fiscalizações realizadas, devido à recente orientação do TCU no sentido de realizar mais **fiscalizações coordenadas**, com maior abrangência geográfica e com maior aprofundamento no objeto de controle. A tabela a seguir apresenta a comparação com o mesmo período no ano de 2015.

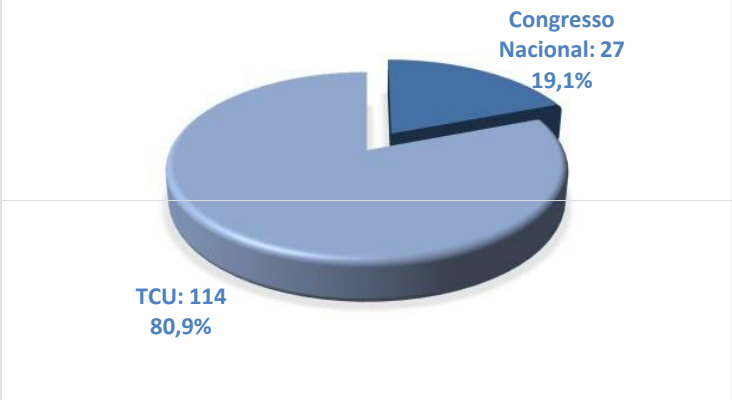
	2015		2016	
	1º trimestre	Acumulado	1º trimestre	Acumulado
Fiscalizações concluídas no período	137	137	141	141

O gráfico a seguir apresenta as fiscalizações concluídas no trimestre, em comparação ao ano anterior, conforme o instrumento de fiscalização (acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento).



Dentre as fiscalizações concluídas no trimestre, **19,1% (27)** foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, **80,9% (114)**, foram de iniciativa do próprio Tribunal.

Fiscalizações concluídas no trimestre, conforme a iniciativa



4.2. Processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente

No trimestre, foram **autuados 973 processos** referentes à matéria controle externo. No mesmo período, o Tribunal apreciou, de forma conclusiva, **1.400 processos** dessa natureza, o que significa um volume de apreciação superior a 43% em relação à entrada de processos, contribuindo de modo significativo para a constante meta de redução do estoque de processos no Tribunal. Os quadros a seguir apresentam o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no trimestre e no mesmo período do ano anterior.

A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita por meio do Portal TCU: www.tcu.gov.br

Processos autuados no período (exceto processos de pessoal e sobrestados)

Tipo do processo	Autuados			
	1º trimestre 2015	Acumulado 2015	1º trimestre 2016	Acumulado 2016
Consulta	7	7	9	9
Contas	5	5	3	3
Denúncia	49	49	57	57
Fiscalização	59	59	61	61
Outros*	94	94	82	82
Representação	292	292	297	297
Solicitação do Congresso Nacional	19	19	6	6
Tomada de Contas Especial	813	813	458	458
Total de processos	**1.338**	**1.338**	**973**	**973**

(*) Processos do Tipo: acompanhamento, monitoramento, comunicação, desestatização e contestação de coeficientes de transferências obrigatórias.

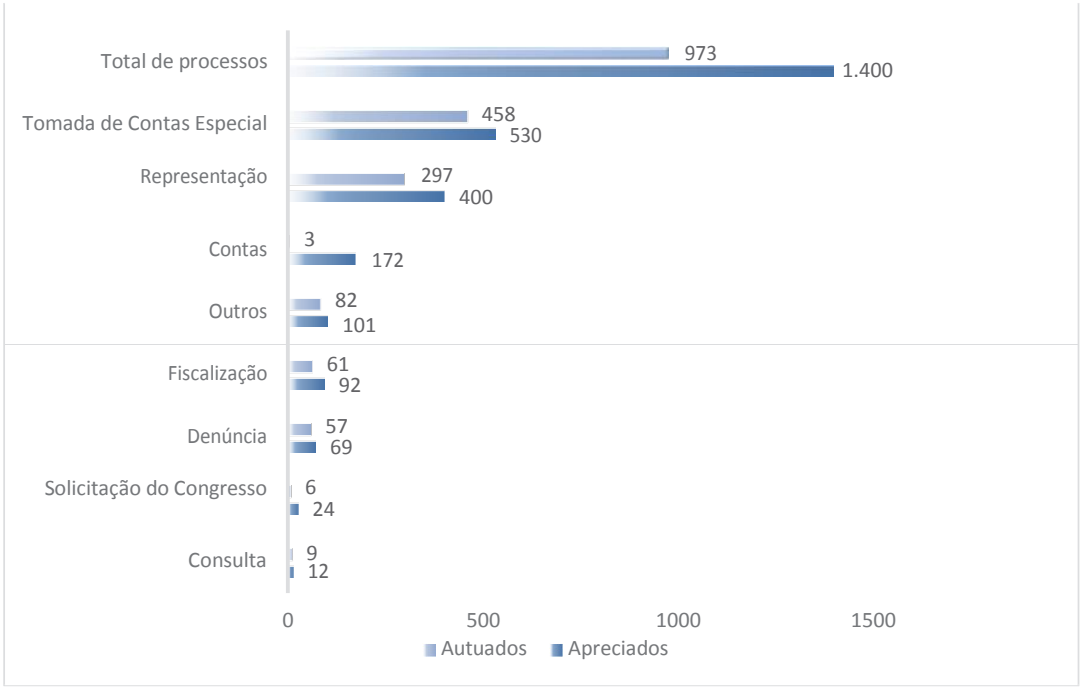
Processos apreciados conclusivamente no período (exceto processos de pessoal e sobrestados)

Tipo do processo	Apreciados conclusivamente			
	1º trimestre 2015	Acumulado 2015	1º trimestre 2016	Acumulado 2016
Consulta	7	7	12	12
Contas	152	152	172	172
Denúncia	62	62	69	69
Fiscalização	142	142	92	92
Outros*	93	93	101	101
Representação	336	336	400	400
Solicitação do Congresso	32	32	24	24
Tomada de Contas Especial	375	375	530	530
Total de processos	**1.199**	**1.199**	**1.400**	**1.400**

(*) Processos dos tipos: acompanhamento, monitoramento, comunicação e contestação de coeficientes de transferências obrigatórias.

Apresenta-se, a seguir, comparativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 1º trimestre de 2016, ou seja, demonstra-se graficamente o fluxo de processos que entram e saem do Tribunal, por tipo de processo.

Processos autuados e apreciados conclusivamente no trimestre



Distribuição, por tipo, dos processos apreciados conclusivamente no trimestre



4.3. Atos de pessoal autuados e apreciados conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O quadro e o gráfico a seguir apresentam os atos de pessoal instruídos e apreciados no 1º trimestre de 2016 e no mesmo período do exercício anterior:

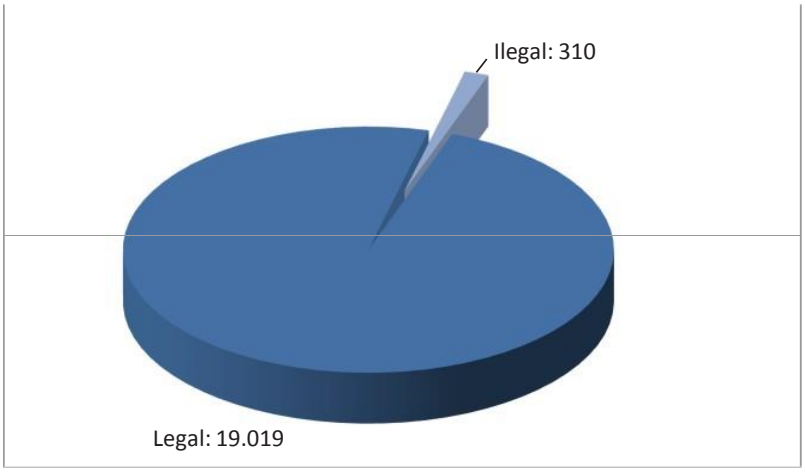
Atos de pessoal instruídos e apreciados conclusivamente

Classe de Assunto	1º trimestre 2015	1º trimestre 2016	Total 2015	Total 2016
Instruídos*	917**	16.050	83.230	16.050
Apreciados*	13.572	23.466	83.007	23.466
a) Ilegais	169	310	805	310
b) Legais	11.407	19.019	69.268	19.019

*No total de atos instruídos e apreciados estão incluídos os atos considerados prejudicados por perda de objeto e por inépcia do ato.
** O número acumulado de atos instruídos no 1º trimestre de 2015 apresenta-se inferior ao referente ao 1º trimestre de 2016 tendo em vista tratar-se de período de transição decorrente de mudanças realizadas no processo de trabalho da Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

Do quantitativo de **23.466 atos** referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no trimestre, **310** tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

Resultado da apreciação de Atos de Pessoal pela Ilegalidade



4.4. Medidas cautelares

A tempestividade na atuação é fundamental para conferir efetividade e relevância às ações de controle externo. A atuação tardia não contribui para a defesa dos interesses do erário, nem para o atendimento às expectativas do cidadão, além de lesiva à imagem institucional.

O TCU deve responder de forma célere, tempestiva e completa às demandas que lhe são apresentadas. Atuar de forma preventiva e simultânea é condição essencial para evitar falhas e irregularidades, assegurando a efetividade no uso dos recursos públicos e a confiança da sociedade no controle externo.

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada. A adoção dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No 1º trimestre de 2016, foram adotadas **15 medidas cautelares** contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades jurisdicionadas, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais em montante superior a **R$ 2,374 bilhões**, conforme mostra o quadro adiante.

Ressalte-se que o detalhamento das cautelares concedidas no período consta no Anexo II deste relatório - “Medidas Cautelares Concedidas no Trimestre”.

Medidas cautelares expedidas por tipo (Quantidade e Valor)



4.5. Julgamento de contas

O Tribunal de Contas da União julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário federal.

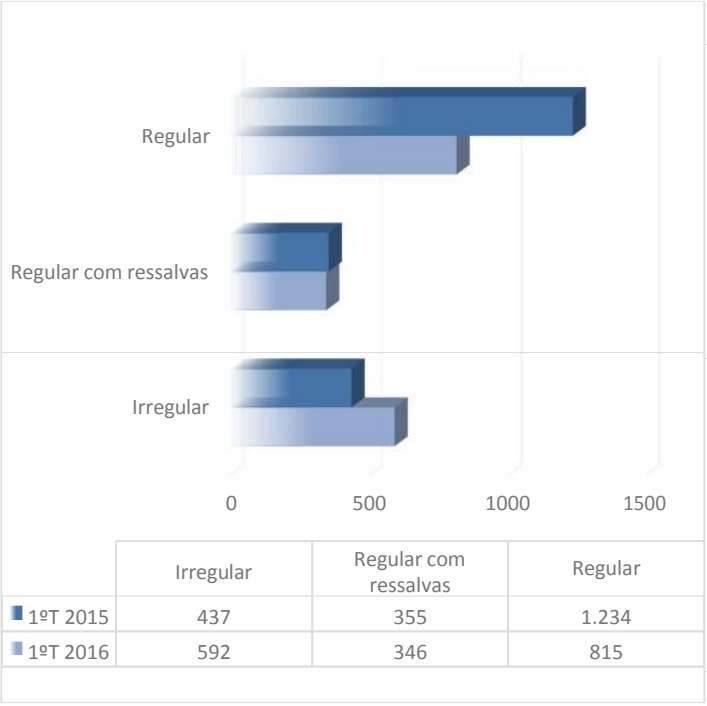
Nos casos de omissão na prestação de contas, de não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou de desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar Tomada de Contas Especial (TCE), para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do respectivo ressarcimento.

As normas sobre organização e apresentação de processos de tomada de contas especial e de prestação de contas anuais estão estabelecidas na Instrução Normativa-TCU nº 71/2012 e na Instrução Normativa-TCU nº 63/2010.

Neste trimestre, o TCU julgou de forma definitiva as contas de **1.710 responsáveis**.

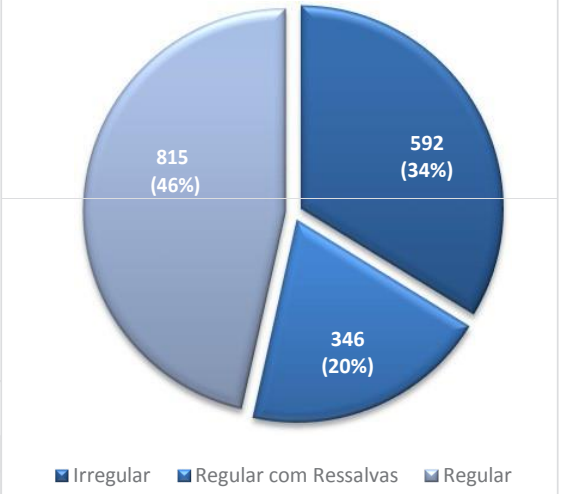
Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no trimestre e no mesmo período do exercício anterior, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade.

Responsáveis julgados em Contas



	Irregular	Regular com ressalvas	Regular
1ºT 2015	437	355	1.234
1ºT 2016	592	346	815

Detalhamento no Trimestre



Cabe esclarecer que a soma das quantidades por resultado de julgamento (1.753) é maior do que o número total de responsáveis citado anteriormente (1.710), porque um mesmo responsável pode receber julgamento diferente em distintos processos, ao longo do trimestre. Nesse caso, o mesmo responsável está sendo somado no subtotal de “Irregular” e/ou “Regular com ressalvas” e/ou “Regular”.

Motivos do julgamento pela irregularidade das contas no 1º trimestre de 2016



4.6. Condenações e sanções aplicadas

Entre os **702 processos de tomada e prestação de contas** apreciados de forma conclusiva no trimestre, **396 (56,4%) condenaram 707 responsáveis** ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros **30 processos de fiscalização, denúncia e representação,** foram **aplicadas multas a 75 responsáveis.** O quadro a seguir apresenta os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados no 1º trimestre de 2016 e no mesmo período do exercício de 2015.

Quantidade de Condenações Aplicadas

Grupo de processos	Processos		Responsáveis	
	1º trimestre 2015	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015	1º trimestre 2016
Prestação de contas	6	7	18	25
Tomada de contas	2	4	7	19
Tomada de contas especial	289	385	562	663
Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	**297**	**396**	**587**	**707**
Fiscalização, denúncia, representação	41	30	125	75
Total	**338**	**426**	**711**	**782**

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa e ressarcimento de débito em valores superiores a **R$ 527 milhões**, atualizados até as datas dos respectivos acórdãos. Nos demais processos, foram aplicadas multas que totalizaram mais de **R$ 731 mil.** No quadro adiante, estão os valores das condenações aplicadas pelo TCU no trimestre e no mesmo período do exercício anterior.

Valor das condenações (em R$)

Grupo de processos	1º trimestre 2016 (R$)			1º trimestre 2015 (Débito + Multa)
	Débito	Multa	Total	
Prestação de contas	2.550.349,48	401.800,00	2.952.149,48	95.000,00
Tomada de contas	10.179.501,69	4.081.000,00	14.260.501,69	79.000,00
Tomada de contas especial	476.773.766,18	33.134.320,84	509.908.087,02	434.744.881,16
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	489.503.617,35	37.617.120,84	527.120.738,19	434.918.881,16
Fiscalização, denúncia, representação	0,00	731.500,00	731.500,00	1.449.700,00
Total	**489.503.617,35**	**38.348.620,84**	**527.852.238,19**	**436.368.581,16**

Além das condenações de natureza pecuniária, o TCU pode aplicar outras medidas capazes de alcançar o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 1º trimestre de 2016, **55 responsáveis foram considerados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal e 71 empresas foram declaradas inidôneas para licitar com a União**.

Além disso, o Tribunal solicitou à Advocacia-Geral da União (AGU), por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal, a adoção das medidas necessárias a **5 arrestos de bens de responsáveis** em montante suficiente ao ressarcimento do dano causado ao erário. Mais detalhes sobre as **"Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"** podem ser encontrados nos Anexos III a VI deste Relatório e podem ser consultados no Portal TCU.

Vale esclarecer que o Portal TCU apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto os aludidos anexos ao presente relatório apresentam a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

4.7. Fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou de contrato em execução, consoante previsto no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

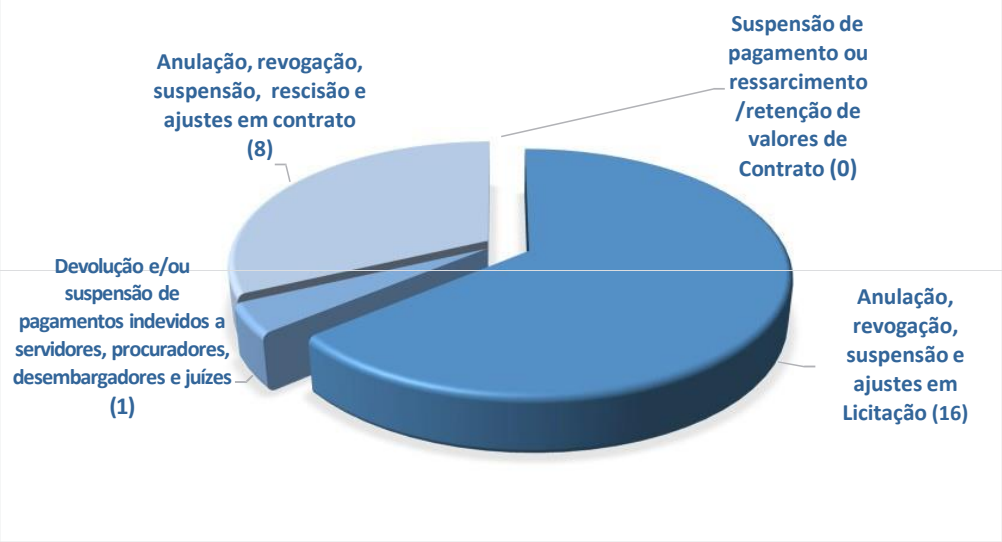
Caso o órgão ou a entidade não adote as providências determinadas, poderá o Tribunal sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

Informações detalhadas sobre as deliberações do TCU que fixaram prazo para anulação e sustação de atos e contratos podem ser obtidas no Anexo I deste Relatório **"Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos".**

Além dessas deliberações, o TCU apreciou, no 1º trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades.

Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os gestores responsáveis suspendessem, no todo ou em parte, os pagamentos considerados irregulares. O gráfico adiante apresenta a distribuição dos processos deliberados no trimestre e nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências, por tipo de determinação.

Deliberações de fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos, por tipo



4.8. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Funciona, junto ao TCU, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do Tribunal. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do TCU. Trata-se de órgão composto por um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores.

Ao Ministério Público junto ao TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No 1º trimestre de 2016, foram autuados **816 processos de cobrança executiva**, envolvendo cerca de **R$ 347,4 milhões**. No mesmo período, o MP/TCU emitiu **parecer em 4.792 processos.**

Demonstrativo de processos com parecer do Ministério Público junto ao TCU, por tipo de processo

Tipo de processo				
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	1.110	1.110	3.731	3.731
Auditoria, inspeção e levantamento	10	10	12	12
Consulta	0	0	1	1
Denúncia	6	6	4	4
Monitoramentos e acompanhamentos	3	3	9	9
Representação	20	20	38	38
Solicitação	0	0	0	0
Solicitação do Congresso Nacional	0	0	1	1
Tomada de contas especial	594	594	833	833
Tomada e prestação de contas	148	148	163	163
Total	**1.891**	**1.891**	**4.792**	**4.792**

4.9. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, de difícil mensuração em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado. No trimestre, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. O quadro a seguir apresenta a distribuição dos benefícios financeiros mensurados no período, por tipo de benefício.

Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Benefício	Acórdão	Processo	Valor (R$) Potencial	Valor (R$) Efetivo
Correção de irregularidades ou impropriedades	AC-705-10/2016-PL	017.053/2010-2	--------	421.653,40
	AC-708-10/2016-PL	014.982/2010-2	--------	402.230,46
	AC-288-4/2016-PL	033.940/2015-0	428.900.000,00	--------
	AC-2-1/2016-PL	001.220/2014-4	6.901.852,82	--------
	AC-542-7/2016-PL	004.858/2014-0	294.134.653,80	545.339.239,12
	AC-540-7/2016-PL	001.189/2014-0	21.777.971,28	131.680.435,12
	AC-541-7/2016-PL	001.677/2014-4	291.078.213,40	90.072.516,04
	AC-207-4/2016-PL	010.291/2013-0	--------	9.625.000,00
	AC-17-1/2016-PL	032.061/2008-1	--------	1.124.738,98
	AC-1.881-4/2016-2C	004.560/2012-4	7.823.167,85	--------
	AC-1.269-4/2016-1C	003.777/2014-6	--------	182.393,47
	AC-2.037-8/2016-1C	029.469/2011-2	--------	180.172,87
	AC-718-10/2016-PL	010.947/2015-9	186.568.785,37	--------
Outros benefícios diretos	AC-2.439-5/2016-2C	025.369/2015-6	55.200,00	--------
	AC-2.058-8/2016-1C	016.742/2012-5	11.195,73	--------
Redução de preço máximo em processo licitatório específico	AC-283-4/2016-PL	023.298/2015-4	118.785.709,45	--------
	AC-111-2/2016-PL	011.535/2015-6	23.304.253,23	--------
	AC-358-5/2016-PL	011.538/2015-5	47.655.943,24	--------
	AC-346-5/2016-PL	017.219/2015-9	--------	352.170,00
Total (Potencial e Efetivo)			**1.426.996.946,17**	**779.380.549,46**
Total Geral de Benefícios			**2.206.377.495,63**	

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também, como benefício das ações de controle, os valores das **condenações em débito e aplicação de multas (R$ 527.852.238,19).**

Assim, o **benefício financeiro** total das ações de controle, no 1º trimestre de 2016, atingiu o montante de **R$ 2.734.229.733,82,** valor **6,85 vezes** superior ao custo de funcionamento do TCU no período **(R$ 398.623.819,91).**



4.10. Atuação do TCU por Área Temática

Estão sintetizadas a seguir as principais decisões referentes à ação fiscalizatória do Tribunal no 1º trimestre de 2016. São trabalhos que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas e que refletem parte do resultado da atuação do TCU no período. As fiscalizações estão agrupadas conforme as dezesseis **Áreas Temáticas** definidas pelo Congresso Nacional para a divisão setorial dos trabalhos de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Quais sejam:

1. Transporte;
2. Saúde;
3. Educação e Cultura;
4. Integração Nacional;
5. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário;
6. Desenvolvimento Urbano;
7. Turismo;
8. Ciência e Tecnologia e Comunicações;
9. Minas e Energia;
10. Esporte;
11. Meio Ambiente;
12. Fazenda e Planejamento;
13. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas;
14. Trabalho, Previdência e Assistência Social;
15. Defesa e Justiça; e
16. Presidência da República, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União (MPU), Defensoria Pública da União (DPU) e Relações Exteriores.

4.10.1. Transporte

TCU fiscaliza trechos rodoviários com altos índices de acidentes

O TCU consolidou as auditorias sobre segurança viária, realizadas em locais concentradores de acidentes, com o objetivo de avaliar a conformidade desses trechos com as normas técnicas aplicáveis à construção rodoviária. Foram avaliadas as condições técnicas de cinco trechos, localizados em quadro rodovias federais: BR 101/BA, BR 262/ES, BR 381/MG e BR 470/SC. Esses trechos registraram 2.525 acidentes entre 2009 e 2012, de acordo com dados obtidos da Polícia Rodoviária Federal. A fiscalização considerou aspectos técnicos como capacidade, geometria do traçado da pista, sinalização, elementos de segurança e outras condições.

A constatação final da auditoria do TCU foi de que apenas 1% da malha rodoviária federal coberta por contratos considera o histórico de acidentes na definição dos serviços a serem realizados.

A capacidade da rodovia expressa a quantidade de veículos que podem nela transitar, diariamente, com segurança. Observou-se que os trechos fiscalizados possuem capacidade de tráfego inferior ao volume identificado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DNIT). Apesar de preparados para receber, no máximo, 1.400 veículos por dia, esses trechos rodoviários suportam tráfego médio diário de até 19.000 veículos. Na avaliação do TCU, a diferença entre a capacidade de tráfego da rodovia e sua real demanda aumenta o risco de acidentes. Isso ocorre porque os motoristas tendem a realizar manobras para compensar o tempo que passaram atrás de veículos lentos. O risco, no entanto, não está necessariamente associado à imprudência dos motoristas, mas à falta de condições adequadas de tráfego, a exemplo de distâncias mínimas de visibilidade para ultrapassagem e parada.

No que se refere à geometria das vias, a auditoria verificou que os trechos fiscalizados não atendem aos parâmetros de segurança fixados em normas técnicas para o quesito. Itens como largura das faixas de rolamento em curva, superelevação suficiente para o raio e existência de acostamento estão em desacordo com as normas, bem como, os parâmetros relacionados à sinalização e aos elementos de segurança das vias rodoviárias.

Além das condições das rodovias, o TCU avaliou a atuação do DNIT na promoção de melhorias nos referidos trechos rodoviários. Foi constatado que apesar de o número de acidentes rodoviários ser



considerado nos estudos de viabilidade dos projetos de implantação, eles não são exigidos nas obras de restauração, manutenção e conservação. A constatação final foi de que apenas 1% da malha rodoviária federal coberta por contratos considera o histórico de acidentes na definição dos serviços a serem realizados.

Assim, o Tribunal determinou ao DNIT que apresente plano de ação para sanear as fragilidades identificadas, especialmente quanto à falta de tratamento prioritário ao problema da inadequação dos elementos geométricos e à insuficiência da sinalização vertical do tipo "proibido ultrapassar" (Acórdão 275/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC 019.749/2014-7; Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues; Unidade Técnica: SeinfraRodovia).

TCU aprova com ressalvas a concessão da "Rodovia do Frango"

O Tribunal realizou acompanhamento do primeiro estágio do processo de concessão à iniciativa privada da rodovia popularmente conhecida como "Rodovia do Frango", que compreende trechos da BR-480 e BR-282, entre outras, nos estados de Santa Catarina e Paraná. A rodovia, integrante do Programa de Concessão de Rodovias Federais conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tem o potencial de ampliar o escoamento das principais zonas produtoras de carnes do Sul do país aos portos de Santos e Paranaguá. Os investimentos previstos são da ordem de R$ 4,5 bilhões e o prazo da concessão será de 30 anos. O Tribunal avaliou, nesta etapa, o Plano de Outorga, o Programa de Exploração da Rodovia (PER), o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira (EVTE) do empreendimento e os estudos de impacto ambiental.

O TCU constatou que os contratos de concessão vigentes estão sendo aditivados com objetivo de acrescentar obras ou serviços já inclusos nesses documentos, mas não cumpridos pelas concessionárias, o que acarreta aumento das tarifas de pedágios. Outra observação foi quanto ao posicionamento de uma praça de pedágio dentro do perímetro urbano do Município de Xanxerê/SC. Os estudos de tráfego que embasaram o valor da tarifa-teto foram feitos com base em posto de contagem em localidade rural da rodovia. Para o TCU, se as receitas são estimadas fora do perímetro urbano e, posteriormente, a concessionária instala a praça dentro desse perímetro, os ganhos da concessionária poderão ser aumentados à custa de ônus excessivo dos usuários, que precisam transitar pela rodovia em seus deslocamentos urbanos.

O Tribunal determinou à ANTT que aprimore a metodologia de cálculo do desconto de reequilíbrio (Fator "D"), de modo a desestimular o inadimplemento relativo às obras pactuadas e impactar suficientemente o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato. Deverá, também, avaliar a consistência de dados do estudo do tráfego apresentados no EVTE e definir metodologia para avaliar a adequação dos estudos de demanda apresentados nos Procedimentos de Manifestação de Interesse. Ademais, foram emitidas recomendações à Agência e ao Ministério dos Transportes, entre as quais, que se avalie o ambiente concorrencial e macroeconômico atual para formar um juízo de oportunidade acerca da realização do leilão.

O relator destacou que a expedição de determinações preventivas e corretivas à ANTT aplicáveis ao futuro contrato não configura possível ingerência do TCU nas escolhas regulatórias, mas a mitigação de riscos contratuais para aumentar a eficiência do sistema rodoviário (Acórdão 283/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC 023.298/2015-4; Relator: Ministro Augusto Nardes; Unidade Técnica: SeinfraRodovia).

TCU aponta irregularidades na implantação da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste, na Bahia

O TCU verificou possíveis irregularidades no âmbito do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Minério-Industrial do Estado da Bahia (Complexo Porto Sul), envolvendo a implantação da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste (Fiol), do Terminal Portuário Privativo da Bahia Mineração Ltda. (Bamin) e do Porto Sul, no Município de Ilhéus/BA.

A auditoria apurou que as deficiências das obras decorrem principalmente da falta de integração das obras da Fiol com o Complexo Porto Sul, além de aspectos ambientais de localização desse terminal. A viabilidade da ferrovia é diretamente associada à sua integração física e operacional com o porto, pois seu traçado depende da precisa localização do complexo portuário.

A visão fragmentada entre os empreendimentos foi uma das principais causas do descompasso entre as fases de implantação e de operação desse trecho da Fiol. O Tribunal estimou que essa falta de integração poderia resultar em corte de receitas e em elevados custos de capital fixo no montante aproximado de R$ 2 bilhões. Além disso, o mal dimensionamento dos custos de construção da ferrovia impacta negativamente a determinação da tarifa de transporte. Também, a atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi considerada deficiente, pois a Agência não regularizou a situação do contrato de concessão da ferrovia.

O relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, destacou que a continuidade na aplicação dos recursos federais sobre esse empreendimento poderia resultar no inaceitável desperdício de dinheiro público federal ou na injustificável produção de dano ambiental irreparável, tanto pela construção de trecho ferroviário que não desembocaria em nenhum porto, quanto pela indevida construção de todo o complexo portuário sem o necessário acesso ferroviário.

Assim, O TCU aplicou multas aos gestores e os inabilitou, pelo período de oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal. O Tribunal também determinou ao Ministério dos Transportes que, no caso de continuidade das obras da Fiol e do Complexo Porto-Sul, promova a articulação com o Governo do Estado da Bahia e, se for o caso, com a Secretaria de Portos e com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Ainda cabe recurso da decisão (Acórdão 727/2016-Plenário, de 30/3/2016; TC 018.153/2010-0; Relator: Ministro-Substituto André de Carvalho; Unidade Técnica: SeinfraHidroferrovia).



Arrendamento de área do Porto de Santos deve ter licitação

Para o Tribunal, a renovação do contrato de arrendamento da área do perímetro do Porto de Santos, destinada à movimentação de mercadorias de importação e exportação, somente poderá ocorrer mediante licitação. A área está sob os cuidados da empresa Transitária Brasileira Ltda. (Transbrasa) contratada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) desde 1981.

Em decisão anterior, o TCU havia limitado a prorrogação do contrato a um prazo que permitisse a transferência para outro terreno e a realização da licitação, observado o prazo máximo de cinco anos. No entanto, a empresa Transbasa solicitou ao TCU o reexame da decisão, de modo que o contrato fosse estendido por dez anos. Para a empresa, a intenção seria "manter a atividade portuária local e permitir a devida amortização e a depreciação dos investimentos realizados e a realizar, garantindo-se a manutenção da prestação de serviço adequado aos usuários e evitando-se a indenização do arrendatário pela União ao final do prazo de vigência".

A necessidade de transferência do espaço voltado à atividade portuária ocorreu após lei municipal de Santos de 1998 alterar a destinação da zona urbana da região para área residencial. Contudo, as empresas que tivessem licença municipal vigente antes da nova lei poderiam permanecer no local, sem necessidade de licitação.

Porém, conforme documentação apresentada pela Codesp, o imóvel ocupado pela Transbasa encontra-se em área da União, dentro do polígono do Porto de Santos. Além disso, não existe norma federal que permita desapropriação de bens públicos da União por estados e municípios. Pelo contrário, a regra prevê que é a União quem pode desapropriar bens dos estados, municípios e Distrito Federal, mediante prévia autorização legislativa.

Para o Ministro Walton Alencar, "Há nítidos contornos de grave conflito federativo, em que o Município, por via legislativa, intervém em tradicional área portuária, definindo o único concessionário possível e evitando, por meio de legislação artificiosa, o processamento da regular licitação".

Nesse sentido, o TCU decidiu que a situação não configurava inexigibilidade de licitação, sendo a continuidade do Contrato de Arrendamento irregular, devendo perdurar somente pelo prazo necessário à imediata e regular licitação da área pública federal. "Dessa nova licitação, poderá a empresa Transbrasa livremente participar, mas em igualdade de condições com todas as empresas interessadas", disse o Ministro.

Assim, o TCU negou o recurso apresentado pela Transbasa e decidiu que a renovação do contrato somente pode ocorrer após licitação para arrendamento portuário, sem necessidade de transferência para outro local. Agora, o Tribunal vai monitorar as medidas necessárias para realização do certame (Acórdão 724/2016-Plenário, de 23/3/2016; TC 027.419/2012-6; Redator: Ministro Walton Alencar Rodrigues; Revisora: Ministra Ana Arraes; Unidade Técnica: Serur).

4.10.2. Saúde

Tribunal conclui nova versão do FiscSaúde

O TCU concluiu nova versão do relatório sistêmico de fiscalização da Saúde (FiscSaúde), um levantamento que aborda, entre outros, questões orçamentárias e financeiras afetas à área e reúne informações sobre fiscalizações relevantes realizadas pelo Tribunal.

A Função Saúde constituiu, em 2014, o terceiro maior conjunto de despesas no orçamento da União, totalizando R$ 86 bilhões, dos quais 67% foram executados de forma descentralizada (por estados e municípios) e, 30%, de forma direta. A fim de atingir o valor mínimo em Saúde, a União inscreveu mais de R$ 6 bilhões em restos a pagar. Em trabalho específico, o TCU irá autuar processo de acompanhamento para aferir a execução dos restos a pagar vinculados ao efetivo cumprimento do mínimo constitucional para ações e serviços públicos de saúde.



As transferências de recursos federais para investimento somaram R$ 1,7 bilhão, e se concentram especialmente na construção, ampliação e implantação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), representando 45,7% do total. Os gastos com a Assistência Hospitalar e Ambulatorial aumentaram 59% entre 2009 e 2014. Mas, a participação nos gastos totais caiu de 53%, em 2009, para 48% em 2014. Nesse ano, foram gastos cerca de R$ 9 bilhões com o Suporte Profilático e Terapêutico, que abrange as ações voltadas para a produção, distribuição e suprimento de drogas e produtos farmacêuticos em geral. O valor gasto representou 10,5% dos gastos totais da Saúde no período.

O FiscSaúde, também demonstrou que, entre 2001 e 2013, houve aumento considerável do número de pessoas acometidas por enfermidades causadas pelo mosquito *aedes aegypt*. No caso da dengue, o aumento foi de 223% no número de pessoas infectadas.

Cartão SUS - nos últimos anos, foram apontadas como causas de demora na implantação do Cartão SUS: sistemas independentes de cadastramento utilizados por vários municípios, sem integração com o cadastro nacional e problemas na transmissão dos cadastros para a base de dados federal. Atualmente, segundo o Ministério da Saúde (MS), existem sistemas estratégicos de informação operando de modo integrado à base de dados do Cartão. O MS também ofereceu aos entes da federação acesso ao *web service* do Cartão Nacional de Saúde, no qual estados e municípios podem utilizar, por meio de seus sistemas de informação próprios, a base de dados do Cartão.

Atenção Básica - auditoria do TCU, realizada em 2009, avaliou a gestão dos recursos federais repassados a municípios, nas principais estratégias da Atenção Básica. Foram detectadas deficiências de planejamento, falhas na disponibilização de serviços especializados, inconsistências em sistemas informatizados utilizados para cálculo dos valores a serem repassados, falta de equipamentos e dificuldades para atrair ou fixar profissionais. Na oportunidade, o TCU fez recomendações e determinações ao MS, visando à melhoria das ações do Programa. O último monitoramento, realizado em 2014, identificou medidas adotadas como a realização de oficinas de planejamento no SUS para gestores e o incentivo à regularização dos vínculos dos profissionais da Estratégia Saúde da Família nos municípios.

Mais Médicos - no âmbito do Programa Mais Médicos foram identificados indícios de risco fiscal para a União, pois ações trabalhistas em curso na Justiça Federal reivindicam igualdade de tratamento entre os médicos cubanos e os demais participantes do Programa, além do reconhecimento do vínculo empregatício entre a União e todos esses profissionais. Verificaram-se falhas na avaliação dos médicos no

módulo de acolhimento, evidências de descumprimento de escala de trabalho e fragilidades nas ações de avaliação e monitoramento do Programa.

Judicialização da Saúde - nos últimos anos, cresceu o número de demandas judiciais para aquisição de medicamentos. Esse quantitativo passou de 6.000 ações, em 2010, para 12.000, em 2014, com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste. Para o relator do processo, Ministro Benjamin Zymler, o fenômeno envolve valores expressivos: a aquisição dos quarenta medicamentos de maior custo custou R$ 431 milhões em 2013, o que equivale a 54% dos recursos totais transferidos aos estados, naquele ano, para a aquisição de Medicamentos do Componente Especializado, destacou.

Por meio do FiscSaúde, pretende-se fornecer ao Congresso Nacional e à sociedade informações estruturadas sobre a situação da Saúde no Brasil, bem como fornecer insumos para o planejamento das fiscalizações do TCU, de modo que as edições subsequentes do relatório possam observar a evolução e o impacto das políticas públicas de saúde avaliadas (Acórdão 426/2016-Plenário, de 2/3/2016; TC 002.142/2015-5; Relator: Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: SecexSaúde).

Auditoria do TCU avaliará controle do registro de medicamentos

O Tribunal realizará auditoria na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para examinar a regularidade dos procedimentos adotados, pela Agência, em relação ao controle posterior ao registro de medicamentos, visando verificar a manutenção da fórmula, os efeitos esperados e a segurança.

A auditoria ocorrerá por Solicitação do Congresso Nacional, tendo por base denúncias de profissionais de saúde e de consumidores, no sentido de que a eficácia do medicamento genérico seria limitada. A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) apresentada pelo Congresso também incluiu pesquisa da Associação de Consumidores Proteste realizada com médicos e consumidores, que teria demonstrado dúvidas dos profissionais de saúde em relação à eficácia dos medicamentos genéricos. A PFC menciona, ainda, haver denúncias de que alguns convênios impedem ou dificultam o fornecimento de medicamentos de marca em pacientes internados.

O foco da fiscalização do TCU será a atividade operacional da Anvisa, incluindo normas e regulamentos. Serão observadas: a adequação da sistemática de controle dos medicamentos comercializados no País, a existência e a efetividade de sistema que registra relatos de ineficácia de medicamentos, os procedimentos realizados para identificação, aplicação de sanções e retirada do mercado de medicamentos não registrados, bem como, os procedimentos julgados necessários para verificar se os remédios genéricos ainda equivalem à fórmula com que foram registrados



O relator do processo, Ministro Bruno Dantas, ressaltou que "a adoção de procedimentos adequados pela Anvisa no controle posterior ao registro de medicamentos é essencial para garantir que a qualidade e a eficácia dos medicamentos ofertados à sociedade sejam condizentes

com os padrões esperados" (Acórdão 40/2016-Plenário, de 20/1/2016; TC 031.468/2015-2; Relator: Ministro Bruno Dantas; Unidade Técnica: SecexSaúde).

Produção e distribuição de vacinas na Região Sudeste são analisadas pelo TCU

Auditoria do Tribunal avaliou a gestão dos recursos descentralizados pelo Ministério da Saúde (MS) para entidades que atuam na produção e distribuição de vacinas e soros na Região Sudeste. Esses repasses atingiram, entre 2011 e 2013, mais de R$ 5 bilhões e foram destinados a laboratórios oficiais, responsáveis pela fabricação de imunobiológicos, tais como o Instituto e Fundação Butantan, a Fundação Oswaldo Cruz e a Fundação Ataulpho de Paiva.

A maioria das vacinas aplicadas no Brasil é fornecida pelos laboratórios farmacêuticos oficiais (LFO), que as adquirem de laboratórios estrangeiros por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), incluída também a transferência de tecnologia. Para o TCU, esse tipo de parceria é importante para a criação de um parque industrial que produza imunobiológicos.

A auditoria constatou ausência de estudos por parte do Ministério da Saúde no que concerne à existência de pesquisas em andamento no País sobre o imunobiológico que será objeto de transferência de tecnologia ou PDP. Também se verificou que os projetos executivos elaborados pelos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais não contêm dados sobre o impacto provocado pela introdução de novas vacinas no PNI em relação às necessidades de armazenamento e à logística de transporte. Além disso, os preços das vacinas não são analisados antes de eventuais renegociações da PDP, seja pelo término do prazo de vigência da parceria ou por mudanças nos quantitativos demandados.

Apesar de o tema vigilância sanitária ser atribuição do ente municipal, no caso de produtos biológicos, como as vacinas, há participação dos três entes federados nas fiscalizações, o que inclui a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e as vigilâncias sanitárias estadual e municipal. O TCU identificou carência de engenheiros e arquitetos nos quadros desses três entes, agravada pelo fato de que os profissionais da área da saúde não detêm condições técnicas para analisar os projetos de engenharia para a construção ou reforma de instalações fabris.

O Tribunal fez, assim, uma série de recomendações aos órgãos envolvidos. Ao MS, por exemplo, recomendou que incentive a cooperação entre os Laboratórios Públicos Oficiais com vistas ao desenvolvimento conjunto de pesquisas e produção de vacinas. À Anvisa e às vigilâncias sanitárias locais, recomendou que atuem preventivamente na análise dos projetos de construção ou reforma civis das plantas fabris que envolvam a fabricação de imunobiológicos nos laboratórios oficiais responsáveis por parcerias para o desenvolvimento produtivo, institucionalizando tal procedimento dentro de suas competências legais relativas à Vigilância Sanitária.

Boa prática na Anvisa – a Agência analisou previamente a planta da nova fábrica da vacina BCG da Fundação Ataulpho de Paiva (FAP), localizada em Xerém/RJ. Essa fábrica está sendo construída para atender aos padrões de Boas Práticas de Fabricação estabelecidas em Resolução da Anvisa de 2010. De acordo com a auditoria, caso a Agência não tivesse analisado a planta antes da construção, erros teriam sido cometidos e haveria um desperdício grande de recursos públicos transferidos para a FAP por meio de convênio (Acórdão 278/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC 019.602/2014-6; Relator: Ministro Benjamin Zymler; Unidade Técnica: Secex-SP).

Concessionárias de saneamento não devem receber transferências voluntárias da Funasa, determina TCU

Auditoria do Tribunal avaliou a regularidade da aplicação de recursos federais transferidos à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais (Sedru/MG) pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Os recursos federais, no entanto, estavam sendo utilizados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) na execução de obras de saneamento. A Copasa detém contrato de concessão com o Município de Timóteo, titular do serviço público. Na avaliação do TCU, é irregular o repasse por convênio, de forma direta e indireta, a concessionárias prestadoras de serviço de saneamento básico que não possuam capital 100% público.

Por essa razão, o Tribunal determinou, cautelarmente, que a Funasa se abstivesse de celebrar novos convênios nos quais os recursos transferidos beneficiassem diretamente concessionárias de serviços públicos de natureza privada (Acórdão 2.787/2013-Plenário). No caso da Copasa, no Estado de Minas Gerais, foram transferidos aproximadamente R$ 63,6 milhões. O TCU observou, no entanto, que a prática, pela Funasa, é recorrente, e que transferências voluntárias desse tipo, efetivamente repassadas, representaram cerca de R$ 3,2 bilhões.

Para o Tribunal, os investimentos em bens de capital, decorrentes de transferências voluntárias relativas à prestação de serviços de saneamento básico, não podem ser incorporados ao patrimônio de concessionárias de serviço público de natureza privada, que distribui lucro a seus acionistas. Além disso, a possibilidade de uma concessionária incorporar indevidamente ao seu patrimônio os bens construídos com recursos federais acarreta indenização irregular quando da reversão dos bens ao ente político titular do serviço público. Nesse caso, se não forem adotadas medidas compensatórias pelo poder concedente, os lucros da concessionária serão majorados às custas de obra realizada com recursos públicos.

A auditoria não constatou medidas compensatórias para evitar que o objeto conveniado fosse incorporado ao patrimônio da Copasa. Também foi observada a possibilidade de que na base tarifária das concessionárias estivessem contidos os custos de depreciação e amortização provenientes dos investimentos custeados por recursos públicos, o que não é permitido em lei. Tampouco havia mecanismo de transferência aos usuários de eventuais ganhos obtidos como resultado da ampliação da capacidade de atendimento da Copasa.

O Tribunal determinou que a Funasa se abstenha de firmar novos convênios ou contratos para descentralização de recursos federais, destinados à realização de investimentos em estrutura física de sistemas geridos por concessionárias de serviços de saneamento (Acórdão 347/2016-Plenário, de 24/2/2016; TC 004.513/2014-2; Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues; Unidade Técnica: SecexSaúde).

Terceirização de serviços de saúde nos municípios é fiscalizada pelo TCU

O Tribunal realizou diversas auditorias para avaliar a regularidade de ajustes firmados pelos governos municipais e estaduais com entidades privadas para contratação de profissionais de saúde com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). A fiscalização teve por base o fato de gestores públicos estarem adotando modelos diferenciados de contratação, bem como recorrendo à terceirização dos serviços, em vez de realizar o provimento dos cargos do setor de saúde mediante concursos públicos.

O trabalho abrangeu os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão e Bahia. Foram identificadas contratações de mão de obra por meio de contratos de gestão com Organizações Sociais (OS) e mediante termos de parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Além disso, tais instrumentos têm sido utilizados como forma de se evitar os limites impostos pelo teto remuneratório do município, vinculado ao subsídio percebido pelo prefeito e pelos parâmetros máximos com gastos de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O planejamento das terceirizações foi considerado ausente ou precário devido à inexistência de estudos demonstrando que a terceirização de mão de obra seria a melhor opção para o ente contratante. Verificou-se, também, ausência de orçamento prévio e de planilha detalhada de custos, o que está diretamente relacionado com as constatações de superfaturamento dos serviços prestados. Como resultado, em todas as auditorias sobre esse tema, foi determinada a constituição de processos de tomada de contas especial para reaver os prejuízos causados ao SUS.

Foram apontados, ainda, indícios de irregularidade nos instrumentos jurídicos utilizados e na fiscalização da execução dos contratos ou convênios, tais como pagamentos realizados sem o acompanhamento da frequência dos profissionais de saúde e sem o devido suporte documental. O Tribunal identificou, ainda, inexistência ou direcionamento dos processos de seleção das entidades, deficiências na análise dos requisitos e da capacidade operacional das entidades e não comprovação da aplicação dos recursos na execução do objeto.

O TCU determinou ao Ministério da Saúde que oriente todos os entes federativos a observarem diretrizes específicas na contratação de serviços de saúde com entidades privadas, tais como a elaboração de estudos que demonstrem as suas vantagens em relação à contratação direta e a utilização de credenciamento de profissionais de saúde e de documentação de processos de pagamento das entidades (Acórdão 352/2016-Plenário, de 24/2/2016; TC 017.783/2014-3; Relator: Ministro Benjamin Zymler; Unidade Técnica: Secex-PR).

Controle de aquisição de próteses no SUS é avaliado pelo TCU

Auditoria do Tribunal avaliou a efetividade do controle adotado pelo Ministério da Saúde na aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) para uso em pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). O foco foram dispositivos médicos implantáveis (DMI), ou seja, aqueles introduzidos no corpo humano através de intervenção cirúrgica e que permanecem por longo prazo, como *stents* coronarianos e próteses ortopédicas mais complexas.



Foram analisados os procedimentos de controle existentes no SUS, abrangendo o

Ministério da Saúde, órgãos e entidades sob sua coordenação, o Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro (DGH) e quatro hospitais federais situados na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Quanto ao registro dos dispositivos médicos implantáveis, a auditoria identificou deficiência na padronização de nomenclaturas, o que dificulta a comparação dos produtos, tanto para realização de pesquisas de preços quanto para uniformização de uso. Também foi verificada a inexistência de um referencial público de preços para os dispositivos, o que acarreta problemas em pesquisa de mercado e discrepância de valores. Para o TCU, o risco de dano ao erário em aquisições sob essas condições é aumentado e demanda a regulação econômica do setor pelo Estado. A título de exemplo, após a realização de análise de mercado, o preço do produto "espirais de platina" foi revisado de R$ 2.230,00 para R$ 1.350,00.

A operacionalização do sistema nos hospitais federais avaliados também apresentou fragilidades, entre as quais ausência de setor ou rotina de planejamento que trate diretamente de aquisições dos dispositivos, ineficiência dos sistemas informatizados de controle de estoque desses materiais e coordenação deficiente dos hospitais exercida pelo DGH quanto às compras das próteses.

O TCU fez determinações ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que apresentem plano de ação com vistas a sanear ou minimizar os problemas identificados (Acórdão 435/2016-Plenário, de 2/3/2016; TC 014.109/2015-8; Relator: Ministro Bruno Dantas, Unidade Técnica: SecexSaúde).

4.10.3. Educação e Cultura

Captação de recursos pela Lei Rouanet não deve ser aplicada a projetos com potencial lucrativo, determina TCU

O Tribunal analisou representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU quanto a indícios de irregularidades no apoio concedido pelo Ministério da Cultura (MinC) ao evento *Rock in Rio*, em 2011.

Por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), são realizados incentivos a projetos culturais com abatimento do Imposto de Renda (IR), que pode chegar a 100% do valor aplicado, com o ônus do incentivo suportado integralmente pelo erário. A análise do Tribunal avaliou, entre outros aspectos, a legalidade e a legitimidade da concessão dos incentivos culturais previstos nessa lei a projetos considerados lucrativos e que não teriam dificuldade na obtenção de patrocínios privados.

O *Rock in Rio* 2011 teve autorização para captar R$ 12,3 milhões na modalidade patrocínio, dos quais foram efetivamente captados R$ 6,7 milhões. Essa gratuidade, no caso do *Rock in Rio*, gerou renúncia de receita de IR em R$ 2 milhões, considerados o total de ingressos distribuídos.

O TCU constatou que a autorização de captação de recursos para o *Rock in Rio* não considerou pareceres técnicos contrários à destinação de verbas públicas a projeto com potencial lucrativo, sem a exigência de contrapartida compatível. Os pareceres também haviam alertado que um dos objetivos da Lei Rouanet é apoiar projetos com baixa capacidade para atrair investimentos.



O relator do processo considerou que a análise de solicitações de incentivos fiscais a projetos que se apresentem lucrativos e autossustentáveis deve ser restritiva. Para o Tribunal, os apoiadores desses projetos poderão optar pelo mecanismo do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) ou patrociná-los apenas com recursos privados, evitando-se assim renúncia de receitas pelo setor público.

O TCU também avaliou a regularidade da autorização para captação de recursos, no valor de R$ 6,2 milhões, dada pelo MinC para o festival de música SWU em 2011. Apesar de a captação não ter ocorrido, o Tribunal constatou que a autorização foi dada de forma apressada e com diversas inconsistências.

Como resultado dos trabalhos, o Tribunal determinou à Secretaria Executiva do MinC (SE/MinC) que não autorize a captação de recursos para projetos que apresentem forte potencial lucrativo ou capacidade de atrair suficientes investimentos privados. Também foi determinado que a SE/MinC, ao deliberar sobre proposta de concessão de incentivos a projetos culturais previstos na Lei Rouanet, manifeste-se expressamente sobre eventuais ressalvas constantes de parecer técnico (Acórdão 191/2016-Plenário, de 3/2/2016; TC 034.369/2011-2; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman; Unidade Técnica: SecexDesenvolvimento).

TCU avalia convênios entre FNDE e Estado do Tocantins para construção de escolas

O Tribunal realizou auditoria na Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc/TO) para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) previstos em R$ 101 milhões.

Os convênios entre o FNDE e a Seduc/TO previam a construção de 19 escolas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Programa Brasil Profissionalizado (PBP), distribuídas pela capital e por diversas cidades do interior do Estado de Tocantins. Do total de recursos previstos, R$ 61,7 milhões já haviam sido repassados. O TCU constatou que os empreendimentos estavam paralisados, à exceção das obras da escola de tempo integral no Loteamento Nova Araguaína, em Araguaína/TO.

A auditoria verificou que os prazos originais de vigência dos contratos assinados com as empresas construtoras eram suficientes para a execução dos empreendimentos e já foram renovados de 3,5 a mais de 7 vezes em relação à estimativa original. Verificou-se, também, a disponibilidade de recursos financeiros nas contas bancárias sem aplicação em qualquer das dezenove escolas.

A Seduc/TO realizou aditamentos e rescisões nos contratos já vencidos, assim como aditamentos antes do término da vigência dos contratos, com a contagem dos prazos prorrogados se iniciando a partir da data de assinatura dos respectivos termos aditivos. O órgão estadual também suspendeu a contagem

dos prazos de vigência de todos os contratos, correspondentes aos períodos de paralisação na execução das obras, sem que houvesse previsão nos respectivos termos contratuais.

De acordo com a jurisprudência do TCU, é irregular o aditamento feito após o término da vigência contratual. No entanto, o Tribunal tem acolhido em caráter excepcional, na análise de alguns casos concretos, a tese de diferenciar os efeitos da extinção do prazo de contratos de obra, quando houver a presença de circunstâncias objetivas atenuantes da conduta dos gestores, tais como descontinuidade na liberação de recursos orçamentários, paralisação da obra motivada pela contratante, prorrogação do cronograma de execução por tempo igual ao da paralisação e adoção de providências para o cumprimento do contrato, evitando prorrogação indefinida ou abusiva.

Dessa forma, o TCU determinou ao FNDE e à Seduc/TO que apresentem plano de ação para o término das obras objeto dos convênios avaliados, com a indicação de responsáveis e prazo para a aplicação dos recursos federais já repassados (Acórdão 127/2016-Plenário, de 27/1/2016; TC 010.852/2015-8; Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; Unidade Técnica: Secex-TO).

4.10.4. Integração Nacional

TCU avalia aspectos econômicos e sociais da Bahia, do Maranhão e do Amazonas

Levantamento de auditoria foi realizado pelo TCU com o objetivo de obter uma visão abrangente sobre a situação geográfica e econômico-social dos estados da Bahia, do Maranhão e do Amazonas. Foram mapeados os principais desafios ao desenvolvimento local, dispersos em áreas como planejamento e gestão administrativos, agropecuária, educação, saúde, infraestrutura e assistência social.

As informações colhidas no levantamento serão utilizadas como parâmetro na definição de áreas prioritárias em futuros trabalhos do Tribunal.

Bahia - O Estado, cuja área é de 564.695,67 km², possui taxa de urbanização de 72,1% (2010), inferior à média nacional (84,34%) e da Região Nordeste (73,1%). A população é distribuída de maneira desigual pelo território, com elevada concentração demográfica no litoral. Os indicadores econômicos do Estado demonstram que apesar de ostentar o 8ª maior PIB do país, a Bahia ainda apresenta baixo PIB per capita (22ª posição em 2012).

No setor de saúde, verificou-se que a taxa de mortalidade infantil caiu pela metade, na comparação dos censos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE). Entretanto, em 2010, 407 municípios baianos ainda apresentavam índices de mortalidade acima da média nacional, de 16,7.

Segundo a auditoria, os municípios localizados na região banhada pelo rio São Francisco apresentam os piores indicadores relativos a renda *per capita*, pobreza, desigualdade, mortalidade infantil e Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O achado é um indicativo da necessidade de verificação, por parte do TCU, das políticas públicas voltadas para aquela região, pois a proximidade da água deveria trazer melhorias para comunidade do local.

No relatório, também foram listados os projetos estruturantes associados ao desenvolvimento do Estado da Bahia, envolvendo os setores de energia, indústria, irrigação, mineração e transporte, e os

municípios por eles diretamente impactados (Acórdão 471/2016-Plenário, de 2/3/2016; TC 016.215/2015-0; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman; Unidade Técnica: Secex-BA).

Maranhão - O Estado, cuja área é de 331.936,95 km², equivalente a 3,90% do território nacional, possui taxa de urbanização de 58,9% (2012), inferior ao registrado nos demais estados do Brasil (84,3%), e para Região Nordeste (73,1%).

No setor de saúde, verificou-se que, apesar das leves melhorias em alguns indicadores, os números do Maranhão ainda representam a pior marca do País no que se refere às taxas de mortalidade infantil (23,5 óbitos por mil nascidos), de médicos e de disponibilidade de leitos hospitalares, inclusive de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Além disso, o Estado, que é o segundo maior estado da região nordeste, apresenta alta taxa de analfabetismo (19,9%) e de analfabetismo funcional (31,3%), devido à evasão e à defasagem de alunos no processo de formação.

Uma constatação relevante, foi a forte dependência dos aportes de recursos federais, pois a soma da participação da União na receita estadual, via transferências, com a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), supera as receitas originárias do Estado (Acórdão 475/2016-Plenário, de 2/3/2016; TC 016.165/2015-2; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; Unidade Técnica: Secex-MA).

Amazonas - O Amazonas, cuja área equivale a 40,45% da Região Norte e 18,30% da área do Brasil, tem 92,84% da cobertura florestal preservada, possui um dos mais baixos índices de densidade demográfica do País (2,23 habitantes/km²) e indicadores de desenvolvimento socioeconômico inferiores à média nacional. Apenas 64,56% da população do Amazonas possui acesso adequado à rede de água e somente 26,7% dos domicílios têm coleta de esgoto. O Estado tem participação de 1,6% do Produto Interno Bruto e o percentual de recursos financeiros federais a ele disponibilizados é de 1,87%.

A auditoria identificou falta de acompanhamento dos resultados de planos voltados para o desenvolvimento regional, bem como ausência de interação entre eles. O TCU, em trabalhos anteriores, apontou ausência de coordenação institucional em ações do Governo Federal para a Amazônia. Passados oito anos daquele trabalho, ainda não foi verificado progresso em relação a medidas que garantam a eficácia das políticas direcionadas para o desenvolvimento regional sustentável do Estado do Amazonas.

Em relação à gestão ambiental, foram levantados dois pontos de risco: a ausência de conclusão do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE) e o saneamento básico inadequado.

Também foi avaliada a obtenção de vantagens fiscais pelas empresas atuantes na Zona Franca de Manaus no ramo da informática. Tais vantagens, conforme a legislação, é condicionada à aplicação de 5% do faturamento bruto das indústrias em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, deduzidos os tributos de comercializações. Além disso, no mínimo 50% dos recursos deverão ser destinados a entidades públicas credenciadas pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, na Amazônia Ocidental. Todavia, a auditoria mostrou que a aplicação efetiva dos valores arrecadados não tem atingido o percentual mínimo, de modo que o fundo setorial criado para financiar as pesquisas pode não estar atendendo a seus objetivos.

Em decorrência das avaliações, o Tribunal recomendou ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil que implementem efetivamente os diversos planos de caráter macrorregional e sub-regionais existentes, tais como o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDA), entre outros. Além disso, os órgãos deverão promover estudos com vistas a assegurar o desempenho da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) na finalidade para a qual foi criada (Acórdão 608/2016-Plenário, de 16/3/2016; TC 013.329/2015-4; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; Unidade Técnica: Secex-AM).

4.10.5. Ciência e Tecnologia e Comunicações

TCU apresenta relatório sistêmico do setor de telecomunicações

O Tribunal concluiu o Relatório Sistêmico de Fiscalização de Infraestrutura de Telecomunicações (FiscTelecomunicações), com informações sobre a atual situação do setor e, em especial, a atuação estatal. O relatório objetiva fornecer ao Congresso Nacional, aos gestores e à sociedade brasileira elementos que permitam identificar gargalos e oportunidades de melhoria na formulação e na implementação de políticas públicas do setor de telecomunicações.

O trabalho também visa a contribuir para o aperfeiçoamento da governança no setor público e, como consequência, para a qualidade e a efetividade dos bens e serviços entregues à sociedade. A atuação estatal foi analisada, nos termos do novo modelo inaugurado pela Emenda Constitucional (EC) 8/1995 e delimitado pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT). O TCU concluiu que a atuação estatal precisa ser aprimorada, haja vista as mudanças ocorridas nos quase vinte anos que separam o atual contexto daquele em que ocorreu a reestruturação do setor.

A auditoria identificou ausência de planejamento setorial, bem como objetivos e ações não definidos, além de cronogramas e metas não estabelecidas. Também não há ferramentas de *accountability* e de monitoramento que definam a lógica de intervenção no setor, no médio e no longo prazos. A situação é agravada ante os avanços tecnológicos característicos na área de telecomunicações.

O TCU verificou que o Ministério das Comunicações, responsável pela formulação de política do setor, não dispõe de planejamento de médio ou longo prazo, e que não existe a previsão de planos decenais



ou quinquenais que tratem das diretrizes para o setor de telecomunicações. Além disso, diferentemente de outros setores – como o de energia elétrica e de transportes, que contam com uma série de órgãos para execução do planejamento setorial –, a formulação da política para o setor de telecomunicações não dispõe de estruturação semelhante, mas tem se orientado por medidas pontuais, para atender demandas específicas.

Para o Tribunal, a falta de uma política que defina a lógica de intervenção no setor produz reflexos na atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão chave da atuação estatal após as privatizações ocorridas em 1998.

Foi analisada a modificação na forma de implementação das políticas de ampliação do serviço de telefonia móvel no Brasil por meio de editais de radiofrequência, sem que haja política pública de médio e longo prazo em relação aos objetivos a serem atingidos. Também inexiste plano setorial que oriente a atuação da Agência, à exceção da licitação de 2,5 GHz, em que houve orientação do formulador de política pública, o Ministério das Comunicações, por meio do Decreto 7.512/2011.

Foram avaliados, também, o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e o Fundo de Universalização dos Serviços de Fiscalização (Fust). O Fistel foi criado para prover recursos e cobrir as despesas do Governo Federal na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações. O Fust tem o objetivo de proporcionar recursos para o cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço.

Relativamente aos saldos dos fundos, o TCU encontrou divergências entre as informações prestadas pela Anatel, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Foi apontada, ainda, a utilização de recursos desses fundos como fonte para financiamento de despesas diversas daquelas para as quais eles foram constituídos.

O Tribunal determinou, assim, que a Anatel, em conjunto com a STN e a SOF, promova a conciliação dos valores correspondentes à arrecadação, à aplicação e ao saldo do Fistel e do Fust e que dê transparência, em seu sítio na internet, aos dados atualizados sobre as receitas arrecadadas e o saldo desses fundos, assim como identifique, anualmente, as destinações dadas aos respectivos recursos. Também foi emitida recomendação à Casa Civil e ao Ministério das Comunicações sobre o descompasso entre o volume arrecadado e a aplicação dos recursos nos objetivos que motivaram a criação dos fundos (Acórdão 28/2016-Plenário, de 20/1/2016; TC 008.293/2015-5; Relator: Ministro Bruno Dantas; Unidade Técnica: SeinfraAeroTelecom).

4.10.6. Minas e Energia

TCU analisa requisitos de novo leilão para transmissão de energia elétrica

O Tribunal analisou o primeiro estágio de acompanhamento do Leilão 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a concessão, pelo prazo de 30 anos, de prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. Nessa etapa, o TCU verificou o Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA).

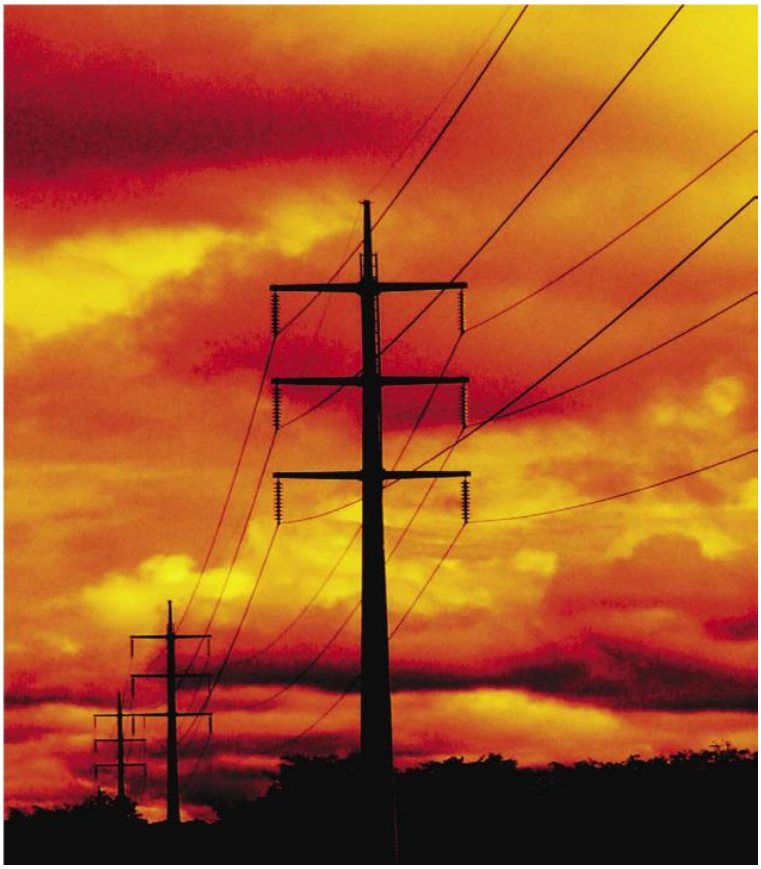
Trata-se do maior certame de transmissão já realizado– contemplando 26 lotes cujos investimentos previstos alcançam R$ 23,2 bilhões –, para a implantação de 12.811 km de linhas de transmissão e 34 subestações de energia, distribuídos em dezessete estados e com capacidade de transformação de 19.560 MVA, essenciais para o escoamento de energia elétrica de parques eólicos e grandes hidrelétricas e para o aumento da confiabilidade da operação.

O certame ocorrerá na forma de leilão reverso, com critério objetivo de julgamento das propostas pela menor Receita Anual Permitida (RAP), que é a remuneração a que fará jus a futura concessionária.

A análise do Tribunal apontou que o prazo para a entrada em operação das instalações elétricas dos lotes contemplados no leilão não foi compatibilizado com o prazo de construção e com as datas previstas para o início da operação, estabelecidas no edital. Isso pode ocasionar prejuízos para o sistema elétrico nacional, pois eventuais atrasos na implementação das linhas implicam limitações na transferência de energia entre submercados e sobrecarga das linhas existentes, entre outros problemas.

O Tribunal também verificou inadequações dos elementos que integram a RAP teto do leilão, como a taxa interna de retorno, o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros. Foram constatadas incoerências nos valores históricos atribuídos ao custo do capital próprio e o modelo do custo de capital de terceiros não apresenta a possibilidade de os investidores buscarem financiamentos em outras fontes que não o banco de fomento.

Ademais, foi demonstrado que, no Estado do Pará, nas regiões de Marituba e Utinga – áreas de intenso adensamento populacional urbano, com grande probabilidade de relocação imobiliária –, há impropriedades nos procedimentos de cálculo do valor de indenização por desapropriação, que podem levar a estimativas incoerentes com o preço de mercado dos imóveis. O Tribunal considerou, ainda, que o ambiente de investimentos é restrito, devido à heterogeneidade do conjunto de lotes, com diferentes níveis de atratividade envolvidos.



Assim, o TCU determinou à Aneel que promova alterações para reprecificação da RAP teto do Leilão 13/2015 e de futuros leilões a serem promovidos pela Agência reguladora. O Tribunal recomendou ainda, entre outras medidas, que o Ministério das Minas e Energia e a Aneel reavaliem o Leilão em comento, ante as possíveis

restrições mercadológicas e econômicas, e considerem tais restrições na definição do quantitativo e da conformação de lotes e investimentos a serem ofertados, levando em conta critérios de urgência e relevância dessas instalações para o sistema (Acórdão 288/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC nº 033.940/2015-0, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: SeinfraElétrica).

Fiscalização da Aneel sobre qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica é deficiente

O TCU realizou auditoria na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para avaliar os mecanismos adotados pela Agência e por agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e para estimular sua melhoria. A atividade punitiva da Aneel sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica não fez parte do escopo da auditoria.

A análise dos indicadores demonstrou deficiências na qualidade da prestação desse serviço no País. O indicador de qualidade que afere a quantidade média de horas que os consumidores ficam sem energia elétrica durante determinado período tem extrapolado o valor limite desde 2009. Entre 2009 e 2014, esse indicador, que antes estava apenas cerca de 5% acima do valor teto, passou a extrapolá-lo em mais de 20%.

A auditoria apontou fiscalização periódica insuficiente, visto que a Aneel, por meio da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Eletricidade (SFE), não realiza as fiscalizações na periodicidade que a própria SFE estabelece como ideal. As principais causas desse problema foram insuficiência de recursos humanos, existência de outras fiscalizações prioritárias não relacionadas diretamente à qualidade, passivo de fiscalizações pendentes de anos anteriores.

Quanto ao teleatendimento, o TCU constatou que os dados são produzidos exclusivamente pelas empresas fiscalizadas e que não são adotados procedimentos pela Aneel para conferir a sua exatidão, correção e fidedignidade. No caso das fiscalizações de níveis de tensão elétrica, a Agência depende integralmente de dados fornecidos pelas próprias distribuidoras, sem a existência de mecanismos que reduzam essa dependência. Há, portanto, fragilidade na fiscalização dos índices de qualidade do teleatendimento e na fiscalização da conformidade nos níveis de tensão das medições amostrais.

A auditoria também verificou demora na tomada de decisão de primeira instância, atingindo 80% dos 74 processos de fiscalização avaliados. Além disso, a Aneel utiliza apenas as reclamações registradas na sua própria ouvidoria, aproximadamente 88 mil por ano, como subsídio para priorização de fiscalizações. A Agência deixa de considerar dados de reclamações de consumidores nas distribuidoras, que perfazem mais de 26 milhões por ano.

O Tribunal determinou à Aneel, que apresente plano de ação destinado ao aprimoramento da apuração dos indicadores de qualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica. O TCU também recomendou que a Agência implemente ações para garantir a tempestividade de análise dos processos de fiscalização da qualidade (Acórdão 651/2016-Plenário, de 23/3/2016; TC 013.046/2014-4; Relator: Ministro Vital do Rêgo; Unidade Técnica: SeinfraElétrica).

Gestão de obras pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco apresenta fragilidades

Fiscalização do Tribunal, na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), avaliou a gestão de obras de geração e transmissão da Estatal, bem como verificou oportunidades de melhorias na gestão das

obras. O resultado financeiro da Chesf registrou, entre 2009 e 2014, prejuízos acumulados de R$ 2,3 milhões e déficit contábil de R$ 6,9 milhões em perdas, entre 2012 e 2014.

Em relação ao processo decisório para escolha e início de novos investimentos, foi constatado que as decisões superiores da Companhia não se encontravam motivadas em análises de risco, relatórios ou pareceres técnicos.

Quanto à avaliação da gestão das obras, o TCU constatou fragilidades que podem estar concorrendo para que a Chesf não atinja o desempenho esperado. Entre elas estão incompatibilidade entre a quantidade de obras por gestor e suas atribuições, baixa efetividade na aplicação de penalidades por irregularidades cometidas na execução de contratos, carência de capacitação específica e falta de normatização interna das atribuições dos gestores.

Com relação à gestão das participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), as práticas de governança adotadas pela Companhia se mostram insuficientes para garantir o alcance dos resultados financeiros esperados. Há casos em que sócios privados, acionistas da SPE, foram contratados como fornecedores de bens e serviços da parceria, em evidente presunção de conflito de interesses.

O TCU determinou à Chesf que registre a fundamentação empregada nas sessões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da empresa para decisão de implementação de novos negócios de geração e transmissão, bem como, que elabore regulamentação interna sobre mecanismos de controle a serem exercidos nas SPE em que sócios também atuem como fornecedores e adote, nesses casos, medidas de identificação e redução de riscos (Acórdão 600/2016 -Plenário, de 18/3/2016; TC 023.736/2014-3; Relator: Ministro Vital do Rêgo; Unidade Técnica: SeinfraElétrica).

Governança e gestão das aquisições na Eletrobrás em Rondônia são avaliadas pelo TCU

Auditoria do Tribunal avaliou as práticas de governança e gestão das aquisições adotadas pela Eletrobrás Distribuição Rondônia – Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), sociedade de economia mista pertencente ao grupo Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Foram analisados os contratos de limpeza, vigilância e transporte de pessoal, envolvendo mais de R$ 11 milhões.

O TCU observou que faltam instrumentos para que o nível estratégico da empresa exerça a liderança necessária para conduzir à boa governança e à consequente boa gestão do setor de aquisições da empresa. Apesar de adotar código de ética, não foi aprovado um plano de trabalho anual para atuação da comissão de ética. Além disso, a Ceron não estabeleceu diretrizes para o gerenciamento de riscos das aquisições, não capacita os gestores nessa matéria e não mantém canais diretos com a alta administração para o recebimento de denúncias.

Quanto à gestão de aquisições, o Tribunal constatou inexistência de Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), e a consequente realização de contratações sem a inclusão de requisitos de sustentabilidade. A organização também não dispõe de documento interno que estabeleça o processo de trabalho relacionado à atividade de aquisições, nem mapeamento das competências pessoais requeridas para atuação na área.

O Tribunal também verificou deficiências na etapa de preparação das contratações, tais como contratação sem prévio levantamento de mercado, termos de referência sem estudos para a definição da quantidade e não realização de pesquisa para elaboração da planilha de preços. No âmbito das licitações e execução de contratos, a auditoria apontou que não há, nas contratações de serviços de limpeza e de vigilância, segregação de funções entre o recebimento provisório e o definitivo dos serviços prestados, nem cláusulas de penalidades vinculadas ao cumprimento das obrigações contratuais.

Para o relator do processo, Ministro Augusto Sherman, "a solução para as deficiências identificadas no presente levantamento envolve a capacitação de servidores e o empenho da alta administração em adotar instrumentos de governança e gestão, pois somente a partir daí estarão criadas as condições para formação e consolidação da cultura organizacional sobre o tema".

O Tribunal efetuou recomendações com vistas ao aperfeiçoamento das práticas de governança e gestão das aquisições na Ceron (Acórdão 378/2016-Plenário, de 24/2/2016; TC 024.195/2014-6; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman; Unidade Técnica: Secex-AM).

TCU analisa sistema de contratações da Petrobras

Auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e na empresa Procurement Negócios Eletrônicos S.A. (Petronect) examinou a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos processos de trabalho relacionados ao cadastro de fornecedores de bens e serviços utilizado pela Petrobras.

A Petronect é uma empresa do Grupo Petrobras, responsável pela administração do portal Petronect, e tem como objetivo principal o provimento de serviços de comércio eletrônico. Enquanto a Petrobras faz a gestão da base de fornecedores e do cadastro de bens e serviços, a Petronect fornece as ferramentas para a utilização eletrônica desse sistema.

A auditoria verificou a existência de ampla discricionariedade dos gestores na escolha da modalidade de licitação na Petrobras e a ausência de limites de valor para a contratação direta realizada pela Companhia. No período de 2011 a 2014, houve um volume de aquisições em torno de R$ 369 bilhões, dos quais R$ 167 bilhões (45%) foram de contratações diretas, ou seja, não precedidas de licitação, enquanto que da parcela restante de R$ 202 bilhões, a quase totalidade das aquisições (99%) se deu mediante a modalidade convite.

O convite, nos termos do decreto seguido pela Petrobras, apresenta características distintas do mesmo instrumento na Lei de Licitações, a exemplo da falta de limitação de valor para o seu uso. Por isso, o TCU concluiu que essas contratações oferecem reduzida transparência para o público e alta liberdade para o gestor na escolha das empresas convidadas. Nessas situações, não há necessidade de se convidar empresas constantes do cadastro da Petrobras.

O Tribunal, no Acórdão 2.163/2015-TCU-Plenário, discorreu sobre a utilização do convite, no sentido de que quanto menos empresas acudirem ao chamado licitatório, mais condições elas têm de atuarem ilicitamente em conluio, sendo mais propício o ambiente para o cartel.

A respeito da utilização da Lei de Licitações pela Petrobras, o Tribunal já se posicionou em diversas ocasiões, a exemplo do Acórdão 2.384/2015- 2ª Câmara, no sentido de que "a licitação é a regra, inclusive

para a área finalística da empresa, e só pode ser afastada em situações nas quais for demonstrado efetivo prejuízo às atividades da Estatal". O relator do processo, Ministro Vital do Rêgo, ressaltou que delegar determinadas escolhas a normas infralegais permite que o gestor tenha liberdade de atuar em situações que nem sempre atendem ao interesse público, visto que a falta de vinculação aos princípios de uma norma é porta aberta à corrupção, consoante se depara nas apurações da operação Lava Jato.

A auditoria também identificou que os agentes da Petrobras não utilizam com frequência o portal Petronect para selecionar empresas fornecedoras de bens e serviços, mas dão preferência para o uso direto do cadastro de fornecedores da companhia. Na avaliação do Tribunal, a ampliação do uso do portal poderia informatizar procedimentos de rodízios nas empresas convidadas, auxiliar na definição de indicadores e de controles dos processos de aquisição e trazer maior publicidade e transparência à gestão do cadastro.

Também foram identificadas oportunidades de melhoria na gestão de recursos humanos da Petrobras voltados à operação do cadastro de fornecedores, pois cerca de 45% da força de trabalho que atua na operação e alimentação desse sistema são terceirizados. Os dados e informações do cadastro, aos quais têm acesso os funcionários, são sensíveis e confidenciais. Por esse motivo, o TCU recomendou que a Petrobras reavalie os níveis de controles internos e adote as providências necessárias para mitigar os riscos envolvidos.

O Tribunal determinou, assim, que a Petrobras se abstenha de contratar por dispensa de licitação e de selecionar a modalidade de aquisição sem observar os princípios estabelecidos nas normas gerais de licitação (Acórdão 272/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC 011.461/2014-4; Relator: Ministro Vital do Rêgo; Unidade Técnica: SecexEstataisRJ).

Tribunal analisa convite internacional da Petrobras Transporte S.A.

O TCU analisou representação acerca de supostas irregularidades em licitação na modalidade convite internacional, realizada pela Petrobras Transporte S.A. (Transpetro). O objeto da licitação é a aquisição de 20 comboios, constituídos por 80 barcaças e 20 empurradores, para o transporte de etanol pela hidrovia Tietê-Paraná, com parcela majoritária de recursos provenientes do Fundo da Marinha Mercante.

A representação mencionou a ocorrência de restrição da competitividade e de direcionamento no procedimento licitatório, mas após ouvir os gestores, o TCU concluiu que não houve favorecimento ao



consórcio vencedor do certame. Outro indício apontado foi a prática de sobrepreço; apesar de o Tribunal ter afastado essa hipótese, foi evidenciado que a comissão de licitação pautou-se, para julgamento das propostas comerciais, em orçamento não aprovado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, em desrespeito ao Estatuto Social da Transpetro.

Cabe ressaltar, ainda, a não desclassificação de propostas técnicas apresentadas em desacordo com o projeto básico, pois, conforme a Lei de Licitações, tais propostas deveriam ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem substancialmente o conteúdo, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação.

A única condição, segundo a norma de licitações, sob a qual a entidade pudesse deixar de desclassificar propostas técnicas desconformes com o projeto básico, seria em situações nas quais todos os licitantes fossem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas. Para o TCU, a Transpetro encontra-se submetida ao disciplinamento da Lei de Licitações e deveria ter seguido o previsto em lei.

Assim, o Tribunal determinou à Transpetro que somente inicie a fase externa dos certames licitatórios quando o projeto básico estiver definitivamente aprovado e a provisão dos recursos suficientes à sua execução tiver sido efetivada. Nos casos em que haja alteração significativa no montante de recursos alocados, a Entidade deve também adotar providências para que não haja desrespeito à cadeia de comando normativamente prevista. (Acórdão 300/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC 034.785/2014-0; Relator: Ministro Vital do Rêgo; Unidade Técnica: SecexEstataisRJ).

TCU examina revisão de contrato de cessão onerosa da União com a Petrobras na área do pré-sal

O Tribunal acompanhou o processo de revisão do contrato de cessão onerosa das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural localizados na área do pré-sal. A contratação foi celebrada em 2010 entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com valor fixado em R$ 74,8 bilhões.

A revisão do contrato, conforme nele determinado, deve ser fundamentada em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes, contratadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pela cessionária. A modificação eventualmente ocorrida na revisão poderá alterar o valor, o volume máximo, o prazo de vigência e os percentuais mínimos de conteúdo. Em 2014, ambas ANP e Petrobras contrataram empresas especializadas nesses laudos.

O TCU analisou o processo de contratação dessas firmas e concluiu que o contrato não estabeleceu premissas claras para sua revisão, o que tem gerado divergências importantes entre a interpretação da ANP e a da Petrobras na elaboração de referenciais técnicos, de preços e de custos.

Para o Tribunal, a ausência de acordo sobre fundamentos da revisão pode demandar novas negociações e atrasar o processo. Isso poderá impactar o planejamento das operações, atrasar investimentos e ocasionar perda de *royalties*, adiamento de receitas e redução dos resultados a valor presente, com prejuízos tanto para a ANP quanto para a Petrobras.

Também foi observado o impacto da qualidade da avaliação técnica no valor final da revisão. A avaliação precisará ser consistente, pois a segurança jurídica do contrato pode ser comprometida por falta de transparência, desconfiança e incertezas eventualmente decorrentes dos moldes contratuais, com

prováveis litígios judiciais, potencialmente retardadores do processo e impactantes no ritmo da produção das áreas contratadas.

Na avaliação do TCU, a divergência de interpretação entre ANP e Petrobras acarreta os riscos de atraso do processo de revisão, e de fundamentação indevida do valor do contrato eventualmente arbitrado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Diante disso, o Tribunal recomendou ao CNPE que adote providências para contornar as deficiências do Contrato de Cessão Onerosa quanto às premissas para sua revisão. Determinou também ao Ministério de Minas e Energia, à ANP e à Petrobras que reduzam a termo todas as reuniões técnicas havidas entre as partes com vistas à Revisão do Contrato de Cessão Onerosa e encaminhem cópia desses documentos ao TCU, acompanhados das atas das respectivas reuniões (Acórdão 353/2016-Plenário, de 24/2/2016; TC 011.325/2015-1; Relator: Ministro José Múcio; Unidade Técnica: SeinfraPetróleo).

Operação de exportações de plataformas pela Petrobras é avaliada pelo Tribunal

Em atendimento a solicitação do Congresso Nacional, o TCU realizou auditoria na Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), a fim de verificar a legalidade, legitimidade, economicidade e a veracidade da chamada "operação de exportações de plataformas" realizada pela Empresa, desde 2011. A exportação é considerada ficta, ou aparente, porque a plataforma não sai fisicamente do País. Há apenas uma transação comercial de exportação, seguida de uma importação, sem que haja a movimentação física da plataforma. O Tribunal constatou que não há ilegalidade, sob o ponto de vista fiscal, na exportação aparente de plataformas.

O regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) foi instituído para atrair investimentos e incentivar o desenvolvimento da atividade de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural do País, por intermédio da suspensão de tributos federais. Esse sistema permite a permanência transitória no Brasil de determinados bens que tenham sido exportados, com suspensão dos tributos federais incidentes sobre a importação e redução/isenção da alíquota do ICMS, ainda que os bens permaneçam no território nacional.

O TCU verificou, ainda, que a Receita Federal do Brasil mantém acompanhamento em todos os estágios do referido regime aduaneiro e que o impacto da renúncia tributária do Repetro na gestão fiscal do Governo Federal, entre 2011 e 2015, foi da ordem de R$ 51,5 milhões, conforme estimativa da Secretaria da Receita Federal (Acórdão 366/2016-Plenário, de 24/2/2016; TC 005.933/2014-5; Relator: Ministro Vital do Rêgo; Unidades Técnicas: SecexEstataisRJ e Semag).

4.10.7. Esporte

Obras de fornecimento de energia elétrica para Rio 2016 são auditadas pelo Tribunal

Auditoria do TCU examinou as obras e os serviços previstos para o fornecimento temporário de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro/RJ. O trabalho abrangeu o Ministério do Esporte (ME), o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Autoridade Pública Olímpica (APO) e a Casa Civil da Presidência da República.

Todas as áreas relacionadas à transmissão das competições, bem como as arenas esportivas, deverão possuir instalações provisórias necessárias ao provimento de energia elétrica que assegure dois níveis de redundância, incluindo geradores de *backup*.

A auditoria identificou intempestividade da União na definição do cumprimento dos compromissos assumidos perante o Comitê Rio 2016 relacionados ao fornecimento temporário de energia elétrica. O Acórdão 2.596/2013-Plenário já havia constatado ausência da matriz de responsabilidades e determinado ao Ministério do Esporte e ao Comitê Rio 2016 que encaminhassem à APO todas as informações necessárias para a elaboração do documento. A publicação pela APO da primeira versão da Matriz de Responsabilidades, no entanto, só aconteceu em 28/1/2014, atraso superior a três anos contados da atribuição dessa responsabilidade àquela entidade.

O Tribunal também constatou que a edição da medida provisória que estabeleceu um modelo de governança exposto a uma série de riscos, pode ter comprometido a seleção da proposta mais vantajosa ao erário. Isso poderá originar potenciais prejuízos, pois ainda não foram contratados todos os objetos relacionados ao fornecimento de energia temporária para as instalações dos jogos, nem desenvolvidos os respectivos projetos executivos, a apenas alguns meses para o início oficial dos Jogos.

Além disso, foram identificadas deficiências na governança do processo da contratação e execução das obras e serviços de energia temporária para os Jogos.

O Tribunal observou que o MME encaminhou à Light, distribuidora de energia elétrica da cidade do Rio de Janeiro, levantamento de necessidades para servir de subsídio ao início do processo de obtenção de propostas das empresas interessadas na prestação daqueles serviços e posterior seleção. Para o TCU, no entanto, não houve qualquer avaliação de que os projetos fossem, de fato, viáveis, econômicos, consistentes e adequados tecnicamente aos requisitos olímpicos. Tal situação expôs o Poder Público a riscos, pois a Resolução Normativa-Aneel 681/2015 exime a Light por atrasos no cronograma ou pelo aumento de custos nos casos decorrentes, por exemplo, de inadequação do projeto básico.

O TCU concluiu que tal sistemática cria conflitos de interesse e desestímulos à economicidade, pois a distribuidora pode optar por contratações que minimizem ao máximo o risco do empreendimento, independentemente do aumento de custos que isso possa acarretar. Além disso, a distribuidora não tem estímulo em contratar de forma mais econômica, pois sua remuneração é diretamente proporcional ao custo total dos serviços contratados.

A auditoria detectou, ainda, a indefinição da fonte e do volume de recursos orçamentários para a execução dos serviços, o que está ocasionando atrasos nas contratações a serem realizadas pela Light. O orçamento para as contratações previstas é de cerca de R$ 420 milhões, quantia superior ao aporte de R$ 250 milhões alocados pelo Governo Federal para o projeto. A diferença, no entanto, que seria suportada pelo Estado do Rio de Janeiro, não foi aprovada pela Assembleia Legislativa na sua integralidade, o que pode exigir novos ajustes no escopo do fornecimento, a fim de adequá-lo ao volume de recursos disponíveis, e novos aportes de recursos da União.

O TCU determinou, assim, que a Aneel promova avaliações dos orçamentos e dos cronogramas de desembolso apresentados pelas empresas especializadas contratadas pela distribuidora Light S.A. para a

prestação dos serviços de fornecimento de energia temporária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, efetuando o cotejamento dos preços dos insumos e serviços objetos dos contratos com os valores de mercado (Acórdão 587/2016-Plenário, de 18/3/2016; TC 027.558/2015-0; Relator: Ministro Benjamin Zymler; Unidade Técnica: SeinfraElétrica).

4.10.8. Fazenda e Planejamento

TCU fixa coeficientes de participação dos Estados e DF para 2017

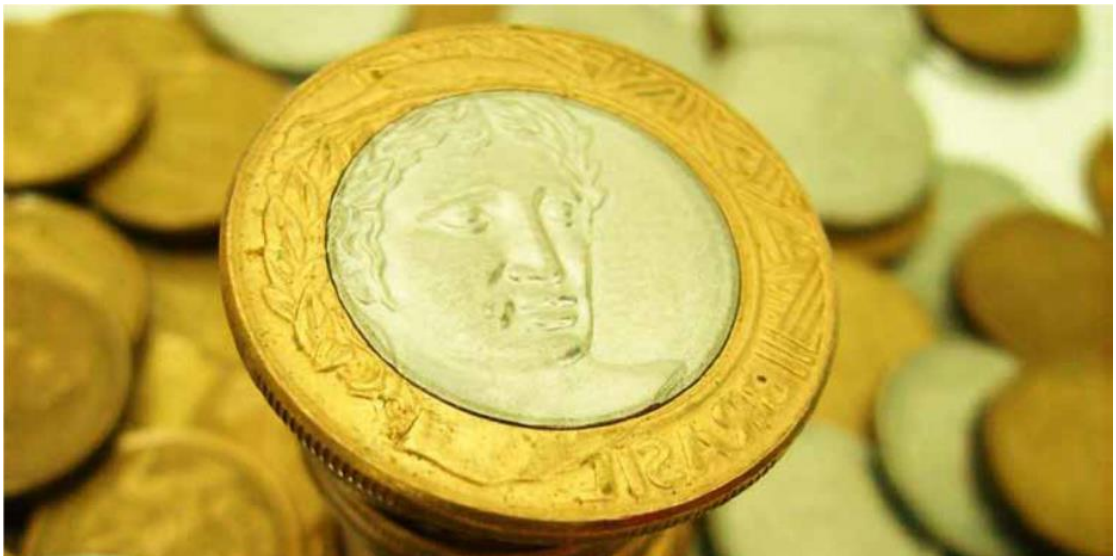
O Tribunal aprovou os coeficientes a serem usados para distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para o exercício de 2017. De 48% do que a União recolhe com Imposto de Renda (IR), demais rendimentos de outras fontes de renda e com Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 21,5% deve ser entregue ao FPE. Além de calcular o que cada Estado e o DF irá receber, o TCU fiscaliza a entrega dos recursos.

Até 2015, os valores eram calculados com base em regra estabelecida em 1989. A partir de 2016, a distribuição dos recursos do FPE passa a ter novos critérios, com base na população e na renda domiciliar *per capita* de cada unidade da federação, cujos dados são enviados pelo IBGE.

A maior quota do Fundo ficou para o Estado da Bahia e a menor para o Distrito Federal. Os entes da Federação têm até 30 dias para contestar as parcelas que irão receber. Após contestações, o TCU decide em 30 dias sobre os percentuais (Acórdão 658/2016-Plenário, de 23/3/2016; TC 006.490/2016-6; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; Unidade Técnica: Semag).

TCU fiscaliza pagamento de vantagens transitórias a servidores e pensionistas do Poder Executivo

O Tribunal analisou representações sobre o recebimento cumulativo de vantagens transitórias com aumentos derivados de planos de cargos e carreiras, pagos a servidores do Poder Executivo Federal. Foram analisados três grupos de rubricas do tipo transitório, pagas a quase 40 mil servidores ativos, inativos e pensionistas, que representavam desembolso mensal de R$ 18 milhões mensais, entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014.



De acordo com o estabelecido em lei, essas vantagens pecuniárias transitórias deveriam ser absorvidas pelos aumentos salariais posteriores decorrentes de reestruturações da estrutura remuneratória ocorridas por ocasião de alterações nos respectivos planos de carreira.

Para a análise, o TCU consultou o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por intermédio da Secretaria de Gestão Pública (Segep/MP), que processa as informações constantes da base de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e promove a gestão de pessoas nos aspectos relativos à estrutura remuneratória no âmbito da Administração Pública Federal.

Após as diligências realizadas, a Segep-MP reconheceu a inexistência de amparo legal para o pagamento das rubricas mencionadas nas três representações, em especial nos casos onde a absorção já devia ter ocorrido. Em decorrência disso, o órgão implantou, a partir da folha de pagamentos de fevereiro de 2014, de forma centralizada, rotina sistêmica que para efetuar a devida absorção.

As medidas saneadoras, ocorridas após questionamentos do TCU, já se traduziram em economias mensais de R$ 7,2 milhões aos cofres públicos. Para o Tribunal, no entanto, a medida implementada pela Secretaria não regulariza totalmente a percepção das vantagens, pois o Siape foi programado para que as rubricas transitórias fossem absorvidas pelos aumentos de remuneração ocorridos a partir de janeiro de 2014, quando deveriam ser absorvidas pelos aumentos ocorridos desde as respectivas implantações das vantagens. De acordo a Sefip/MP, o montante não absorvido das rubricas era de aproximadamente R$ 11,6 milhões mensais.

As implicações da não absorção dessas parcelas pelas reestruturações de planos de carreira ocorrem não somente no pagamento da remuneração dos servidores ativos, mas também em proventos de aposentadoria ou pensão. Para o Tribunal, deixar de promover a tempestiva absorção das rubricas transitórias significaria permitir que remunerações fossem maiores do que o estipulado nas leis de reestruturação, em afronta ao princípio da reserva legal.

A jurisprudência do TCU, ao apreciar a legalidade de concessões de aposentadorias e pensões que contém vantagens transitórias, vem determinando supressão imediata das parcelas que deveriam estar absorvidas, a exemplo dos Acórdãos 4.967/2012, 4.054/2013, 1.403/2014 e 1.108/2014 da 1ª Câmara.

Apesar de a rotina sistêmica implantada pela Segep/MP já proceder à absorção gradativa das vantagens, o Tribunal determinou medidas para tornar o procedimento compulsório e sujeito a monitoramento.

Entre as determinações, estão a adoção de medidas necessárias para que futuras rubricas temporárias sejam absorvidas de forma imediata pelo Siape quando houver reestruturações de carreira e aumentos na remuneração concedidos por lei posteriormente à sua criação.

Para o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, “a solução a ser implementada não significa que o Tribunal admitirá como regulares os eventuais pagamentos a maior referentes a vantagens que já deveriam ter sido absorvidas pelos reajustes e reestruturações remuneratórias supervenientes à concessão original da vantagem individual”. O relator lembrou, ainda, que “a impugnação desses atos poderá ser realizada por ocasião da apreciação das respectivas aposentadorias ou pensões”.

Projetada para os próximos 4 anos, a economia estimada total ao erário com a atuação do TCU nesses processos é superior a R$ 381 milhões (Acórdãos 540, 541 e 542/2016-Plenário, de 09/03/2016; TC 001.189/2014-0, TC 001.677/2014-4 e TC 004.858/2014-0; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Revisor: Ministro Walton Alencar; Unidade Técnica: Sefip).

Tribunal testa modelo preditivo de análise de riscos relacionados a transferências voluntárias

O TCU realizou auditoria de conformidade para testar modelo preditivo de análise dos riscos envolvidos em transferências voluntárias. Foram examinadas 51 transferências voluntárias nos estados de Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Roraima, Santa Catarina, Paraná e Goiás.

Para compor o modelo, foram consideradas exitosas as transferências voluntárias cujas prestações de contas foram aprovadas e cujos objetivos foram alcançados integralmente. Já os casos de fracasso corresponderam à constatação da existência de débito, independentemente de haver fundamento na irregularidade (inexecução do objeto, desvio de finalidade, superfaturamento ou ausência de comprovação da despesa).

Das 90 mil transferências cadastradas no Sistema de Convênios (Siconv), a auditoria constatou que 19% apresentavam pelo menos um indicativo de irregularidade.

Para testar o modelo preditivo, foi selecionada uma amostra com 51 transferências voluntárias, das quais 27 tinham previsão de fracasso e 24 tinham previsão de êxito, de acordo com os parâmetros definidos previamente.

Da amostra selecionada, foram encontradas 20 irregularidades, das quais as mais frequentes se referiram a não aplicação de recursos, ausência de contrapartida, não recolhimento de saldo, pagamentos estranhos à finalidade do convênio e superfaturamento quantitativo. Além dessas, também foram identificados a não utilização do objeto na finalidade do convênio, desvio de finalidade e retiradas da conta bancária sem comprovação da despesa.

O valor total das irregularidades encontradas foi em torno de R$ 3 milhões, dos quais R$ 1,38 milhão referente à não utilização do objeto na finalidade do convênio. O relator do processo ressaltou que “a existência de um modelo preditivo confiável possibilitará ganhos de eficiência significativos, uma vez que permitirá o direcionamento seletivo das fiscalizações” (Acórdão nº 539/2016-Plenário, de 9/3/2016; TC 010.247/2015-7; Relator: Ministro Benjamin Zymler; Unidades Técnicas: Seginf e Secex-MT).

Política de transferências voluntárias de recursos federais aos municípios é avaliada pelo TCU

Auditoria do Tribunal examinou a política de alocação de recursos federais aos municípios por meio de transferências voluntárias. O trabalho considerou as transferências por função de governo, programa, órgão superior e região do País, constantes em convênios e contratos de repasse celebrados pela União com os municípios. Durante o período analisado na auditoria, a União repassou aos municípios brasileiros um montante de R$ 571,7 bilhões, mas apenas 3,8% desse valor, ou seja, R$ 21,7 bilhões, representaram transferências voluntárias.

Apurou-se que as regiões Nordeste e Sudeste foram as maiores beneficiadas pelas transferências, recebendo, respectivamente, 31% e 27% dos recursos. A Região Centro-Oeste recebeu o menor percentual, totalizando 8% dos valores transferidos. Em termos de função de Estado, o Ministério das Cidades, o Ministério do Turismo e o Ministério do Esporte concentraram mais de 50% das transferências voluntárias registradas.

Quanto à origem das transferências voluntárias, cerca de 51,9% delas foram provenientes de emendas parlamentares. Para o TCU, apesar da legitimidade existente e do fato de haver iniciativas de alguns ministérios para integrar as emendas parlamentares às ações planejadas por suas respectivas pastas, essas medidas são individuais e não orientadas às prioridades do Governo.

A auditoria destacou iniciativa do Ministério do Turismo, que adotou estratégia de descentralização, na qual o Mapa do Turismo Brasileiro indica os locais em que o recurso deverá ser alocado, enquanto a categorização dos municípios, constante do Programa de Regionalização do Turismo, indica de que forma deve se dar essa aplicação. Para o Tribunal, a categorização orienta a atuação do Governo Federal com vistas a uma melhor alocação dos recursos públicos.

Dessa forma, o TCU cientificou a Casa Civil da Presidência da República sobre a boa prática identificada no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que, além de propiciar melhor alocação de recursos públicos, possui potencial para promover a integração entre as políticas prioritárias do setor e as emendas parlamentares que direcionem recursos para essas regiões (Acórdão 544/2016-Plenário, de 9/3/2016; TC 019.806/2014-0; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Unidade Técnica: SecexAdministração).

TCU monitora determinações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

O Tribunal realizou novo monitoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), devido a constatações de ausência de estudo técnico que forneça estrutura de recursos humanos e materiais mínima, necessária a órgãos e entidades repassadores de recursos públicos federais.

À época da primeira fiscalização no tema, em 2006, o TCU identificou fragilidades nos sistemas de controle dos recursos federais repassados e constatou deficiências estruturais dos órgãos e entidades no que tange a pessoal envolvido e a estoques, acompanhamento e análises de prestações de contas dos convênios, além de falhas na concessão dos recursos. Também ficaram evidenciadas deficiências de controles internos, que conduziam a potencial risco de desvio de recursos.

Na oportunidade, foi determinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em conjunto com outros órgãos da administração federal responsáveis pelas transferências voluntárias de recursos, que elaborassem estudo técnico com vistas a dotar os órgãos e entidades de estrutura de recursos humanos e materiais mínimos, necessários ao bom e regular cumprimento de seus fins. Também foi recomendado que o Ministério e outros órgãos efetuassem melhorias no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e também na sistemática envolvida na transferência voluntária de recursos.

No monitoramento atual, o TCU constatou que apesar de ter havido significativa evolução na implantação do Siconv, a determinação relativa à estrutura de recursos humanos e materiais não foi cumprida, sob a alegação de que o órgão priorizou a implantação das funcionalidades do Siconv. O TCU,

assim, realizou nova determinação ao MPOG que, caso não cumprida, poderá ensejar responsabilização por descumprimento deliberação do Tribunal.

Também foi objeto de recomendação anterior do TCU a incorporação do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor) como módulo adicional de gerenciamento, no âmbito do Siconv. No entanto, encontra-se em implementação novo módulo de fiscalização e acompanhamento de convênios e contratos de repasse, o qual poderá propiciar melhorias suficientes e dispensar a incorporação entre os sistemas. Devido à similaridade das funcionalidades em desenvolvimento e implantação, o Tribunal concluiu que há vantagem do Siacor em relação ao Siconv, no que tange à acessibilidade mais amigável a informações gerenciais. Por isso, o TCU considerou cumprida a recomendação.

Além do monitoramento das determinações anteriores, o Tribunal apontou novas oportunidades de melhoria e propôs recomendações adicionais, como o estabelecimento de metas de resultado no âmbito da #RedeSiconv e a implementação de ferramenta para gerenciamento e controle dos prazos de comunicação.

Transferências voluntárias - no ano de implantação do Siconv (2008), o volume de recursos repassados aos convenentes alcançava o valor de R$ 61,6 bilhões, cerca de 31% das transferências de recursos realizadas pela União. Nos últimos anos, os recursos transferidos por meio de convênios e instrumentos congêneres vêm decrescendo. Em 2014, por exemplo, o montante repassado por meio de transferências voluntárias foi de aproximadamente R$ 13,8 bilhões, equivalendo 5% de todas as transferências de recursos realizadas pela União naquele ano, uma redução de cerca de 78% comparado a 2008 (Acórdão 468/2016-Plenário; de 2/3/2016; TC 007.501/2015-3; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman; Unidade Técnica: SecexAdministração).

Acompanhamento da regularidade fiscal de concessionárias de serviços públicos é avaliado pelo TCU

O Tribunal realizou inspeção, a partir de solicitação do Congresso Nacional, para verificar o cumprimento de obrigações legais e contratuais quanto à regularidade fiscal, por empresas que prestam serviços públicos sob a forma de concessão, permissão ou autorização. Foram avaliados os setores de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e de navegação aérea, aeroespacial e infraestrutura aeroportuária.

Quanto à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, os trabalhos constataram que a regularidade fiscal para a obtenção das autorizações é verificada no ato das delegações e a cada três anos por meio de visitas técnicas realizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

No que se refere aos serviços de navegação aérea e aeroespacial, a manutenção da regularidade fiscal, prevista no regulamento da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), é observada apenas no momento da outorga e das renovações contratuais, não havendo regulamentação para a fiscalização contínua.

No caso das concessionárias de infraestrutura aeroportuária, o TCU verificou que os editais de concessão de aeroportos até então celebrados pela União por meio da Anac apresentam regras específicas

quanto a regularidade fiscal e trabalhista. Além disso, os contratos de concessão preveem a aplicação de penalidades no caso de descumprimento contratual e permitem que as concessionárias sejam instadas a comprovarem a regularidade fiscal a qualquer tempo. A fiscalização concluiu que, até o momento, não foi aplicada nenhuma caducidade, forma de extinção dos contratos de concessão durante sua vigência, por descumprimento de obrigações contratuais pelo concessionário.

As normas próprias do setor de radiodifusão sonora e de sons e imagens preveem a verificação pontual da regularidade fiscal, mas a constatação dessa situação durante a prestação dos serviços consta da Lei de Licitações. O Tribunal analisou situações em que outorgas foram renovadas sem a comprovação da regularidade fiscal. Das 14 emissoras de televisão fiscalizadas, não foi possível emitir, em consulta à Receita Federal, a certidão para duas delas. Quanto às rádios, foram verificadas 18 pessoas jurídicas, das quais sete não puderam ter a certidão emitida.

O trabalho atual identificou dificuldade de o Ministério das Comunicações (MC) fiscalizar o cumprimento das obrigações legais e contratuais das empresas do setor de radiodifusão sonora e de sons e imagens, especialmente no que se refere a aspectos econômico-financeiros, como faturamento e regularidade fiscal.

Diante das constatações, o Tribunal determinou ao MC que apresente plano de ação, com cronograma de atividades e respectivos produtos, para operacionalizar a fiscalização e o acompanhamento da regularidade fiscal durante toda a vigência dos contratos das empresas que prestam serviços públicos sob a forma de concessão, permissão ou autorização nos setores de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Acórdão 282/2016-Plenário, de 17/2/2016; TC 011.689/2015-3; Relator: Ministro Augusto Nardes; Unidade Técnica: SeinfraAeroTelecom).

TCU avalia transferências de recursos federais ao Rio Grande do Sul

O Tribunal avaliou a gestão das prestações de contas das transferências voluntárias de recursos federais a órgãos e entidades no Estado do Rio Grande do Sul operacionalizadas por intermédio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

O principal enfoque da auditoria foram convênios com intempestividade/omissão na prestação de contas. Desse modo, tendo como referência o mês de junho de 2015 e de acordo com o Siconv, constatou-se que existiam mais de 400 transferências de recursos ao Estado, num total de R$ 73 milhões, cujas prestações de contas constavam como atrasadas em mais de seis meses – mais de 220 desses convênios não prestavam contas havia mais de dois anos.

Porém, ao se coletarem informações de uma amostra de 69 convênios junto aos órgãos responsáveis pelo repasse dos recursos, verificou-se que apenas parte deles tinham suas prestações de contas apresentadas via Siconv. Assim, houve convênios cujas prestações de contas foram efetivamente apresentadas, de forma física, mas que figuravam no Siconv sob o status de omissão. Esse número equivale a 26% da amostra analisada. De acordo com a auditoria, esse tipo de inconsistência no sistema causa prejuízos às atribuições fiscalizatórias não só do TCU, mas também dos demais órgãos de controle e também da sociedade em geral, pois o sistema indicou casos de “falsos positivos” de omissões na apresentação de prestações de contas.

As análises revelam que a causa primária desse problema estaria na Diretriz nº 11/2012 da Comissão Gestora do Siconv (CG/Siconv), que impõe a prestação de contas exclusivamente por meio do Siconv e considera inadimplentes os gestores que a apresentam de forma física. De acordo com a referida norma, "a apresentação da prestação de contas apenas por meio físico poderá propiciar a abertura de Tomada de Contas Especial por omissão do dever de prestar contas".

O relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, observou que já existem decisões do TCU no sentido de não ser adequado o registro da situação de omissão ("aguardando prestação de contas") no Siconv para um convênio cujas contas foram apresentadas fisicamente, pois tal informação, a rigor, não reflete a realidade.

Com relação ao restante dos 69 convênios analisados, 17 deles de fato deixaram de prestar contas no prazo adequado, ou seja, à época da fiscalização estavam efetivamente em situação de atraso ou omissão. No entanto, em nova consulta ao Siconv, após a ação fiscalizatória do TCU, verificou-se que foram adotadas medidas saneadoras e que diversas pendências foram regularizadas.

O TCU recomendou aos órgãos indicados que, em relação às transferências voluntárias sob sua responsabilidade cujas prestações de contas tenham sido apresentadas unicamente por meio físico, avaliem o respectivo aceite, na forma excepcionada no §2º da Diretriz-CG/Siconv 11/2012, e a consequente atualização dos dados no Siconv (Acórdão 446/2016-Plenário, de 2/3/2016; TC 010.989/2015-3; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Unidade Técnica: Secex-RS).

Conselhos de fiscalização profissional ainda não seguem Lei da Transparência, aponta TCU

O Brasil tem atualmente 535 conselhos de fiscalização profissional, que arrecadam compulsoriamente mais de R$ 3 bilhões ao ano em recursos públicos. Auditoria do TCU avaliou a transparência e a divulgação de informações por parte dessas entidades, em relação à gestão, `a prestação de serviços, às ações desenvolvidas e à aplicação das anuidades pagas pelos profissionais representados. A constatação geral foi de que o nível de transparência, conforme definido na Lei de Acesso à Informação (LAI), – a chamada Lei da Transparência, de 2011 – e em normas conexas, é muito baixo.

A auditoria abrangeu 510 dos 535 conselhos de fiscalização federais e regionais. Verificou-se que a maioria deles não disponibiliza informações primárias, íntegras e atuais em seus sítios eletrônicos; não possibilita a utilização dos dados; não divulga o conteúdo mínimo exigido na LAI, e não criaram o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Além disso, a maioria dos conselhos não divulga ativamente os conteúdos legais mínimos exigidos pela Lei da Transparência.

Apesar de não integrarem o Orçamento Geral da União e serem regidos por suas leis de criação, esses conselhos arrecadam contribuições parafiscais e têm natureza autárquica, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Sujeitam-se, assim, às normas e princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, em especial à regra do concurso público e à Lei de Licitações, bem assim ao controle jurisdicional do TCU. Dessa forma, concluiu o Tribunal, os conselhos também se sujeitam à LAI, que abrange todas as autarquias, sem exceções.

O TCU determinou aos conselhos federais de fiscalização profissional, em articulação com os seus regionais vinculados, que apresentem em seus sítios eletrônicos os conteúdos mínimos determinados pela LAI, independentemente de solicitação. Além disso, as informações contidas em registros ou documentos deverão ter os atributos exigidos por lei, e deverá ser instituído o serviço de informação ao cidadão.

Em trabalhos futuros, o TCU elaborará índice de transparência para os conselhos, de modo a facilitar a compreensão do grau atingido e estimular o aumento da transparência (Acórdão 96/2016-Plenário, de 27/1/2016; TC 014.856/2015-8; Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira; Unidade Técnica: Secex-RS).

TCU acompanha gestão financeira e orçamentária dos Estados de Tocantins e Roraima

Auditoria do Tribunal avaliou a gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial nos Estados de Tocantins e Roraima e em seus municípios. O objetivo do trabalho foi verificar o cumprimento de determinadas condicionantes impostas pela legislação federal, com vistas a garantir a boa e responsável gestão dos recursos federais. No Estado de Roraima, a auditoria foi realizada em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Foi constatado que Roraima recebe valores significativos oriundos de transferências voluntárias federais. Em 2014, os 15 municípios do Estado receberam R$ 37,3 milhões de recursos federais.

O Tribunal concluiu que os entes auditados têm dificuldade de atender aos princípios e às condicionantes impostas pela legislação federal, em especial o Plano Plurianual da Administração Pública Federal (PPA), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei nº 4.320, de 1964, necessários à regular gestão dos recursos públicos federais.

O TCU verificou, ainda, que é incipiente o estágio de adoção das novas regras de contabilidade aplicadas ao setor público (CASP) pelos estados de Roraima e de Tocantins, e por seus municípios. Além disso, a maior parte deles não implantou os procedimentos contábeis patrimoniais previstos em Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Também foi avaliado se os entes públicos somente incluem novos projetos em suas leis orçamentárias ou de créditos adicionais após adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme determina a LRF. Verificou-se que tanto os Estados quanto os municípios iniciaram projetos sem adotar as medidas necessárias em relação aos que estavam em andamento ou inacabados.

No que diz respeito ao atendimento dos requisitos de transparência exigidos pela LRF, o TCU observou que os portais existentes na Internet são deficientes e que apenas a Prefeitura de Boa Vista e o Governo do Estado de Roraima têm atendido à lei. O Governo do Estado do Tocantins não permite que seja feito o *download* das informações em arquivo texto ou Excel, o que dificulta a análise dos dados. No portal do Município de Palmas, é possível exportar as informações, mas o arquivo baixado tem valores multiplicados por dez mil, o que gera confusão e dúvidas no entendimento.

O Tribunal determinou à STN que aprimore a metodologia de análise prevista na Portaria MF nº 306/2012, de forma a contemplar a adoção não apenas de indicadores fiscais para avaliação da capacidade

de pagamento dos entes, mas também de indicadores baseados na análise dos respectivos demonstrativos contábeis.

O TCU recomendou aos municípios de Boa Vista/RR e Rorainópolis/RR que regularizem a situação do não atendimento à Portaria da STN e à LRF, e recomendou ao Governo do Estado de Tocantins, e aos municípios de Palmas, Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Lajeado, que busquem a implementação imediata de procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa e respectivo ajuste para perdas, ante a possibilidade de terem suspensas as transferências voluntárias de recursos federais. O Tribunal recomendou, ainda, que outros municípios promovam a disponibilização efetiva dos dados de execução orçamentária e financeira nos respectivos portais de transparência (Acórdãos 44 e 128/2016-Plenário, de 20/1/2016 e 27/1/2016; TC 017.355/2015-0 e 025.203/2015-0; Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; Unidades Técnicas: Secex-RR e Secex-TO).

4.10.9. Trabalho, Previdência e Assistência Social

Correção em pagamentos do INSS podem economizar R$500 milhões ao ano

Fiscalização do Tribunal apontou que a correção de possíveis irregularidades de pagamentos de benefícios previdenciários pode gerar economia ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de aproximadamente R$ 500 milhões ao ano. O Tribunal utilizou metodologia inédita para analisar a concessão, manutenção e pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do INSS.

Em 2015, o orçamento destinado à Previdência Social foi de R$ 424 bilhões, segunda maior área de gastos federais e que, no ano de 2013, teve 53 milhões de brasileiros contribuindo para o sistema.

Desde 2005, o TCU fiscaliza os pagamentos de benefícios feitos pelo INSS, mas em 2015 o Tribunal passou a utilizar técnica de mineração de dados para dar maior agilidade, aumentar os recursos supervisionados e ajudar a encontrar fraudes. “Esse cenário, marcado pela utilização de base de dados governamentais gigantescas, exige uma nova postura fiscalizatória, em especial, com a utilização de ferramentas de tecnologia da informação (TI) e metodologia de trabalho para a análise continuada de dados, sempre em busca de melhores eficiência, eficácia e efetividade no gasto público federal”, afirmou o Ministro Vital do Rêgo, relator do trabalho.



Os dados preliminares ainda serão examinados tanto pelo TCU, por meio de consultas adicionais em amostras, quanto pelo INSS para comprovar a efetiva irregularidade. Foram

encontrados 1039 casos de pagamento de benefício superior ao teto previdenciário; 17.679 de acumulação indevida de benefícios previdenciários; 30.190 benefícios rurais pagos indevidamente a trabalhador urbano; e 21.680 possíveis pagamentos compartilhados por mais de um titular.

Nessa fiscalização contínua, o órgão fiscalizado deve primeiro verificar e sugerir mudanças nas regras das tipologias desenvolvidas pelo TCU. Depois, proceder com a correção das irregularidades encontradas.

Diante das possíveis irregularidades, o TCU selecionou uma amostra de cada caso para que o INSS faça a revisão no prazo de 180 dias. Também determinou que o órgão avalie os controles internos de cada tipologia. A intenção agora é que a metodologia de fiscalização contínua seja replicada em outras ações do Tribunal (Acórdão 718/2016-Plenário, de 30/3/2016; TC 010.947/2015-9; Relator: Ministro Vital do Rêgo; Unidade Técnica: SecexPrevidência).

TCU recomenda melhorias no e-Social para recolhimento do Simples Doméstico

O Tribunal analisou representação a respeito da instabilidade no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). Também foi examinado o motivo do atraso em disponibilizar a empregadores o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom).

O e-Social foi instituído em 2014 como instrumento de unificação da prestação de informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Sua finalidade é padronizar, em âmbito nacional, a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dos dados relacionados.

O sistema é gerenciado por um Comitê Diretivo, com representantes dos Ministérios da Fazenda (MF), da Previdência Social (MPS) e do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. O Comitê Gestor, que também dirige o e-Social, é formado por representantes do MPS, do MTE, da Receita Federal do Brasil (RFB), do Instituto Nacional da Seguridade Social do INSS e do Conselho Curador do FGTS.

A representação indicou que esse modelo de gerenciamento pode trazer riscos à gestão do e-Social e dos contratos que viabilizam seu desenvolvimento e produção, pois a pluralidade do comitê pode reduzir a agilidade da tomada de decisões em situações que demandem deliberações urgentes.

O Tribunal verificou que a demanda de acesso ao sistema foi subestimada, em especial quanto à emissão do Documento de Arrecadação e-Social (DAE), apesar de a RFB ter prontamente noticiado a ampliação da capacidade de acesso.

Também foi constatado que os prazos exíguos especificados podem levar a uma perda de arrecadação por parte da previdência social e, inclusive, a perdas para os empregados domésticos. Esses prazos ocasionaram a adesão ínfima de 13.500 empregadores domésticos, sendo que o esperado pelo setor era de quatrocentos mil empregadores. Além disso, observou-se que qualquer ampliação de prazo ou concessão de novo prazo para adesão depende necessariamente de autorização legislativa.

O relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, ressaltou que "na condição de usuário do Sistema, encontrei algumas dificuldades, como acesso às contas e preenchimento de dados, ocorrência de mensagens de erro frequentes, emissão de guias geradas com valores errados e inexistência de campos para a inclusão de valores previstos em lei, entre outros".

O Tribunal recomendou ao Comitê Gestor do e-Social que estude a viabilidade de implementação de medidas para o aprimoramento do sistema a fim de tornar mais fácil o recolhimento dos tributos pelo "Simples Doméstico". O comitê precisará, também, levar em conta o perfil dos usuários, cujo universo inclui pessoas com poucos conhecimentos de interfaces de informática.

O TCU recomendou, ainda, a simplificação do acesso ao sistema, com a exigência de apenas CPF e senha, a implantação de rotina de salvamento automático das informações no momento da importação dos dados, a criação de interface para viabilizar o débito automático dos tributos e a criação de serviço de *call center* para acesso gratuito aos usuários, entre outras (Acórdão 105/2016-Plenário, de 27.01.2016, TC nº 031.336/2015-9; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Unidade Técnica: Sefti).

4.10.10. Defesa e Justiça

Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras é avaliado pelo TCU

O Tribunal realizou auditoria no Comando do Exército – Estado-Maior do Exército/EME, para avaliar a efetividade da gestão e do controle do projeto-piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), com foco no monitoramento de riscos e da execução do projeto O valor estimado do sistema é de R$ 12 bilhões, distribuído em três subprojetos, e o período previsto para implantação é de 10 anos.

O Sisfron foi planejado para permitir a coleta, o armazenamento, a organização, o processamento e a distribuição dos dados necessários à gestão da faixa de fronteira terrestre, de modo a viabilizar um monitoramento contínuo e permanente nessa área.

#Eu Fiscalizo

Matéria divulgada no **Programa "#Eu Fiscalizo"**
http://portal.tcu.gov.br/imprensa/tv-tcu/-eufiscalizo-fronteiras-do-brasil.htm

Para o Exército, o sistema deverá incrementar a capacidade de monitorar os 16.886 quilômetros da faixa de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre bem como atuar em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em operações isoladas ou conjuntas com outros órgãos, como Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal do Brasil.

Entre outras funcionalidades, o sistema proverá informações sobre as áreas mais vulneráveis a crimes transnacionais, fornecerá as bases de policiamento especializado de fronteira e propiciará a integração das ações policiais.

A auditoria verificou baixa execução dos subsistemas do Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD), subprojeto de maior valor agregado tecnológico e de onde se originam as transferências de tecnologia do

projeto-piloto. Para o TCU, isso demonstra que existe o risco de se avançar para as demais fases do Sisfron sem que seu subsistema principal esteja desenvolvido o suficiente para ter o seu funcionamento sistêmico aferido. Assim, as aquisições de equipamentos e a execução de obras na fase piloto e nas demais fases poderiam ter sua utilidade reduzida.

Quanto à integração do sistema, constatou-se que não há um plano único para o Sisfron, com descrição clara dos processos necessários para identificar e coordenar as atividades dos três subprojetos que o compõem. Isso, somado à forte departamentalização da estrutura do Exército, faz com que cada subprojeto seja executado de forma independente, podendo impactar negativamente no cumprimento dos prazos estabelecidos, nos custos previstos e nos resultados esperados para o projeto.

Os trabalhos também identificaram que o projeto teve início sem o amparo em estudos prévios, que permitissem identificar e avaliar qualitativa e quantitativamente os riscos associados ao empreendimento em sua totalidade, e que ensejassem a elaboração de um plano de respostas a riscos.

Para o TCU, a estrutura e os processos de gestão atuais do Sisfron se mostram incompatíveis com as peculiaridades do projeto evidenciadas pelo longo tempo de execução, o alto custo associado e a complexidade dos sistemas e dos equipamentos que serão desenvolvidos ou adquiridos.

Assim, o Tribunal recomendou ao Escritório de Projetos do Exército (EPEx) que condicione a decisão de continuar ou não a expansão do Projeto Sisfron para as próximas fases, antes do término do projeto-piloto, à realização de análises que considerem os pontos positivos e negativos envolvidos em cada opção. Também foi recomendado ao Estado-Maior do Exército que implante sistema informatizado único de gerenciamento de projetos que integre as informações de todos os subprojetos do Sisfron. Ao Ministério da Defesa, o TCU recomendou a elaboração de normativo que estabeleça modelo de Estudo de Viabilidade de Transferência de Tecnologia (EVToT) a ser adotado pelos comandos militares (Acórdão 543/2016-Plenário, de 9/3/2016; TC 025.650/2014-9; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; Unidade Técnica: SecexDefesa).

5. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania. O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle.

Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição do foco de atuação, ao fortalecimento do controle externo e ao incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização em toda a Administração Pública.



5.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e suas comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas. Tais demandas são atendidas por meio da instauração de processos denominados Solicitação do Congresso Nacional (SCN), os quais têm acompanhamento especial no âmbito do TCU, por intermédio da Assessoria Parlamentar. A seguir, encontra-se o acompanhamento desses processos no decorrer do 1º trimestre de 2016.

SCN* encaminhadas ao TCU	**06**
SCN atendidas	**43**
Processos de SCN em tramitação no TCU	**83**

* *SCN: solicitações aprovadas pelos colegiados do Congresso Nacional, de acordo com o estabelecido nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal.*

Reuniões Técnicas – O Tribunal e suas unidades técnicas realizam visitas aos parlamentares do Congresso Nacional. Nesse sentido, prioriza-se a aproximação com as Comissões Temáticas do Parlamento para, assim, divulgar às Presidências das Comissões os principais trabalhos do TCU relacionados com as respectivas áreas de atuação.

Foram realizados, no trimestre, 07 atendimentos a consultas solicitadas por órgãos do Congresso Nacional, bem como 11 reuniões técnicas com parlamentares/comissões. Destaca-se, ainda, as reuniões técnicas entre secretarias de controle externo e consultores legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para debater a nova Lei de Finanças Públicas (PLS 229/2009), que pretende substituir a Lei nº 4320/1964.

5.2. Audiências no Congresso Nacional

Entre as iniciativas do Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades do Poder Legislativo, destacam-se as audiências públicas, promovidas pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do Tribunal estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à apresentação de trabalhos relevantes do Tribunal ao



Parlamento e à ampliação de oferta de produtos de divulgação das ações relacionadas ao controle externo.

A participação do TCU em audiências públicas se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do Tribunal e do próprio Congresso Nacional.

A tabela a seguir sintetiza a participação do TCU em eventos dessa natureza, no trimestre.

5.2.1. Câmara dos Deputados

Comissão	Tema Discutido	Data
Comissão Especial – Projeto de Lei nº 6.789	Audiência Pública para discutir a pertinência de se estabelecer legislação que autorize a Agência Nacional de Telecomunicações a desmembrar regiões das concessões e convertê-las em autorização	1/3/2016
Comissão Externa – Obras do Governo Federal	Audiência Pública para tratar do levantamento de medidas para mitigar o risco de paralisação de empreendimentos considerados estratégicos	31/3/2016

5.2.2. Congresso Nacional

Comissão	Tema discutido	Data
Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO	Audiência Pública para tratar da Prestação de Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014	1°/3/2016

5.3. Acordos de Cooperação e Parcerias

Com a constante evolução tecnológica e a modernização da administração pública, mostrou-se relevante a busca de novas formas de cooperação que aprimorem o desempenho corporativo do TCU no cumprimento de sua missão institucional. Nesse intuito, o Tribunal seguidamente tem celebrado acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis.

De modo geral, a cooperação técnica propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências e, de parte a parte, contribui para a capacidade de resposta das entidades envolvidas. A celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução-TCU nº 211/2008.



No trimestre, o TCU firmou acordos de cooperação técnica com os seguintes órgãos e instituições:

Controladoria-Geral da União (CGU)
Conselho da Justiça Federal (CJF)
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG)

5.4. Seminários e outros eventos

O Tribunal, no intuito de interagir com as unidades jurisdicionadas parceiras na missão de assegurar o bom uso dos recursos públicos em benefício da sociedade, promove palestras, seminários e encontros de caráter formativo e informativo. Por intermédio de tais realizações, o TCU busca levar gestores a adotar medidas que evitem, desde a origem, irregularidades que se repetem ao longo dos anos, como superfaturamento, sobrepreço, falta de projeto básico ou executivo, licitação irregular e inadequados estudos ambientais.

No trimestre, teve destaque a realização dos seguintes eventos, nos quais houve a participação do TCU:

Evento	Objetivo	Autoridade Participante	Data
Seminário "Financiamento de políticas públicas sociais no contexto do ajuste fiscal"	Debater estratégias e formas de colaboração para a melhoria da administração pública diante do cenário de ajuste fiscal.	Procurador MPTCU Júlio Marcelo de Oliveira	27 e 28/01
Palestra com o jurista Marçal Justen Filho (Evento do Programa Episteme)	Atender às necessidades de aquisições de conhecimentos e competências das equipes dos gabinetes de autoridades do TCU e do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), especialmente em direito público e controle externo	Ministros Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro e Procurador-Geral do MPTCU, Paulo Bugarin	16/02
Lançamento da nova versão do Sistema e-Contas	Promover o lançamento da nova versão do sistema que gerencia a recepção de contas anuais dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal	Ministro Aroldo Cedraz	16 a 18 e 22/02
II Simpósio de Boas Práticas de Governança e Gestão de Pessoas	A apresentação da auditoria realizada pelo Tribunal em governança e gestão de pessoas	Ministros Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Raimundo Carreiro	31/03

5.5. Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores **(Intosai)**, a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores **(Olacefs)**, bem como, a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile **(EFSul)**.

A **Intosai** é uma organização que agrupa as instituições superiores de controle (ISC) de 192 membros efetivos e cinco membros associados, e é listada como uma organização de apoio das Nações Unidas. É uma entidade autônoma, independente e não política.

Criada em 1965, a **Olacefs** é um organismo autônomo que cuida do aperfeiçoamento da atividade de fiscalização nos países membros, por meio de estudos, capacitação, assessoria e assistência técnica. É formada por mais de 30 entidades fiscalizadoras superiores da América Latina e do Caribe e integra a Organização Internacional de Instituições Supremas de Controle (Intosai).

O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa **(CPLP)**. Desse modo, o TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de vários países. A cooperação vai desde o atendimento a pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico.

SAI PMF

A Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai (IDI) tem capitaneado o desenvolvimento da ferramenta SAI PMF, que visa à avaliação das Entidades de Fiscalização Superior, como o TCU, perante princípios internacionais de auditoria governamental.

No 1º trimestre de 2016, o TCU continuou a colaborar com a IDI, no atual estágio de revisão da versão-piloto da ferramenta. O aporte do TCU tem-se dado na elaboração da nova versão dos indicadores de avaliação das EFS, inclusive no que diz respeito aos indicadores exclusivos para a avaliação de entidades que seguem o modelo de tribunais de contas.

Transição da presidência do Comitê de Normas Internacionais da Intosai

Em dezembro de 2016, o Tribunal assumirá a Presidência do Comitê de Normas da Intosai. No trimestre, teve início as atividades da transição, que envolveram a interlocução com diferentes atores e importantes negociações, entre as quais o plano estratégico da Intosai para o período de 2017-2022.

Presidência do Comitê de Criação de Capacidades da Olacefs (CCC)

A primeira ação estratégica do TCU na presidência do Comitê de Criação de Capacidades da Olacefs é a realização de um Diagnóstico de Necessidades de Capacitação. O Diagnóstico permitirá a identificação de prioridades e servirá de base para a elaboração de um plano de capacitação regional para o triênio 2016-2018.

Durante o 1º trimestre, o Tribunal trabalhou em diversas fontes de informação para a construção do Diagnóstico: interpretação dos resultados da aplicação do Marco de Medição de Desempenho das EFS

(SAI PMF), a "Base de Dados com Informação sobre as EFS da Intosai", informações apresentadas no *Taller sobre Revisão entre Pares*, realizado em Lima, em fevereiro, respostas das EFS ao "Questionário de Identificação de Prioridades de Capacitação" e entrevistas com funcionários das EFS para aprofundar as informações sobre necessidades de capacitação.

Participação em Auditorias Coordenadas

As auditorias coordenadas têm sido utilizadas no âmbito da Olacefs como um importante mecanismo de capacitação, que permite que o desenvolvimento técnico e metodológico seja aplicado ao tema da auditoria em questão. Elas promovem uma estreita colaboração a longo prazo entre as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) participantes e resultam na produção de um relatório de auditoria consolidado, além de relatórios nacionais, sobre um assunto de expressão regional.

A auditoria tem início com a escolha de um tema de interesse geral para as EFS participantes. Após essa escolha, uma equipe de auditoria é formada em cada país e os auditores das diferentes equipes recebem, em conjunto, treinamento especializado por meio de cursos virtuais. A esses cursos seguem-se seminários presenciais, para ampliar a visão dos auditores sobre o tema – geralmente com a colaboração de especialistas – e para subsidiar o planejamento da auditoria. Depois dessa fase, cada equipe dá início aos trabalhos de campo em seus respectivos países. Há uma reunião posterior para discussão dos resultados, após o que são produzidos relatórios nacionais e um relatório único consolidado.

Encontram-se em andamento auditorias coordenadas em diversas áreas, cabendo destacar a **Auditoria na área de Educação**. Entre os dias 22 a 26 de fevereiro, na Cidade do Panamá, foi realizada a Oficina de Planejamento da Auditoria Coordenada Internacional em Indicadores de Educação, no âmbito da Olacefs, quando se discutiu a matriz de planejamento conjunta e os métodos de coleta de dados a serem utilizados.

A auditoria está sendo coordenada pelo TCU e conta com a participação de outras 11 entidades fiscalizadoras superiores da Olacefs (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá e República Dominicana). Após a participação no curso sobre indicadores de educação, desenvolvido pelo ISC e pela SecexEducação, com a elaboração de conteúdo por servidor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, cada país participante realizou levantamento de informações necessário à apresentação ao Tribunal de uma proposta de matriz de planejamento.

A partir do diagnóstico dos 12 países, o TCU apresentou para discussão uma matriz de planejamento conjunta, que ao fim do evento, contou com três questões de auditoria: quais as boas práticas internacionais adotadas pelos institutos de estatística de educação; se os países dispõem de dados necessários ao acompanhamento dos indicadores do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio e do Programa Educação para Todos, e quais os resultados dos países frente a esses compromissos internacionais, no período de 2000 a 2015.

Participação em Eventos Internacionais - No quadro a seguir, destaca-se o evento de âmbito internacional que contou com a participação do TCU:

Evento/Local	Objetivo	Autoridade Participante	Data
9ª Reunião do Subcomitê de Auditoria de Desempenho da Intosai (Lima/Peru)	Discussão das versões finais das minutas das novas Issais (*International Standards of Supreme Audit Institutions*) 3000, 3100 e 3200, que tratam de auditoria operacional.	Ministra Ana Arraes	15 e 16/03

5.6. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU. A seleção dessas manifestações é feita pela Ouvidoria, que as encaminha para as unidades técnicas competentes.

Fale com a Ouvidoria do TCU

Telefone
0800-644-1500 opção 1
Fax (61) 3316-5015

O Tribunal lançou em 2011 o **Sisouv Web**, sistema de ouvidoria que tem como objetivo aprimorar o tratamento das manifestações e facilitar o acesso do cidadão. A atual versão do sistema agrega novas funcionalidades, entre elas: possibilidade de o cidadão disponibilizar mais de uma forma de contato; capacidade de recepção de até 4 arquivos de áudio, vídeo, imagens ou documentos com tamanho de até 5MB cada; redução da quantidade de intervenções manuais da Ouvidoria no processo de análise; eliminação de outros sistemas necessários para o tratamento de manifestações.

O acesso ao Sisouv se dá pelo Portal TCU, no endereço **http://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/home/home.htm** ou pela central de atendimento **0800-644 1500**, opção 1, em que um dos atendentes cadastrará a manifestação no sistema. A Ouvidoria também pode ser contatada via Correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, Anexo III, sala 47, CEP: 70.042-900, havendo ainda a possibilidade de se realizar agendamento para atendimento pessoal.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No 1º trimestre de 2016 foram atendidas **963 demandas**. As comunicações de irregularidade, quando envolvem órgãos jurisdicionados ou recursos públicos federais, são encaminhadas para ciência das unidades técnicas de Controle Externo, as quais, após análise acerca da pertinência e relevânica do que foi apresentado, podem autuar processos de denúncia e representação, que serão objeto de ações de controle por parte do Tribunal. No período foram analisados 57 pedidos de orientações técnicas, respondidos, quando possível, com o auxílio da jurisprudência do TCU.

A tabela a seguir segmenta por tipo as demandas registradas pela Ouvidoria do Tribunal no 1º trimestre de 2016.

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria do TCU

Tipo de Manifestação	1º trimestre 2016
Demandas relativas à matéria de Controle Externo	**412**
Comunicações de irregularidade	179
Pedidos diversos (orientações técnicas, auditorias, providências)	200
Outras demandas	28
Reclamações	5
Pedidos de acesso à informação	**343**
Certidões	143
Vista ou cópia de processos	101
Outros*	99
Demanda relativa a fatos internos**	**98**
Demanda fora da competência do TCU	**105**
Assuntos particulares	69
Comunicação de irregularidade***	36
Total	**963**

*Informações administrativas internas, relativas a auditorias e fiscalizações, serviços prestados pelo TCU etc.
**Reclamações, sugestões, elogios, questões de interesse do cidadão etc.
***Embora sejam comunicações de irregularidade, não foram citados entes jurisdicionados ao TCU, nem se referem a recursos federais.

Desde outubro de 2015 a Ouvidoria passou a emitir, em situação específica, certidão de Nada Consta para pessoa física ou jurídica, responsável ou interessada em processos de controle externo no TCU. Assim, no 1º trimestre de 2016, foram emitidas pela unidade **66 certidões**, 46% dos 143 pedidos concluídos no trimestre, cujas solicitações são classificadas como Pedidos de Acesso à Informação, regidos pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011.

Além de atendimento às manifestações cadastradas, a Ouvidoria também atende ligações telefônicas por intermédio do serviço de 0800, disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h. Ao longo do 1º trimestre de 2016, foram realizados **970 atendimentos telefônicos (0800)**, os quais abarcaram os mais diversos temas.

5.7. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

	• http://www.tcu.gov.br
	• Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br
	•http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole
	• Encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestrais e anual das atividades do TCU
	• Revista do TCU, Auditorias do TCU e Informativo TCU
	• Notícias do TCU veiculadas às segundas, quartas e sextas-feiras
	• http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014
	•http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/transparencia

Por meio do **Portal de Acesso à Informação**, o cidadão conta, ainda, com a possibilidade de acesso a informações públicas disponibilizadas pelo TCU, em cumprimento à Lei nº 12.527, de 2011. Essa lei, denominada "Lei de Acesso à Informação", garante ao cidadão brasileiro o acesso às informações públicas sob guarda do Estado, conforme previsto na Constituição Federal. A Lei torna possível uma maior participação popular e facilita o controle social das ações governamentais. No TCU, a lei foi regulamentada pela Resolução-TCU nº 249/2012.

Na página de acesso à informação do TCU, estão disponíveis informações sobre as contas do TCU, licitações e contratos, concursos, relatórios e outros temas de interesse da sociedade. Caso uma informação não seja localizada, basta solicitá-la através do ícone "Pedido de Acesso à Informação".

O Programa de TV #EuFiscalizo

Com base na iniciativa de contribuir para a participação da sociedade na vida administrativa e política do País, o Programa de TV **#EuFiscalizo** foi desenvolvido a partir do conceito de grande reportagem sobre um assunto específico, que permite abordagem mais completa.



A cada programa, um assunto é aprofundado, tendo como ponto de partida fiscalizações do TCU. A principal diretriz do #EuFiscalizo é estabelecer a relação das questões tratadas com a vida das pessoas. O objetivo é oferecer um produto que possa ser fonte de informação e permitir que a atuação do Tribunal seja mais percebida e torne-se mais conhecida pelo público. Com edição mensal, o programa é transmitido pelos canais de TV da Câmara e do Senado, além de ser publicado na internet via **Youtube** e **Facebook** e no **Portal TCU**.

Horários do #EuFiscalizo: TV Câmara e TV Senado, primeiro domingo do mês, às 7h30, e reprises ao longo do mês, a critério das emissoras.

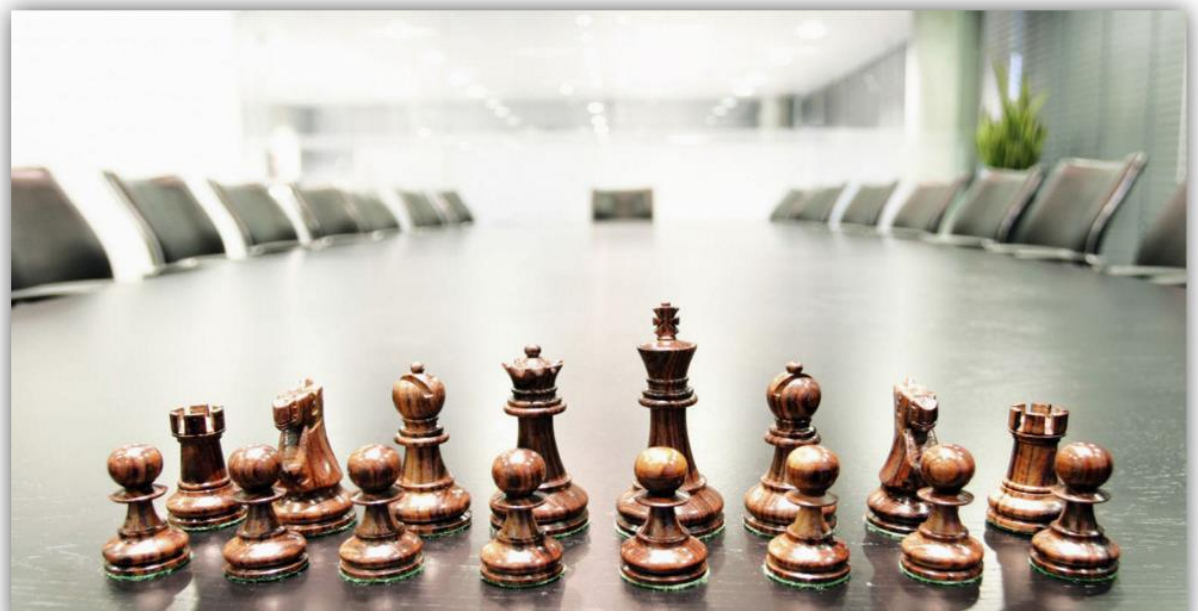
6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta informações e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais

6.1. Estratégias e Planos

É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Tornam-se imperativas a rápida identificação e a adoção de novos instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

Nos últimos anos, o TCU tem dado especial ênfase à função planejamento, de forma a estabelecer prioridades e melhor atender às expectativas e demandas da sociedade e do Congresso Nacional. O estabelecimento de metas desafiadoras de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais, tem contribuído para a melhoria dos resultados, o aperfeiçoamento da gestão de recursos e o desenvolvimento progressivo da Organização.

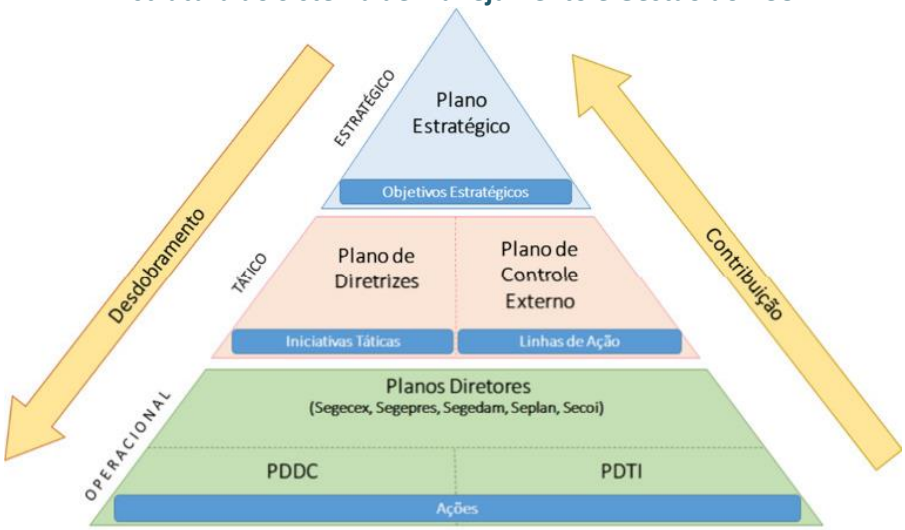


6.1.1. O Sistema de Planejamento e Gestão do TCU

O Sistema de Planejamento e Gestão do TCU consiste em um conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas à obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro do Tribunal. Para isso, são estabelecidas diretrizes de curto, médio e longo prazos, cujo sucesso de implementação depende do sincronismo entre os planos que as operacionalizam.

A figura abaixo sintetiza o relacionamento existente entre os planos institucionais. Do topo para a base da pirâmide, têm-se os desdobramentos que permitem a execução da estratégia, formulada no nível mais alto e operacionalizada por meio dos planos diretores, com a orientação dos planos de diretrizes e de controle externo.

Estrutura do Sistema de Planejamento e Gestão do TCU



Obs: PDDC: Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências
PDTI: Plano Diretor de Tecnologia da Informação

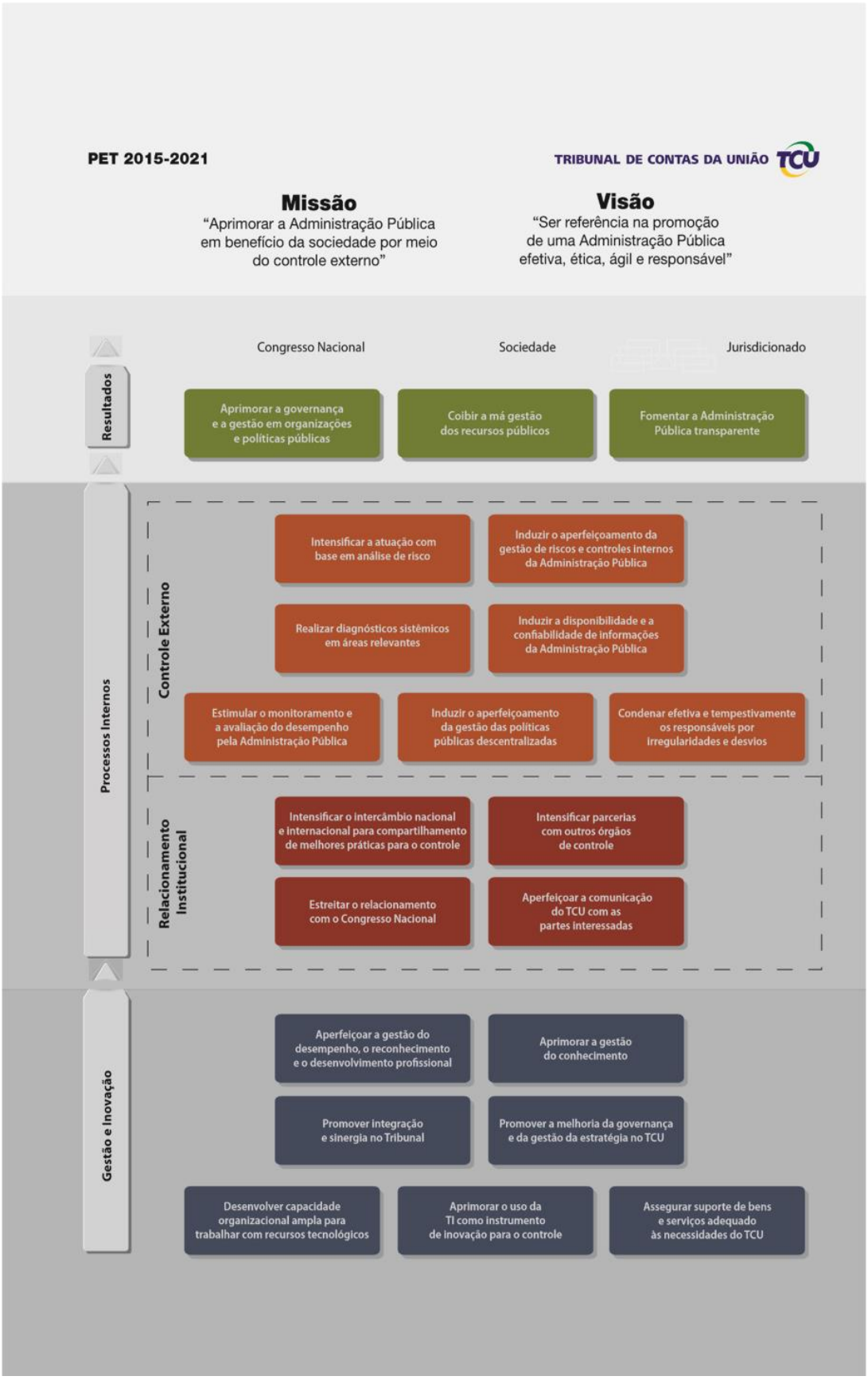
Os documentos que formalizam os planos estratégico e táticos, com informações detalhadas sobre os indicadores utilizados para mensuração de resultados, estão disponíveis para acesso público em http://portal.tcu.gov.br/planejamento-e-gestao/.

6.1.2. Plano Estratégico

Em 2015 foi concluída a revisão e atualização do Plano Estratégico do TCU (PET 2015-2021), que definiu o conjunto de objetivos, indicadores e ações necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro do Tribunal para os próximos seis anos. Os objetivos estratégicos estão organizados segundo três perspectivas (Resultados, Processos Internos e Gestão e Inovação.

O **Mapa Estratégico do TCU 2015-2021** traduz visualmente a estratégia segundo as perspectivas de Resultados, Processos Internos, Gestão e Inovação, as quais representam o encadeamento lógico da estratégia de atuação do Tribunal. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo TCU para alcançar sua visão de futuro, por meio de sua missão institucional.

Mapa Estratégico do Tribunal de Contas da União (PET 2015-2021)



6.1.3. Desempenho Operacional

A diversidade e a abrangência da atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa. O TCU também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros. Portanto, é preciso uma compreensão da amplitude de atuação do Tribunal para analisar os números de desempenho.

O Plano de Diretrizes contém as iniciativas táticas, que são o desdobramento periódico das iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico, bem como as ações de suporte à execução do Plano de Controle Externo. Esse instrumento também define as metas institucionais, por meio das quais são realizadas as mensurações de desempenho do TCU, que ocorrem duas vezes ao ano, em 31 de março e 30 de setembro (apuração semestral deslocada do ano civil).

Em 31/3/2016, ocorreu o encerramento do primeiro ano do Plano de Diretrizes 2015-2017, que é bianual e abrange o período abril de 2015 a março de 2017. A seguir, são apresentados metas e resultados desse encerramento anual. No resultado global de 100,89% apurado em março de 2016, o TCU alcançou o desempenho planejado (100%) mediante superação em dois indicadores, que compensaram resultados abaixo da meta estipulada em outros dois indicadores, considerando os pesos aplicados a cada indicador, conforme demonstra a tabela abaixo.

Resultado anual do Plano de Diretrizes 2015-2017 (abril/2015 a março/2016)

Indicadores	Peso %	Meta[1]	Resultado	Resultado %	% Final
Atos de pessoal apreciados conclusivamente	20%	90.000	99.618	110,69%	22,14%
Estoque de processos pendentes de primeira apreciação conclusiva[1]	30%	8.600	8.771	98,01%	29,40%
Índice de redução do estoque de processos autuados até 2012	15%	65%	54,3%	83,59%	12,54%
Índice de trabalhos de especial relevância apreciados conclusivamente	35%	80%	84,1%	105,16%	36,81%
Resultado do TCU ao final do mês de março de 2016:					**100,89%**

(1) Esse indicador possui polaridade "quanto menor, melhor", ou seja, planejou-se finalizar o ano com estoque máximo de 8.600 processos pendentes de primeira apreciação conclusiva, porém o ano finalizou com 171 processos acima desse patamar, o que significou resultado 1,99% abaixo da meta.

6.2. Gestão de Pessoas

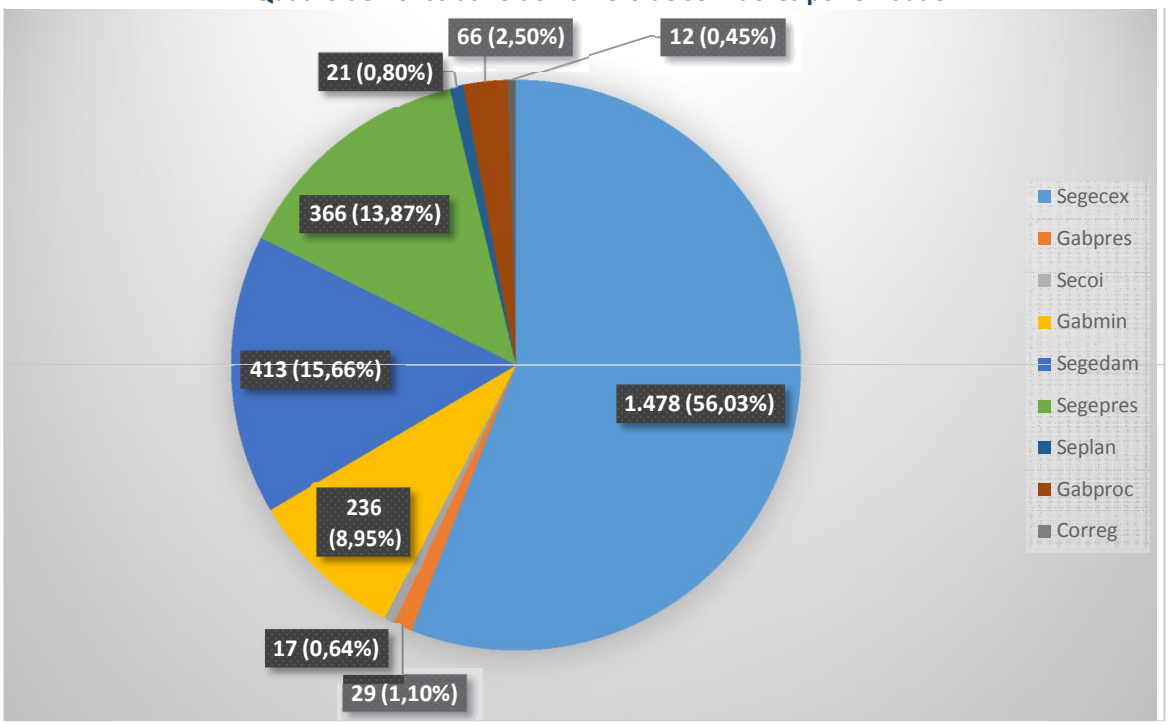
O quadro de pessoal da Secretaria do TCU é composto de 2.687 cargos efetivos, dos quais 2.628 estavam ocupados no final do 1º trimestre de 2016. No período, houve 14 vacâncias por aposentadoria - sendo 7 no cargo de Auditor Federal de Controle Externo e 7 no cargo de Técnico Federal de Controle Externo -, e 1 vacância no cargo de Auditor Federal de Controle Externo por posse em cargo inacumulável. Ademais, não ocorreu falecimento de servidor ativo no período.

Quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupado
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.576	1.550
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo e demais áreas	200	198
Subtotal	**1.776**	**1.748**
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	132	126
Técnico Federal de Controle Externo – área técnica administrativa	648	627
Técnico Federal de Controle Externo – outras áreas	112	108
Subtotal	**892**	**861**
Auxiliar de Controle Externo – técnica operacional	19	19
Total	**2.687**	**2.628**

Fonte: Sistema GRH

Quadro demonstrativo do número de servidores por Unidade



6.2.1. Desenvolvimento Profissional e Capacitação

Um dos objetivos definidos no Mapa Estratégico do TCU 2015-2021 é "aperfeiçoar a gestão do desempenho, o reconhecimento e o desenvolvimento profissional". A valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para o crescimento e o aprimoramento contínuo do Tribunal.

Ações de desenvolvimento profissional e capacitação: Estão indicadas a seguir as ações educacionais finalizadas entre janeiro e março de 2016 divididas por programa, tipo e modalidade:

Desenvolvimento profissional e capacitação no trimestre

Programa	Tipo de evento	Modalidade	Qtd. de eventos	Qtd de participantes
Licença para Capacitação	Evento externo	A distância	62	62
		Presencial	3	3
subtotal			**65**	**65**
Incentivo ao estudo de idioma estrangeiro para os servidores ativos do TCU	Evento Interno	Presencial	7	7
subtotal			**7**	**7**
Programa de Certificação Profissional	Evento Interno	Presencial	2	2
subtotal			**2**	**2**
Programa de capacitação de servidores públicos	Evento Interno	Presencial	3	192
subtotal			**3**	**192**
Programa de desenvolvimento de competências de liderança e gestão dos servidores do TCU	Evento Interno	Presencial	11	305
		Semipresencial	1	153
subtotal			**12**	**458**
Programa de desenvolvimento de competências pessoais dos servidores do TCU	Evento Interno	Presencial	2	50
subtotal			**2**	**50**
Programa de desenvolvimento de competências técnicas dos servidores do TCU	Evento Externo	A distância	4	4
		Presencial	20	50
	Evento Interno	A distância	5	2.868
		Presencial	20	2.228
		Semipresencial	4	43
subtotal			**58**	**5.193**
Programa Diálogo Público	Evento Interno	Presencial	2	528
subtotal			**2**	**528**
TOTAL			**151**	**6.495**

Concursos públicos: Encontra-se em andamento o Concurso Público para Provimento do Cargo de Procurador do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União. No 1º trimestre de 2016, foi realizada a terceira etapa do certame – prova oral.

Projeto de certificação: Em 2015, a Comissão de Coordenação Geral da Secretaria do TCU (CCG/TCU) aprovou a continuidade do projeto de certificação com base em cenário que vislumbra a profissionalização do auditor, segundo mapeamento de competências por processos de trabalho do controle externo e em trilhas de desenvolvimento. Em 2016 teve início a implementação do projeto aprovado, com a elaboração da Declaração de escopo do Projeto.

6.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do Tribunal para o ano de 2016 apresentou dotação de **R$ 1.787.359.071,06**. A despesa liquidada até o final do 1º trimestre foi de **R$ 398.623.819,91** (22,30%) da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão detalhadas no quadro adiante.

Execução orçamentária e financeira até o 1º trimestre de 2016

Natureza da Despesa	Dotação* (R$)	Liquidado no Trimestre (R$)	(%)	Liquidado no Ano (R$)	(%)	Disponível (R$)
Ativo	817.180.663,00	205.352.970,47	25,13	205.352.970,47	25,13	611.827.692,53
Inativo e Pensionista	557.050.000,00	125.586.704,50	22,54	125.586.704,50	22,54	431.463.295,50
PSSS						
JUROS e ENCARGOS da DÍVIDA	--------	--------	----	--------	---	--------
OUTROS CUSTEIOS	204.413.277,54	34.891.829,06	17,07	34.891.829,06	17,07	169.521.448,48
Material de consumo	1.100.451,30	213.438,39	19,40	213.438,39	19,40	887.012,91
Serviços de Terceiros(1)	110.838.031,19	15.388.578,41	13,88	15.388.578,41	13,88	95.449.452,78
Auxílios Financeiros (2)	71.783.868,69	17.774.272,06	24,76	17.774.272,06	24,76	54.009.596,63
Outras Despesas (3)	20.690.926,36	1.515.540,20	7,32	1.515.540,20	7,32	19.175.386,16
DESPESAS DE CAPITAL	**63.322.451,52**	**447.289,34**	**0,71**	**447.289,34**	**0,71**	**62.875.162,18**
TOTAL GERAL	**1.787.359.071,06**	**398.623.819,91**	**22,30**	**398.623.819,91**	**22,30**	**1.388.735.251,15**

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta em 11/04/2016

(1) Dotação Disponível = (+) LOA R$ 1.823.143.480,00 (-) Crédito Contingenciado R$ 35.784.408,94.

Nota1: os valores constantes do item Serviços de Terceiros são relativos às naturezas de despesa 33, 36, 37 e 39, nas modalidades de aplicação 90 e 91.

Nota2: os valores constantes do item Auxílios Financeiros são relativos às naturezas de despesa 08, 46, 48, 49 e 93, nas modalidades de aplicação 90 e 91.

Nota3: os valores referentes a Outras Despesas são obtidos pela diminuição do saldo de Outros Custeios com Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Auxílios Financeiros.

A seguir, informações detalhadas sobre os procedimentos licitatórios liquidados no período.

Procedimentos licitatórios liquidados no 1º trimestre de 2016

Modalidade	1º Trimestre 2016 (R$)	Total 2016 (R$)
Dispensa	2.183.741,07	2.183.741,07
Convite	0,00	0,00
Tomada de preços	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00
Pregão	12.846.924,33	12.846.924,33
Inexigível	848.741,10	848.741,10
Suprimento de Fundos	104.779,40	104.779,40
TOTAL	**15.984.185,90**	**15.984.185,90**

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta em 11.04.2016.

7. ANEXOS

7.1. Anexo I – Fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos

Anulação e sustação de atos e contratos com base no art. 71, inciso IX da Constituição Federal.	
Determinação	**Unidade Jurisdicionada/Apreciação**
Anulação, revogação, suspensão, rescisão e ajustes de Contrato	Fundação Universidade Federal de Roraima (Acórdão 4.161/2ª Câmara, de 29.3.2016; TC 009.788/2015-8, Relatora: Ministra Ana Arraes)
	Prefeitura Municipal de Goiânia / Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Goiânia (Semob/GO) (Acórdão 470/Plenário, de 2.3.2016, TC 009.826/2010-6, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)
	Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (Acórdão 649/2ª Câmara, de 2.2.2016, TC 018.941/2014-1, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Batalhão Escola de Engenharia (Acórdão 654/2ª Câmara, de 2.2.2016, TC 025.682/2015-6, Relator: Ministro-Substituto André de Carvalho)
	Fundo Nacional de Saúde (FNS) (Acórdão 6.671/2ª Câmara, de 8.9.2015, TC 005.750/2011-3, Relator: Ministro Vital do Rêgo)
	Ministério da Justiça (MJ) (Acórdão 720/Plenário, de 30.3.2016; TC 020.977/2014-0; Relator: Ministro Vital do Rêgo)
	Prefeitura de Itagibá/BA (Acórdão 656/Plenário, de 23.3.2016; TC 013.377/2015-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Prefeitura de Igaci/AL (Acórdão 549/Plenário, de 9.3.2016 - TC 035.019/2015-8, Relator: Ministro José Múcio).
Suspensão de pagamento ou ressarcimento /retenção de valores de Contrato	
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em Licitação	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Campus Parintins) (Acórdão 3.275/2ª Câmara, de 8.3.2016; TC 033.559/2015-5, Relatora: Ministra Ana Arraes)
	Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (Acórdão 649/2ª Câmara, de 2.2.2016, TC 018.941/2014-1, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) (Acórdão 588/Plenário, de 16.3.2016, TC 031.062/2015-6, Relator: Ministro Vital do Rego)
	Gerência Executiva do INSS em Campos dos Goytacazes/RJ (Acórdão 554/Plenário, de 9.3.2016, TC 026.384/2015-9, Relator: Ministro Vital do Rego)
	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo (SAMF/SP) (Acórdão 11/Plenário, de 20.1.2016, TC 033.776/2015-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro)
	Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde (Acórdão 113/Plenário, de 27.1.2016, TC 031.921/2015-9, Relator: Ministro Bruno Dantas)
	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Acórdão 607/Plenário, de 16.3.2016; TC 031.436/2015-3; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Anulação e sustação de atos e contratos com base no art. 71, inciso IX da Constituição Federal.	
Determinação	**Unidade Jurisdicionada/Apreciação**
	Ministério do Esporte (ME) (Acórdão 553/Plenário, de 9.3.2016; TC 026.114/2015-1; Relator: Ministro Vital do Rêgo)
	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (Eletronorte) - (Acórdão 546/Plenário, de 9.3.2016; TC 020.648/2015-4; Relator: Ministro José Múcio)
	Senado Federal (SF) - (Acórdão 386/Plenário, de 2.3.2016; TC 030.998/2015-8; Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Ministério do Esporte (ME) - (Acórdão 299/Plenário, de 17.2.2016; TC 020.739/2015-0; Relator: Ministro Vital do Rêgo)
	Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa (Acórdão 129/Plenário, de 27.1.2016; TC 035.627/2015-8; Relator: Ministro Walton Alencar)
	Ministério das Relações Exteriores (MRE) - (Acórdão 132/Plenário, de 27.1.2016; TC 033.366/2014-4; Relator: Ministro: Augusto Nardes)
	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Acórdão 119/Plenário, de 27.1.2016; TC 011.993/2015-4; Relator: Ministro Vital do Rêgo)
	Prefeitura de Itagibá/BA (Acórdão 656/Plenário, de 23.3.2016 - TC 013.377/2015-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Superintendência Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Alagoas (Iphan/AL) (Acórdão 199/Plenário, de 3.2.2016 - TC 025.550/2015-2, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer).
Devolução e/ou suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	Conselho Regional de Corretores de Imóveis do RN (Creci/RN) (Acórdão 905/1ª Câmara, de 16.2.2016, TC 028.417/2014-3, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)
Outros (*)	

7.2. Anexo II - Medidas cautelares concedidas no trimestre

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R$)
ALAGOAS		
Secretaria de Educação do Estado de Alagoas	Suspenda a execução do contrato firmado com a empresa Mindlab do Brasil Ltda., cujo objeto é o fornecimento de kits educacionais custeados com recursos do Fundeb, até que o Tribunal delibere definitivamente sobre a matéria (Despacho de 2.3.2016, Ata nº 13, de 20.04.2016; TC 003.843/2016-5, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Unidade Técnica: Secex-BA)	6.599.232,00
BAHIA		
Prefeitura de Itabuna/BA	Suspenda os procedimentos referentes ao RDC 01/2015, bem como os atos/contrato dele decorrentes), até que o Tribunal delibere definitivamente sobre a matéria ação. (Despacho de 9.3.2016, Ata nº 13, de 20.04.2016; TC 006.076/2016-5; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-BA)	3.500.000,00
Prefeitura de Filadélfia/BA	Suspenda a execução do contrato decorrente da Tomada de Preços 001/2016, até que o Tribunal delibere definitivamente sobre a matéria ação. (Despacho de 9.3.2016, Ata nº 13, de 20.04.2016; TC 006.450/2016-4, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-BA)	500.000,00
DISTRITO FEDERAL		
Ministério da Educação	Suspenda a execução dos contratos 76/2015 e 77/2015 e não assine o contrato referente ao grupo 2, todos decorrentes do Pregão 31/2015, até que este Tribunal se pronuncie sobre o mérito da questão. (Despacho de 22.1.2016, Ata nº 2, de 27.1.2016, TC 000.009/2016-4, Relatora: Ministra Ana Arraes, Unidade Técnica: Sefti)	37.334.909,00
Empresa Gestora de Ativos	Abstenha de efetuar pagamentos de Participação dos Lucros e Resultados (PLR) e dividendos relativos ao exercício de 2015 e a partir do exercício de 2016, até que o Tribunal decida sobre o mérito dos presentes autos, nos termos do art. 45 da Lei 8.443/1992; (Despacho de 28.12.2015, Ata nº 2, de 27.1.2016, TC 023.999/2015-2; Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: SecexFazenda).	Valor não mensurado
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)	Suspenda o início da execução do contrato 41/2015, o qual tem por objeto a execução de serviços de comunicação social, no valor de R$ 6.839.000,00, celebrado após procedimento de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XIII, da Lei 8.666/1993, junto à Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), até que a questão se resolva no mérito. (Despacho de 10.3.2016, Ata nº 8, de 16.3.2016, TC 030.894/2015-8, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: SeinfraUrbana).	6.839.000,00
Departamento de Polícia Federal	Suspenda imediatamente o andamento do Pregão Eletrônico 34/2014, nos termos do art. 276, caput e § 3º, do Regimento Interno, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas. (Despacho de 14.3.2016, Ata nº 8, de 16.3.2015, TC 030.028/2015-9, Relator: Ministro Vital do Rego, Unidade Técnica: SecexDefesa)	202.000.000,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Não celebre contrato decorrente do Pregão Eletrônico 23/2015 até que o Tribunal delibere sobre o mérito da matéria (Despacho de 4.1.2016; Ata nº 1, de 20.1.2016; TC 035.884/2015-0; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Unidade Técnica: Selog)	4.319.283,31
Comando Logístico do Exército	Suspenda cautelarmente todos os atos decorrentes do Pregão Eletrônico 4/2015. (Despacho de 5.1.2016; Ata nº 1, de 20.1.2016; TC 035.784/2015-6; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Unidade Técnica: Selog)	33.397.000,00
Empresa de Tecnologia e Informações da	Suspenda de imediato o andamento do Pregão Eletrônico 410/2015, nos termos do art. 276 do Regimento Interno, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas. (Despacho de 12.1.2016; Ata nº 1, de	8.100.000,00

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R$)
Previdência Social (Dataprev)	20.1.2016; TC 035.246/2015-4; Relator: Ministro Raimundo Carreiro; Unidade Técnica: Selog)	
Ministério Público da União	Suspenda todos os atos decorrentes do Pregão Eletrônico SRP 72/2015 até decisão ulterior deste Tribunal. (Despacho de 25.1.2016; Ata nº 3, de 3.2.2016; TC 000.472/2016-6; Relator: Ministro Benjamin Zymler; Unidade Técnica: Selog)	16.010.933,90
Agência Nacional de Águas	Suspenda o andamento do Pregão 36/2015 até ulterior deste Tribunal. (Despacho de 1.2.2016; Ata nº 3, de 3.2.2016; TC 001.041/2016-9; Relator: Ministro-substituto André Luís de Carvalho; Unidade Técnica: Selog)	7.328.051,51
PARAÍBA		
Município de Piancó/PB	Suspenda a Concorrência Pública 2/2015 (Processo Administrativo 280/2015), vinculada a recursos repassados pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde), conforme Convênio/PAC 643/14, ou os atos dela decorrentes, incluindo a execução do respectivo contrato, caso já tenha sido assinado, até decisão do mérito do processo ou deliberação pela suspensão dos efeitos da cautelar (Despacho de 11.2.2016, Ata nº 6, de 2.3.2016, TC 001.312/2016-2, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-PE).	4.999.982,65
Petrobras América Inc. – PAI e Petróleo Brasileiro S.A.	Decreta cautelarmente a indisponibilidade, pelo período de 1 (um) ano, dos bens de todos os agentes arrolados como responsáveis nos subitens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 1.927/2014- TCU-Plenário, devendo esta medida alcançar tantos bens quantos considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prováveis prejuízos apontados nesses subitens (Acórdão 425/Plenário, de 2.3.2016, TC 005.406/2013-7, Relator: Ministro Vital do Rêgo)	2.042.695.800,00
Prefeitura Municipal de Diadema/SP	Suspenda o andamento do Pregão presencial 117/2015, abstendo-se, inclusive, de assinar o contrato, ou, caso já tenha ocorrido, de iniciar a execução dos serviços, até a apreciação do mérito. (Despacho de 27.1.2016, Ata nº 3, de 3.2.2016, TC 035.728/2015-9, Relator: Ministro Bruno Dantas, Unidade Técnica: Secex-RJ)	1.271.527,27
Valor Total em Medidas Cautelares:		**R$ 2.374.895.719,64**

SANÇÕES NÃO PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

7.3. Anexo III – Empresas declaradas inidôneas para licitar com a União

Empresas declaradas inidôneas para licitar com a União					
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão**	**Período ou Prazo**
AM	Superintendência da Polícia Federal no Amazonas (SR/DPF/AM)	J. Anchieta da Silva Representações (CNPJ 02.703.181/0001-48) J R Duarte (CNPJ 84.458.660/0001-00) R M Duarte (CNPJ 03.131.684/0001-59) José Veríssimo da Silva – ME (CNPJ 02.498.776/0001-09) E. Gomes Trindade (CNPJ 00.809.974/0001-10) M. M. B. de Freitas (CNPJ 05.253.857/0001-37) A. Rogério P. da Silva (CNPJ 03.738.782/0001-59) Granito Construtora Ltda. (CNPJ 01.736.195/0001-03) Cotrar Comércio Transportes Ltda. (CNPJ 05.472.832/0001-24) Liomar Guimarães Azevedo (CNPJ 34.581.850/0001-42) R. F. Alves (CNPJ 84.536.143/0001-02) M. Glaudimar Almeida (CNPJ 03.804.441/0001-34) P. de O. Marques (CNPJ 02.607.549/0001-74) CMJ Manutenção e Reparos Ltda. (CNPJ 03.567.915/0001-71) C. G. M. Silva (CNPJ 01.438.147/0001-20) J C Ferreira (CNPJ 34.510.180/0001-73) SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica (CNPJ 03.110.585/0001-90) André Pinatto – ME (CNPJ 05.267.830/0001-01) P. P. A. Comercial Ltda. (CNPJ 84.540.905/0001-44) P. R. B. Pessoa (CNPJ 63.640.908/0001-80) P. H. D. Comércio e Distribuidora Ltda. (CNPJ 01.426.911/0001-48) Maquipel – Comércio de Máquinas e Peças (CNPJ 02.106.579/0001-05) Constrec – Construção Civil Ltda (CNPJ 84.527.902/0001-70)	020.003/2008-5	531/2016-Plenário	5 anos

Empresas declaradas inidôneas para licitar com a União					
UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão	Período ou Prazo
		SIMP – Serviço de Instalação e Manutenção de Postos (CNPJ 22.785.471/0001-95) João Luiz Peres Basdão (CNPJ 04.338.098/0001-42) José Lucinaldo Ferreira de Souza (CNPJ 00.408.052/0001-00) Elo - Comércio Ltda. (CNPJ 05.248.896/0001-46) V M da Silveira Ribeiro (CNPJ 84.520.642/0001-01) DAMA - Distribuidora de Manaus Ltda. (CNPJ 04.263.603/0001-37) João Batista Brandão e Silva (CNPJ 04.269.804/0001-41) Jorge Yussif Bichara Sassine (Rian-Com. e Rep.) (CNPJ 05.417.685/0001-90) Z M Serviços Técnicos de Informática Ltda. (CNPJ 02.920.017/0001-92) Raquel Serruya Freire - Apollo Comércio e Serviços (CNPJ 05.253.757/0001-00) Ama - Comércio e Distribuição Ltda. (CNPJ 02.576.958/0001-50) Guilherme Moreira da Silva – Comserv (CNPJ 04.971.072/0001-37) Amazon Minas Comercial Ltda. (CNPJ 03.760.692/0001-64) Movimaq – Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 84.109.008/0001-80) J. Campos (CNPJ 03.057.108/0001-09) R. da Costa Pinho (CNPJ 02.786.406/0001-77) Santana Pinheiro e Silva (CNPJ 02.653.851/0001-69) Joana Darc Sousa Severo Cardoso (CNPJ 03.706.879/0001-80) Coral – Construção, Conservação e Serviços Ltda. (CNPJ 00.996.968/0001-10) R. Freire da Silva (CNPJ 04.260.214/0001-58) M. M. de Lima (CNPJ 03.232.286/0001-29) José Martins Filho			

Empresas declaradas inidôneas para licitar com a União					
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão**	**Período ou Prazo**
		(CNPJ 84.467.794/0001-98) J. L. M. Ramos (CNPJ 04.095.890/0001-13) J. A. Fernandes & Cia Ltda. (CNPJ 03.919.484/0001-65) Unicap – Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 84.108.539/0001-59) Francesão Materiais de Construção (CNPJ 15.792.641/0001-01) Vidroplan Comércio de Vidros Planos Ltda. (CNPJ 05.130.643/0001-73) Pré-Moldado Francesão Indústria e Comércio (CNPJ 04.158.788/0001-10) Macedo & Cia Ltda. (CNPJ 02.416.023/0001-07)			
CE	23º Batalhão de Caçadores do Exército/CE	Carlos Daniel Mesquita Mota – ME (CNPJ 19.801.098/0001-04) Mateus de Mesquita Mota – ME (CNPJ 19.840.296/0001-87) Eva Costa Farias Mota – ME (CNPJ 19.829.970/0001-22)	019.436/2014-9	478/2016 Plenário	3 anos
CE	Município de Parambu/CE	Nordeste Construções e Locação de Veículos Ltda. (CNPJ 08.561.067/0001-07)	007.113/2013-7	663/2016 Plenário	2 anos
CE	Município de Marco/CE	Construtora Náutica Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 06.132.452/0001-03), Construtora Sayonara Ltda. (CNPJ 07.995.496/0001-20); JPL Construções Ltda. (CNPJ 02.960.998/0001-00), Niágara Locação e Serviços de Limpeza Ltda. ME (CNPJ 07.261.273/0001-39)	006.175/2013-9	740/2016 Plenário	5 anos
DF	Centro Integrado de Telemática do Exército	Construtora Queiroz Garcia Ltda. (CNPJ 02.895.841/0001-30)	041.018/2012-5	660/2016 Plenário	3 anos
MA	Município de Maracaçumé/MA	Classe Construções Ltda – ME (CNPJ 02.984.702/0001-82)	019.711/2011-5	429/2016 Plenário	5 anos
PB	Município de Fagundes	Prestacon – Prestadora de Serviços Construções Ltda (CNPJ 04.904.242/0001-60) DJ Construções Ltda (CNPJ 03.592.746/0001-20)	001.122/2014-2	474/2016-Plnário	5 anos
PB	Município de Tacima	Construtora Planalto Ltda (CNPJ 02.131.963/0001-50)	032.999/2014-3	295/2016-Plenário	5 anos

Empresas declaradas inidôneas para licitar com a União					
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão**	**Período ou Prazo**
PB	Município de Areia de Baraúnas	Construtora Caiçara Ltda (CNPJ 04.324.360/0001-08)	005.111/2014-5	284/2016-Plenário	5 anos
PB	Município de Princesa Isabel	Transamérica Construtores Associados Ltda (CNPJ 03.086.582/0001-69)	035.047/2011-9	296/2016-Plenário	5 anos
PB	Município de Maturéia	América Construções e Serviços Ltda (CNPJ 05.492.161/0001-63)	001.805/2015-0	179/2016-Plenário	5 anos
PB	Município de Coremas	Celta Construções e Empreendimentos Ltda (CNPJ 01.427.602/0001-92)	036.253/2012-0	196/2016-Plenário	5 anos
PI	Município de Teresina/PI	Jerônimo e Pereira Ltda. (CNPJ 41.508.151/0001-32)	030.778/2012-3	721/2016 Plenário	5 anos
RN	Prefeitura Municipal de Natal / Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Akro Construções Ltda. (CNPJ 10.715.077/0001-00)	006.614/2013-2	702/2016 Plenário	5 anos
Total de Declarações de Inidoneidade: 71					

7.4. Anexo IV – Indisponibilidade de bens de responsável

Indisponibilidade de bens				
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão**
RJ	Petrobras América Inc. – PAI e Petróleo Brasileiro S.A.	José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72)	005.406/2013-7	425/2016-TCU-Plenário, Decretou cautelarmente a indisponibilidade, pelo período de 1 (um) ano, dos bens de todos os agentes arrolados como responsáveis nos subitens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 1.927/2014- TCU-Plenário
		Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10)		
		Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15)		
		Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15)		
		Renato Tadeu Bertani (CPF 230.074.510-00)		
		Gustavo Tardin Barbosa (CPF 720.925.307-63)		
		Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49)		
		Ildo Luis Sauer (CPF 265.024.960-91)		
		Guilherme de Oliveira Estrella (CPF 012.771.627-00)		
		Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49)		
Total de Declarações de Indisponibilidade de bens: 10				

7.5. Anexo V – Arresto de Bens de responsável

Arresto de Bens				
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado (CPF)**	**Processo**	**Acórdão**
CE	Instituto Nacional do Seguro Social-INSS	Nelis de Freitas Barros (CPF 248.285.991-34)	016.923/2015-4	197/2016 Plenário
DF	Instituto Nacional do Seguro Social	Clarismundo Romualdo Marques (CPF 222.110.201-00)	016.319/2013-3 018.236/2013-8	100/2016 Plenário 101/2016 Plenário
RJ	Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/RJ	Luiz Carvalho Linhares (CPF 298.883.107-63) Cremildo Alves de Moura (CPF 213.738.257-15) Sylvio Gomes de Carvalho (CPF 262.591.337-15)	009.955/2014-3	32/2016 Plenário
Total de Arresto de Bens: 5				

7.6. Anexo VI - Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal					
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**		**Período**
AL	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Damião Beltrão Ferreira (CPF 659.372.104-25)	011.265/2015-9	117/2016-TCU-Plenário	8 anos
			011.302/2015-1	118/2016-TCU-Plenário	
			015.075/2015-0	120/2016-TCU-Plenário	
			016.608/2015-1	121/2016-TCU-	5 anos
AL	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53)	011.265/2015-9	117/2016-TCU-Plenário	
			011.302/2015-1	118/2016-TCU-	
			015.075/2015-0	120/2016-TCU-	
			016.608/2015-1	121/2016-TCU-	
AM	Polícia Federal no Amazonas (SR/DPF/AM)	Francisco Canindé Fernandes de Macedo (CPF 209.988.051-49) Ivanhoé Martins Fernandes (CPF 297.530.907 49) José Edson Rodrigues de Souza (CPF 046.811.003-82) Aline do Nascimento Silva (CPF 043.267.842-53) Graciete Limeira Ribeiro (CPF 136.240.082-34) José Domingos Soares (CPF 142.796.144-15) Francisco Pereira da Rocha (CPF 077.323.412-87)	020.003/2008-5	531/2016-Plenário	8 anos
CE	Instituto Nacional do Seguro Social	Nelis de Freitas Barros (CPF 248.285.991-34)	016.923/2015-4	197/2016 – Plenário	8 anos
CE	Município de Limoeiro do Norte/CE	João Dilmar da Silva (CPF 041.258.433-68)	023.796/2015-4	561/2016 – Plenário	6 anos
CE	Município de Marco/CE	Jorge Stênio Macedo Osterno (CPF 061.725.803-10) Jose Grijalma Rocha Silva	006.175/2013-9	740/2016	5 anos

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal					
UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão*	Período
		(CPF 260.671.103-34) Carlos Augusto Morais Ferreira Gomes (CPF 123.304.933-04) Marcus Venicius Soeiro Osterno (CPF 511.344.383-20), Andréia Vasconcelos Silva (CPF 782.151.373-34), Elisângela Silva de Mesquita (CPF 848.938.183-68) Maria do Socorro Vasconcelos Silva (CPF 907.369.823-53) Jose Monteiro do Nascimento (CPF 388.700.533-34) Carlos Evandro Gomes da Rocha (CPF 009.034.103-11) Ana Beatriz de Castro Alves Linhares Feijao (CPF 321.004.003-63) Maria Deijacira Silva (CPF 829.133.403-00) Clécia do Nascimento Mendonça (CPF 621.815.213-87)			
DF	Conselho Federal de Farmácia	Lérida Maria dos Santos Vieira (CPF 450.617.344-91) Edson Chigueru Taki (CPF 396.863.459-49) Jaldo de Souza Santos Filho (CPF 330.236.971-91)	019.042/2013-2	43/2016-Plenário	5 anos
DF	Centro Integrado de Telemática do Exército	Gilseno de Souza Nunes Ribeiro (CPF 222.110.201-00)	041.018/2012-5	660/2016-Plenário	5 anos
MS	UFMS	José Carlos Dorsa Vieira Pontes (CPF 368.454.421-34)	012.309/2012-5	434/2016-Plenário	5 anos
PB	Município de Fagundes	Fabiano Ribeiro dos Santos (CPF 012.726.174-59)	001.122/2014-2	474/2016-Plenário	5 anos

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal					
UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão*	Período
		Gilberto Muniz Dantas (CPF 203.798.974-15) Jacson De Andrade Fablicio (CPF 038.624.694-76) João Freitas De Souza (CPF 376.955.174-53) Robério Saraiva Grangeiro (CPF 040.131.404-97)			
PB	Município de Tacima	Joao Paulo de Oliveira (804.590.484-49) Marcos Tadeu Silva (113.826.864-04) Targino Pereira da Costa Neto (003.367.504-04)	032.999/2014-3	295/2016-Plenário	5 anos
PB	Município de Areia de Baraúnas	Adelgício Balduíno da Nóbrega Filho (CPF 023.515.704-05) Saulo José de Lima (CPF 078.530.504-10)	005.111/2014-5	284/2016-Plenário	8 anos
PB	Município de Princesa Isabel	José Sidney Oliveira (CPF 131.827.224-68) Deczon Farias da Cunha (CPF 133.369.674-49)	035.047/2011-9	296/2016-Plenário	8 anos
PB	Município de Coremas	Antônio Carlos Cavalcanti Lopes (CPF 132.651.804-68) Edilson Pereira de Oliveira (CPF 141.183.004-00) José Aloysio da Costa Machado Neto (CPF 365.069.904-49) José Vitoriano da Silva Filho (CPF 251.794.114-91)	036.253/2012-0	196/2016-Plenário	5 anos
TO	Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Tocantins – Suest-TO/Funasa	José Geso de Oliveira (CPF 045.208.823-20)	030.520/2013-4	126/2016 Plenário	5 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Maria Lúcia Lemos de Souza (CPF 551.866.107-04)	006.174/2013-2	2.994/2014 Plenário	5 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Carla Magalhães Esposito (CPF 632.140.407-15)	000.742/2014-7	1.358/2015 Plenário	8 anos

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal					
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão***	**Período**
		Marcos Antonio Ponce Sobral (CPF 550.394.567-00)			
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Ana Paula Soares dos Santos	006.422/2014-4	2.964/2015 Plenário	8 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Carlos Alberto da Silva Santos	034.569/2014-6	3.040/2015 Plenário	8 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Odair Ruiz (CPF 337.619.067-49)	000.150/2014-2	3.312/2015 Plenário	8 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Jair Araujo Domingos (CPF 545.031.247-49)	012.111/2013-9	3.313/2015 Plenário	8 anos
RN	Prefeitura Municipal de Natal / Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Maria Jailene Franco de Carvalho (CPF 008.308.414-23)	006.614/2013-2	702/2016 Plenário	5 anos
RS	Prefeitura Municipal de Ametista do Sul	Dorval Américo Bassi (CPF 355.065.980-68)	005.072/2015-8	268/2016 - Plenário	6 anos
SP	Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo (INSS/SP)	Florival Agostinho Ercolim Gonelli	015.838/2015-3-0	653/2016 – Plenário	5 anos
Total de responsáveis inabilitados: 55					

7.7. Anexo VII - Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
AL	(PAC) Canal do Sertão - Alagoas	028.502/2006-5 RAIMUNDO CARREIRO / 011.156/2010-4 RAIMUNDO CARREIRO / 003.075/2009-9 RAIMUNDO CARREIRO	IG-P	Contrato 01/93-CPL-AL - Obras do Canal de Adução do Sistema Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para o Sertão Alagoano, trecho do Km 0 ao Km 45 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de BDI excessivo. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de inconsistências no Edital / Contrato / Aditivo. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de jogo de planilha. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de BDI excessivo. (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de inconsistências no Edital / Contrato / Aditivo. (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 10/2007 - CPL/AL - Obras e Serviços de Execução do Canal Adutor do Sertão Alagoano, trecho compreendido entre os Km 45 e Km 64,7; Sistema e Instalações Elétricas e de Bombeamento relativos à Estação Elevatória do sistema de Adução do Canal; e Implantação dos Perímetros de Irrigação Pariconha I e Pariconha II	No que tange aos Contratos 1/1993-CPL/AL e 10/2007-CPL/AL, com indícios classificados como IG-R, o item 9.2 do Acórdão 1.882/2011-TCU-Plenário, de 20/7/2011, determinou à Seinfra/AL que, caso julgasse oportuno e conveniente aceitar a renovação da Apólice Seguro Garantia 1.50.4000110 em substituição às retenções cautelares relativas aos Contratos 1/1993-CPL/A e 10/2007-CPL/AL, exigisse da contratada, com antecedência de 90 dias, que fizesse constar no item 1 (Objeto) das "Condições Especiais do Seguro-Garantia Judicial Ampla Defesa" que a cobertura da apólice perderia efeito somente depois de transitada em julgado a decisão proferida pelo TCU, abstendo-se de vinculá-la a eventual ação judicial para a discussão da deliberação definitiva desta Corte, nos estritos termos exigidos pelo Acórdão 2.860/2008-TCU-Plenário. No entanto, foi deferida liminar pelo Juízo da Nona Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, no sentido de suspender a exigência de modificação da garantia, conforme Decisão nº 315/2013 no âmbito do processo 34288-37.2013.4.01.3400. Em 2014 este Tribunal verificou a existência de apólice de seguro garantia firmada pela empresa Construtora Queiroz Galvão S/A, tendo como segurado a Secretaria de Estado da Infraestrutura do estado de Alagoas, com vigência até 19/12/2014. Dessa forma, por meio do Acórdão 1798/2014-TCU-PL, comunicou-se à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que a celebração de acordo entre as partes estabeleceu a apresentação de garantias suficientes à cobertura dos prejuízos potenciais ao Erário, enquadrando-se essa situação no disposto no § 3º do art. 98 da Lei 12.919/2013 (LDO 2014) e no conceito de IG-R a que se refere o inciso V do § 1º do mesmo artigo da mesma Lei. Em fiscalização realizada no Fiscobras 2015, foi apresentada apólice de seguro garantia renovada, com vigência até 19/12/2015. As obras dos Trechos 1 e 2 estão encerradas e possuem Termos de Recebimento Definitivos. Os sobrepreços e superfaturamentos estão sendo tratados nos processos TC 003.075/2009-9 (Trecho 1), tomada de contas especial, e TC 028.502/2006-5 (Trecho 2), representação, ambos sem decisão de mérito até o momento. Por fim, o Acórdão 2957/2015-TCU-Plenário, em 18/11/2015, determinou "comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram como IG-P, nos termos do art. 112, § 1º, inciso IV, da Lei nº 13.080/2015 (LDO 2015), no Contrato nº 58/2010 firmado entre a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra/AL) e a Construtora Queiroz Galvão S/A, relativo às obras de construção do Trecho 5 do Canal do Sertão, com vistas a suspender a execução do referido contrato até a comprovação da sua repactuação".

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
				(2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de BDI excessivo. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 58/2010 - Execução das obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o km 123,4 e o km 150,00, correspondendo ao Trecho 5 (2015) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	
AM	Obras do Terminal Fluvial de Barcelos/AM	009.116/2012-5 AUGUSTO SHERMAN	IG-R	Contrato 7/2010 - Execução de obras e serviços de engenharia para a implantação de porto no Município de Barcelos/AM (2012) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O Acórdão 1.606/2014-TCU-Plenário determinou: a) no subitem 9.1, alterar o valor da retenção de pagamentos determinada pela cautelar adotada no item 9.1 do Acórdão 1.719/2012-Plenário para R$ 1.255.299,49; b) no subitem 9.2, que a Companhia Docas do Maranhão adotasse as providências a serem concluídas no prazo de sessenta dias junto à empresa Estaleiros Rio Amazonas Ltda. (Eram), no sentido da repactuação dos preços constantes do Contrato 7/2010; e c) no subitem 9.3, que o Dnit instaurasse TCE caso a repactuação referida no item anterior se mostre infrutífera no prazo concedido. Por meio do Acórdão 2.896/2014-TCU-Plenário, o TCU determinou comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional: a) que subsistem os indícios de irregularidades graves do tipo IGR apontados no Contrato 7/2010-Codomar, relativo ao achado "sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado"; b) o teor do Acórdão 1.606/2014-TCU-Plenário; c) que a Eram apresentou pedido de rescisão contratual à Codomar, ainda em apreciação naquela empresa pública. Após análise de manifestações do Dnit e Codomar, a unidade técnica formulou proposta para a) alterar o valor da retenção de pagamentos determinada pela cautelar adotada por meio do item 9.1 do Acórdão 1.719/2012-Plenário para R$ 1.139.213,17; e b) determinar à Codomar e ao Dnit que, no prazo de 60 dias, tomem as providências necessárias para o cumprimento das determinações 9.2 e 9.3 do acórdão 1.606/2014-TCU-Plenário.
GO	(PAC) Construção da Ferrovia Norte-Sul/GO	021.283/2008-1 AUGUSTO NARDES / 011.287/2010-1 BENJAMIN ZYMLER	IG-R	Contrato 13/2006 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 105 km, compreendido entre o Pátio de	A situação das retenções em cada um dos contratos é a seguinte: Contrato 21/2001: os valores retidos foram substituídos por apólice de seguro garantia, que se encontrava com validade até 16/3/2014. Também se encontravam retidos R$ 270.713,97, valor não coberto pelo seguro garantia;

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
				Santa Isabel e o Pátio de Uruaçu/GO - Lote 04 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 14/2006 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 12 km, compreendido entre o Porto Seco de Anápolis e o Viaduto sobre a GO-222 em Anápolis/GO- Lote 01 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 15/2006 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 52 km, compreendido entre Ouro Verde de Goiás e o Pátio de Jaraguá/GO - Lote 2 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 16/2006 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 71 km, compreendido entre o Pátio de Jaraguá/GO e o Pátio de Santa Izabel, próximo à cidade de Rialma/GO - Lote 03 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente	Contrato 14/2006: havia sido retido R$ 2.489.360,14, no entanto a determinação de retenção foi declarada nula pela Justiça Federal. Portanto, não há qualquer valor retido referente a esse contrato; - Contrato 15/2006 (que foi rescindido e substituído pelo Contrato 58/2009): encontra-se retido o valor de R$ 20.853.175,50; - Contrato 16/2006: encontra-se retido o valor de R$ 3.794.429,93. Foi proferida decisão judicial desobrigando a retenção dos valores, mas a Procuradoria Jurídica da Valec entendeu que, até a decisão final de mérito do processo, as retenções já realizadas não deveriam ser devolvidas; - Contrato 13/2006 (que foi rescindido e substituído pelo Contrato 60/2009). Decisão judicial desobrigou a Valec de realizar as retenções e determinou a devolução do valor já retido. Portanto, não há qualquer valor retido referente a esse contrato. No processo TC 021.283/2008-1, o Acórdão 2447/2014-TCU-Plenário, de 17/9/2014, decidiu manter a cautelar adotada em 14/1/2009, por despacho singular, confirmada em sede de agravos pelo Acórdão 593/2009-Plenário, que determinou à Valec que realizasse retenções de 40% sobre o valor do sobrepreço identificado em cada um dos contratos especificados até que este Tribunal decida sobre o mérito das Tomadas de Contas Especial relativas aos contratos abaixo especificados: - Contrato 21/2001 (lote s/n) - celebrado com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A; - Contrato 14/2006 (lote 1) - celebrado com a empresa Construtora Queiroz Galvão S/A; - Contrato 15/2006 (lote 2) - celebrado com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A; - Contrato 16/2006 (lote 3) - celebrado com a empresa Construtora Andrade Gutierrez S/A; - Contrato 13/2006 (lote 4) - celebrado com a empresa Constran S/A Construções e Comércio. No processo TC 011.287/2010-1, foi prolatado o Acórdão 1498/2015 TCU-Plenário com determinação de instauração de Tomadas de Contas Especiais com vistas à quantificação dos débitos e identificação dos responsáveis pelos superfaturamentos apurados nos seguintes contratos: - Contrato 58/2009, relativo ao Lote 2 da Ferrovia Norte-Sul, firmado com a empresa Constran S.A Construções e Comércio; - Contrato 60/2009, relativo ao Lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, firmado com a empresa SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.;

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
				ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 21/2001 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviária no trecho Anápolis-Porangatu, no subtrecho compreendido entre o km 0,00 e o km 40,074 (GO) - Lote Sem Número, localizado entre os Lotes 1 e 2 da FNS GO (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos). Contrato 58/2009 - Execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, de obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais, no trecho de 52 km, compreendido entre Ouro Verde de Goiás e o Pátio de Jaraguá no Estado de Goiás, relativo ao Lote 2 (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Contrato 60/2009 - Execução sob o regime de empreitada por preço unitário, de Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais, no trecho de 105 km, compreendido entre o Pátio de Santa Izabel e o Pátio de Uruaçu, no Estado de Goiás, relativo ao Lote 4 (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	- Contrato 13/2006, relativo ao Lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, firmado com a empresa Constran S/A Construções e Comércio
PE	(PAC) Construção da Refinaria Abreu	008.472/2008-3 BRUNO DANTAS	IG-R	Contrato 0800.0033808.07.2 - Projeto e execução de terraplenagem e serviços complementares de drenagens, arruamento e pavimentação	Em relação ao Contrato 0800.0033808.07.2 (terraplenagem), a apresentação das garantias para suportar uma possível determinação de ressarcimento aos cofres da Petrobras vem sendo cumprida e o valor assegurado é suficiente para suportar uma eventual determinação de ressarcimento. De acordo com o Acórdão 1.780/2012-TCU-Plenário, de 11/7/2012, o

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
	e Lima em Recife (PE)			(2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços, insumos e encargos).	saneamento do indício de irregularidade grave do tipo IG-R dependeria da repactuação do respectivo contrato. O Acórdão 2.290/2013-TCU-Plenário, de 28/8/2013, confirmou a existência de superfaturamento de R$ 69,6 milhões (data base de junho/2007) no referido contrato de terraplanagem e determinou à Petrobras que executasse as garantias prestadas pelo consórcio contratado no montante indicado. A aludida decisão foi objeto de pedido de reexame por parte da Petrobras. Em juízo preliminar, o Ministro Relator do recurso admitiu a peça recursal e determinou a suspensão dos efeitos do aresto recorrido. Acórdão Nº 1988/2015-TCU-Plenário determinou em seu item 9.2: " 9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, com respeito aos indícios de irregularidades graves apontados no Contrato 0800.0033808.07.2, relativo aos serviços de terraplenagem da Rnest (TC 008.472/2008-3), o TCU mantém a classificação da irregularidade como IG-R, garantindo eventual decisão de ressarcimento de danos, uma vez que a decisão prolatada por meio do Acórdão 2.290/2013-TCU-Plenário, no sentido de execução das garantias apresentadas, face à retenção determinada, encontra-se suspensa por efeito de recursos interpostos pelas partes" Em 18/03/16 o Consórcio Refinaria Abreu e Lima apresentou Memorial alegando a regularidade do contrato. O documento encontra-se em análise.
PI	Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI	013.638/2013-0 ANDRÉ DE CARVALHO	IG-P	Contrato de repasse 645528 - Elaboração de projeto para construção de estádio olímpico de futebol, no município de Parnaíba-PI. (2013) Implantação de empreendimento sem realização de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da obra. Contrato de repasse 743253 - Construção da Primeira Etapa da Vila Olímpica de Parnaíba-PI (inclui projetos e obras) (2013) Implantação de empreendimento sem realização de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da obra.	O Acórdão 2394/2013-TCU-Plenário, de 4/9/2013, determinou a reclassificação de IG-C para IG-P, bem como a audiência dos gestores da Fundação dos Esportes do Piauí - Fundespi, do Ministério do Esporte e do Município do Piauí envolvidos na aprovação do projeto relativo ao empreendimento em apreço, para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da deliberação, sobre a ausência de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica para a implementação da Vila Olímpica de Parnaíba/PI, tendo em vista a evidente incompatibilidade do porte do empreendimento com a conjuntura política, econômica e demográfica do Município de Parnaíba/PI - que conta apenas com cerca de 150 mil habitantes. Em 25/10/2013 foi entregue documentação informando que estão suspensos os repasses dos recursos dos Contratos de Repasse 334262-25/2010 e 281826-06/2008. Tanto o Ministério dos Esportes quanto a Fundespi ainda não se manifestaram em sede de oitiva sobre o objeto da IG-P. Após o atendimento de sucessivos pedidos de prorrogação de prazo, o Tribunal, por meio do Acórdão 334/2014-TCU-Plenário, de 19/2/2014, indeferiu a última solicitação dessa natureza e determinou que a unidade técnica desse prosseguimento ao processo. Em instrução de 29/1/2014, que tratou da análise de razões de justificativa e de providências adotadas pelos jurisdicionados para dar cumprimento às determinações do Tribunal, a Unidade Técnica propôs a manutenção da medida cautelar e da IGP, tendo em vista que não havia alteração significativa das circunstâncias que ensejaram as medidas acautelatórias

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
					adotadas. A Unidade Técnica também propôs a audiência do secretário executivo do ME por descumprimento de determinações do Tribunal. O Acórdão 2134/2014-TCU-Plenário, de 20/8/2014, manteve inalteradas a suspensão cautelar dos repasses e a classificação de irregularidade como IG-P, nos termos do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário. Determinou ainda a audiência do Secretário Executivo do ME, que a Caixa realizasse inspeção in loco e que ME e Caixa se manifestassem conclusivamente, no prazo de 60 dias, sobre a continuidade ou não dos empreendimentos. O Acórdão 2494/2014-P, de 24/9/2014, deferiu a solicitação de prorrogação, até o dia 16/10/2014, de prazo ao Secretário Executivo do ME para apresentação de razões de justificativa por não atendimento de diligência e descumprimento de prazo de determinação do Tribunal. Em 24/10/2014 foi entregue o ofício nº 630/2014/SE-ME do Ministério do Esporte contendo Nota Técnica nº 065/2014/DIE/SNEAR/ME que trata da adoção de medidas previstas no item 1.8.1. do Acórdão 2.134/2014 - TCU -Plenário. Em 29/10/2014 foi entregue o ofício nº 2022/2014/SN da Caixa Econômica Federal que trata da manifestação da GIGOVTE - Gerência Executiva Governo em Teresina acerca das determinações dos itens 1.8.1 e 1.8.2 do Acórdão 2.134/2014-TCU-Plenário. Após análise da Unidade Técnica, por meio de despacho, de 25/11/2014, o Relator determinou a análise das audiências e das oitivas a que se referem os itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário, sem prejuízo de que sejam mantidos os efeitos da medida cautelar concedida pelo item 9.1 do mencionado decisum, e a preservação da classificação de IGP atribuída ao empreendimento até o saneamento das falhas. Cabe ressaltar também que esse empreendimento foi incluído no Anexo VI (Quadro-Bloqueio) da Lei 13.115/2015 (LOA 2015). Foi realizada auditoria no empreendimento entre junho e setembro de 2015, no âmbito do Fiscobras 2015 com o objetivo de verificar as providências adotadas pela Administração para sanear os problemas que deram causa à IGP. Em suma, as propostas consignadas no relatório de auditoria foram pela manutenção da IGP. Ainda no mês de setembro de 2015 foi realizada instrução processual que aperfeiçoou a proposta de encaminhamento anterior, com a seguinte redação: "(...) o TCU reavaliará a recomendação de paralisação caso o Ministério do Esporte, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal, adote as seguintes medidas corretivas: IV.1) relativamente ao Contrato de Repasse 281.826-06/2008/ME/CAIXA (Siafi 645528), que abarca os projetos do Estádio Olímpico: apresente documentação oficial que ateste a efetiva desconstituição do instrumento de transferência de recursos federais; IV.2) relativamente ao Contrato de Repasse 334.262-25/2010/ME/CAIXA (Siafi 743253), que abarca os projetos e as obras da Vila Olímpica:

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
					IV.2.1) apresente um plano de ação contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as ações a serem adotadas para tratamento dos problemas identificados, desde a presente data até a entrada em funcionamento do empreendimento; (ii) os responsáveis pelas ações; e (iii) os prazos para implementação; IV.2.2) manifeste-se sobre a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, abordando, expressamente, as informações e análises elencadas no item 9.3 e subitens do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário (...)". Acórdão nº 2835/2015-TCU-Plenário manteve inalterada a classificação como irregularidade grave com recomendação de paralisação (IG-P), tratada nos itens 9.5.1, 9.7 e 9.8.1 do Acórdão 2.394/2013-Plenário, salientando que o TCU reavaliará a recomendação de paralisação, caso o Ministério do Esporte, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal, adote as seguintes medidas corretivas: "9.2.1.relativamente ao Contrato de Repasse 281.826-06/2008/ME/CAIXA (Siafi 645528), que abarca os projetos do Estádio Olímpico: apresente documentação oficial que ateste a efetiva desconstituição do instrumento de transferência de recursos federais; 9.2.2. relativamente ao Contrato de Repasse 334.262-25/2010/ME/CAIXA (Siafi 743253), que abarca os projetos e as obras da Vila Olímpica: 9.2.2.1. apresente um plano de ação contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as ações a serem adotadas para tratamento dos problemas identificados, desde a presente data até a entrada em funcionamento do empreendimento; (ii) os responsáveis pelas ações; e (iii) os prazos para implementação; 9.2.2.2. manifeste-se sobre a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, contemplando, expressamente, os pontos indicados no item 9.3 do Acórdão 2.394/2013-Plenário;"
RS	(PAC) BR-448/RS - Implantação e Pavimentação	008.945/2011-0 WALTON ALENCAR RODRIGUES	IG-P	Contrato 484/2009-00 - Execução das obras de implantação e pavimentação na rodovia BR-448/RS, lote 01, trecho: entr. BR-116/RS - RS-118 (Sapucaia do Sul) - entr. BR-290/RS (Porto Alegre), segmento km 0,00 - km 9,14, extensão 9,14 km, referente ao edital 197/2009-00. (2011) Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade. (2011) Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O Acórdão 2.872/2012-TCU-Plenário, de 24/10/2012, determinou comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que subsistem os indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação, apontados nos contratos 484/2009, 491/2009 e 492/2009, e que seu saneamento depende da adoção, pelo DNIT, das medidas elencadas no item 9.1 do referido Acórdão (repactuação de preços/quantitativos contratuais e descontos nas medições futuras de cada um dos contratos). O DNIT e os consórcios construtores impetraram recursos contra o Acórdão 2.872/2012-TCU-Plenário, com efeito suspensivo, cujo mérito ainda não foi apreciado pelo TCU. Até o momento, não foi verificada a adoção de medidas corretivas por parte dos gestores. Por fim, em 9/9/2015, o Acórdão 2261/2015-TCU-Plenário (TC 017.978/2015-7), mais especificamente no Voto, determinou manter "a classificação dos indícios de irregularidade como IGP, uma vez que remanescem injustificadas as ilicitudes comprovadas na fiscalização das obras".

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
				(2011) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado. (2011) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular. Contrato 491/2009-00 - Execução das obras de implantação e pavimentação na rodovia BR-448/RS, lote 02, trecho: entr. BR-116/RS - RS-118 (Sapucaia do Sul) - entr. BR-290/RS (Porto Alegre), segmento km 9,14 - km 14,44, extensão 5,30 km, referente ao edital 197/2009-00 (2011) Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade. (2011) Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2011) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado. (2011) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular. Contrato 492/2009-00 - Execução das obras de implantação e pavimentação na rodovia BR-448/RS, lote 03, trecho: entr. BR-116/RS - RS-118 (Sapucaia do Sul) - entr. BR-290/RS (Porto Alegre), segmento km 14,44 - km 22,34, extensão 7,90 km, referente ao edital 197/2009-00. (2011) Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade. (2011) Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2011) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado. (2011) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular.	Em 17/11/15 foi apresentado Memorial pelo CONSÓRCIO QUEIROZ GALVÃO / OAS / BRASÍLIA GUMBA com o intuito de evidenciar a plena regularidade dos valores contratados e pagos ao Consórcio no Contrato 492/2009. O documento encontra-se em análise pelo Tribunal.

"Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"					
UF	**Obra**	**Processo(s) / Relator(es)**	**Gravidade(*)**	**Motivo da paralisação**	**Pendências por parte do gestor**
SP	(PAC) Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1	019.151/2015-2 BRUNO DANTAS	IG-P	Contrato 043/SIURB/13 - EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DO EMPREENDIMENTO 1 - CORREDOR LESTE - RADIAL 1 (2015) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Edital 01/2012 - Edital de Pré-qualificação para o Corredor Leste Radial 1 - Trecho 1 (2015) Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação. (2015) Restrição a competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento.	Despacho de 06/10/2015 do Ministro Relator Bruno Dantas confirmou que foram detectados indícios de irregularidades graves do tipo IG-P (inciso IV do § 1º do art. 112 da LDO 2015) no Contrato 43/Siurb/13 e no Edital de Pré-Qualificação 1/2012-SPobras, relativos aos serviços de execução das obras e elaboração de projeto executivo da obra Corredor de ônibus Radial Leste - Trecho 1, localizado no município de São Paulo/SP, devido ao sobrepreço e à restrição à competitividade da licitação. O TCU reavaliará a recomendação de paralisação caso a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras de São Paulo/SP (Siurb/SP) adote a seguinte medida corretiva: realização de nova licitação que respeite a ampla competitividade, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, e cujo orçamento-base possua preços unitários readequados e aderentes aos referenciais de mercado, nos termos dos art. 3º, 4º e 5º do Decreto 7.983/2013. Em 30/11/2015 foi entregue ofício nº 281/SIURB/ATAJ/2015 pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras contendo a manifestação da Siurb/SPObras, em face dos achados apresentados, que concluíram pelo apontamento de supostas irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P) e/ou de continuidade (IG-C). O documento encontra-se em análise pelo TCU.

Os dados deste relatório resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 117, IV, "a" e "b", da Lei 13.242/2015 - LDO/2016).

IG-R: indícios de irregularidades graves com recomendação de retenção parcial de valores (art. 117, V, da Lei 13.242/2015 - LDO/2016).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no art. 117, IV, "a" e "b", da Lei 13.242/2015 - LDO/2016).

Responsabilidade pelo Conteúdo

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)

Secretaria-Geral de Administração (Segedam)

Responsabilidade Editorial

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Secretaria-Geral Adjunta da Presidência (Adgepres)

Secretaria de Comunicação

Núcleo de Criação e Editoração

Projeto gráfico, Diagramação e Capa

Núcleo de Criação e Editoração

Endereço

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
SAFS Quadra 4 Lote 1
Edifício Sede Sala 174
70.042-900 Brasília - DF
(61) 3316-5338

www.tcu.gov.br

Ouvidoria do TCU

0800 644 1500

ouvidoria@tcu.gov.br

Créditos (Imagens):

Capa - Lourdes Amaral

Págs. 7 e 13 - Bruno Spada


Missão do TCU
Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.
Visão do TCU
Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.
www.tcu.gov.br

Aviso nº 445-GP/TCU

Brasília, 2 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 712 (SF), de 1º/6/2016, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 376, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando "fiscalização e auditoria nos contratos de operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as operações de exportação de serviços de engenharia, para as operações de exportação pós-embarque e para as operações de financiamentos de projetos no Brasil, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2010".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-016.184/2016-5, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Recebido em 03/06/2016
Hora: 16:06
Marcos Helder Crisóstomo Damasceno
Matrícula 267858
SI SF/SGM

Aviso nº 446-GP/TCU

Brasília, 2 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 714 (SF), de 1º/6/2016, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 378, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando "fiscalização e avaliação da lista das empresas com operações de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período de janeiro de 2003 a maio de 2016".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-016.187/2016-4, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Recebido em 3/6/16
Hora: 16:07
Juliana Amorim - Matr. 302809
SCLSF/SGM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Aviso nº 447-GP/TCU

Brasília, 2 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 709 (SF), de 1º/6/2016, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 361, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando "fiscalização e auditoria dos pedidos de quarentena formalizados perante a Comissão de Ética da Presidência da República, a partir de janeiro de 2016".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-016.171/2016-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Recebido em 3/6/16
Hora: 16:00
Juliana Amorim Matr. 302809
SCLSF/SCD

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Aviso nº 451 -GP/TCU

Brasília, 2 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 711 (SF), de 1º/6/2016, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 375, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando "fiscalização e auditoria nos contratos de operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as operações de exportações de serviços de engenharia, para as operações de exportação pós-embarque e para as operações de financiamentos de projetos no Brasil, no período de janeiro de 2011 a maio de 2016".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-016.182/2016-2, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Recebido em 3/6/16
Hora: 16:08
Juliana Amorim - Matr. 302809
SCL/SF/SGM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Aviso nº 453-GP/TCU

Brasília, 2 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 713 (SF), de 1º/6/2016, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 377, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando "fiscalização e auditoria nos gastos efetuados com Cartões de Pagamento do Governo Federal para o período de janeiro de 2003 a maio de 2016".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-016.185/2016-1, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Recebido em 3/6/16
Hora: 16:08
Juliana Amorim - Matr. 302809
SCLSF/SGM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Aviso nº 454 -GP/TCU

Brasília, 2 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 710 (SF), de 1º/6/2016, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 374, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando "fiscalização e auditoria no contrato de venda da participação de 67,19% na Petrobras Argentina (PESA), detida pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) através da Petrobras Participaciones S.L. (PPSL), para a Pampa Energía, divulgado por meio de fato relevante no dia 13 de maio de 2016".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-016.174/2016-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Nome legível: João Victor
Rubrica:
Matrícula: SGSF
Data: 03 / 06 / 16
Hora: 16 : 10

Comunicações

0210. 0476 919/2016 - 20

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO LOPES

Rio2016

MEMO nº 001/2016 – GSEL

Brasília, 3 de junho de 2016

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

À Publicação
Em 06/06/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, cumpro com o dever regimental (**RISF**, **art. 5º**, **§ 2º**) de comunicar, em virtude da autorização concedida pelo Plenário ao **gozo de licenças** pelo **Senador MARCELO CRIVELLA**, a minha **reassunção**, nesta data, **do mandato** de Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, **bem como da Liderança do** Partido Republicano Brasileiro (**PRB**) nesta Casa.

Por fim, colho do ensejo para congratular Vossa Excelência pela condução de escol da presidência desta Casa e reiterar o meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Recebido em 03/06/2016
Hora 11:41
Patrícia Nóbrega - Mat. 18704
SGM - Senado Federal

Senador EDUARDO LOPES
Líder do Partido Republicano Brasileiro

Senador EDUARDO LOPES – Líder do PRB no Senado Federal – Representante do Estado do Rio de Janeiro
Ala Sen. Ruy Carneiro, Gab. 2 – Anexo II –Senado Federal – Brasília – DF – Fone: (61) 3303-5225 Fax: (61) 3303-2211

A Presidência do Senado recebeu expediente da Senadora Lídice da Mata, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata missão parlamentar como representante do Senado Federal, realizada em Lisboa, Portugal, no período de 15 a 19 de maio de 2016, nos termos do Requerimento nº 328, de 2016.

O Requerimento vai ao Arquivo.

MEM. Nº 80/2016-GSLFAR

Brasília, 6 de junho de 2016.

A Sua Excelência
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

1 publicação
Em 06/06/16

Assunto: ausência em missão parlamentar.

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que, devido a compromissos inadiáveis e supervenientes, não pude participar do XIV Congresso Internacional da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), realizada em Rosário no período de 1º a 4 do corrente, objeto do Requerimento nº 369 dirigido à Mesa desta Casa.

Respeitosamente,

Senador Lindbergh Farias

Guilherme Lopes
Matrícula: 252612
SGM-Senado Federal
06/06/2016
14:07

SENADO FEDERAL
Fl Nº 03

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

1. Introdução

O governo Temer precisa, urgentemente, propor uma Reforma do Pacto Federativo. No último dia 24 de maio, apresentou uma série de medidas para conter os gastos públicos como forma de equilibrar as finanças do governo. As medidas foram muito bem recebidas pelos agentes de mercado que enxergam nas propostas uma solução para começarmos a sair da crise. Estas medidas ajudarão a União, contudo, é premente que o Governo ajude Estados e municípios a saírem desta crise.

Os 11,4 milhões de trabalhadores demitidos – o maior número já contabilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) – é reflexo de uma economia esfacelada, herança maldita dos 13 anos e meio do governo petista. Uma economia parada suscita na queda das receitas, o que vem obrigando muitos Estados a descumprir até mesmo o pagamento de salários dos servidores.

2. Situação dos Estados e Municípios

Ontem, o Banco Central apresentou as contas do setor público consolidado (governo central, estados, municípios e estatais) com dados que indicam que das 27 Unidades da Federação, 18 estão com as contas no vermelho. O Pará, que até então gozava de situação menos pior que os demais Estados brasileiros, entrou neste grupo por conta da forte queda em sua receita.

Nos últimos doze meses, encerrado em abril, o Pará acumula um déficit primário de 249 milhões. De abril para maio, a receita do Pará encolheu em R$ 135 milhões, algo bastante significativo para um Estado que só pode tributar algo em torno de 65% da sua economia, haja vista que 35% são de produtos não tributáveis - produtos primários, em especial minérios, que são isentos de ICMS, mas que precisariam ser recompensados pela União e que por falta de regulamentação da Lei Kandir não o são. ‘

Neste mesmo rumo de queda de receita seguem as prefeituras. O último repasse do FPM, creditado ontem nas contas das prefeituras paraenses, registraram uma queda de 5,59% em comparação ao valor pago no terceiro decênio de maio de 2015. O montante repassado neste ano foi de R$ 81.855.050,27, cerca de R$ 5 milhões a menos do que os R$ 86.703.716,43 que caíram no ano passado.

Apesar da redução na arrecadação, os gastos das prefeituras com programas federais continuam sendo uma obrigação dos gestores municipais. O problema é matemático. A queda da arrecadação e a manutenção de gastos só poderiam resultar no aumento do déficit público.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, mais de 60% das prefeituras vão terminar o ano no vermelho. O nó está na alta dependência das verbas da União. Com arrecadação mais fraca desde o ano passado, os prefeitos têm sido afetados pela queda nos repasses públicos.

Hoje, apenas 10% dos 5.570 municípios brasileiros têm arrecadação própria suficiente para bancar suas despesas.

3. Pacto Federativo

Precisamos retomar a discussão para a revisão do Pacto Federativo, o tornando mais justo e equânime. O atual modelo já não se sustenta e submete as administrações municipais a mera gestora de programas federais, intensificando a relação de dependência de Estados e municípios para com o poder centralizador, a União.

O próprio presidente Temer já reconheceu a necessidade de reformular o pacto, pondo fim ao desequilíbrio entre os tributos que vão para a União e o que é recebido por Estados e municípios.

O enfraquecimento da federação é alarmante e compromete a gestão de Estados e municípios. Desde a Constituição de 1988 os municípios vêm assumindo novas e recorrentes responsabilidades sem o devido acompanhamento das receitas. É real o problema do subfinanciamento dos programas federais.

Vejamos o problema envolvendo a alimentação escolar. O programa deve ser assegurado por Estados e municípios a todos os alunos da educação básica, porém não pode ser financiado com os 25% vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O aporte da União, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), não cobre o custo da merenda escolar. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, as gestões municipais estão assumindo 54,5% do custo com a merenda escolar, além de serem responsáveis por várias exigências estabelecidas nas regras do Pnae.

Não é possível que a União continue criando programas ou qualquer tipo de despesa para Estados e municípios, como o fez o governo do PT, sem a discussão prévia e garantia do lastreamento financeiro.

Precisamos redefinir o PPE; regulamentar as desonerações das exportações, provenientes da Lei Kandir; promover a revisão do ICMS entre os Estados, enfim, buscar o fortalecimento da federação para que tão logo o país volte a crescer, gerando mais empregos, e retomando a capacidade de investimento.

Muito obrigado.

Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2016

Dispõe sobre a consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas.

AUTORIA: Senador Telmário Mota

DESPACHO: Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última decisão terminativa

SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

SF/16560.59546-06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Dispõe sobre a consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas será precedida de consulta prévia à comunidade indígena possuidora da terra em que será instalado o empreendimento nos termos desta Lei.

Art. 2º São garantias dos índios:

I – autonomia;

II – direito sobre suas terras, de nelas permanecer e de decidir sobre atividades nelas desenvolvidas;

III – direito ao seu próprio modo de vida, incluindo, a livre escolha sobre os seus meios de vida e de subsistência;

IV– proteção do patrimônio ambiental, artístico, histórico e cultural e dos sítios arqueológicos indígenas; e

SF/16560.59546-06

V – participação no resultado dos empreendimentos de que trata esta Lei, instalados nas terras que ocupam.

Art. 3º A consulta prévia será promovida com o objetivo de dar conhecimento aos índios, em linguagem a eles acessível e, preferencialmente, na sua própria língua, das medidas relacionadas à outorga dos empreendimentos de que trata o art. 1º e das suas prováveis implicações na comunidade, para que manifestem livremente sua concordância ou recusa, respeitadas a sua autonomia e as suas formas tradicionais de tomada de decisão.

§ 1º Participarão da consulta prévia, necessariamente, todas as etnias da terra indígena, que poderão requerer esclarecimentos adicionais para tomarem sua decisão.

§ 2º A consulta prévia será realizada na própria terra indígena e dela deverão participar representantes:

I – do órgão indigenista federal;

II – do órgão federal responsável pela outorga do empreendimento;

III – do Ministério Público Federal; e

IV – do Conselho de Defesa Nacional, na hipótese de a terra indígena onde se pretenda desenvolver o empreendimento estiver situada em área indispensável à segurança do território nacional ou em faixa de fronteira.

§ 3º Durante o processo de consulta prévia, devem ser apresentados aos índios mecanismos preventivos e compensatórios de possíveis impactos, tais como:

SF/16560.59546-06

I – plano de prevenção de danos e recuperação das áreas afetadas;

II – seguro para os riscos mais relevantes, inclusive à saúde, ao meio ambiente e aos patrimônios material e imaterial;

III – pagamento de indenizações;

IV – assistência técnica;

V – amparo e fomento à cultura do povo indígena; e

VI – limitação do acesso de não índios à terra indígena e aos seus arredores.

§ 4º A concordância ou a recusa dos índios será formalizada em documento a ser assinado pelos representantes da comunidade indígena e dos órgãos que tenham participado da consulta prévia.

§ 5º Em caso de manifestação contrária dos índios, nos termos do § 4º desse artigo, a outorga dos empreendimentos de que trata esta Lei somente ocorrerá após posicionamento favorável do Congresso Nacional, não se admitindo lesão absoluta de direito ou de interesses legítimos de povos ou de comunidades indígenas.

§ 6º A manifestação do Congresso Nacional ocorrerá mediante solicitação da Presidência da República, fundamentada em relevante interesse público.

§ 7º A Presidência da República deverá enviar os pareceres de que trata o art. 5º quando solicitar a manifestação do Congresso Nacional.

§ 8º A consulta prévia deverá ser realizada após o início da análise prévia de viabilidade de que trata o art. 4º e, novamente, após

SF/16560.59546-06

conclusão dos pareceres de que trata o art. 5º e, se for o caso, a manifestação a que se refere o art. 6º.

Art. 4º A análise prévia da viabilidade dos empreendimentos de que trata esta Lei poderá ser iniciada por ato do Poder Executivo ou mediante requerimento de interessado.

§ 1º O requerimento ou o ato do Poder Executivo de que trata o *caput* deverá conter, obrigatoriamente, o memorial descritivo da área e a justificativa do interesse no empreendimento.

§ 2º As comunidades indígenas serão informadas sobre o início da análise prévia da viabilidade prevista no *caput* para que possam ser consultadas e, se o desejarem, manifestarem-se sobre as atividades dela decorrentes.

Art. 5º Deverão ser elaborados, simultaneamente, pareceres técnicos especializados:

I – econômico, sobre a potencialidade e a viabilidade econômica de geração de energia solar ou eólica ou transmissão de energia;

II – ambiental, sobre prováveis impactos ambientais, restrições e condições aplicáveis à atividade de geração de energia solar ou eólica ou transmissão de energia na terra indígena;

III – antropológico, sobre possíveis impactos diretos e indiretos da geração de energia solar ou eólica ou transmissão de energia no modo de vida e na cultura da comunidade indígena.

§ 1º Os pareceres técnicos de que trata o *caput* serão elaborados por, no mínimo, três profissionais habilitados para atuar na área do respectivo parecer.

SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

SF/16560.59546-06

§ 2º Admitir-se-á levantamento aerofotogramétrico ou por satélite para fundamentar os pareceres técnicos previstos no *caput*.

§ 3º A entrada e a permanência dos profissionais e de quaisquer pessoas envolvidas na elaboração dos pareceres de que trata este artigo na terra indígena poderão, desde que fundamentadas, ser impedidas ou condicionadas se houver risco de conflito ou ameaça à reprodução física e cultural dos povos indígenas que as possuem.

Art. 6º O Conselho de Defesa Nacional, nos termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal, será ouvido quando a terra indígena afetada pelos empreendimentos de que trata esta Lei estiver situada em área indispensável à segurança do território nacional ou em faixa de fronteira.

Parágrafo único. O descumprimento de condições estabelecidas pelo Conselho de Defesa Nacional resultará a cassação da outorga dos empreendimentos de que trata o art. 1º.

Art. 7º A participação no resultado de que trata o inciso V do art. 2º, para fins desta Lei, pode assumir as seguintes formas, dentre outras:

I – pagamento periódico, de valor fixo ou variável, ou ambos, pela parcela da terra ocupada pelo empreendimento; e

II – percentual, fixo ou variável, ou ambos, do lucro ou resultado do empreendimento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

SF/16560.59546-06

JUSTIFICAÇÃO

Os índios têm direito de decidir sobre o próprio desenvolvimento, sobre seu modo de vida e sobre as atividades desenvolvidas nas terras que tradicionalmente ocupam. Esses direitos, que decorrem da autonomia constitucionalmente reconhecida dos povos indígenas, se desdobram em decisões sobre o que pode e o que não pode ser feito nas suas terras.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que já foi aprovada por esse Congresso Nacional, estabeleceu o direito dos povos indígenas e tribais de ser consultados sobre quaisquer medidas administrativas ou legislativas que possam afetar suas terras e seu modo de vida. Sem a consulta prévia, qualquer iniciativa pode ser ilegítima, mesmo que tenha o apoio dos índios. Trata-se de garantia formal de que sua vontade será respeitada.

A falta de regulamentação sobre a consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades indígenas acaba, então, por impedir que até mesmo projetos que têm o apoio dos índios sejam iniciados.

Atualmente, vislumbramos um futuro difícil para os combustíveis fósseis e dependeremos cada vez mais da geração de energia hidrelétrica. Temos, no Brasil, um grande potencial de aproveitamento das energias eólica e solar, que ainda ganham espaço muito timidamente na nossa matriz energética. Trata-se de energia extremamente limpa, em comparação com as demais fontes, que pode ser o fio condutor do desenvolvimento nacional sustentável e da inclusão dos índios, sem inviabilizar a manutenção do seu modo de vida e da sua cultura.

Danos e tensões, certamente, acontecerão. Os equipamentos necessários para captar a luz solar e o vento são instalados em áreas que perdem qualquer outro uso. Linhas de transmissão precisam ser construídas, afetando a área que ocupam e os arredores imediatos. Técnicos precisarão entrar nas terras indígenas para operar e manter todos esses equipamentos.

SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

SF/16560.59546-06

Mas obstar qualquer debate sobre a viabilidade desses projetos, inclusive sob a perspectiva indígena, equivale a trocar a autonomia por uma tutela absoluta e prévia do Estado sobre esses povos. Impedir o debate e sonegar aos índios o direito de opinar livremente é o contrário de respaldar a sua autonomia. Alternativamente, devemos criar mecanismos para que eles possam se manifestar, mediante consulta prévia, livre e informada, com o apoio dos órgãos estatais competentes, para que possam exercer os direitos garantidos na Convenção nº 169 da OIT e na Constituição de 1988.

Nesse sentido, propomos mecanismos específicos para consulta relativa a empreendimentos no campo da energia eólica ou solar, bem como a transmissão de energia elétrica. São atividades de menor potencial danoso para os povos e comunidades indígenas e podem ser objeto de regulamentação específica sem precisar esperar um consenso sobre outros tipos, mais polêmicos, de atividades em terras indígenas. Ainda assim, tomamos o cuidado de seguir as orientações emanadas pela OIT para elaboração de leis nacionais relativas à consulta prévia, prevendo, inclusive, mecanismos compensatórios e preventivos para fazer frente aos danos que qualquer atividade pode produzir.

Com a convicção de que é preciso criar um mecanismo justo e apto a proteger os direitos culturais dos indígenas, promover a sua autonomia e zelar pelo bom uso de seu patrimônio, solicito o apoio dos nobres Pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

inciso III do parágrafo 1º do artigo 91

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2016

Institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providencias.

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa

Página da matéria

SF/16291.53753-00

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providencias.

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada, tal como previsto inciso V do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º - O piso salarial profissional nacional para os profissionais da segurança privada que exercem a função de vigilante será de R$ 3.000,00(três mil reais) mensais.

§ 1º - O valor fixado no caput será reajustado anualmente conforme dispuser os acordos ou convenções coletivas de trabalho ou, se omissa a norma coletiva de trabalho, pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado, no mesmo período pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro índice que venha substitui-lo.

Art. 3º. – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/16291.53753-00

Justificação

Salário profissional não se confunde com o salário mínimo, pois esse é geral, para qualquer trabalhador, enquanto o salário profissional se refere ao salário de uma profissão ou categoria de trabalhadores.

O salário mínimo visa atender as necessidades básicas do trabalhador, enquanto o salário profissional também tem esse objetivo, mas em relação a uma categoria profissional específica.

Por outro lado, o artigo 7º, inciso V, da Constituição Federal, como consta de seu caput, constitui tipo aberto, resguardando os direitos mínimos do trabalhador, mas autorizando, ao mesmo tempo, o reconhecimento de outros direitos que visem à melhoria de sua condição social.

Sob essa perspectiva, nas hipóteses tais como os da segurança privada, em que a atividade empresarial expõe o obreiro a risco exacerbado, impondo-lhe um ônus maior que aos demais trabalhadores, em qualquer lugar do país, pois o risco de vida que um vigilante corre no Norte do Brasil é o mesmo risco que corre um trabalhador vigilante no Sul.

Não se mostra socialmente justo que um vigilante que trabalha numa instituição bancária no Norte ou nordeste do país ganhe um salário inferior ao seu igual que trabalha na mesma instituição bancária na região centro-sul do país.

O valor estabelecido nesta lei está em perfeita consonância com as necessidades do trabalhador vigilante que para exercer sua profissão necessita de manter uma qualidade de aprimoramento distinta de outras profissões.

SF/16291.53753-00

Esta lei tem como escopo corrigir esta distorção anacrônica que ocorre do país.

Ante o exposto, peço a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
inciso V do artigo 7º

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2016

Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, para instituir o Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SINAPI).

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

SF/16878.50903-06

Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, para instituir o Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SINAPI).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, para instituir o Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SINAPI).

Art. 2º A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“ SEÇÃO III

Dos Objetivos

Art. 4º-A A gestão da política nacional do idoso fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SINAPI), com os seguintes objetivos:

I – consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federados que, de modo articulado, operam as políticas de proteção à pessoa idosa;

II – integrar a rede pública e privada de serviços, programas e projetos previstos na Lei nº 10.741, 1º de outubro de 2003;

III – estabelecer as responsabilidades dos entes federados na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de proteção à pessoa idosa;

IV – definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

SF/16878.50903-06

V – implantar a gestão do trabalho e a educação permanente na prestação das garantias devidas à pessoa idosa; e

VI - afiançar a garantia de direitos da pessoa idosa.

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do Sinapi têm por objetivo a proteção à pessoa idosa.

§ 2º O Sinapi é integrado pelos entes federados, pelos respectivos conselhos da pessoa idosa e pelas entidades de atendimento estabelecidas no art. 48 da Lei n 10.741, 1º de outubro de 2003, na forma do regulamento.

§ 3º O Sinapi organizará um banco de dados que fornecerá subsídios para a construção de indicadores orientadores da política nacional do idoso, na forma do regulamento. ”

“**Art. 19-A** As ações do Sinapi serão custeadas pelo Fundo Nacional do Idoso, de que trata a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.”

Art. 3º O Capítulo II da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, passa a ser denominado “**Dos Princípios, das Diretrizes e dos Objetivos**”.

Art. 4º O art. 7º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º** Compete aos conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação.

Parágrafo único. O conselho nacional da pessoa idosa convocará ordinariamente a cada dois anos a Conferência Nacional do Idoso, que terá a atribuição de avaliar a implementação do SINAPI e de propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/16878.50903-06

JUSTIFICAÇÃO

O art. 230 da Constituição Federal atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes participação na comunidade, defendendo sua dignidade e garantindo-lhes o direito à vida.

Nesse sentido, foram aprovadas a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (Política Nacional do Idoso), entre outros diplomas legais destinados a efetivar a proteção afirmada socialmente na Constituição.

No entanto, constata-se que a profusão de medidas não vem contribuindo para dotar essas políticas de maior eficácia no alcance de resultados, pois as ações são marcadas por descontinuidade, sobreposições de tarefas e falta de indicadores capazes de nortear uma direção mais certeira rumo aos seus objetivos.

Em razão disso, e consoante as melhores tecnologias na produção de políticas públicas, propomos aqui a introdução na lei que rege a política nacional do idoso de uma concepção sistêmica, que leve em consideração a corresponsabilidade dos entes federados, da família e da sociedade na efetivação dos direitos dos idoso.

O projeto inspira-se na dedicação de pesquisadores atentos às necessidades de aperfeiçoamento da legislação e tem o objetivo de abrir esse debate junto ao Congresso Nacional e à sociedade. Trata-se de um debate que envolve a discussão sobre o melhor desenho institucional da política de atendimento à pessoa idosa.

Por fim, peço reflexão sobre dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os quais mostram que pessoas idosas representavam, em 2010, um contingente de aproximadamente 10% da população brasileira. A tendência é de crescimento vertiginoso dessa faixa populacional nos próximos 30

SF/16878.50903-06

anos. É crucial, portanto, desenvolver políticas capazes de atender às necessidades que estão presentes já em nosso cotidiano e nos preparar para o futuro.

Ante o exposto, peço a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
- artigo 230

Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994 - 8842/94
- artigo 7º

Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - ESTATUTO DO IDOSO - 10741/03
- artigo 48

Lei nº 12.213, de 20 de Janeiro de 2010 - 12213/10

Projeto de Resolução

SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2016

Acrescenta o Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer disposições especiais aplicáveis às proposições pertinentes a direitos de povos indígenas.

AUTORIA: Senador Telmário Mota

PUBLICAÇÃO: DSF de 07/06/2016

DESPACHO: A matéria ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas

Página da matéria

SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2016

SF/16757.63572-05

Acrescenta o Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer disposições especiais aplicáveis às proposições pertinentes a direitos de povos indígenas.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Título IX do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo:

"CAPÍTULO V

DAS PROPOSIÇÕES PERTINENTES A DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS

Art. 376-A Todas as proposições que afetem diretamente direitos de povos indígenas devem ser submetidas a consulta aos povos indígenas interessados e audiência do Conselho Nacional de Política Indigenista.

§1º Os povos indígenas poderão ser consultados diretamente mediante realização de diligências, de audiências públicas ou de ambas, sem prejuízo do recebimento de quaisquer manifestações adicionais que esses povos ofereçam sobre temas de seu interesse.

§2º O Conselho Nacional de Política Indigenista será ouvido mediante audiências públicas ou manifestações, notas e pareceres pertinentes às proposições de que trata o *caput*."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

JUSTIFICAÇÃO

SF/16757.63572-05

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, estabelece, em seu art. 6º, a obrigatoriedade de consulta aos povos indígenas sempre que for prevista medida legislativa suscetível de afetá-los diretamente.

Trata-se de respeitar a autonomia dos povos indígenas para exercer o direito de decidir sobre o seu próprio desenvolvimento e de participar democraticamente dos debates legislativos, sobretudo com relação a proposições que afetem seus interesses e garantias constitucionalmente protegidos.

No mesmo sentido, é prevista a oitiva do Conselho Nacional de Política Indigenista, recentemente instalado, para que essa importante instância representativa possa se manifestar e contribuir para o aprimoramento das leis pertinentes aos povos indígenas, oferecendo uma visão mais ampla do que exclusivamente a dos povos diretamente afetados, sem, contudo, perder essa perspectiva.

Dessa forma, busca-se dar voz a uma das minorias mais estigmatizadas e mais sujeitas a pressões sociais e econômicas, para que não sejam atropeladas injustamente por interesses majoritários nos debates parlamentares, fazendo com que sejam ouvidas sobre as matérias de seu interesse, como condição essencial de legitimidade nos marcos do Estado Democrático de Direito.

Por essas razões solicito apoio dos ilustres Pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004 - 5051/04

Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70

Requerimentos

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 407, DE 2016

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento, do amigo e companheiro de longas caminhadas, **Jorge Gilberto Leite (Flexa)**, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul/RS, por duas vezes. Essa Associação é a mais antiga do Brasil.

Nos anos 80 ele integrou a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Também fez parte da Federação dos Aposentados do RS e da COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

Existem ocasiões que temos que subir a essa tribuna para falarmos de assuntos que nunca gostaríamos de tratar, mas, infelizmente as perdas e partidas fazem parte da vida do ser humano.

Neste final de semana tive uma grande perda. Não apenas eu, mas todos os moradores da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Falo da partida do amigo Jorge Gilberto Leite, o “Flexa” – “Flexa escrito com “X” como ele mesmo falava. Jorge partiu com apenas 64 anos de idade.

Há três anos ele se encontrava acamado por conta de um AVC...

Desde então teve que se afastar do que mais gostava que era lutar em prol dos aposentados e pensionistas.

2

Foram mais de 40 anos de convivência, desde a nossa juventude, como colegas de trabalho, de futebol, mas de forma mais intensa na luta em defesa dos aposentados.

Flexa foi presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul (AAPOPECS) por dois mandatos.

Ele foi um lutador das causas desses homens e mulheres que trabalham a vida toda e que infelizmente em nosso país não são tratados com o devido respeito.

Quero aqui relatar duas pequenas histórias que sempre relembrávamos quando nos encontrávamos.

A primeira na que na época em que trabalhávamos na empresa Eberle, quando tínhamos um time de futebol, e uma vez por mês fazíamos jantares de confraternização.

Naquela época éramos todos muito humildes, mas o Flexão era um pouco mais.

A casa do Flexa não comportava realizar a janta do time, então quando era a vez dele, eu oferecia a minha casa que tinha uma garagem simples, mas que comportava a todos. Era um gesto simples da minha parte, mas que para ele ficou marcado.

Outra história, essa que ficou na minha mente, é também dos tempos de futebol também. Ele, um colorado, torcedor apaixonado do Internacional.

Eu jogava no time dele, mas talvez eu não fosse o melhor quadro do time em campo, mas o time sempre valorizava minhas opiniões.

O treinador do time foi afastado. Nesse instante o Flexa encabeçou um grupo para vir falar comigo. Foi aí que de uma forma muito sutil e inteligente eles me convenceram a sair das quatro linhas e aí eu virei o treinador do time! Me senti honrado, mas tive a certeza que eu não era tão bom em campo!

3

Tenho certeza colegas senadores e sabedoras que as pessoas que partem querem ser lembradas por esses momentos simples e fraternos como os que acabo de relatar. Simplicidade com felicidade. Essa é para mim, a essência da vida!

Flexa foi descansar e lá do céu nos dará força para lutarmos nesse momento tão difícil que vivemos.

Momento em que só se fala em tirar direitos e fazer economia no tocante aos gastos sociais. Mais uma vez querem que os mais necessitados paguem a conta.

A perda do meu amigo Flexa me dará mais força para lutar contra essa "onda" de péssimas notícias para a classe trabalhadora.

Lutaremos para a recriação do Ministério da Previdência Social.

Eu não aceito de forma alguma o fim desse Ministério que virou uma espécie de "puxadinho" do Ministério da Fazenda.

Os trabalhadores do Brasil, os aposentados e pensionistas podem ter certeza que lutarei com todas as minhas forças para que esses ataques maléficos contra a classe trabalhadora não tenham êxito.

Agora com a partida de Flexa, sei que onde ele estiver ele vai iluminar os nossos passos. Os passos de todos aqueles que lutam pelos aposentados.

Perdi um verdadeiro amigo, um guerreiro, um irmão .... Sei que ele está com Deus. Que ele está feliz! Ficarei com saudades!

"Vai Flexa...voa aí no céu. Flexa descanse em paz, um dia a gente vai se encontrar!

Gostaria que o presente voto fosse enviado para:

4

1) **Sra. Cleusa de Abreu Leite, esposa, e para os filhos Wedson Leite, Ana Paula Leite, Diego e Ana Lice** - Rua Antônio Machado da Rosa, 318 Caxias do Sul-Cep.:95084.330.
2) **Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos/COBAP** – SHCS, CR Quadra 507, Bloco A, Loja 61, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.351-510.
3) **Federação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul/FETAPERGS** – Rua Siqueira Campos nº 1184, sala 1109, Porto Alegre/RS CEP 90010-001.
4) **Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Su**l – Av. Julio de Castilhos 1511, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Caxias do Sul/RS, CEP: 95010-00

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

(Encaminhe-se)

À Publicação
Em 6/6/2016

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CIDINHO SANTOS**

REQUERIMENTO Nº 408 ,DE 2016

Em aditamento ao requerimento nº 370/2016 e, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja estendida a licença dos trabalhos da Casa, até o dia 08 de junho próximo, quando estarei na República Popular da China, integrando a comitiva do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Senado Federal, na Reunião Ministerial do G-20, conforme autorização do Senhor Presidente Senador Renan Calheiros.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País no período citado acima.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2016

Senador Cidinho Santos
PR - MT

RECEBIDO EM 06/06/2016
HORA 12:00
Antonio Holanda Junior Mat. 225803

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 409, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do PLS 538/2011-Complementar, que tramita com as seguintes matérias: Projeto de Lei do Senado nº 150, 2005, nºs 90, 180, 414, de 2007; 66, 72, 265, 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450, 507, de 2009; 21, 75, 719, de 2011; 113, 135, 382, de 2012; 335, de 2015; e nºs 377, 387, 389, 399 e 466, de 2015 – todos complementares.

AUTORIA: Senador Ataídes Oliveira

PUBLICAÇÃO: DSF de 07/06/2016

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente

Página da matéria

REQUERIMENTO Nº DE 2016



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o **desapensamento do PLS 538/2011 - Complementar** (que altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências), atualmente tramitando com as seguintes proposições: PLS 150/2005, PLS 180/2007, PLS 414/2007, PLS 90/2007, PLS 265/2008, PLS 482/2008, PLS 66/2008, PLS 72/2008, PLS 12/2009, PLS 128/2009, PLS 175/2009, PLS 230/2009, PLS 243/2009, PLS 248/2009, PLS 302/2009, PLS 315/2009, PLS 350/2009, PLS 450/2009, PLS 507/2009, PLS 21/2011, PLS 719/2011, PLS 75/2011, PLS 113/2012, PLS 135/2012, PLS 382/2012, PLS 335/2015, PLS 377/2015, PLS 387/2015, PLS 389/2015, PLS 399/2015 e PLS 466/2015.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
PSDB-TO

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Comunicações

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PTB

Defiro-se à substituição solicitada
Em 06/06/2016

OF./Nº 216 /2016 Brasília, de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional.
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **PEDRO FERNANDES (PTB/MA)**, na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB/GO)**, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 729/2016, que "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **JOVAIR ARANTES**
Líder do Bloco: PP, PTB, PSC.

À publicação
Em 06/06/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PSOL

Of. n° 45/2016

Brasília, 02 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de parlamentar para Comissão Temporária**

Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Exa. para indicar a Deputada Ângela Albino (PCdoB/SC) como membro SUPLENTE da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS).

Atenciosamente,

Ivan valente
Líder

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PTB

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 06/06/2016.

OF./Nº 225 /2016 Brasília, de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional.
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **JULIO LOPES (PP/RJ)**, na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado **AGUINALDO RIBEIRO (PP/PB)**, e o Senhor Deputado **AGUINALDO RIBEIRO (PP/PB)**, como Suplente, em substituição ao Senhor Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)**, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 729/2016, que "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.".

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **JOVAIR ARANTES**
Líder do Bloco: PP, PTB, PSC.

Mensagens do Presidente da República, interino

Encaminhe-se
6/6/2016

Mensagem nº 308

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto total ao Projeto de Lei nº 17, de 2015 (nº 177/15 na Câmara dos Deputados), transformado na Lei nº 13.293, de 1º de junho de 2016, que "Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que 'concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios', para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná", acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 1º de junho de 2016.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 56 / 2015
Fls. 40 Rubrica:

Encaminhe-se
6/6/2016

Mensagem nº 309

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2015 (MP nº 691/15), transformado na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que "Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015", acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 1º de junho de 2016.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Fls. nº 62 / 2016
Fls. 60 Rubrica:

Encaminhe-se
6/6/2016

Mensagem nº 310

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2015 (MP nº 682/15), transformado na Lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015, que "Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo, as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966", acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 1º de junho de 2016.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 55 / 2015
Fls. 47 Rubrica:

Término de prazos

Encerrou-se em 03 de junho do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 693, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2016, e sancionada a Lei nº 13.265, de 1º de abril de 2016 (DOU 04/04/16). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria será enviada ao Arquivo.

Encerrou-se em 05 de junho do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 696, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016 (DOU 06/04/16 – Ed. Extra). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria será enviada ao Arquivo.

ATAS

COMISSÃO TEMÁTICA DE PROJETOS LEGISLATIVOS

Aprovada na 2ª reunião da Comissão Temática de Projetos Legislativos. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª REUNIÃO DE 2015 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PROJETOS LEGISLATIVOS

DIA 14 DE SETEMBRO 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H30, NA SALA Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2015 da Comissão Temática de Projetos Legislativos do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 14 de setembro de 2015, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Coordenação do Conselheiro José Francisco de Araújo Lima, destinada aos seguintes itens: Item 1 - Análise do levantamento inicial de matérias em tramitação no Congresso Nacional pertinentes à Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação. Estiveram presentes os membros: WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; ANTÔNIO CORTIZO, representante suplente da categoria profissional dos radialistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; e MARCELO CORDEIRO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros não membros: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO e DAVI EMERICH, ambos representantes da sociedade civil.

SENADO FEDERAL
CN - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

(*Texto com revisão.*)

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Declaro aberta a 1ª Reunião, de 2015, da Comissão Temática de Projetos Legislativos do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme anteriormente enviada, se destina, primeiro, à leitura do expediente; segundo, à ordem do dia, análise do levantamento inicial de matérias em tramitação no Congresso pertinentes à Comissão de Projetos Legislativos.

Comunico aos Srs. Conselheiros que temos, sobre a mesa, para a aprovação, a Ata da 2ª Reunião de 2013, da Comissão Temática de Marco Legal e Regulatório, a que estamos sucedendo, antigo nome desta Comissão, realizada em 02 de dezembro de 2013, enviada com antecedência a todos os conselheiros por *e-mail*.

Se não houver objeção, proponho a dispensa da leitura e da discussão dessa ata. (*Pausa.*)

Como ninguém se opõe, considero-a lida.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam devem permanecer como estão. (*Pausa.*)

Também me parece, sem dúvida, que foi aprovada a ata. Se houver alguns ajustes, eles serão feitos oportunamente.

Comunico aos Srs. Conselheiros que, além dos nomes que compuseram esta Comissão, na última reunião do Conselho de Comunicação Social, solicitaram a adesão para participar desta Comissão os seguintes membros: Henrique Eduardo Alves, nosso Ministro; Maria José Braga; Paulo Machado de Carvalho Neto; Márcio Novaes; Luiz Antônio Gerace; Liliana Nakonechnyj e Davi Emerich.

Os nomes serão lidos e designados hoje à tarde pelo Presidente do Conselho de Comunicação Social, Miguel Ângelo Cançado.

Vamos ao primeiro item da Ordem do Dia, que seria a análise do levantamento inicial de matérias em tramitação no Congresso Nacional pertinentes à Comissão de Projetos Legislativos.

Em 18 de agosto, a Secretaria do Conselho de Comunicação Social, depois da nossa solicitação, na última reunião, para que procedesse a esse levantamento, enviou-nos um levantamento inicial primoroso, bem elaborado, cuidadoso,

SENADO FEDERAL
CN - 3
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

indicando matérias em tramitação no Congresso Nacional relativas ao tema da comunicação social. O levantamento contém uma sugestão inicial de divisão das matérias de acordo com as cinco comissões temáticas, a ser realizada na tarde de hoje. Dessa forma, sugiro que façamos uma discussão prévia acerca desse critério. É exatamente por onde vou começar.

Eu acho que é importante nos atermos um pouco à divisão das matérias. Com auxílio de um colaborador meu, que é um técnico e gerente na Abert, nós fizemos um levantamento de um número maior de proposições, que provavelmente pode ser aferido e criticado, do que o das que estão nessa relação. No entanto, eu acho que, pela justificativa e pela referência que há no próprio levantamento da Secretaria do Senado, talvez tenhamos incorrido em algum erros com proposições que já estão arquivadas e sem possibilidades de recurso de desarquivamento e com outras razões que tenham interrompido o seu curso.

Entre as que nós identificamos como importantes e que afetam a comunicação social, encontramos temas que temos dificuldades em encaixar nas comissões atuais. Eu vim preparado, porque imaginei que a nossa reunião talvez fosse a primeira, às 9h da manhã, para poder tratar do assunto mais aberto sobre as diversas comissões, quando se está falando de uma revisão geral de todo o acervo de projetos em tramitação. De qualquer maneira, está atempado, e essa discussão é o que eu quero submeter a vocês.

Não há comissões para todos os temas; é difícil até a inclusão. Talvez uma solução - eu quero ouvi-los - seja de que, nos casos em que não haja um enquadramento natural na comissão, a matéria possa ser tratada e conduzida na Comissão de Projetos Legislativos, porque aí não há uma designação específica do tema que se vai abordar.

Nós estabelecemos pelo volume, porque são todos eles expressão que vai a umas três dezenas de projeto. Conteúdo é inegavelmente um dos mais importantes em termos de quantidade de projetos; nós identificamos 89 projetos só tratando de conteúdo – eleitoral, liberdade de expressão e participação social, publicidade e propaganda, regulação de serviços de radiodifusão; são 79 projetos. E quem é que vai tratar disso? Que comissão trata de regulação da radiodifusão, que vocês sabem que ainda está suportada por uma legislação de muitos anos

atrás? Não há dúvida da intenção de se discutir uma atualização de temas dentro dessa moldura legal. Trabalhista, tributária, nós encontramos uma quantidade significativa de projetos que afetam os interesses tributários das empresas - no caso, não falando pela sociedade civil, já que eu estou representando uma associação de empresas brasileiras de radiodifusão, rádio e televisão.

Eu acho que é por aí que eu gostaria de começar, para saber qual a sugestão, e colocaríamos em discussão como faríamos essa atribuição.

Há algo que me parece que precisa ser mais bem definido, sem economia de texto, que era saber exatamente que temas cada uma dessas comissões, se bem que suas denominações são reveladoras... Por exemplo, há a Comissão de Tecnologia, Informação e Comunicação, que é de uma atualidade absoluta. Parece-me que precisava haver uma relação de temas que são da sua alçada. Como é o caso meu, na de Processos Legislativos, também seria importante definir quais são os projetos que seriam submetidos a esta Comissão ou se esta Comissão teria incumbência de fazer uma triagem. Essa poderia ser uma das funções: nós reunidos dizermos que isso tem que ir para tal comissão, porque, embora não esteja muito bem definida a matéria como atribuição dessa comissão, nós temos de atribuir isso a alguém.

Eu já tenho a inscrição do Schröder para se manifestar sobre o tema.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER - Obrigado, Presidente.

Eu imagino a dificuldade que o Presidente, coordenador desta Comissão, o nosso Conselheiro José Francisco, teve para fazer - e louvo o esforço de fazer isso - um levantamento e, na verdade, definir qual é essa tarefa; o que ela vai fazer.

Eu identifico o problema. O problema é que ela mudou de nome e se transformou no pleno. Ela era de marco regulatório e, portanto, tem de funcionar exatamente como está funcionando a primeira; quando ela mudou de nome na reunião passada, criou-se um problema, porque parece que ela tem de dar conta de todas as coisas. Portanto, ela é o pleno. Eu confesso que eu não vejo sentido, Francisco, na existência desta Comissão com esse nome. Eu acho que a função dela é a função do pleno.

Portanto, ela pode voltar e assumir, mesmo com o nome que foi votada - eu não estou propondo que volte o nome -, a natureza anterior dela que era

encaminhar. Essa foi uma proposta de que o Presidente Cançado deve lembrar-se, porque ele era o responsável por essa comissão na nossa gestão anterior, de sistematizar... Isso que eu propus para a comissão anterior que dizia respeito exclusivamente aos conteúdos, ela faria do ponto de vista de todos os projetos, encaminhando para uma revisão que desse conta da regulação dos cinco artigos da Constituição. Eu compreendo. Eu não vejo como ela atuar com a amplitude com que ela vem aqui, porque me parece que ela fica sem sentido; ou seja, as comissões são focos em determinados assuntos e não podem dar conta de todos os assuntos.

Esta Comissão era de marco regulatório. Por quê? Porque, a partir de uma proposta que o Fernando César Mesquita nos trazia, nos parecia que era absolutamente relevante... Inclusive, repito que há várias ADIs entrando no Congresso Nacional, exigindo... É perceptível que a Constituição brasileira não foi regulamentada em alguns aspectos. Se nós não fizermos isso, nós teremos essa quantidade de projetos, alguns completamente irrelevantes, alguns completamente improdutivos, outros impertinentes, outros inconstitucionais, que aparecem numa tentativa vã de dar conta da não regulamentação dos artigos.

Se este Conselho tem uma vocação, essa vocação é dar conta de responder ao que precisa e ao que não precisa, até porque é usado politicamente o tempo todo para um campo e para outro campo da regulamentação ou não regulamentação da Constituição brasileira...

Eu queria sugerir, independentemente de mudarmos o seu nome ou não, que a tratemos como ela era, como estava o seu escopo definido na gestão passada.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Antes de passar a palavra, eu só queria fazer uma referência. A coordenação aqui desta Comissão não tem a ambição de exercer funções assim...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER - Não, não. Eu não estou atribuindo à Comissão...

Pelo contrário. Eu acho que o que você está propondo é o que deve ser atribuído ao pleno, quando houver, na tramitação dessas Casas do Congresso Nacional, uma "constituição", entre aspas, como se chama, do marco civil da

internet, houver da Comunicação Social. Aí, realmente, não compete a nenhuma dessas comissões aqui discutir. Isto é pleno direto; não precisa passar por uma comissão, no dia em que aparecer essa lei de tanta importância com essa proposta.

Então, eu vou passar a palavra aqui, por favor, ao Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

Duas coisas. Uma é que eu ia até apresentar hoje, mais tarde, no pleno, um trabalho muito bem-feito aqui pela nossa assessoria, pelo Valmar, que separou os projetos relativos a publicidade e propaganda, que é a comissão que eu estou coordenando. E depois eu gostaria de, se o Valmar pudesse, liberá-lo na internet para os conselheiros. Ali pelo menos já mostra os que são de publicidade e propaganda e que obviamente sairiam da Comissão de Projetos Legislativos.

A segunda coisa é até para me penitenciar com o meu colega Nascimento. Por ser novo no Conselho, eu acabei votando a favor da troca do nome da Comissão. E hoje vejo que votei errado, porque concordo plenamente com o Schröder: ela fica meio uma comissão sem ter o que discutir. Ela tinha a questão do marco regulatório e ficou uma comissão que reuniu tudo.

Então, parece-me que o que vai acontecer com a Comissão de Projetos Legislativos agora é que o Nascimento vai tirar os dele, eu vou tirar meus, o Fernando vai tirar os dele, o Lemos vai tirar os dele, e o que sobrar é dessa comissão. Está me parecendo isso; não estou vendo outra coisa.

Mas peço desculpas - ouviu, Catarino? Você estava com a razão. (*Risos.*)

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Eu, em princípio, concordo que ela é uma comissão para o que não tem comissão especializada. E estamos dentro do limite regimental para o número de comissões.

Parece-me que é muito prática a existência...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA - Lamento o fato, Nascimento, de ter sido com o meu voto.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - De qualquer maneira, vamos levar esse assunto para a nobreza, para o pleno, que merece e tem competência para discutir esse assunto.

SENADO FEDERAL
CN - 7
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA - Eu só peço ao Valmar que libere...

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - ...atribuir ao pobre condutor de uma reunião.

Eu peço encarecidamente que não me chamem nunca de Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA - Não, está bem. Então, eu quero só pedir ao Valmar que libere então aos conselheiros aquela relação, que nós íamos liberar hoje, mais tarde, para o Presidente Cançado, dos projetos que entraram na Comissão de Publicidade e Propaganda. Nós fizemos uma divisão até para discutir com os conselheiros.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Certo. Eu fiz essa divisão: medicamentos, bebidas alcoólicas, alimento e bebida, crianças e adolescentes, público e institucional. Eu trabalhei duro nesse assunto.

Então, eu gostaria de...

Pois não.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER - Presidente, obviamente, eu não...

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - O Presidente é o Cançado.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER - Está bem, Presidente da Comissão... O.k., meu caro coordenador Conselheiro Francisco.

Obviamente, não estou atribuindo nenhum tipo de projeto pessoal na condução da Comissão, não. Eu estou identificando um problema ao trocar o nome, reconhecendo o trabalho que foi feito e reconhecendo o esforço que se está fazendo de adequá-la a este nome. O que estou propondo é que este nome é não funcional; ou seja, a decorrência do nome nos remete para um espaço que não tem trabalho para fazer, senão nós vamos ficar sobre os projetos que sobrarem, e isto não tem sentido - desculpe-me.

O que eu acho que esta comissão pode fazer, e pode fazer bem, é o esforço de sistematizar os projetos de lei. Ou seja, respondendo ao Ceneviva, obviamente, eu sou um dos que, ao propor... Trabalhamos juntos na Conferência de Comunicação do País. O esforço que nós vimos é nunca substituir o Parlamento brasileiro nem na Confecom, em que eram delegados eleitos nacionalmente, e

muito menos neste Conselho. Não é isso. O que nós temos de fazer aqui, parece-me, é sistematizar os projetos de lei que estão aí e que poderão ajudar na regulamentação do Congresso Nacional. E insisto: porque, se nós não o fizermos, alguém o fará. E talvez não com o debate que nós podemos fazer; talvez, não com a vontade democrática, não com o espaço que nós temos o privilégio de ter.

Então, é nesse sentido.

Não estou atribuindo nenhuma disposição particular do Coordenador, nada disso. Só quero reafirmar que me parece que foi um erro trocar o nome, e proponho que o nome não seja um escopo; ou seja, estou insistindo que o escopo desta Comissão seja... Porque não se votou o escopo, mas a mudança do nome, e mudou-se o nome para Parlamento. E o nome - desculpem-me, eu não estava aí - não tem sentido; ou seja, a legislação engloba todos os projetos de lei. Então, obviamente, repetimos....

Então, estou dizendo, para que se dê sentido a esta Comissão, que ela volte, assuma o escopo, porque ela não foi votada. Ela continua com o escopo da Comissão anterior; foi mudado o nome simplesmente.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Respondendo ao Conselheiro, acho que foi exatamente a minha contribuição para o nome, porque o assunto, o tema foi levantado, em primeiro lugar, pelo Ceneviva, nosso colega, mas, quando propus o nome, propus a vala comum, e continuamos sem ela. Não há um enquadramento, por exemplo, para os assuntos que me afligem, que atingem a atividade empresarial da radiodifusão, que é a tributação. Há, pelo menos, 68 projetos em tramitação que atingem a radiodifusão. Então, isso quem trata? Qual é a comissão aqui? Acha-se isso uma matéria secundária?

Propus este nome exatamente para se ficar com o rebotalho. Todo mundo tem nobres comissões já definidas, e eu queria, humildemente, dar minha contribuição como advogado, há 23 anos trabalhando com a moldura legislativa do setor; contribuir com aquilo que não estivesse atribuído a nenhuma comissão. E vou manter isso no pleno. Aqui, não vou discutir mais o assunto. Peço encarecidamente que este assunto seja submetido ao Presidente na próxima reunião à tarde.Conselheiro Nascimento Silva.

SENADO FEDERAL
CN - 9
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

O SR. NASCIMENTO SILVA - Pois é, Marcelo, acho que o grande lance, o grande barato da vida é se poder ir e voltar, refletir sempre. Você está vendo aí a postura do Chico, Conselheiro Francisco, já estou na intimidade. O Conselheiro Francisco, Presidente, está dizendo que vai manter essa proposta. E, se conseguirmos resgatar o que estamos conversando aqui, articulando aqui, nesta Comissão, acho que será importante para o Brasil reformular e trazer de novo o nome da Comissão antiga.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Alguém mais vai se manifestar?

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO - Acho que meu microfone foi cortado na reunião passada pelo meu querido coordenador - não, agora, voltou a funcionar -, porque intervim muito, não sendo membro, mas como Presidente do CCS.

A discussão sobre a denominação, o Schröder tem razão, foi uma alteração, pelo que entendi também, de denominação, pura e simplesmente, mas essa discussão é afeta ao pleno. Pronto.

Aqui, agora, de novo, sobre aquela questão que há pouco tratávamos, de identidade e de praticidade. É dizer a que se prestará à Comissão, não é isso? Independente do título que tenha hoje designado pelo pleno, que é quem deve fazê-lo - ponto -, qual é o tema ou quais são os temas sobre os quais iremos nos debruçar? A partir desse escopo que já está fixado, que já está mesmo, entendo, fixado, independente - ela se chamou Comissão do Marco Regulatório na gestão passada, e, hoje, Comissão de Projetos Legislativos -, isso é o continente.

Vamos ao conteúdo, que é, efetivamente, a que se prestará. E, aí, também volto a esse material já providenciado. Quais são as prioridades a partir daqui? Aí, vamos dar o sentido prático de identidade ao nosso Conselho, a partir do trabalho das comissões.

Posso garantir, como Presidente do CCS, que o Plenário, a sociedade, as pessoas todas estão ávidas pelo resultado do nosso trabalho, que começa aqui nas comissões. E, sobre esta Comissão de Projetos, é definir, independente do título, porque, se tiver que mexer nisso... O Nascimento fala em rever posições, é claro. Isso é próprio de todos nós, é próprio das nossas atividades, mas só quem mudou pode mudar ou retornar ao *status* anterior.

SENADO FEDERAL
CN - 10
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

Muito obrigado, Presidente.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Prazer.

Bom,

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Foi um prazer.

Se não há ninguém mais para se manifestar, eu queria fazer uma proposta concreta, que me parece a mais prudente no momento, até segundas discussões no pleno. Seria de que todos, com liberdade para fazê-lo - não é preciso constituir nenhuma subcomissão, mas quem puder contribuir, e eu já estou com a minha contribuição praticamente pronta -, até a próxima reunião, façam, por favor, uma classificação que, no seu entender, reveja o que foi feito pela secretaria e veja o que há de específico e que não está previsto ou incorporado a uma comissão por natureza.

Por exemplo, trabalhista. Eu fui muito tempo advogado trabalhista e não vi como enquadramos. Qual é a comissão que pode examinar isso aqui? Não é uma matéria fundamental, especialmente para quem representa o segmento? Então, radialista, jornalista, segurança de trabalho - não vi aqui nada a respeito.

Eu acho que nós temos de fazer esse trabalho de casa. É uma coisa simples, gente.

Se, por acaso, o pleno concordar que esta Comissão assuma a coordenação - olha que a minha função aqui é coordenar, mais nada - de trabalhos que sejam agrupamento e organização de projetos em tramitação dessas áreas que não estão cobertas pelas comissões, muito bem, nós já adiantamos muito o serviço.

Eu gostaria que, se estiverem todos de acordo, ou se quiserem fazer uma proposta alternativa, todos os temas que estão órfãos fossem reunidos nessa comissão genérica para a qual eu propus o nome de Projetos Legislativos.

O SR. DAVI EMERICH - Presidente.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Pois não.

O SR. DAVI EMERICH - É só uma questão de ordem, mesmo. Eu estou com um passarinho na muda. Estou aprendendo, estou chegando agora. Então, vou devagar.

Parece-me que não há uma comissão que seja preponderante em relação a outra. Por exemplo, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, nós temos a CCJ,

que praticamente, vamos dizer, é a comissão mãe: tudo tem de passar por ela. A partir dali, o processo legislativo se define.

Neste cenário de comissões do Conselho, não há essa hierarquia.

Aí, eu faço a seguinte pergunta. Não pode ser, parece-me, a secretaria do Senado que defina a distribuição dos projetos para lá ou para cá; parece-me que tem de passar pelo Presidente. Então, como está sendo feita essa sistematização não só dos projetos que já estão tramitando? Entrando um projeto novo na pauta, quem vai determinar que vá para esta comissão ou para aquela comissão?

Eu acho, já aproveitando a presença do Presidente Cançado, que essa tarefa tem de ficar com a Presidência, até para não criar nenhuma hierarquia embaixo: "Não, tira daqui". Pode até haver sugestão; uma comissão apresentar uma proposta no sentido de retirar um projeto que está em uma comissão, para ela também analisar. Isso pode ocorrer, como ocorre aqui no Congresso. Eu acho que essa sistemática nós poderíamos adotar.

Então, o Presidente sistematiza a distribuição. A competência para distribuir para as comissões é do Presidente, cabendo às comissões puxar ou não um projeto para ela, dizendo: "Esta é competência minha, apenas". Ou então: "Eu tenho uma competência subsidiária nesse projeto e também quero discutir". Eu acho que nós tínhamos de estabelecer essa sistemática, obviamente, com o apoio decisivo da secretaria.

Resolvido isso - o senhor disse que esse assunto vai ser discutido à tarde -, eu acho que uma Comissão de Projetos Legislativos... Eu estava nela pensando nesse escopo geral, que essa comissão iria trabalhar em torno dos projetos de articulação. Eu coloquei o meu nome um pouco com essa perspectiva. Mas eu acho que ela tem que ter um foco já pegando o foco realmente da comissão passada. Ela não pode ficar tão aberta assim.

Eu acho que a sistematização é assim: o projeto que não couber a nenhuma comissão não cabe a esta comissão decidir. É ao Presidente. Se o Presidente achar que esse projeto não cabe a esta, mas a esta um pouco mais, ele é quem decide que aquele projeto vem para aquela comissão.

Se nós trabalharmos com essa perspectiva de a sistematização ser do Presidente, eu acho que nós resolvemos bem a questão.

SENADO FEDERAL
CN - 12
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Muito obrigado pela contribuição, mas este é o espírito. Não tendo sido nunca conselheiro nem suplente, eu sempre acompanhei de perto todas as reuniões da Comissão, e essa prática sempre foi adotada. Quem designa, atribui à comissão a análise de um projeto é o pleno; não há outro. Pelo menos regimentalmente, eu não vejo outro recurso.

Alguém mais? Por favor, Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER - Obrigado, Francisco.

Eu queria endossar essa tese. Primeiro, eu quero reconhecer, Francisco, que efetivamente há um déficit. Embora eu não concorde que a Comissão se reduza a esse recorte que tu destes, eu concordo contigo.

Ou seja, há um déficit de temas que não estão em comissões, e eu acho que nós temos que tratar disto - tu tens razão -, de questões que dizem respeito não só aos interesses empresarias, mas que dizem respeito, por exemplo, ao conteúdo nacional.

O Ceneviva trouxe dois ou três temas que não entram em nenhum outro tipo de debate e que poderiam estar aí. Para que não se perdessem esse esforço e esse trabalho que tu fizeste, que me parece um trabalho muito importante e relevante, que encaminhássemos dessa maneira que tu estás fazendo; ou seja, que neste primeiro momento levantássemos as questões e projetos que não estão em nenhuma e as sistematizássemos. O que eu acho que poderia ser feito, a partir daí - eu não sei como se resolveria isso dentro da comissão - é que, talvez, pudéssemos atribuir ao Presidente o encaminhamento desses temas que não estão contidos nos outros temas. Com isso, manteríamos o escopo da comissão anterior, mas daríamos conta desse déficit que - concordo - precisa ser suprido, o que me parece que o Presidente pode fazer ao delegar relatores para isso. Ele pode fazer isso, independente de comissão; ou seja, atribui ao Relator - isso nós fizemos na gestão passada -, que traz o seu relatório, e aí podemos trabalhar, dando conta dessas questões que não cabem dentro das outras.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Eu só gostaria de comentar. Não admito, não quero admitir é que se parta do pressuposto que qualquer solução que encontre paternidade para os temas que não estão

devidamente atribuídos aqui, às quatro comissões específicas, seja um motivo para mudar o nome "comissões legislativas". Pode ser até que seja melhor eliminar também esse nome e criar uma comissão para os casos genéricos, mas essa é uma discussão que não vai ser conduzida aqui.

Então, eu acho que, se ninguém se opôs - pelo contrário, tive o apoio expresso do Conselheiro Schröder -, que façamos um esforço, até a próxima reunião, de catalogar e estabelecer um critério para a divisão dos projetos que não sejam, obviamente, pertencentes a uma determinada área. Eu já vi vários casos aqui. Por exemplo, são inúmeros os projetos sobre problema de consumidor. Quem é que patrocina isso? A legislação toda de moldura dos direitos dos consumidores.

Acho que, se não houver nenhum tema adicional a ser tratado, a encomenda é essa, e eu concluiria a nossa reunião.

Algum comentário?

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO - Perfeito. Eu concordo plenamente com esse seu encaminhamento.

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Eu acho que o resto tem que ser no pleno mesmo. Vamos, então, trabalhar até a próxima reunião.

De qualquer maneira, vou antecipar um pouco o trabalho, porque eu sempre acho que deve partir do coordenador essa iniciativa. Vou enviar para todos os membros da Comissão uma proposta de classificação, que eu distribuí em 14 grandes itens e, dentro desses 14 itens, abri o máximo que pude. Seria, realmente, só uma abertura exemplificativa. Publicidade, como já foi comentado aqui, desdobrar nos diversos temas, mas só para efeito de termos, depois, uma forma de categorizar os projetos. Os projetos chegam aqui, eu lembro a vocês, numerados. Nós precisávamos com uma ementa. Agora, se nós pudermos identificar que, no item 14, temos projetos de publicidade, para nosso exame e discussão, e que o 2.1 é medicamento e que o 2.2 é bebida alcoólica, eu acho que isso vai facilitar muito a nossa vida.

Muito obrigado e bom dia.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO - Presidente, posso?

O SR. COORDENADOR (José Francisco de Araújo Lima) - Pois não.

SENADO FEDERAL
CN - 14
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO - É só uma informação de ordem prática. Nós temos uma reserva no restaurante dos Senadores, com mesa específica. Já sabem do sistema: o Senado não fornece a refeição, mas paga a diária. Nós vamos almoçar e cada um pagará a sua refeição. Há uma mesa específica para nós a partir do meio-dia.

E, se me permitem a sugestão, ousada talvez, Presidente e Coordenador Nascimento Silva: quem sabe, se o nosso Coordenador desta Comissão já encerrar os trabalhos, tenhamos 45 minutos que talvez pudessem ser aproveitados para dar mais efetividade aos nossos trabalhos, na conclusão daquela análise, uma vez que estamos todos aqui.

SENADO FEDERAL
CN - 15
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO DE 2015 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2015, A SER PUBLICADO JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);

SENADO FEDERAL
CN - 16
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR - SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES - CORCOM
CCS - Comissão Temática de Projetos Legislativos (1ª Reunião)
14/09/2015

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA - Então, senhores, está encerrada a Ordem do Dia prevista nesta reunião. Atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da primeira reunião de 2015 da Comissão Temática de Projetos Legislativos do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, agradecendo a participação de todos.

Um abraço e até breve.

(*Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Aprovada na 8ª reunião ordinária de 2016, realizada em 6 de junho de 2016. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DIA 6 DE JUNHO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 7ª reunião (ordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 2 de maio de 2016, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Debate sobre liberdade de imprensa com o representante da UNESCO no Brasil, Lucien André Muñoz, em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa; ITEM 2 – Relatório acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita; ITEM 3 – Relatório sobre processos de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil, de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Fernando César Mesquita; ITEM 4 – Relatório sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakonechnyj e Nascimento Silva; ITEM 5 – Relatório sobre o PLS 730/2015, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet", de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Nascimento Silva, Sydney Sanches e Ronaldo Lemos. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.

SENADO FEDERAL CN - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (7ª Reunião) 02/05/2016

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde.

Prezados amigos, Srªs e Srs. Conselheiros, aos convidados, aos servidores do Senado, à nossa audiência qualificada da TV Senado, a todos os presentes muito boa tarde.

Havendo número legal, declaro instalada a 7ª Reunião, Ordinária, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Declaramos haver quórum suficiente.

Antes de iniciar a leitura do expediente, do roteiro de trabalho, convido o Conselheiro Araújo Lima para compor aqui comigo a Mesa, auxiliando-me nos trabalhos, já que há ausências justificadas, que vou citar dentro de minutos. Peço a V. Exª que contribua comigo, honrando este Presidente por tê-lo aqui.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – É um prazer e uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bem, nossa 7ª Reunião tem a pauta que lerei em seguida. Eu espero que, na reunião do mês passado, o mês de abril, os trabalhos tenham transcorrido, como eu já soube, com muita qualificação, presidida pelo eminente Vice-Presidente Ronaldo Lemos, já que eu justifiquei, antecipadamente, que não poderia aqui estar. Tenho certeza de que o Ronaldo Lemos conduziu, com mais qualificação do que eu, os trabalhos do Colegiado. Eu já soube que correu tudo bem.

O SR. RONALDO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Não apoiado, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Hoje temos a seguinte Ordem do Dia:

- item 1, debate sobre liberdade de imprensa, com a representação da Unesco, em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que acontece amanhã, dia 3 de maio;

- item 2: relatório acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação, de autoria da Comissão de Relatoria formada pelos Conselheiros Marcelo Antônio Rech, Nascimento, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita.

Nesse ponto, Conselheiro Marcelo Cordeiro, entre os quatro, V. Exª é o único presente; nós vamos ter de adiar essa apresentação.

Fica adiada, então, a apresentação deste item para a próxima reunião.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – O relatório está sendo feito pelo Conselheiro Nascimento, que vai apresentá-lo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

Então, o item 2 fica para a nossa reunião do mês de junho.

O item 3 da nossa pauta de hoje é o relatório sobre o processo de concessão de serviços de radiodifusão, de autoria da Comissão de Relatoria formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Fernando César Mesquita. Também este terá de ser adiado porque, coincidentemente, os três Conselheiros não se fazem presentes.

O item 4 da nossa pauta de hoje é o nosso relatório sobre RTV, repetidoras de televisão, de autoria da Comissão de Relatoria formada pelos Conselheiros Araújo Lima, que aqui está, Liliana Nakonechnyj e Nascimento. A Conselheira Liliana vai apresentar esse relatório, o.k.? Então, esse item fica mantido, a despeito da ausência do eminente Conselheiro Nascimento Silva.

O item 5 da nossa pauta de hoje é o relatório sobre o PLS 730/2015, que dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet, de autoria da Comissão de Relatoria formada

pelos eminentes Conselheiros Araújo Lima, Nascimento Silva, Sidney Sanches e Ronaldo Lemos.

O Conselheiro Ronaldo Lemos pediu que esse tema fosse também postergado, em razão da ausência dele, para a próxima reunião. Os demais integrantes da Comissão estão de acordo? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, penso que a nossa reunião acabará ficando um pouco mais resumida.

O item 3 da pauta é o relatório de andamento das comissões temáticas, comunicações dos Conselheiros e participação da sociedade civil.

Justificaram suas ausências os eminentes Conselheiros Marcelo Rech, que está sendo substituído pela eminente Conselheira Maria Célia Furtado; o eminente Conselheiro Ronaldo Lemos, Vice-Presidente, que hoje está substituído pela eminente Conselheira Patrícia Blanco; o Conselheiro Walter Ceneviva, que está sendo substituído hoje pelo eminente Conselheiro Paulo Marchado de Carvalho; o Conselheiro Fernando César Mesquita; o Conselheiro Nascimento Silva, que me ligou hoje pela manhã, comunicando que teve um imprevisto no final de semana: a sua esposa está com um problema de saúde, está internada, e ele inclusive pediu que o eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro fizesse uma comunicação em seu nome.

É isso, Conselheiro? (*Pausa.*)

V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Eu falei há pouco com o Conselheiro Nascimento Silva, que pediu desculpas ao Conselho, principalmente pela ausência dele na Comissão Temática de Conteúdo, de que ele é coordenador. Ele explicou que a esposa ficou doente na quinta-feira passada, com suspeita de dengue, ainda não confirmada porque não está fechado o diagnóstico; o quadro agravou-se na sexta-feira, ela foi internada no sábado, e apenas hoje, agora no início da tarde, é que ela foi para casa, não porque o quadro tivesse melhorado muito, mas para evitar a infecção hospitalar, que é sempre um risco. O quadro ainda inspira cuidados, e o Conselheiro Nascimento Silva, por esse motivo, não pôde estar presente e pede desculpas ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Recebida a justificativa, e roguemos todos para que a recuperação da esposa do eminente Conselheiro seja a mais rápida e tranquila possível.

A propósito das justificativas de faltas, a assessoria alerta-me para os limites regimentais previstos que temos. Temos autorização regimental para faltarmos a três reuniões sem justificativa e sete reuniões, ainda que alternadas, com justificativa. Esse é o limite que o Regimento estabelece. A partir daí, instaura-se um processo de exclusão do Conselheiro. A decisão é do Presidente do Congresso Nacional. Temos a obrigação de encaminhar ao Presidente.

Então, eu vou comunicar aqui a quantidade de faltas, porque há Conselheiros que inclusive já perderam o mandato. Estes números não incluem as faltas à reunião de hoje. Os registros que temos são os seguintes:

- eminente Conselheiro Walter Ceneviva: uma falta justificada;
- eminente Conselheiro Araújo Lima: uma falta justificada;
- eminente Conselheiro Marcelo Rech: três ausências justificadas e uma não justificada, totalizando quatro faltas;

- eminente Conselheiro Roberto Franco: duas ausências justificadas;
- eminente Conselheiro Celso Augusto Schröder: duas ausências justificadas;
- eminente Conselheiro Nascimento Silva: nenhuma ausência;
- eminente Conselheiro Sidney Sanches: três ausências justificadas;
- eminente Conselheiro Pablo Lazzarini: duas ausências justificadas;
- eminente Conselheiro Ronaldo Lemos: uma ausência justificada;
- este Presidente: uma ausência justificada, na reunião passada;
- eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro: uma ausência justificada;
- eminente Conselheiro Fernando César Mesquita: duas ausências justificadas e duas não justificadas, totalizando quatro faltas.

Entre os suplentes, as faltas são computadas apenas quando há convocação em virtude da ausência do titular.

Continuo:

- Conselheiro Márcio Novaes: uma ausência justificada;
- Conselheira Liliana: uma ausência justificada;
- Conselheiro Jorge Coutinho: duas justificadas;
- Conselheiro Aldo Rebelo: tem nove ausências. A esse, nós vamos comunicar que já superou o número de faltas permitidas. Hoje, a assessoria do eminente Ministro pediu informações sobre a renúncia ao mandato, pois parece que vai fazê-lo.

Alguma consideração a respeito? Alguma objeção quanto aos números que citei entre os presentes? Todos estão de acordo? (*Pausa.*)

Está sobre a mesa de V. Exªs as atas da 5ª e 6ª Reuniões Ordinárias de 2016.

Eu consulto se há alguma objeção, alguma emenda, alguma correção, ou se podemos dispensar a leitura e considerá-las aprovadas. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, considero expressamente aprovadas as atas da 5ª e 6ª Reuniões desta CCS.

Está também sobre as mesas de V. Exªs o Ofício nº 10, de 2016, do Conselho Curador da EBC, encaminhando a ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador daquela empresa, realizada no dia 17 de março.

Esse expediente foi encaminhado a V. Exªs – a todos nós – por *e-mail*.

Esses são os avisos da Presidência.

Há alguma comunicação específica entre os presentes sobre os assuntos já tratados? (*Pausa.*)

Hoje temos a satisfação de receber, para debater conosco o primeiro item da pauta, que é sobre liberdade de imprensa, os representantes da Unesco: o Sr. Adauto Soares, a quem convido, já agradecendo pela presença entre nós, para compor a Mesa conosco; e a Srª Ana Lúcia Guimarães, que me disse que veio apenas em acompanhamento e que não vai se manifestar, mas se tiver interesse em compor a Mesa, será um prazer, é uma satisfação para todos nós.

Muito bem, como eu disse na abertura desta reunião, amanhã, dia 3 de maio, é considerado o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Para tanto, para discutir o tema conosco, convidamos o representante da Unesco.

Dr. Adauto, muito obrigado pela sua presença. É uma satisfação e engrandece os trabalhos do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que é um órgão de assessoramento das Casas Legislativas.

Quero dizer a V. Exª e a todos os presentes que estamos contando com a audiência do e-Cidadania, do Senado Federal, em que há uma interação, uma sinergia, um trabalho de comunicação aberta entre este Conselho e a sociedade brasileira.

Antes de lhe passar a palavra, quero registrar duas mensagens encaminhadas a nós por participantes, pelo Portal e-Cidadania, do Senado Federal, que vou ler na íntegra.

Diz Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina: "A liberdade seja de imprensa ou de comunicação inexiste no Brasil, tal qual a segurança para quem tem a missão de comunicar, seja profissional de imprensa ou não. Ambas estão" – estou lendo *ipsis* opsis *litteris* – "também ameaçadas pelo franqueamento da internet". Anna Flavia Schmitt, a quem eu agradeço por participar conosco, pelo Portal e-Cidadania.

Davi Nascimento de Vasconcellos, do Rio de Janeiro, manda a seguinte mensagem: "A imprensa brasileira, em específico a Rede Globo, deveria ter vergonha na cara! Todo mundo que estuda o mínimo de jornalismo, ou nem isso, sabe que todas as suas matérias são tendenciosas e não há imparcialidade nenhuma". Essa é a mensagem, e eu também agradeço ao Davi Nascimento de Vasconcellos por se comunicar conosco.

Prezado Sr. Adauto Soares, que representa entre nós o representante da Unesco no Brasil, Lucien André Muñoz, agradeço mais uma vez a sua presença.

V. Sª tem a palavra para a sua manifestação sobre o tema que debateremos em seguida: liberdade de imprensa no Brasil.

O SR. ADAUTO SOARES – Muito agradecido pelo convite, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Sr. Miguel Ângelo Cançado, em nome de quem eu cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Eu preparei uma fala que vou ler.

A Unesco é a agência das Nações Unidas que tem a missão específica de defender a liberdade de expressão, incumbida por sua constituição de promover o livre fluxo de ideias por meio de palavras e imagens.

A liberdade de expressão, assim como os seus desdobramentos, de liberdade de informação e liberdade de imprensa, aplica-se aos tradicionais meios de comunicação impressos e de radiodifusão, bem como à nova mídia *on-line* e digital. Essas liberdades são relevantes para todas as áreas de competência da Unesco, além de serem cruciais para o desenvolvimento sustentável, a democracia e o diálogo.

A Unesco promove o desenvolvimento de ambiente de mídia que conduza à livre expressão, nos termos das condições legais e socioeconômicas. A Organização ressalta principalmente que a segurança do jornalismo é pré-requisito fundamental para a concretização da liberdade de expressão e da democracia. A Unesco trabalha ainda para promover a liberdade de imprensa e o desenvolvimento da mídia por meio de defesa e conscientização, capacitação, monitoramento, promoção da segurança de jornalistas e do apoio à legislação de mídia e a viabilização de marcos regulatórios.

O ponto central da campanha de conscientização da Unesco sobre liberdade de expressão é o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, comemorado em mais de cem países no dia 3 de maio, que representa uma ocasião para celebrar os princípios fundamentais à liberdade de imprensa, avaliá-la ao redor do mundo, defender a mídia de ataques à sua independência e homenagear jornalistas que perderam suas vidas no exercício da profissão. A comemoração desta data inclui a entrega do Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa Unesco – Guillermo Cano, que homenageia pessoas, organizações ou instituições que deram contribuições de destaque à defesa ou à promoção da liberdade de imprensa em qualquer parte do mundo, em especial quando isso tenha sido realizado em situações de perigo.

A Organização também trabalha para aumentar a conscientização sobre a importância da igualdade de gênero para a liberdade de imprensa. A igualde de gênero é uma das duas prioridades globais da Unesco, que ela promove por meio de uma

abordagem que atua em duas frentes, envolvendo programas específicos para cada gênero e a integração de gêneros no âmbito das áreas de competência da Organização.

Entre as ações da Unesco em curso para promover a igualdade de gênero na mídia está o desenvolvimento de recursos tais como: os indicadores sensíveis de gênero para a mídia e as iniciativas globais, como o programa As Mulheres Fazem a Notícia.

Em 2013, a Unesco lançou a Aliança Global em Mídia e Gênero, que reúne mais de 800 organizações e cujo objetivo consiste em intensificar as ações destinadas à obtenção da igualdade de gênero nos conteúdos e nos cargos da mídia.

No intuito de estimular o público a valorizar e fazer uso pleno do direito à expressão, a Unesco promove programas sobre alfabetização midiática informacional – que a gente chama de MIL, na tradução para o português ficou AMI – com foco principal sobre os jovens. A alfabetização em mídia e informação capacita os cidadãos a compreender as funções da mídia e de outros provedores de informação, de modo que possam fazer uma avaliação crítica dos seus conteúdos e tomar decisões conscientes como consumidores e produtores de informação e conteúdo de mídia.

A estratégia da Unesco para promoção da alfabetização em mídia e informação incluiu a preparação de um modelo de currículo para professores em mídia e informação, a viabilização de cooperações internacionais por meio da aliança global sobre alfabetização midiática informacional e o estabelecimento de um centro internacional de informações sobre alfabetização midiática informacional em cooperação com a Aliança de Civilizações das Nações Unidas.

Para a Unesco, é importante apoiar o jornalismo investigativo, as reportagens aprimoradas sobre eleições, além de ampliar a capacidade dos jornalistas e das faculdades de jornalismo de cobrir questões como as mudanças climáticas e as novas tecnologias.

No sentido de capacitar jornalistas e educadores em jornalismo com conhecimento especializado, necessário para fazer frente aos novos desafios, em 2013, a Unesco publicou dez novas ementas sobre educação e jornalismo, como um compêndio para o modelo curricular para o ensino de jornalismo de 2007. A Unesco também lançou uma iniciativa global para excelência na educação e jornalismo, cujo objetivo é promover e apoiar parcerias viáveis sul-sul e norte-sul entre faculdades de jornalismo, em torno de um conjunto de princípios centrais de excelência em ensino, pesquisa e desenvolvimento profissional. Ações nesse sentido contribuem para a liberdade de expressão e para sua valorização pela sociedade.

Muitos projetos da Unesco apoiam as mídias comunitárias, caracterizadas por seu compromisso com as comunidades a que servem. A Organização reconhece que a presença das mídias comunitárias é um sinal de pluralismo, diversidade de conteúdos e de representação dos diferentes grupos e interesses da sociedade. As mídias comunitárias estimulam o diálogo aberto, a transparência local e dão voz àqueles que não podem se manifestar. Entre as ações recentes em curso na Unesco em apoio às mídias comunitárias estão fortalecimento de emissoras de rádio locais na África, com tecnologias de informação e comunicação, e também a concessão de espaços de expressão para mulheres e minorias por meio de rádios comunitárias.

O rádio, sendo o veículo que alcança a maior audiência em todo o mundo, tem sua importância celebrada todos os anos, no dia 13 fevereiro, destacado como o Dia Mundial do Rádio. Essa data foi criada em 2012, é recente. A Unesco tem atuado aqui no Brasil para divulgar essa data.

Constantemente, a Diretora Geral da Unesco, em nome dos 195 Estados-membros da Organização, faz declarações públicas diante da grave preocupação com a situação da liberdade de imprensa quando um jornalista é assassinado. A promoção da segurança de jornalistas ganhou ainda mais importância no trabalho da Unesco após a adoção do Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade, submetido pela Organização e aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 2013, para o qual a Unesco é a agência líder. O plano de ação da ONU se tornou um ponto de referência mundial na promoção da segurança de jornalistas e na luta contra a impunidade.

A Unesco tem efetivado parcerias com os países, começando com quatro países pilotos, para apoiar suas iniciativas de aumento da segurança dos jornalistas. A Unesco também tem desenvolvido indicadores de segurança dos jornalistas, os quais estão sendo utilizados para fazer um levantamento da situação em sete países, para determinar onde são necessárias ações e que impactos têm sido obtidos. A Unesco continuará a promover a segurança dos jornalistas, tanto *on-line* quanto *off-line,* além de conduzir pesquisas sobre aspectos específicos das questões de segurança.

No novo ambiente da informação e da comunicação, a Unesco tem desempenhado papel importante no processo de acompanhamento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Transformação, dos anos de 2003 a 2013. Por meio do seu trabalho no processo da Cúpula, a Unesco tem promovido a visão das sociedades do conhecimento embasada em quatro pilares: liberdade de expressão, respeito à diversidade cultural e linguística, qualidade da educação para todos, e o acesso universal à informação e ao conhecimento.

Paralelamente ao seu trabalho no contexto do processo da Cúpula e fóruns relacionados – existem fóruns relacionados, como é o caso do Fórum de Governança da Internet, que, ano passado, foi sediado aqui, em João Pessoa, na Paraíba; esse fórum já existe há mais de dez anos, e o Brasil já recebeu esse grande evento mundial duas vezes –, a Unesco tem conduzido pesquisas extensivas sobre as oportunidades e os desafios para a liberdade de expressão na internet, por meio de uma série de publicações sobre liberdade na internet.

Atualmente, a Organização lidera uma pesquisa inovadora relacionada à segurança digital de jornalistas e ao papel dos intermediários da internet na promoção da liberdade de expressão. Esses estudos contribuirão para a criação e o compartilhamento de conhecimentos e melhores práticas nessa área de mudanças rápidas. Dessa forma, a Unesco continuará sendo um laboratório de ideias, contribuindo com recursos de informação de qualidade para a construção de sociedades de conhecimento inclusivas.

A Unesco trabalha em estreita cooperação com uma grande variedade de parceiros globais, regionais, nacionais, em parceria com governos, a grande família da ONU, outras organizações intergovernamentais, ONGs, empresas do setor privado, fundações e organizações da mídia.

A Unesco continuará a estar na linha de frente das iniciativas globais de promoção de um ambiente onde as mídias possam trabalhar livremente e em segurança.

Muito obrigado.

Aqui foi um começo simplesmente para abordar um pouco, deixar claro quais são os nichos em que a Unesco atua no mundo nesse tema. O mandato da Unesco da área de comunicação é exclusivo, nenhuma outra agência das Nações Unidas lida com esse conteúdo.

E a gente tem feito muito no mundo, mas no Brasil a gente tem tido certa dificuldade de fazer os trabalhos. Para vocês terem uma ideia, a cooperação técnica, que é um

instrumento que a gente utiliza para atuar nos países, a gente só conseguiu fazer a primeira parceria com governo três anos atrás, depois de muito... Eu atuo na Unesco há 15 anos e sempre foi uma dificuldade enorme. Inúmeros projetos a gente fez com o Ministério das Comunicações e nunca conseguiu chegar ao cabo, à assinatura. Mas, de fato, nos últimos três anos, a gente conseguiu avançar. A gente tem um projeto extenso com o Ministério das Comunicações, a gente atua em praticamente todas as Secretarias; projetos com a EBC, no qual a gente está tentando botar em pé ou discutir um centro de pesquisa aplicada em comunicação pública; e a gente tem uma parceria também com a Secom, com foco em capacitação das assessorias de comunicação.

A ideia, independente da orientação do Governo, era trabalhar as assessorias de comunicação do Governo buscando uma articulação e uma harmonização nos procedimentos de assessoria de comunicação em toda a Esplanada, de modo que pudéssemos também atuar neste nicho de comunicação governamental, apoiando com *cases* internacionais esse tipo.

Além disso, o grande desafio é acompanhar a questão da violação dos direitos humanos contra os jornalistas. Esse é um problema difícil que a gente enfrenta, acompanha. A Unesco faz uma estatística anual sobre esse assunto. Na área de comunicação e informação é o único tema em que a Unesco, a nossa diretora-geral, emite notas de desagravo, acompanha tudo o que acontece no mundo. Como eu coloquei aqui, foi criado o plano da ONU sobre segurança a jornalistas e a questão de impunidade. Não avançamos neste tema. Participamos do GT que a Secretaria de Direitos Humanos instituiu há dois, três anos, houve a conclusão desse relatório, do parecer da Secretaria de Direitos Humanos. Foi, de fato, para nós, a primeira vez que a gente percebeu uma vontade política de se trabalhar a questão, de se identificar de fato o que estava acontecendo. Esse GT foi criado a partir daquelas manifestações de junho e teve um resultado interessante. A Unesco participou e houve uma conclusão de se criar um observatório de comunicação, um observatório de segurança a jornalista que seria estruturado a partir de uma portaria interministerial.

Nós, Unesco, fomos no Ministério da Justiça, isso porque o trabalho foi realizado no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, mas deveria ser tratado no âmbito do Ministério da Justiça. Indo para o Ministério da Justiça o resultado desse relatório, buscamos articular a possibilidade de algo ser feito, porque existem várias reivindicações da sociedade civil organizada neste assunto, mas nada aconteceu. Fizemos várias reuniões, essa portaria não aconteceu.

Percebemos que a violação aos direitos humanos contra os jornalistas aumenta a cada ano: em 2013, foram cinco assassinatos; em 2014, mais cinco; e agora em 2015, sete – seis oficialmente, mas se fala de sete, oito. O fato é que, na estatística internacional, a gente fica no terceiro, quarto, subindo no *ranking*, junto com a Síria, junto com o Paquistão. Então, é um tema...

Trabalho no escritório da Unesco em Brasília, tenho que dar informações, reportar à sede o que acontece aqui e informo somente o que está acontecendo em termos de assassinatos. Mas também temos uma dificuldade de identificar se, sim ou não, o jornalista estava trabalhando, exercendo a sua função, além de acompanhar as discussões que este tema suscita no mundo.

Amanhã mesmo acontecerá um evento imenso na Finlândia, com participação de representantes do mundo inteiro, onde este assunto vai ser amplamente divulgado e as discussões todas relacionadas ao desenvolvimento da internet e todos os desafios que

existem, porque mesmo a categorização de violação dos direitos humanos somente com os jornalistas a Unesco já não aceita mais. E os *bloggers* estão incluídos nessa lista.

Então, o convite que foi feito eu vejo como uma oportunidade – eu gostaria de dividir isso com vocês – de dividir um pouco esse trabalho. A gente percebe que existem fóruns especializados no mundo de que o Brasil não participa, existem pesquisas que são realizadas sobre esse tema no mundo de que o Brasil também não participa e o que a gente tem feito é batalhar a questão da data. Então, chega a data, a sociedade civil organizada, o Artigo 19, a ONG e o pessoal da Abert fazem estatísticas. E essas estatísticas a gente tenta acompanhar, tenta fazer o acompanhamento do que está acontecendo. Agora, a gente acompanha como organização internacional, mas a gente não tem... O trabalho nosso é apoiar o Brasil nos temas do mandato da Unesco, mas esse tema é um tema em que a gente não tem muito apoio, tem normalmente a parceria do Artigo 19, que está conosco, e muitos desafios.

Eu sinto que, no Brasil, independentemente dessa estatística horrível, nós trabalhamos também com as questões de gênero, como vocês perceberam aqui. A gente tem feito pesquisa e percebe que o Brasil não está tão mal neste aspecto, quer dizer, existe uma certa equidade de gênero nesse setor, coisa que não é muito comum no mundo, em países do mesmo patamar de desenvolvimento econômico. Então, o Brasil tem alguma coisa para mostrar nessa área, mas é difícil a gente trabalhar e sentar em fóruns sobre a questão de violação de direitos humanos contra jornalista, pois o Brasil é um dos maiores violadores do mundo.

O recado eu acho que é esse, o que a gente gostaria de dividir. Estou aqui aberto a esclarecimentos.

Outro tema também que quero tratar antes de encerrar é a questão que eu falei, da alfabetização midiática informacional. A gente percebe também que é outra dificuldade incluir esses temas nos currículos das escolas, quer dizer, os dois temas: tanto a informatização, quanto a mídia, ou seja, a alfabetização para o acesso às informações disponíveis na rede, que a gente chama de alfabetização informacional, e a alfabetização midiática, que também não está contemplada nos nossos currículos, nos currículos do Brasil. Esse tema é desconhecido da escola. Existe uma resistência enorme em tratar esses temas. E, com o desenvolvimento das novas tecnologias, estamos falando de conjuntos de conhecimento extremamente estruturados e sofisticados e que não são de simples absorção. É muito importante que a educação tenha uma sensibilidade para com esses temas, porque o desenvolvimento está acontecendo, os desafios da sociedade contemporânea estão aí e a informação e a comunicação fazem parte essencial disso para o desenvolvimento dos países. Então, esse é outro apelo que a gente busca dividir.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, mais uma vez, Dr. Adauto Soares, por vir, tomando emprestado a sua expressão, trazer o recado da Unesco, a visão da Unesco acerca da liberdade de imprensa e, mais amplo, da liberdade de expressão.

Antes de colher as inscrições, registro aqui um comentário de Antonio Vizacori Filho, que mandou há pouco também pelo e-Cidadania: "A imprensa ou outro veículo de comunicação pode ter liberdade de expressão desde que atinja a sociedade como objetivo e não individualizada e partidarizada como estamos tendo. O jornalismo é uma atividade agraciada pelo universo só que individualizada pode gerar conflito cego."

Muito obrigado, Antonio Vizacori Filho.

Colho inscrições dos Conselheiros. (*Pausa.*)

Celso Schröder, Patrícia Blanco, Davi Emerich, Marcelo Cordeiro. São esses por enquanto.

Inicialmente, passo a palavra ao Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Queria parabenizar pela iniciativa que antecede o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa para fazer este debate. É um debate, como foi dito pelo Dr. Adauto, fundamental.

Queria também parabenizar e agradecer a presença do Dr. Adauto Soares, que representa a Unesco.

Queria fazer umas considerações do ponto de vista internacional, do ponto de vista nacional e da relação que a Unesco estabelece.

Sou Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e sou Vice-Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), que também estabelece relações com a Unesco. Aliás, na semana retrasada, estive em Bruxelas participando de uma reunião em que uma das partes do debate, uma das agendas, uma das pautas foi a relação estabelecida pela Unesco.

Uma queixa que aparece, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, e que foi expressa aqui de alguma maneira é uma preferência de relacionamento que a Unesco manifesta com alguns Estados nacionais, não com todos. Com alguns, há uma relação, e foi manifestado inclusive aqui, de crítica; com outros, não. A Unesco vive muito relacionada com alguns Estados nacionais no campo mundial e, principalmente, com as ONGs, organizações não governamentais que são, via de regra, financiadas por esses Estados e que estabelecem relações quase sempre a partir de um pressuposto liberal assentado sobre a ideia da liberdade absoluta, ou da liberdade absoluta de expressão ou da liberdade absoluta de imprensa, e isso cria problemas, por exemplo, no Brasil, aos quais vou me referir, e no âmbito internacional.

Internacionalmente, a FIJ, e posso expressar aqui, se ressente um pouco de uma mudança de relacionamento que estabelecíamos com a Unesco. Obviamente, a Unesco lidera essa questão internacional. Atribuímos a liderança à Unesco. No entanto, há uma mudança nos últimos tempos em que o relacionamento preferencialmente vai para as ONGs que, obviamente, não representam, nem numérica nem estatisticamente, de maneira nenhuma, digamos, o corpo majoritário dos trabalhadores na área de comunicação, e falo particularmente dos jornalistas. Isso cria problemas, inclusive na hora de fazer as estatísticas, os levantamentos etc.

A proposta a que o Dr. Adauto se referiu aqui foi a proposta da Fenaj. A Federação Nacional dos Jornalistas foi quem propôs esse observatório exatamente porque os números que circulam são completamente díspares, muitas vezes inflacionados, dependendo da ONG que queira faturar um pouco em cima, infelizmente, dos cadáveres, dos nossos cadáveres – sempre uso essa expressão para chocar efetivamente –, ou desinflacionados, de acordo também com interesses, às vezes, de Estados que não querem ser incriminados internacionalmente. Então, precisamos de um observatório no Brasil.

No âmbito internacional, também precisaríamos de um observatório com estas características, em que denúncias e casos fossem investigados efetivamente, primeiro, para ver se são casos de assassinatos no exercício da profissão, porque nessa inflação acabam entrando casos que não são e casos que são acabam ficando fora também, acusados, quase sempre levianamente, nos processos policiais de que aquele que foi

morto não o foi porque estava exercendo a profissão, mas porque estava envolvido com não sei com quem etc. É a primeira forma como aparece nos processos policiais. Via de regra, não se concretizam em processos judiciais e, portanto, perpetuam a impunidade.

Registro que os movimentos dos jornalistas sindicais do mundo, e falo aqui do Brasil, se ressentem de uma visão sobre liberdade de imprensa que não leva em conta efetivamente quem faz a informação. Ou seja, quase sempre a liberdade de imprensa, quando aplicada, resguarda a empresa de comunicação da qual o produto surge. Quase nunca pergunta se efetivamente naquela empresa o jornalista está trabalhando livremente, ou seja, se a liberdade de imprensa recai sobre o jornalista.

Falo do Brasil agora. Por exemplo, a Fenaj tem se manifestado, e se manifestou claramente, sobre o processo em curso no Brasil, em que identifica, e já foi lido aqui, com o apoio de todas as organizações de jornalistas sindicais do mundo que estão reunidas na FIJ, um processo partidário de cobertura jornalística que não só acolheu o golpe em andamento como patrocinou, durante dois anos, ou incrementou a partir de um olhar. Isso constrangeu os jornalistas. Isso impediu que os jornalistas dentro de suas redações exercessem livremente a sua profissão. Não vi uma manifestação internacional da Unesco sobre isso. Não vi nenhuma manifestação sobre o constrangimento que os jornalistas sofrem, sobre essa violência cotidiana no seu trabalho.

Resguarda-se do extremo da morte, no limite, e obviamente tem que ser denunciado, identificam-se eventualmente censuras aqui e acolá em governos quando são patrocinados ou denunciados a partir da grande imprensa, mas não identificam... Não estou nem pedindo que a Unesco se alinhe à posição dos jornalistas no âmbito internacional, que foi o que a FIJ fez. Gostaria que a Unesco perguntasse como estão se sentindo os jornalistas do ponto de vista da liberdade de expressão, neste momento, em um país em que o jornalismo está no centro da articulação do chamado *impeachment*. A Fenaj diz que, se o *impeachment* não tem crime, é, portanto, um golpe, e o identificamos como tal. Golpe ou não, nos parece que o jornalismo sai extremamente prejudicado neste período no Brasil. Não é a Fenaj que está dizendo, nem mesmo as organizações de jornalistas do mundo. Quem está dizendo isso e identificando são os grandes jornais do mundo.

Os grandes jornais do mundo estão dizendo que não é possível um jornalismo que atue com tal grau de partidarização, tal grau de alinhamento partidário. Ou seja, isso destrói a esfera pública brasileira, isso mina a democracia ao limite. E eu gostaria de ouvir que o ente internacional eleito para a proteção da liberdade de imprensa, portanto da liberdade de quem produz o jornalismo, que é o jornalista, algum tipo de manifestação em defesa desse ser, desse trabalhador, desse cara que produz isso, independentemente das posições. Ou seja, está sendo possível exercer isso, ou é uma construção avassaladora de uma verdade que se torna quase que inevitável, quase inquestionável no País?

Era nesse sentido que eu queria...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª se manifesta sobre a ponderação? Penso que o ouvimos e, depois, seguimos com o debate. Pode ser?

O Conselho está de acordo com essa sistemática?

Dr. Adauto.

O Schröder sempre provocador. Ainda bem que o é.

O SR. ADAUTO SOARES – Exatamente.

Nós estaremos lançando amanhã, estará disponível, uma publicação sobre as tendências mundiais sobre a liberdade de expressão e o desenvolvimento da mídia. E são questões fundamentais a liberdade, o pluralismo e a independência da mídia. A questão levantada diz respeito a isso, à questão da independência. Sobretudo no que diz respeito a nossa bibliografia, aquilo que a gente prega nos nossos *guidelines*, de fato, a mídia deve ser independente, os jornalistas não devem receber pressões externas sobre o seu labor, sobre o seu fazer. Mas o que acontece com relação ao Sistema ONU é que buscamos uma certa independência também no sentido de acompanhar o que acontece nos países-membros, não numa postura de afirmar ou de negar.

O sistema das Nações Unidas que vive no Brasil acompanha a maturidade democrática dos Estados-membros. É essa a orientação que temos. Quer dizer, manifestações contra ou a favor do que esteja ou não acontecendo dentro das redações, acolhemos as denúncias e, dependendo, elaboramos notas de desagravo. Mas o que está acontecendo no Brasil o Sistema ONU está acompanhando. Essa é a orientação. Agora, quando acontece uma violação dos direitos humanos, aí não. Só saltam aos olhos os problemas que estão acontecendo.

As questões de pluralismo e as questões de liberdade e independência da mídia e dos profissionais da mídia são temas estudados, acompanhados. Existe um acompanhamento do que acontece dentro dos países. É essa a orientação que temos e é assim que nos portamos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Antes de passar a palavra ao próximo Conselheiro, registro mensagem encaminhada a nós por Lúcia Helena Mendes Pereira, que diz assim:

> Não tratem a liberdade de imprensa como liberdade de expressão. Só isso já faria diferença na criação de políticas públicas da comunicação social voltada para a sociedade. Liberdade de imprensa confundida com liberdade de expressão é armadilha que visa a – entre aspas – "liberdade de empresa".

Essa é a mensagem que nos encaminha pelo e-Cidadania Lúcia Helena Mendes Pereira, a quem agradeço.

Passo a palavra à eminente Conselheira Patrícia Blanco, que sabe tudo desse assunto...

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Antes fosse, Sr. Presidente. Antes fosse.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ... e que nos tem encaminhado material farto, coleção muito consistente a respeito do tema liberdade de expressão.

Muito obrigado.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Muito obrigada.

Dr. Adauto, obrigada pela sua presença, pelos esclarecimentos.

Eu queria cumprimentar a Unesco por essa data. Vejo o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa como fundamental nessa batalha diária e cotidiana que vivemos na defesa da liberdade de expressão.

Vejo também que, nos últimos anos, o Brasil passou, tem passado, tem experimentado uma intolerância acima do ponto em relação a jornalistas, inclusive mostrados em relatórios como o da Fenaj, que nos apresentou aqui em fevereiro passado, mostrando que o público não está aceitando a pluralidade ou o pluralismo de

ideias, e isso é muito grave porque inibe a liberdade de expressão e também a liberdade de imprensa e o fazer do jornalista, a atuação jornalística.

Então, vejo nesta comemoração do Dia Mundial da Imprensa um fator fundamental para que alertemos a população sobre esses riscos que a liberdade de imprensa corre não só no Brasil, mas no mundo.

Falando do Brasil, salta aos olhos essa questão de ataques contra os jornalistas, de ataques contra veículos de comunicação, muitas vezes impedindo o livre exercício da profissão. Então, nesse sentido, vejo que é fundamental que todos nós, Conselho de Comunicação Social, entidades da sociedade civil, entidades patronais, sindicais, estejamos juntos com a Unesco reforçando essa defesa da liberdade como fundamental para a democracia.

Por isso, parabenizo a Unesco na sua pessoa para que possamos continuar atuando na defesa da liberdade de expressão no Brasil e no mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguma consideração? Se o senhor for fazer, eu queria...

O senhor fez uma referência que confesso que me assusta um pouco. V. Exª fez referências à Síria e, se não me engano, ao Paquistão, duas regiões que, notoriamente, vivem conflitos sociais gravíssimos, e os nossos números se equiparam aos da Síria, em especial, um país que vive uma guerra civil brutal e terrível.

O SR. ADAUTO SOARES – A Síria lidera, há dois ou três anos, essas estatísticas. Este ano vai ser muito comentada, amanhã, a questão do ataque à Revista Charlie Hebdo, que aumentou, dentro da França, para nove o número de mortos, só que o Brasil, por sorte – eu tenho acompanhado – não ficou tão falado. Nos outros anos, isso ficou mais evidente, porque há uma escalada de violência no mundo inteiro. É isso que estamos identificando.

E também, Patrícia, a Unesco não acompanha todas as violações dos direitos humanos, só os homicídios. Claro que sabemos que os relatórios que chegam até nós são supercompletos. Aumentaram também as diversas formas de violação de direitos humanos: ameaças, sequestro, todo tipo de intimidação. Há uma gama de tipificação desse tipo de violação, e a Unesco não entra nesses detalhes. Fala, acompanha, mas o nosso foco são os assassinatos, porque eles saltam aos olhos e são um indicador que a gente não pode deixar passar. Mas é isso. Infelizmente, essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eminente Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Sr, Adauto, agradeço a presença do senhor, da nossa amiga Ana e de todos os jornalistas da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ana Lúcia Guimarães.

Muito obrigado pela presença.

O SR. DAVI EMERICH – Ana Lúcia Guimarães, que deu e tem dado uma grande contribuição, como jornalista, quando militou, e agora, atuando ao lado dessas entidades importantes aí.

Fora o conceito de golpe, eu concordo plenamente com as avaliações do nosso amigo Schröder sobre a questão da instituição e o papel importante que ela tem, que é insubstituível – ninguém que substituir uma entidade como essa –, mas é inegável que elas têm um alinhamento muito grande tanto com os Estados fortemente estabelecidos, não com todos eles, e também com os grandes grupos de mídia, o que a gente também compreende, mas isso limita realmente a ação dessas instituições. Eu acho que a gente

vive num mundo... Sobre essa questão da violência, em que a instituição atua muito fortemente...

Você levantou essa questão do Observatório. Eu acho, Presidente, que essa é uma área em que o Conselho tem de discutir uma presença mais intensa. Por quê? Somos um organismo que está consagrado na Constituição brasileira. Então, ele tem uma vida permanente. Embora tenha tido alguns percalços, nos últimos anos, de reeleição e tal, ele vai ser uma entidade permanente no Brasil. Então, acho que o Conselho de Comunicação Social tem de estar muito articulado com a criação desse Observatório. Daí aquela pergunta que eu fiz a você – você ficou de trazer informação – sobre se nós poderemos participar como Conselho na construção desse Observatório. Inclusive, eu acho que os nossos espaços no portal aqui têm de ser utilizados para dar grande divulgação a isso aí.

Então, é um assunto que eu acho que o nosso Conselho tem de discutir de forma mais tranquila, até porque nós somos uma instituição permanente, estamos previstos na Constituição brasileira. Ou seja, dificilmente o Conselho de Comunicação Social vai ser extinto. Então, acho que é uma área em que a gente pode crescer muito.

O que me preocupa muito na questão da liberdade de imprensa – a nossa internauta Lúcia Helena tem muita razão nisso aí – é que ela está com um grau de complexidade que está difícil de ser alcançado. Por exemplo, ela se sustentou ao longo do tempo... Quando o jornal não paga o imposto do papel e tem uma série de outros benefícios, isso vem no sentido de ajudar a criar um modelo de negócio para que a liberdade de imprensa possa se plasmar de forma aberta sem uma intervenção direta do Estado tanto no Brasil como em qualquer outro lugar.

Agora, no mundo de hoje, com as novas tecnologias, me parece que está faltando essa discussão. O Schröder fala muito, realmente, nesse espaço exagerado de ONGs dando veredictos de acordo com seu interesse – eu concordo plenamente com isso –, mas as entidades representantes de jornalistas também já não conseguem representar os jornalistas e nem proteger a liberdade de imprensa no seu todo. E vão representar cada vez menos. Ou seja, hoje você tem uma massa de gente produzindo informação... E aí nós temos dois problemas. E a instituição de que o senhor participa intensamente vem trabalhando em torno disto. Um é a qualidade e a credibilidade da informação, porque hoje, por exemplo, o IG, da Globo, dos jornais são portais que, apesar de estarem sustentando uma mídia velha, porque são mídias velhas, de 30, 40, 50, 60 anos, e a história é isso... Quer dizer, as estruturas vão envelhecendo e não têm condições de acompanhar a modernidade. Quando acompanham a modernidade, elas vão pegando a modernidade apenas pelas orelhas. Como elas não têm condições, pelo modelo de negócio que são, de se acabarem para fazer uma coisa absolutamente nova, então elas não conseguem entrar na modernidade de cabeça e alma, vamos dizer assim, ao contrário dos cidadãos comuns, que entram de cabeça e alma, até porque não têm capital nenhum. O único capital é a sua criatividade. Esses, então, entram de cabeça e alma.

Então, apesar de tudo isso, os portais que têm credibilidade são os das instituições, porque há um monte de blogues aí que viraram mercado persa, sem nenhuma crítica a povo nenhum. Ou seja, você não tem noção da credibilidade dessa informação.

Então, duas questões que eu gostaria de saber sobre o que vem sendo feito em nível mundial. Primeiro, além desses observatórios sobre segurança, o que está sendo feito em nível mundial no sentido de se assegurar a credibilidade da informação? Há observatórios sendo criados... E falo que tudo isso é por fora do Estado. Acho que, na hora em que o Estado entra nisso, a coisa não funciona. Há algumas coisas interessantes, algumas coisas autossustentáveis que estão crescendo no mundo no

sentido de criar instrumentos para que o cidadão possa fazer a diferença da informação que está sendo herdada no sentido da credibilidade?

O senhor já adiantou alguma coisa nesse sentido, esses diálogos e tal, saber ler o jornal, saber ver uma TV... Lá na Comunicação a gente estudava isso. O problema hoje não são mais a TV e o jornal, mas as informações que estão num universo ilimitado. O que está sendo feito sobre isso em nível mundial? Seminários, encontros, modelos que estão sendo criados.

A outra coisa é a seguinte: nós tivemos, no século XIX, centenas de jornais no Brasil em que o intelectual fazia o jornal, escrevia, fazia, imprimia e distribuía a tiragem de exemplares, de duzentos, trezentos exemplares. Depois, veio a mídia. Ela foi se tornando monopólica, muito cara, veio a impressão... Ela ficou tão cara, tão cara, que o cidadão foi retirado desse processo. Esse cidadão agora volta a esse processo.

Então, o que está sendo feito também em nível da instituição, em nível mundial, de pensar novos modelos de negócio? Aí há a ideia do empreendedorismo no sentido pegar todo cidadão que está localizado, que está atomizado lá no interior do Mato Grosso, Arenápolis, está atomizado lá em Lagarto, onde um juiz tomou a decisão de tirar o WhatsApp do ar, e incentivar a sua criatividade do ponto de vista do humor, que, na estrutura das mídias tradicionais, não tinha a mínima possibilidade de se manifestar e hoje se manifesta no espaço da sua casa. Ele cria humor e tem, em pouco tempo, um milhão, dois milhões, três milhões de visitas e visibilidade e tal.

Então, há alguma discussão sobre novas plataformas de negócio em torno da liberdade de imprensa que envolve o cidadão atomizado? Isso está sendo preocupação da instituição?

O SR. ADAUTO SOARES – Com certeza. Esse setor de comunicação e informação dentro da Unesco... A Unesco é uma organização que tem como carro-chefe a educação, a cultura, as ciências naturais e sociais e a área de comunicação e informação. Na área de comunicação e informação, a gente trabalha com os outros eixos naquilo que diz respeito à inovação. Então, aqui, no Brasil, a gente é chamado para tudo que é feito em termos de inovação e educação. E, com relação às discussões sobre a internet, os fenômenos da internet, os eventos que a Unesco tem proposto, todos eles, trazem esse assunto, todos os eventos em que nós estamos trabalhando no setor de comunicação e informação. Eu falei do IGF, um grande evento de gestão da internet, como se discute. Isso aconteceu aqui, no Brasil, no final do ano passado.

E os desafios são enormes, os desafios éticos sobre qual é o limite dessa liberdade. As questões de ódio, a cultura do ódio na rede por conta dessa liberdade é outro problema que estamos enfrentando e discutindo.

Então, o que está acontecendo hoje – a literatura sempre fala – é um momento de transição. É um momento de transição onde a gente tinha modelos de negócio que funcionavam de determinada forma, de modo estável, e, com a grande rede, tudo isso saiu do lugar. Os novos modelos de negócio estão sendo discutidos e estruturados.

A gente tem alguns fenômenos do tipo curadoria da internet. Então, você cria uma base de dados e faz curadoria. Há alguém que entra e certifica aquela base. Então, você tem bases com conteúdo selecionado, e, normalmente, você escolhe alguma instituição para fazer essa certificação. A certificação de conteúdos na internet é algo que tem acontecido, mas o custo disso é imenso, porque a quantidade de informações também é imensa. Então, essa é uma tendência que a gente tem identificado.

Temos identificado também uma coisa que, por um lado, parece ser interessante, mas, por outro, também demanda muita avaliação e acompanhamento, que é a

colaboração. Fala-se muito de colaboração na internet e nas redes. Por um lado, é interessante? É, mas acompanhar essa produção também é complexo.

Então, o que está acontecendo – e você colocou muito bem – são inúmeros desafios, porque a rede possibilitou muitas vozes. E fazer a seleção disso custa. O custo são recursos.

Eu tenho participado de inúmeros projetos não só aqui, mas também fora. Muitas vezes, o Brasil lidera nesse assunto, porque, quando o assunto é criatividade, o brasileiro sempre consegue trazer algo interessante. Então, a gente tem levado para fora modelos interessantes de educação na internet. Só que, se você olhar os indicadores do CGI – a gente acompanha muito as pesquisas do Comitê Gestor da Internet no Brasil, instituição que temos que faz pesquisas sobre o uso da internet –, você vai ver que as estatísticas, por exemplo, do TIC Domicílios mostraram que a população brasileira diminuiu o interesse na internet para pesquisa e educação e aumentou, enormemente, para, sobretudo, entretenimento de maneira geral e compras. É aí que está o interesse das pessoas.

A questão de você ir para a internet para informação é algo questionável.

Ou seja, resumo: por um lado, a gente percebe que é uma rede que incita as pessoas a produzirem coisas produtivas, construtivas, transformadoras, mas, por outro lado, não, ela pode ser subutilizada pela maior parte da população. Então, também há isso. Quer dizer, a gente sente que existe um interesse muito grande de jogar muito investimento aí, mas muitos investidores têm certo cuidado, ...porque a gente não sabe direito qual vai ser a verdadeira...

A internet e a grande rede vão possibilitar avanços e liberdades ou mais escravismo, mais diferenças, mais divisões? Isso é uma questão filosófica que é posta, porque não sabemos.

O SR. DAVI EMERICH – É, porque o problema que temos... Por exemplo, os organismos internacionais ligados à ONU e às grandes mídias sempre vão trabalhar muito com a ideia da transição. Só que estamos em um momento em que, pegando um conceito geral que ele coloca... Tem que se trabalhar transição? Tem que se trabalhar transição, mas tem a dimensão da ruptura, que não tem nada a ver com a tradição das mídias. Então, você tem um movimento enorme de ruptura.

O SR. ADAUTO SOARES – Verdade.

O SR. DAVI EMERICH – Não é rompendo com a liberdade de imprensa, mas a ruptura como modelo de negócio.

O SR. ADAUTO SOARES – Exato.

O SR. DAVI EMERICH – Então, como responder a esse universo, que é imenso? Como trabalhar isso? Como orientar isso? Como criar parâmetros jurídicos para isso? Como criar mecanismos de relação com o mercado para isso? Daí as ideias de propaganda.

Por exemplo, nos Estados Unidos – não estou muito a par disso –, já é possível se criar um blogue. A pessoa se registra na Bolsa de Valores, alguns fundos são autorizados para investir em iniciativas pioneiras de ruptura também.... Como isso está sendo discutido? Isso, para nós, é importante.

O SR. ADAUTO SOARES – Claro.

No ano passado, houve a criação de uma relatoria especial da ONU em privacidade, direitos humanos em privacidade. Isso foi muito festejado na Unesco por essas questões, porque, com o avanço da rede, os direitos dos consumidores começaram a ser violados. Ou seja, a questão da privacidade. E a questão da privacidade se choca diretamente com

a questão das liberdades também. Então, para se ter uma ideia, a gente está no momento em que é preciso saber como lidar com esses conceitos, com os direitos individuais na rede dentro de um ambiente que é, aparentemente, aberto.

Estudando para esta apresentação, ocorreu-me um conceito com que a Unesco está muito preocupada, que é o da filtragem e censura dos buscadores e dos provedores da internet. Isso é um fenômeno que já está acontecendo. Ou seja, aquilo que a gente pesquisa já foi filtrado. Há países que fazem esse controle prévio. Então, você não consegue acessar porque os provedores, o que a gente chama de intermediários... Eu falei um pouco sobre isso na minha apresentação. Agora existe uma censura privada – não é pública, mas privada – dos gestores da internet.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E é prévia?

O SR. ADAUTO SOARES – É prévia, porque são filtros que existem. Quando você faz a consulta, já não são visíveis, por aquele buscador, determinados conteúdos.

O SR. DAVI EMERICH – Ou, então, é jogado lá na ponta, na milésima parte.

O SR. ADAUTO SOARES – É, para você não ver.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Há isso no Brasil?

O SR. ADAUTO SOARES – Não, não tenho informação. As publicações que estou lendo são informações gerais. Existem de maneira geral, por grupos econômicos...

O SR. DAVI EMERICH – São *sites* patrocinados. Os *sites* patrocinados, normalmente, trabalham nessa direção. Eles vão levantando aqueles que estão pagando alguma coisa para os portais, e aquela informação que vem pública vai sendo empurrada para a fila, e você não vai chegar a ela nunca.

O SR. ADAUTO SOARES – Exato. E por aí vai. Por quê? Porque os buscadores e os provedores são privados. Alguém paga essa conta.

Então, são questões desse tipo. Quer dizer, privacidade, censura prévia e que estão dentro desse lugar das perguntas que você me trouxe, entendeu?

É, realmente, um momento complexo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Conselheiro Davi, V. Exª, no início da sua manifestação, falou que entende que esse colegiado deveria aprimorar e insistir no debate desse tema. Evidentemente, compete a nós mesmos fixarmos as nossas pautas e estabelecermos, claro, no âmbito das competências e das características do Conselho, o nosso *modus operandi*, a nossa forma de discutir os temas, e esse tema é um tema que está na nossa pauta, está, eu diria, em cima da mesa, está na nossa agenda cotidiana. Nada impede, portanto, que V. Exª ou qualquer outro Conselheiro ou Conselheira faça uma sugestão para que voltemos a ele, sendo prático quanto a sua sugestão.

Eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de elogiar essa iniciativa de ter a Unesco conosco, não só com o Dr. Adauto Soares, mas com a nossa colega Ana Lúcia Guimarães, jornalista como nós, que entende muito do assunto, e de dizer, Dr. Adauto, que eu achei muito interessante – e gostaria de um pouquinho mais de informação sobre isto – a questão, como o senhor falou, da alfabetização midiática, até por conta de uma pergunta, a primeira, feita pelo Conselheiro Schröder.

É importante que se saiba... Por exemplo, o companheiro Schröder, o Conselheiro Schröder viu aí a história da imprensa e também dos veículos de comunicação tendo uma posição com relação a uma questão política no País, e nós, aqui, fazendo parte de um conselho de comunicação – entendemos de comunicação –, podemos, ou não, chegar a

essa conclusão do companheiro Schröder, ou não, mas o grande público realmente precisa de um pouco mais de informação, até para ter isso.

É claro que a informação é sempre classificada pelas pessoas como aquilo que lhes agrada ou não. Quando não agrada, a pessoa acha que está errado. Uma das maiores vítimas das informações que não agradam deve ser mesmo a TV Globo, porque, como é a maior de todas, é a que deve levar mais pau, porque, quando não agrada alguém, a TV Globo está errada, assim como o SBT ou a Record, e por aí vai.

Sobre essa alfabetização midiática eu gostaria de ter um pouco mais de informação, porque acho que é uma boa solução, e, pelo que eu entendi, o senhor depende um pouco da boa vontade do Governo para isso.

O SR. ADAUTO SOARES – Isso

Nós nos dedicamos muito a esse assunto, é um tema em que trabalhamos junto com o setor de educação, mas existe certa confusão. Há dificuldade de trabalhar os conceitos relacionados a esse tema, e, historicamente, o Brasil tem um desafio adicional, que é o fato de o setor de educação brasileiro ser a última fronteira da informatização. Nenhum outro setor da economia brasileira tem esse *gap* de desenvolvimento no uso de tecnologias. Quer dizer, ainda convivemos com escolas sem luz elétrica, com escolas que não sabem, com professores que nunca entraram em contato com um computador. Por quê? Porque o sistema educacional brasileiro não avançou nesse assunto. É um tema sobre o qual muitos pesquisadores hoje estão se debruçando para saber por que que isso aconteceu, porque realmente é algo que exige uma explicação. Tem, a gente consegue vislumbrar algumas. Algumas explicações têm a ver com filosofia, com ideologia das categorias envolvidas, da escola, dos pedagogos e da forma de entender o que é o aluno, qual é a vocação do ensino brasileiro, porque se pensa em formar o aluno para a vida, não para o mercado. Tem um pouco esse lado.

Há uma questão que diz respeito a uma dificuldade de entrosamento técnico entre o setor de tecnologia e os pedagogos. Há esse componente, que é forte. Esse final de semana, eu estive em dois lugares em que realmente não há, as conversas não fluem, porque falta um tradutor entre o técnico de tecnologia e o professor, e as redes não investiram nessa área. E, junto com isso, houve uma ruptura imensa com uma discussão de *software* proprietário e *software* livre no momento em que a educação brasileira começou a deslanchar. Aí, ela parou. Isso foi nos anos 2000, no começo dos anos 200). Em 2003, por aí, começou esse assunto. E quem mais foi prejudicado com esse assunto foi a escola.

Então, hoje a gente tem desafios de toda ordem, as tecnologias estão cada vez mais sofisticadas, e a escola não está incluída. Essa é a questão. A escola pública brasileira e, muitas vezes, também a escola privada não estão incluídas. As privadas só estão incluídas para prestação de contas para os pais, mas não com os seus processos de ensino e aprendizagem modernizados.

Então, nesse cenário, falar de comunicação e informação, falar de alfabetização midiática formacional, esse é o grande desafio. Quer dizer, a gente não consegue implantar um projeto-piloto desse tema no Brasil. A gente tem uma dificuldade enorme, porque há uma dificuldade... Certa vez, quando eu falei esse termo com uma secretária de educação, ela "hã?" E era uma secretária de primeira, internacional. Não vou citar seu nome. "O que é isso?" Isto, uma secretária de educação. Quer dizer, é um tema que...

Então, as dificuldades têm a ver também com as questões de como estão estruturados os currículos, porque não permitem a inclusão de mais nada. Então, são

conteúdos imensos, são conteúdos de complexidade que requerem horas-aula e não podem ser incluídos.

Então, com essa reformulação do currículo, está todo mundo esperando uma possibilidade de podermos tratar esse assunto. Então, o currículo é um problema. A questão do livro didático é outro problema, porque a gente sabe que ele nivela, mas é um dilema. Por quê? Nas escolas muito carentes, o livro é a bússola. Se você tirar o livro, acabou tudo, você não tem nada, nem... Nada. Você não tem educação nenhuma.

Então, por um lado, o pessoal da tecnologia fica questionando o livro, mas, por outro lado, não é possível, porque existem realidades em que ele é a única coisa, a única tecnologia que existe ali para orientar.

Então, essa é a questão. Para nós, para a Unesco, é claro... Disseminamos, inclusive, que os alunos aprendam a codificação, que é algo que muitos educadores abominam. Mas nós batalhamos por isso. Todo tipo de desenvolvimento tecnológico pelos alunos do mundo é mais que bem-vindo. Para nós, é assim. Apoiamos todo tipo de desenvolvimento. Fomos atacados quando falamos de celulares pela primeira vez nesse assunto. Fomos muito atacados, mas falamos, porque os celulares estão na mão das pessoas, os computadores estão na mão das pessoas. Então, é isso. Quer dizer, esse é um tema que é difícil para nós.

Antes da Alfabetização Midiática e Informacional, a gente... A Unesco atua no mundo através da disseminação. Uma das formas é esta pela qual estou aqui hoje, que são as datas mundiais.

As datas mundiais são criadas pelo Sistema ONU justamente para chamar a atenção para temas que são relevantes. Há essa data e a data... Dia de Finados é no dia 2 de novembro. Em 2 de novembro também foi criada uma data que é o Dia Mundial da Impunidade. A gente ainda não fez nada nessa data no Brasil. Mas essa é uma data fundamental. E a Unesco nos cobra, a nossa sede nos cobra tanto o 3 de maio quanto o 2 de novembro, que é quando se cobra pelos crimes, a resolução dos crimes.

Então, uma forma é pelas datas. A outra forma de atuação da Unesco é estruturando currículos mínimos. Há um currículo mínimo de jornalismo.

A gente percebe, historicamente, que, nos países que estão por um caminho de ditadura, os cursos de Jornalismo tendem a ser infantilizados, a ter sua complexidade diminuída.

Então, a Unesco também percebeu uma variedade muito grande, uma inconstância em termos de qualidade nos cursos de Jornalismo. Então, ela criou um modelo. Esse modelo tem sido adaptado, e a gente fomenta o ensino do Jornalismo com determinado padrão a partir desse currículo.

E, para a Alfabetização Midiática e Informacional, a gente também criou um currículo de formação de professores para essas competências.

A gente criou um primeiro, que eram padrões de competência para os professores. Esse primeiro foi supercriticado no Brasil e na América Latina por ser muito focado no mercado de trabalho, por incrível que pareça, porque foi feito pelos Tigres Asiáticos, pelos chineses. Jogaram muita energia na estruturação desse currículo, que foi muito criticado.

E agora a gente tem essa nova alternativa: continua lá o currículo, que aumenta os padrões de competência no uso de novas tecnologias para professor – existe essa matriz –, e foi criada uma outra, com outro nome, com outra metodologia, mais do setor de comunicação, porque o outro estava mais para o lado de tecnologia e educação. Este é mais midiático.

Estamos tentando, no Brasil, falar sobre ele junto às universidades. Neste ano, agora, resolvi mesmo inserir... Tenho falado muito nas grandes redes de São Paulo, em algumas universidades públicas... A USP está envolvida, a Federal do Triângulo Mineiro também...

O Professor Ismar Soares, que sei que faz parte desse Conselho, está com a gente; é uma pessoa muito próxima, com quem a gente trabalha. Ele tem uma linha filosófica um pouco diferente, mas apoia, porque sabe da dificuldade.

No Brasil, esse assunto retrocedeu. Nós tínhamos o Rádio-Escola no MEC, tínhamos o ProInfo, tínhamos a Secretaria de Educação a Distância, que foi extinta.

O que aconteceu no Brasil é que nós andamos para trás nessa agenda. Nós andamos para trás, porque o foco ficou muito na questão da inclusão, independentemente da qualidade da educação. Isto foi o que de fato aconteceu: a inclusão. O foco é a inclusão. Há uma cobrança do Brasil com relação aos indicadores de inclusão, porque não existem educadores da Educação nesse sentido. Então, o foco é a inclusão. Mas não foi... E foram deixando de ser, ao longo de 10 anos, prioridades a modernização e a inclusão das escolas, a inclusão digital das escolas.

Colocar a culpa no professor é o fim! Sou completamente contra isso. A Unesco não vê que seja essa a razão. De fato, quem não se modernizou, quem não ficou atento a essas questões foram as grandes redes de educação do País.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A Conselheira Patrícia Blanco pede a palavra mais uma vez.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Só, rapidamente, a título de informação, temos programado, para o dia 7 de novembro, um seminário aqui, no âmbito do Conselho de Comunicação Social, proposto pelo nosso Conselheiro Ismar, justamente para tratar desse assunto de comunicação ou de comunicação midiática, inclusive aproveitando a vinda de um representante da Unesco. Então, teremos a possibilidade de avançar também nesse tema, nessa discussão. Acho que vai ser bastante interessante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós não temos data definida ainda?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Dia 7 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ah, sim. Definimos. Perdão.

O SR. ADAUTO SOARES – Quem vem é o Dr. Alton Grizzle, para um evento que nós estamos organizando na USP. Eu sou superfavorável a que ele venha para falar desse tema dos desafios que nos estão impostos por conta dessa temática.

Com relação ao esclarecimento. Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A liberdade de expressão é um conceito mais amplo, e aqui a gente trabalha... A liberdade de expressão se articula com a liberdade de imprensa e com o desenvolvimento da mídia nos países. São os dois articulados.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselheiro Celso Schröder também pede a palavra novamente?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Muito rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu queria fazer uma proposição e, depois, dois comentários.

A proposição é... Na linha do que o Conselheiro Davi anunciou, não sei se é possível, mas acho que poderíamos estabelecer uma relação mais formal com a Unesco, estabelecer um protocolo, um convênio, alguma coisa, para que pudéssemos formalmente, quem sabe, produzir algum projeto ou alguma coisa nesse sentido.

Essa é a proposição que eu queria fazer.

Eu queria fazer dois...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas, Sr. Conselheiro, fico nesta. Em primeiro lugar – vamos por etapa –, como fazê-lo? V. Sª se encarrega de sugerir o modelo, talvez a interlocução com o Dr. Adauto?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso. Estabelecendo uma interlocução, acho que podemos...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E nos trazer, porque, senão, a ideia fica perdida no tempo, registrada nos nossos anais, mas sem efetividade.

V. Sª fica encarregado de fazê-lo.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Correto. Estabelecemos um contato e fazemos. Eu me proponho a fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Fica assim decidido, se não houver objeção do colegiado.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Deixe-me tomar nota, para estabelecer contato.

A segunda e a terceira eram sobre a questão da... Eu queria discordar do que foi dito sobre a questão do ensino no Brasil. Não vou entrar no debate do ensino em geral, dos níveis que o MEC estabeleceu... Não vou entrar. Vou entrar na questão do jornalismo no Brasil.

Nós acabamos de aprovar as diretrizes curriculares no Brasil, que são o currículo mínimo da Unesco, muito, muito discutido no Brasil. Portanto, não é um currículo exógeno, que trazemos para cá.

É um currículo muito discutido. Durante muitos anos, três, quatro anos, foi muito debatido e traz elementos muito contemporâneos, de garantir a tecnologia, o acesso e a utilização da tecnologia, obviamente, sem ignorar os elementos críticos que um curso de comunicação precisa ter, portanto a dimensão humanística das cadeiras. E, obviamente também, porque é um curso de formação profissional, olha a possibilidade e a necessidade que cada aluno busca num curso desse tipo.

Então, eu não concordo. Acho que o Brasil avançou muito nessa área – na educação de maneira geral eu também acho, mas não vou entrar nesse debate – da comunicação e, particularmente, do jornalismo. Até porque essa proposta vencedora é originária também da Federação Nacional dos Jornalistas. Então, tenho que defendê-la obviamente.

Sobre a questão da alfabetização de mídia, Dr. Adauto. Essa proposta está contida, por exemplo, num dos quatro eixos do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), originário da Fenaj. A Fenaj propôs a criação desse fórum. E lá está a constituição de leitura crítica da mídia.

A dificuldade não vem do Estado. A dificuldade de implementar leitura crítica da mídia vem das empresas de comunicação. Ou seja, as empresas de comunicação, de uma maneira geral, são avessas à ideia da leitura crítica.

O que elas enxergam como alfabetização de mídia? E, quanto a isso, nós temos diferenças, que é a utilização de jornais ou programas de televisão para incrementar, ou seja, estimular o deleite das crianças de manusear um jornal. Para nós, isso não é leitura crítica de mídia. Ou seja, leitura crítica de mídia é conseguir entender os mecanismos que estão por trás. Entender os mecanismos que estão por trás da posição de notícia no Brasil hoje seria importantíssimo...

O SR. ADAUTO SOARES – Claro!

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Seria fundamental, e, talvez, nós não estivéssemos na situação que estamos aqui, conforme eu iniciei esse debate.

Então, eu queria saudar essa iniciativa e propor aqui, já que temos representação tripartite neste Conselho, que nós nos debruçássemos sobre isso. Ou seja, as empresas aqui representadas, aqui aglutinadas – os jornalistas, os radialistas, os comunicadores e a sociedade civil – que incentivássemos isso, que junto com a Unesco pudéssemos produzir efetivamente por dentro do ensino formal... Mas também não precisa ser necessariamente no ensino formal. No ensino formal, acho interessante; ou seja, transversalmente, não precisa ter cadeira crítica da mídia, o que obviamente me pareceria uma impertinência, mas poderíamos transversalmente garantir esses conteúdos. E acho que poderíamos promover isso e, através das nossas organizações – aí acho que a Unesco tem um papel fundamental –, eventualmente massificar, quem sabe, seminários e cursos nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. ADAUTO SOARES – Dr. Celso, acho que não me fiz claro. Em nenhum momento eu questionei a qualidade do ensino superior de comunicação no Brasil, de modo algum.

Pelo contrário, estou a par de como o Brasil e a Academia Brasileira têm interesse nisso. Está atualizada, debruçou-se nessa análise e teve também como referência o modelo curricular proposto pela Unesco e que está além. Isso, inquestionavelmente.

As discussões também sobre as questões relacionadas ao nível superior, à formação dos jornalistas, isso é inquestionável. A Unesco tem os departamentos de comunicação no Brasil em altíssimo nível. Temos, inclusive, uma cátedra nessa área.

A questão colocada aqui foi com relação à educação básica nos temas comunicação e uso de novas tecnologias e acesso à informação.

Concordo: acho que a gente pode trabalhar identificando que instrumentos podem ser utilizados para fazer essa parceria. Nisso, a gente pode avançar, e sou muito satisfeito com essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Que bom.

Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria fazer uma curtíssima intervenção, contando uma historinha desse fim de semana. Eu tenho nove netos, e um neto de 14 anos estava comentando uma discussão que houve na turma dele disse: "Vovô, você que conhece tudo em Brasília, qual é a diferença entre *impeachment* e golpe?"

Eu disse: semelhanças não há; diferenças há muitas. Mas eu vou simplificar. "É muito fácil distinguir isso, e não tem mistério, porque o vovô viveu um golpe odioso em 1964. Como era militante de esquerda da faculdade, sofri brutalmente com isso." Mas isso não vem ao caso, e não lamento nada. Eu não gosto de passar os sofrimentos que alguns estudantes como eu, em 1964, sofremos. Mas eu expliquei a ele que golpe é isto, é um negócio que normalmente, no Brasil e na América Latina, é comandado por forças armadas e que querem destituir o governante, o Presidente da República, na marra. Agora, o *impeachment* é um processo como qualquer outro. "Imagine, por exemplo, que você cometa uma besteira no colégio e não lhe deem oportunidade de se defender e o expulsem do colégio: golpe. Se você passar por um tribunal da ordem, especialmente um tribunal como é o Senado Federal, presidido pelo Presidente do STF, onde vai ser julgado, se tem mérito ou não, esse pleito de afastamento do Presidente da República, aí você está sendo submetido a um julgamento honesto."

Em minutos, teremos essa minuta – em minutos, a minuta, sem nenhum trocadilho – para ser submetida ao colegiado.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Doutor Adauto Soares, agradeço, mais uma vez, sua presença aqui conosco e também a da jornalista Ana Lúcia.

Extraímos daqui bons conceitos, boas ideias, bom recado – de novo tomando emprestada a sua expressão – e, sobretudo, a boa vontade nessa parceria sugerida aqui, inicialmente, pelo Conselheiro Celso Augusto Schröder, agora secundada pela jornalista Ana Lúcia, no sentido de que ampliemos a comunicação, já que é disso que cuidamos aqui, entre o CCS e a representação da Unesco.

Eu os convido, agradecendo mais uma vez, para continuarem conosco e até, se entenderem conveniente, para opinarem, ainda que como convidados hoje na nota que vamos produzir em minutos.

Penso até em dizer da discussão que travamos aqui hoje, sucintamente – é claro, a nota será a mais sucinta possível –, para ficarem quando da aprovação da nota, o que se dará daqui a pouco.

Estão convidados para ficar conosco. Muito obrigado.

V. Sª tem a palavra para as suas considerações finais, se achar necessário.

O SR. ADAUTO SOARES – Eu vou distribuir um *folder* da publicação que lançaremos amanhã. Estamos fazendo esta estratégia agora: não publicamos o livro inteiro, mas fazemos um *folder, que* dá o resumo executivo da publicação, de modo que as pessoas possam entrar e baixá-la.

E também a mensagem da nossa Diretora-Geral, Irina Bokova, para este dia. Todo ano ela faz uma mensagem. Nós fizemos a tradução, e eu vou distribuir, para que vocês possam utilizá-la.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Só uma consideração final, e ela é pessoalíssima. Embora eu deva sempre falar em nome do colegiado, estamos em um ambiente de debates. Falar de liberdade de imprensa é hoje absolutamente atual não só pela passagem do dia que se registra amanhã, mas, sobretudo, pelo momento pródigo que vive a política, pela absoluta inter-relação entre a economia e política, mas fundamentalmente a política no Brasil.

E isso até com críticas quanto ao que ouvimos e lemos – eu particularmente li aqui nessas mensagens que recebemos quanto à postura de alguns veículos. Mas é importante ver o quanto a manifestação, o quanto a produção, melhor dizendo, da imprensa brasileira é intensa hoje, porque assim o exigimos todos nós que queremos informação.

Quando eu chegava hoje ao Senado para a nossa reunião, havia um batalhão, como tem acontecido diariamente aqui, de jornalistas, cinegrafistas, repórteres, de profissionais de comunicação. Todos correndo de um lado para outro, cercando, cada um querendo ter o melhor ângulo, a primazia da informação, o melhor comentário, a melhor postura, a melhor leitura, e nem sempre acertando, é claro.

Mas é importante que este debate se faça, como disse Davi Emerich, neste órgão que tem assento constitucional. Portanto, tem importância conferida pelo legislador constituinte brasileiro.

Muito obrigado pelo debate que pudemos travar hoje. (*Palmas.*)

E nós, outros, prosseguimos com os nossos trabalhos.

Como disse no início das comunicações, vamos ficar, e é saudável que assim o seja, penso, porque consumimos bem essa primeira hora e 35 minutos dos nossos trabalhos hoje.

Convido a Conselheira Liliana para apresentar o relatório. É o item 4 da nossa pauta. Relatório sobre RTV, repetidoras de televisão, de autoria da comissão de relatoria forma pelos eminente Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana. Nakonechnyj e Nascimento Silva.

Essa decisão de estabelecer um debate sobre o tema surgiu a partir da vinda aqui do eminente Senador Wellington Fagundes, da representação do PR do Mato Grosso, que propôs que discutíssemos o tema.

Eu consulto os eminentes membros da Comissão, e já vejo que o eminente Conselheiro Araújo Lima pede a palavra. Em seguida, passo a palavra à eminente Relatora.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Sr. Presidente, é só para dar uma explicação nesse processo.

Na comissão constituída, eu fui indicado para ser o coordenador, mas achei mais apropriado, até pelo grau de conhecimento do tema, que é muito técnico, que nossa engenheira e colega Liliana, que sempre fez parte de uma sociedade de engenheiros de televisão, até exercendo a sua presidência, fosse a pessoa mais indicada para falar sobre uma expansão da rede TV com frequências próprias, o que não é um problema fácil, quando se fala em escassez de frequências.

Nós começamos um debate, primeiro por telefone, com o Nascimento Silva – que hoje, infelizmente, não está aqui. Isso foi transformado num texto, numa proposta da Liliana, que foi submetida ao Nascimento e a mim. Infelizmente, durante a semana, ele já devia estar vivendo o problema que me parece que foi relativamente grave da sua senhora e, com isso, ele não se manifestou. Nós estamos, então, fazendo a leitura do documento.

Claro que poderia haver um... Mas como o documento é para justificar que nós não queremos relatar o assunto sem ouvirmos especialistas, e até o próprio Governo, na pessoa do Ministro das Comunicações, e a Anatel, pareceu-me adequado confiar isso. A Liliana se propõe a posicionar o problema, para identificar a complexidade que ele encerra, e qual seria o formato de audiência pública ou de seminário que estamos propondo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só indago aos dois membros se o Conselheiro Nascimento recebeu previamente esse material.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Recebeu, sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós vamos considerar o seu silêncio como uma aquiescência, uma concordância quanto aos termos dele. Naturalmente, a Comissão tem de ter sequência. Se o Conselheiro não se manifestou é porque ou não quis ou aprovou, e não querendo, aprovou por omissão – claro, no bom sentido. É isso?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – É, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só para não ficarmos devedores...

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Eu acredito... Sim, eu acredito que ele tenha recebido, mas eu não posso jurar que ele tenha lido esse material.

Antes da última reunião, eu já havia escrito um material que era muito parecido com esse, e ele havia se manifestado positivamente. Então, este aqui apenas tem um pouco mais de detalhes. Acredito que a gente possa falar sobre isso, mas na verdade isso aqui não é nenhuma conclusão. Isso aqui é apenas...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Uma propositura. Vamos a ele, vamos ao relatório.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – ...uma proposta inicial, para, depois, ser feito um seminário. Então, depois dos debates e tudo, é que haveria uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para tentar resolver, Presidente, acho que pode ser lido, não tem problema, mas eu proponho que ele não seja apresentado como relatório.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Não, não.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Porque, na verdade, pelo que eu pude entender, o debate não foi suficiente para o Nascimento se manifestar. Então...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Concordo. É encaminhamento. O que estamos sugerindo é o termo de encaminhamento. Encaminhamento.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – É um texto para encaminhamento. Este não é um relatório, até porque – como eu disse antes – o relatório só seria feito pelo Conselheiro Francisco, naturalmente, que é o coordenador, enfim, após esse seminário.

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente, é um texto pequeno ou ele...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Duas páginas.

O SR. DAVI EMERICH – É possível cópia ou a cópia não é necessária? Ou então jogar ali no painel.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – É possível, é possível.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Eu até havia pedido para fazer uma distribuição de cópias, eu não sei se... É um texto que diz: Assunto – Retransmissoras da Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está na mesa. Conselheiro Davi.

Conselheira Liliana, peço a V. Exª que venha fazer a leitura da mesa, para atendermos o pessoal da TV Senado.

Conselheiro Davi, V. Exª recebeu o material?

O SR. DAVI EMERICH – Recebi. Obrigado.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Eu tenho que fazer a leitura ou posso relatar mais resumidamente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como lhe parecer melhor.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Bem, então, vou tentar relatar mais resumidamente, porque fazer a leitura sempre fica um pouco monótono, chato.

Bem, é um texto que tem uma explicação geral, que diz como começou este assunto, com o Senador Wellington Fagundes comentando a sua preocupação com a continuidade e a falta de segurança das retransmissoras da Amazônia Legal.

O texto começa com uma explicação breve sobre a diferença entre geradoras e retransmissoras de televisão. Existem muitas diferenças entre uma geradora e uma retransmissora de televisão.

Uma geradora de televisão recebe a concessão inicialmente para cobrir determinada cidade; só que ela cobre essa cidade com um equipamento transmissor e

uma antena, e, apesar de serem colocados no ponto alto de uma cidade, eles só chegam a determinada região. Eles não conseguem ultrapassar, por exemplo, as barreiras de montanhas; não conseguem ultrapassar a própria esfericidade da Terra. Então, eles têm determinado alcance, que vai ser maior ou menor de acordo com a potência dos equipamentos, a especificação técnica dos equipamentos, mas terá apenas um determinado alcance. Então, para estender esse alcance, foram criadas as retransmissoras.

As retransmissoras servem para levar esses mesmos sinais, cobrindo regiões próximas que, por exemplo, ficam atrás de uma montanha, chamadas áreas de sombra, ou até estendendo a outras cidades além da fronteira da área inicial. As retransmissoras de televisão foram criadas justamente para estender a área de cobertura de uma geradora de televisão.

Inicialmente, essa extensão era feita somente em área próxima, porque, pelas técnicas e recursos de transmissão que existiam, era necessário ficar jogando o sinal de uma torre para outra. Essas torres precisavam ter alcance visual uma em relação à outra. Então, iam-se estendendo as coberturas. Por exemplo, primeiro, o Rio de Janeiro; depois, a Baixada; depois, cidades próximas – Petrópolis, Cabo Frio. Era feita a expansão a partir de um centro numa direção terrestre.

Depois que o satélite começou a operar como repetidor, ou seja, captando o sinal lá de cima e repetindo-o para a Terra, foi possível estabelecer retransmissoras de uma geradora – retransmissoras bem distantes. O que é isso? Por exemplo, se há uma geradora em uma cidade, pode-se ter uma retransmissora do outro lado do País. E, assim, foram estabelecidas, inclusive, algumas coberturas de televisão que só têm uma geradora. E, no resto do País, só há retransmissoras, que repetem, que colocam aquele mesmo sinal originalmente feito pela geradora, produzido, programado pela geradora para aquela outra cidade bem distante.

É o caso, por exemplo, desses. É o caso da Rede Vida. A Rede Vida só tem uma geradora de televisão, e todo o resto do País tem exatamente a mesma programação, que é exibida em todas as outras áreas do País.

A geradora é muito mais complexa. Ela tem uma responsabilidade de conteúdo. Então, quando é dada uma concessão, também essa responsabilidade é dada aos acionistas, aos diretores, sobre o que vai ser reexibido nessa geradora.

Já a retransmissora simplesmente amplifica, coloca aquilo no ar. Então, não há, vamos dizer, nenhuma responsabilização sobre o conteúdo que existe na geradora. Enquanto numa geradora existe toda uma responsabilização sobre o que está sendo transmitido, está sendo produzido, está sendo feito, isso na retransmissora é um processo muito simples de autorização. O Poder Público só precisa ver se ela está dentro das características técnicas de cobertura que lhe foram conferidas na hora da autorização.

Então, na verdade, são situações muito diferentes a geradora e retransmissora simples.

Mas existe um caso especial que é o das retransmissoras na Amazônia Legal. E esse caso foi justamente uma detecção, há muitos anos, da dificuldade, naquelas cidades na Amazônia Legal, que estão longe uma das outras, de tão difícil acesso, com dificuldades de desenvolver coisas, comércio, estabelecer indústrias, estabelecer qualquer atividade. Então, viu-se que aquelas cidades precisavam de algum incentivo, que as suas populações precisavam de alguma coisa local, alguma comunicação local.

E o que foi feito então? Foi feita uma portaria pelo governo que permitiu àquelas retransmissoras que estão dentro dessa área, que é a Amazônia Legal, fazerem geração

local, para permitir fosse feito um jornalismo local; que pudesse também ser feita alguma publicidade dos negócios. A elas foi dada uma situação especial, que é a situação de poder gerar algum conteúdo.

Então, foi dada essa situação a elas, mas numa situação de autorização, a autorização da retransmissora, que é absolutamente precária. Ou seja, igual a uma outra retransmissora qualquer que exista, pode, a qualquer momento, ser retomado o seu canal. Inclusive já ocorreram situações em que canais de retransmissores da Amazônia Legal foram tomados para abrir concessões. E aquele pessoal que estava operando aquelas retransmissoras, fazendo conteúdo, preparando, tinha investido em equipamentos, enfim, ficou totalmente desassistido, assim como os trabalhadores daquela organização.

Nós entendemos que é uma preocupação do Senador sobre esse caráter de precariedade dessas retransmissoras na Amazônia Legal, cujo diploma legal é igual ao de uma retransmissora qualquer.

Então, ele está preocupado e chamou este nosso Conselho para ver o que poderíamos sugerir, para estudar esse problema, ver se realmente é um problema...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª me permite um aparte? Nós devíamos ter chamado aqui hoje o eminente Senador para...

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – É, mas nós gostaríamos de chamá-lo no nosso seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – No seminário?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Sim. Isso tudo é para dizer o seguinte: existem muitos aspectos que diferenciam uma geradora de uma retransmissora e que a retransmissora da Amazônia Legal é um caso intermediário ali.

E seria interessante a gente entender com um pouco mais de profundidade esses aspectos sob o ponto de vista dos vários órgãos que tratam desse assunto; por exemplo, do Ministério das Comunicações, que prepara todo o processo de concessão e, ao mesmo tempo, também de autorização, que faz toda a legislação; do próprio Senador Wellington Fagundes, naturalmente; da Anatel, que cuida das radiofrequências e de outros setores. E, também, por exemplo, podemos ter algum representante dos trabalhadores, para ver o quanto isso impacta os trabalhadores que trabalham nessas retransmissoras da Amazônia Legal. E eu até pensei que fossem menos, mas fui verificar e existem em torno de 1.500 retransmissoras. Eu achava que eram menos retransmissoras na Amazônia Legal. Realmente, atingiu um número muito grande, mas é claro que as retransmissoras no País inteiro são dez vezes mais – são umas 12.000, 15.000 retransmissoras.

O que é uma retransmissora? É simplesmente um transmissorzinho colocado numa cidade pequena. Nós temos no Brasil mais de cinco mil Municípios. Se você for pensar em localidades, ou seja, às vezes o Município tem vários, diferentes distritos, então, pode haver, por exemplo, num Município grande, três retransmissoras diferentes para cobrir três distritos diferentes, com a mesma programação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Depois, permita-me, antes de passar à sua parte final da apresentação...

Presidente, como, infelizmente, faltei na data em que o Senador Wellington Fagundes esteve aqui visitando o Conselho, eu pedi uma audiência a ele. E fui conversar com ele, que foi assistido por um assessor.

Conversando sobre o assunto, ele praticamente me propôs a realização de uma audiência pública. "Se há tantas demandas, quem sabe, para a gente ouvir um pouco os

interessados também." "Não, mas isso nós submeteremos à Presidência do Conselho e acho, pelo contrário, que não há inconveniente."

Então, ele está a par do assunto por uma audiência pessoal que eu tive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Muito bem. Existem até questões de caráter técnico, e eu até expliquei uma delas aqui, que é a da radiofrequência. Hoje, pela perda pela radiodifusão de uma faixa grande de frequência que está sendo transferida para a telefonia banda larga, muitas das retransmissoras estão sendo colocadas usando-se o mesmo canal, numa região grande. Isso significa que é uma técnica para reduzir a ocupação do espectro. Porém, não se pode fazer nenhuma diferença em nenhuma das retransmissoras daquela área.

Então, por exemplo, vamos dizer que houvesse uma retransmissora na Amazônia Legal. Tenho impressão de que, na Amazônia Legal, esse problema não vai ser muito frequente, porque as cidades são distantes, a menos que tenham passado para áreas mais povoadas, muito povoadas, do Mato Grosso. Eu não sei. Aí, teríamos que pedir à Anatel para fazer essa verificação. Mas não se pode fazer nem um bit – porque agora você transmite bit –, nem bit pode ser diferente, quanto mais uma palavra inteira. Aí, limita-se, por exemplo, o aumento do número; ou pegar uma retransmissora e passá-la para geradora. Se ela já é uma retransmissora que transmite coisas diferentes, ela não foi colocada nessa situação. Mas, se ela não transmite...; quer dizer, por exemplo, uma eventual ampliação desse tipo de retransmissora seria bem difícil hoje em dia com a digitalização. Mas onde já existe isso, provavelmente não vai ser complicado continuar.

Em face dessas diferenças tão grandes, regulatórias e tudo, seria interessante que pudéssemos chamar algumas pessoas. Até pensamos em um seminário, mais do que em uma audiência pública, porque o seminário dá mais liberdade, não tem tantas amarras. Mas, se vocês também acharem melhor uma audiência pública, acharem por bem, se o colegiado aqui pensar que seja mais formal, também poderia ser uma audiência pública.

Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O.k.

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) – Posso fazer algumas perguntas?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Por favor.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, a nossa engenheira... Aqui está o seguinte: temos 600 geradoras no Brasil, 15 mil retransmissoras e 1.737 na Amazônia. Poderíamos dizer o seguinte: o que acontece com essas retransmissões de modo geral – não com todas obviamente? Elas foram se constituindo como empresas, viraram geradoras na sua região, passaram a ter uma influência na sua região – tanto a influência política, quanto em termos de modelo de negócio. Se essas retransmissoras – e, me parece, deve ser uma das preocupações do Senador Wellington – assumissem o direito de se transformar em geradoras, poderíamos dizer que as grandes redes – como Globo, SBT – teriam dificuldade de criar uma rede nacional? Ou não tem nada a ver uma coisa com a outra?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Não, eu acho que uma coisa não tem muito a ver com a outra. Eu acho o seguinte: é uma das possibilidades.

O SR. DAVI EMERICH – Porque você fala aqui em sequência; que, no Centro-Sul, é sequência de frequências. Tem que ser tudo igual, então?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Não, não. Eu digo o seguinte: o que tem que ser tudo igual... Hoje não tem como... Seria difícil transformar outras geradoras e dar-lhes direito de inserção – para outras retransmissoras. Mas, para aquelas retransmissoras da

Amazônia Legal, provavelmente não há problema algum, porque elas estão em cidades muito afastadas umas das outras.

Por exemplo, vamos dizer que, nessa ideia, fosse: "Ah, então, vamos pensar se devemos também ampliar esse direito de retransmissão para outras áreas do País". Aí, seria mais difícil por causa dessa restrição técnica de frequências, mas eu acredito que, na Amazônia Legal – é claro que eu não sei cidade a cidade –, essas que têm direito à inserção já estão colocadas cada uma na sua frequência, no seu canal diferente, e não haveria problema algum.

O SR. DAVI EMERICH – Então, se forem transformadas em geradoras, elas não trazem nenhum prejuízo técnico de mercado às grandes redes?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Não, não trarão nenhum prejuízo; nenhum prejuízo técnico. Acredito eu também... Acho que aí é preciso chamar talvez a Abert para falar sobre isso, mas eu não acredito que isso vá causar nenhum prejuízo a nenhuma rede. Não acredito. Mas é claro que é bom consultar a quem de direito – não a mim – sobre essa questão de prejuízo às redes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bem, nós...

Sim, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente. Queria dar meus parabéns. Acho que é um debate interessante. Fiquei com medo de que a proposta fosse muito restritiva e que debatêssemos simplesmente a questão da Amazônia Legal – obviamente ela é importantíssima, mas não é nosso papel aqui exatamente. Então, acho interessante discutir a questão da produção e da transmissão, ou seja, da geração e da transmissão.

Eu queria propor para esse seminário – eu imagino que um seminário talvez fosse mais produtivo – que nós trouxéssemos o resto do problema.

Qual é o resto do problema? O resto do problema é o modelo que o Brasil adotou – historicamente, enfim, as escolhas foram feitas –, em que os limites de rede, ou seja, os limites de transmissão e os limites de geração, ou não estão muito definidos ou são muito flexíveis, enfim, e, portanto, não são compatíveis com os modelos que nós temos no mundo, por exemplo nos Estados Unidos, onde os limites de rede são muito bem definidos. Portanto, a ideia de uma rede nacional é quase insuportável; ou seja, uma rede nacional com o grau de audiência que as redes nacionais brasileiras têm. Por quê? Porque interfeririam nas produções regionais, porque construiriam vontades políticas e vontades à revelia das vontades particulares das regiões. E, como os Estados Unidos são um Estado federativo muito ciente, muito cioso dessa condição, eles são muito cuidadosos.

No Brasil, nós não temos isso, e construiu-se um sistema com uma abrangência de rede quase inédita no mundo. Eu não conheço outro país que tenha essa possibilidade que o Brasil tem. Eu acho que esse debate, pelo menos, nós tínhamos que fazer. Ou seja, ao discutir a transmissão e a geração, os limites da transmissão e o da posição. Por quê? E encerro com isso.

Acho que inclusive o modelo está sufocando os modelos regionais. Eu não estou nem falando de alternativas políticas, não. Eu estou falando das produtoras regionais, que viveram até hoje com um grau de financiamento razoável, e que o novo modelo está impondo situações difíceis, que, portanto, talvez exijam um novo olhar sobre isso e uma nova legislação.

Então, eu gostaria que fosse contemplada, nesse seminário, uma parte pelo menos, para que pudéssemos fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu penso que, se não houver objeção do colegiado, a comissão de relatoria pode formatar a realização desse evento e nos trazer na próxima reunião, quando, então, designaremos data e o roteiro de trabalho, com essa abertura toda, acolhendo, inclusive, as sugestões aqui apresentadas.

Pode ser assim? A Conselheira Liliana está de acordo?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Eu estou de acordo.

Sem querer também entrar muito no debate, mas, assim, sendo impossibilitada de entrar, eu diria que o modelo dos Estados Unidos é diferente do modelo do Brasil, mas não em termos de restrições, porque o que é chamada uma rede aqui no Brasil, na verdade, não existe em termos de acionistas; ou seja, na verdade, não há nenhum acionista que seja dono das estações todas que existem no Brasil, que transmitem uma mesma programação básica. Assim como não existe nos Estados Unidos. Ou seja, nos Estados Unidos, existe uma restrição diferente da que existe no Brasil, mas, no Brasil, existem outras restrições que não existem nos Estados Unidos.

Por exemplo, nos Estados Unidos, um mesmo dono pode ter várias emissoras na mesma cidade. Aqui, vamos dizer, isso é proibido. Lá existem outras restrições, que são o mesmo dono ou o mesmo conjunto poder ser dono de emissoras em determinados mercados, mas, na verdade, essa questão da rede nacional...

Lá as redes nacionais têm duzentas e poucas emissoras de TV cada uma, enquanto aqui o máximo é 124, algo assim. Então, acho que aqui até o número de emissoras que fazem parte de uma rede é menor do que a de lá. As restrições também existem, são apenas diferentes – uma não pode ter mercado, outra sim. Enfim, acho que esse pode vir a ser um debate também.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª fica encarregada de capitanear, no âmbito da Comissão de Relatoria, a formatação desse nosso trabalho e, na próxima reunião nossa, no dia 6 de junho, nós firmamos o roteiro de trabalhos e a data em que ele acontecerá. Pode ser assim?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – O roteiro seria as pessoas que vão participar?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E os mesmos temas irão ser debatidos, com as limitações, eminente Conselheiro Celso Scheröder, que o tempo nos impõe.

Nós possivelmente teremos disponibilidade de agenda para a reunião do mês de julho.

Conselheira Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Parabéns pela sua apresentação.

Eu quero cumprimentar até porque o assunto para mim é absolutamente novo e quero fazer uma pergunta de quem não entende nada: na Amazônia, as cidades estão muito próximas de países vizinhos, embora seguramente serão proibidas, mas as transmissões eventualmente não serão de países vizinhos?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Essa questão das fronteiras, no caso da televisão, é mais patente justamente no Sul do País. Foz do Iguaçu, por exemplo, tem geradores de televisão no nosso lado e, obviamente, o sinal de Foz do Iguaçu chega à cidade do Paraguai, cidade que atravessa a fronteira.

Na Região Amazônica, até pela própria vegetação, o sinal não chega muito longe porque ele não atravessa as matas. Então, não existe tanto esse problema de fronteiras ali onde é mesmo a Amazônia tradicional porque o sinal de televisão fica muito limitado às clareiras. Não há morros, para colocar muito alto. Eu até procurei colocar aí uma forma de ver como é o sinal de televisão. Ele é como se fosse uma fonte de água. Quanto mais

alto, mais longe chega e quanto mais forte mais longe chega, mas ainda assim não consegue ultrapassar aquelas árvores altas todas. Não existe muito ponto alto na floresta para poder elevar ao ponto de transmissão. Na verdade, ele não chega a ter esse problema tão grande de ultrapassar fronteiras na região Amazônica. Ele tem, sim, ao Sul do País. Tanto que recebemos, especialmente rádio, das fronteiras do Sul do País, fronteiras do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina principalmente – Paraná e Rio Grande do Sul principalmente. Nos outros Estados, Mato Grosso um pouco, mas não muito mais. Não tem mais tanta coisa ali do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, só duas coisas rápidas: a primeira é que o Conselheiro Araújo disse de uma audiência pública na conversa com o Senador. Essa audiência seria aqui ou seria na Comissão de Ciência e Tecnologia?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, no Conselho. Não sei nem se o termo é adequado, mas está em nosso Regimento; nós também podemos chamar de audiência pública, mas seria no Conselho.

O SR. DAVI EMERICH – Se fizermos um seminário com esse documento aqui, que por sinal está bem elucidativo, está muito bem-feito, eu acho que é pouco. Acho que as verdadeiras questões não estão colocadas aqui. Ele falou para mim: "eu tenho muita simpatia em fortalecer a regionalização". Se a transformação de certas retransmissoras, dentro de estudos técnicos sólidos, implicar fortalecer a ideia da regionalização, em que pese muitas vezes regionalizar, tem um sentido e acha que a cultura vai se beneficiar, mas se reorganiza de tal forma e passa a ser um desastre. A regionalização técnica por si só não traz nenhum resultado político, cultural ou social que almejamos, mas a ideia da regionalização, pelo menos para mim, é uma ideia simpática. Acho que um documento como esse teria que, antes de fazer um seminário, de entrar nesses temas, para que pudéssemos ter um pouco mais de informação.

A transformação dessas retransmissoras em geradoras que me parece deve ser... A turma que conversa com o Senador provavelmente está neste sentido de transformar as retransmissoras, me parece, em geradoras. Não sei se o Araújo conversou com ele, mas é bem provável que esteja nesse caminho, aquelas que fizeram altos investimentos e tipo assim: na hora das vacas magras, eu tive um papel e agora que eu posso me constituir, querem cortar o meu direito e tal. Esse realmente é um argumento, para quem principalmente está na política, muito sensível, para governadores, para prefeitos.

Se desse para acrescer a esse documento, problematizar a questão um pouco mais, eu acho que seria importante, na próxima reunião que definir o seminário com os nomes, que viesse um documento um pouco mais problematizado quanto a esses aspectos políticos. Por isso fiz a pergunta sobre as redes. Sempre há um problema dos negócios já estabelecidos. Não tenho nenhuma crítica a isso não, acho que é assim mesmo, é real. Quem faz um modelo de negócio tem que se sustentar porque o País também precisa deles fundamentalmente. Mas eu gostaria de ter um documento um pouco mais problematizado quanto a essa direção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, me permita. V. Exª, como membro do Colegiado, pode, inclusive, apresentar algum substitutivo, emenda, um documento...

O SR. DAVI EMERICH – Eu não sou especialista nisso. Eu acho que o Araújo e o pessoal tem muito mais competência. Talvez o Schröder esteja mais nessa discussão. Mas eu posso também trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ainda não sendo especialista, pode espetar o dedo na ferida, se me permite essa expressão.

Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, dê licença.

Conselheiro Davi, você colocou tão bem o assunto. Nós temos tido essa preocupação. Começamos já a ouvir grupos e associações de interessados potenciais. Respondendo ao Conselheiro, na conversa que tive com o Senador, ele não especificou qual era a pretensão, mas vi que o mais sensível era a falta de um título que pudesse garantir uma estabilidade. Como a Liliana citou, isso é caçado na hora: estamos precisando dessa frequência aí e mete a mão grande. Então, acho que a preocupação dele é essa e é justa.

Vejam a natureza dos problemas que estão chegando ao nosso conhecimento para incluir nessa discussão: temporariedade das fronteiras de desenvolvimento econômico; desestruturação do modelo jurídico da radiodifusão; desestímulo da ampliação de processos licitatórios para a concessão de novas outorgas; afastamento de utilidade exclusivamente técnica da CRTV diante a mercantilização da atividade; quebra da regra do controle de propriedade de veículo de comunicação.

Então, eu acho que isso pode ser enriquecido. Estamos muito preocupados e não faremos isso sem estar com um material rico para propor.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Conselheiro Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Fazendo um aparte para o que o que a Conselheira Liliana acaba de falar, eu estive agora em um encontro na tríplice fronteira Foz-Paraguai-Argentina. Nós visitamos a Argentina primeiro, depois fomos ao Paraguai e depois ao Brasil. Isso por causa do audiovisual, era um congresso.

É engraçado porque as pessoas no Paraguai veem a novela brasileira. Claro, por quê? Porque a qualidade da novela brasileira é muito boa e não tem problema de linguagem. Parece que lá na fronteira se fala um portunhol e todo mundo entende português e todo mundo entende espanhol. Então, é muito engraçado, porque existe isso também. Não é só do Paraguai que possa vir aqui alguma coisa e daqui ir para lá.

Não sei como se regula isso, Liliana. Eu só quero perguntar como é que se poderia regular esse tipo de intercâmbio nas fronteiras.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Bem, eu não sei como é que regula isso na fronteira. Eu sei que, tecnicamente, o que precisa existir é uma coordenação de frequências, porque, na verdade, assim como o som chega, as frequências também invadem para um lado e para o outro.

Então, ao longo das fronteiras de todos os países, os canais de televisão têm que ser combinados pelos dois países. O Governo brasileiro faz isso sempre. A Anatel tem sempre um grupo de trabalho coordenando essa atividade das fronteiras. Agora, em termos de comunicação, eu acredito que não exista ninguém que esteja verificando: eu estou escutando aquilo, você está escutando isso.

Obviamente, sabemos que o pessoal das fronteiras de lá nos escuta e também nós os escutamos, mas isso também seja até bom para promover um certo entendimento, não é? (*Risos.*)

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Conselheiro Paulo Machado de Carvalho.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu só queria dizer que existem emissoras, tanto na Argentina quanto no Paraguai, que transmitem suas programações em Português, porque a legislação lá permite que essas emissoras de rádio transmitam 100% da programação em português. São

emissoras voltadas fundamentalmente para o mercado brasileiro operando do Paraguai e operando da Argentina.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Enfim, estamos com os debates esgotados ou mais alguém?

Eu disse que ela faz a coordenação entre os três membros da comissão de relatoria e nos traz o formato, conteúdo, sugestões em geral para a realização. Pode ser assim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Agradeço à Conselheira Liliana pela importante contribuição.

O item 5 da pauta, como eu disse no início, está adiado.

Há uma sugestão de transferirmos a reunião primeira nossa do mês de agosto – a sugestão é do eminente Conselheiro Davi Emerich – do dia primeiro para o dia 8 de agosto. É que no dia primeiro de agosto, em princípio e em regra, voltam as atividades no Congresso, particularmente no Senado – se é que vai haver recesso por aqui porque, com a situação política, a Lei Orçamentária, a LDO, não foi ainda aprovada e precisa ser, para que o Congresso entre em recesso. De qualquer maneira, se entrar, seria o dia do retorno. A sugestão, então, é que nós transfiramos de 1º para 8 de agosto.

Alguém tem alguma objeção a respeito? (*Pausa.*)

Então, deliberamos assim e nós nos reuniremos não na primeira, mas na segunda segunda-feira do mês de agosto.

Eu vou fazer a leitura, agradecendo desde já ao jornalista Renato Lima pela contribuição.

Peço que coloque, prezada Expedita, na tela o texto sugerido da nota. Vou fazer a leitura e, conforme vou concluindo os parágrafos, peço que aprovemos por parágrafo. Pode ser?

Então, Nota do Conselho de Comunicação Social. Dia Internacional da Liberdade de Imprensa.

"O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional congratula-se com os profissionais da mídia pelo Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, cuja data é lembrada neste 3 de maio."

O.k.? (*Pausa.*)

"O dia, idealizado pela Unesco, tem por objetivo propor uma reflexão a respeito dos desafios da imprensa na atualidade como expressão maior da promoção da democracia e da liberdade."

O.k.? (*Pausa.*)

"Em virtude dessa comemoração, o Conselho ouviu o Sr. Adauto Soares, Coordenador de Comunicação e Informação da representação da Unesco no Brasil, que trouxe informações pormenorizadas sobre a situação da imprensa no País."

Eu confesso que tenho dúvida se nós devemos dizer que ele "trouxe informações pormenorizadas sobre a situação da imprensa no País". Talvez fosse melhor dizer que nós promovemos o debate com a representação da Unesco no Brasil sobre a liberdade de imprensa. Pode ser assim?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Acho que sim. E também colocar que, na verdade, ele trouxe as informações das atividades da Unesco com relação a essa data.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, vamos refazer o texto nesse parágrafo?

Eu acho que aqui nós faremos uma correção.

Patrícia, tem sugestão do texto? Só para registrar que nós debatemos. Até sem referência nominal, vamos falar só da instituição Unesco, sem nenhum menoscabo ao coordenador, que aqui veio, mas não me parece saudável que numa nota se faça referência nominal senão à entidade, à instituição mundial e com o peso que tem a Unesco. Pode ser?

Vamos fazer assim.

Então, vou sugerir: "Em virtude dessa comemoração, o Conselho promoveu importante debate com a representação da Unesco no Brasil sobre aspectos ligados à liberdade de imprensa, agora comemorada." Pode ser? Ou sobre a liberdade de imprensa só?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Sobre a liberdade de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conseguiu captar, Expedita?

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) – Eu colocaria nesse parágrafo que esse não é um tema brasileiro, é uma questão mundial, a importância desse debate para o mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou reproduzir aqui e volto a fazer a leitura. O último parágrafo está assim sugerido: "Ao mesmo tempo em que o Conselho de Comunicação Social registra a importância da referida data, repudia a tentativa de cerceamento da atividade da imprensa e condena os crimes pelos quais os profissionais da mídia têm sido vítimas ultimamente no Brasil, pugnando sempre pelo respeito às normas constitucionais que garantem o mais amplo direito à informação conferido à sociedade brasileira."

Está bom?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Só tem – acho – um ponto de redação ali, não é?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Um ponto de redação ali: "e condena os crimes pelos quais". Não sei se "as agressões"...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os crimes contra os profissionais da mídia...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Eu sugeriria, Sr. Presidente, que, além dos profissionais de mídia, as empresas, porque elas também têm sido alvo de atentados.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então contempla assim, Conselheiro Paulo? Conselheiro Sydney Sanches? E condena as agressões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Acho que há os profissionais e as empresas. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, ficará assim esse parágrafo: "Ao mesmo tempo em que o Conselho de Comunicação Social registra a importância da referida data, repudia qualquer tentativa de cerceamento da atividade da imprensa, e condena as agressões aos profissionais da mídia e às empresas, que têm sido vítimas ultimamente no Brasil, pugnando sempre pelo respeito às normas constitucionais que garantem o mais amplo direito à informação conferida à sociedade brasileira."

Está bom assim?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Desculpe, acho que não existe aquela vírgula ali antes do "e"; imprensa; não é aposto.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – "E condena..."

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Não é aposto.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na linha de cima.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – "...e condena." Tira a vírgula.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "...condena as agressões", não é isso? Está bom.

Vamos fazer aqui com a assessoria. Tira a vírgula depois de "Brasil", no parágrafo alterado. E tira o "a" também: "sobre liberdade de imprensa", certo?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Presidente, só uma questão no primeiro parágrafo, porque passou rápido. A Unesco chama de Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e não Dia Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em vez de "Dia Internacional", "Dia Mundial".

A SRª PATRÍCIA BLANCO – É, no título e na segunda linha. E eu colocaria "cuja data é comemorada no dia 3 de maio", e não "lembrada", porque ela é uma comemoração mesmo, uma data comemorativa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Captou aí, Valmar?

O Conselheiro Davi se retirou?

Peço que imprima para eu fazer uma leitura. Como goiano, eu gosto de ver com as mãos e de ler com as mãos também, se me permitem.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Somos todos analógicos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não é? Somos analógicos ainda, não é? Baixa o texto aí, por favor, Expedita. Coloca lá antes de Sala das Comissões, põe Brasília, Sala das Comissões.

Ainda que a natureza não agradeça – não é isso, Conselheira Patrícia? – por esta nossa imprudência, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Aquela parte "e condena as agressões aos profissionais da mídia e às empresas, que têm sido vítimas ultimamente no Brasil" ficou meio... Espera aí. Eu sugeriria o seguinte: "e condena as agressões às quais os profissionais da mídia e as empresas de comunicação têm sido vítimas ultimamente no Brasil". Aí faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Certinho. Está certo. Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, o parágrafo da Unesco foi quebrado ao meio. Ou seja, em virtude dessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DAVI EMERICH – O parágrafo da Unesco ficou sem sentido. Ou seja, fizemos um importante debate. Isso tem de estar lincado com alguma outra coisa: em virtude dessa comemoração, o Conselho realizou importante debate com a representação da Unesco do Brasil sobre liberdade de imprensa, um tema que é fundamental, que é

debatido no mundo todo, tal, tal, tal. Alguma coisa assim. Não sei. Tem de acrescentar um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Visando chamar a atenção para a importância do tema? Pode ser assim?

Enquanto a nossa assessoria faz uma construção final do que foi por nós debatido, eu colho inscrição dos Srs. Conselheiros para comunicação. Alguém pretende?

Patrícia, Araújo, Maria Célia.

Mais alguém?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Com relação ao andamento das comissões temáticas, eu acho que todos os Conselheiros que estão aqui estiveram na reunião de hoje cedo

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Na próxima?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Vamos a isso.

O texto já está finalizado? Querem que faça uma leitura geral ou não precisa? Podemos considerar... Farei uma revisão aqui, se permitem. Vai ficar disponibilizado na tela. Se alguém tiver ainda alguma, até o final...

Quero pedir a V. Exª, Conselheiro Davi, que nos ajudasse a fazer com que esse texto seja publicado amanhã no *Jornal do Senado* e no *site*, naturalmente, das duas Casas.

O SR. DAVI EMERICH – Internamente, tudo bem, embora, lá fora, há gente mais importante...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu imagino que há temas a mancheias, tenho certeza disso, mas um espacinho, certamente, nos poderá ser destinado.

E peço o mesmo, Araújo,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ... em relação às empresas de comunicação, a cada um que puder trabalhar: o Cordeiro, o Araújo, o pessoal das demais emissoras.

Então, o texto está finalizado.

Eu passo, inicialmente, a palavra à eminente Conselheira Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, eu só queria estender um convite, que já encaminhei à Secretaria do Conselho, de um seminário, uma palestra que o Palavra Aberta está organizando, na próxima quinta-feira, dia 12 de maio, no âmbito da Cátedra Insper e Palavra Aberta, que contará com a palestra do escritor peruano Mario Vargas Llosa, que falará sobre questões de liberdade de expressão e também comemorando os 80 anos do escritor, que vai contar suas histórias de liberdade. Acho que vai ser um debate bastante interessante. Estão todos convidados.

No convite que encaminhei ao Conselho, há um *link* para inscrições. São poucas vagas. São 240 lugares. Já temos 120 inscritos. Então, para quem quiser participar eu sugiro que faça a inscrição rapidamente. Dia 12 de maio, das 18 horas às 20 horas, no auditório do Insper, que fica na Rua Quatá, 300. Estão todos convidados. Seria uma honra contar com a presença de vocês todos nesse evento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheira Patrícia.

Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, muito obrigado.

Eu queria voltar ao mesmo tema que abordei na reunião anterior. Como nós – Schröder, Ronaldo Lemos e eu – temos uma comissão de relatoria que está com um tema pendente sobre a concentração dos meios de comunicação, eu expliquei, na reunião passada, que, depois de um entendimento com o Schröder por telefone, ele apresentou, com o que concordo inteiramente, que esse assunto também enseja uma discussão maior do que um relatório que nós três venhamos a produzir e concordar. Então, como você não estava na reunião passada, se V. Exª pudesse dar um encaminhamento, como foi hoje sobre o nosso assunto da RTV, sobre essa necessidade de uma discussão mais ampla sobre a concentração dos meios de comunicação no Brasil.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que está feito. Eu acho que é isso mesmo. Esse foi o nosso entendimento. Achamos que ficaria insuficiente e que poderíamos, aí sim, propor um seminário com painelistas que nos ajudassem a desbravar essa tarefa, que não é pequena, dado os novos *players* que entraram, nova forma de propriedade etc., que eu acho interessante, importante para o Brasil e principalmente para quem exerce não só algum tipo de modelo de negócio. Então, eu queria propor que fizéssemos... Eu não sei se nós poderíamos tirar daqui já, Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Agendar isso.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Agendar e propor num outro momento, talvez na próxima reunião, trazer mais detalhada a proposta de seminário.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu gostaria de sugerir a V. Exªs e, talvez, Conselheira Liliana, pudéssemos fazer assim também em relação ao tema RTV, que essa discussão sobre o formato se iniciasse pelo canal de *e-mails,* para simplificar, para que nós não fiquemos aqui durante uma reunião, que é uma por mês, debatendo como fazer, o que fazer. Quem sabe a gente avança nos debates. A Conselheira Patrícia Blanco disse há pouco que nós somos todos analógicos, mas podemos usar um pouco os meios digitais para facilitar, porque senão nós vamos chegar aqui, gastar uma, duas horas, talvez até mais, para debater o quê e como fazer.

Por favor, peço a V. Exª que mande no canal de *e-mails*, no *chat*.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Embora *e-mail* já seja quase mesozoico.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É, já é quase. É.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Posso complementar, Presidente, com sua licença?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa correção.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu comecei a fazer o trabalho de desenvolvimento com uma equipe extraordinária que eu consegui, de diversos setores envolvidos, e estou surpreso com a riqueza do conteúdo que nós já levantamos, e muita coisa ainda pode vir até, mas é um mundo quando se fala em meios de comunicação. Se ficasse adstrito à comunicação social no conceito 220, mas nós estamos falando de coisa muito mais ampla, e quando cai no mundo digital, Nossa Senhora! O que a gente tem levantado de informações, os problemas de ou infringência das soberanias, quer dizer, é uma guerra enorme, não é, Schröder?

Então, eu acho que é muito apropriado isso ser pré-discutido num seminário mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Conselheira Patrícia Blanco.

Conselheiro Araújo já falou.

Eu quero me penitenciar, pedir desculpa, porque a leitura e a produção da nota acabou desviando aqui a sequência natural, e o Item nº 3 da pauta, embora o Conselheiro Cordeiro tenha chamado atenção para ele, mas eu penso que ficou absorvido pelos nossos debates a questão do relatório de andamento dos trabalhos das Comissões Temáticas.

Nós podemos considerar esse tema abordado. Eu tenho aqui, pela ordem, as Comissões de Liberdade de Expressão, de Projetos Legislativos e de Tecnologia da Informação. O Coordenador da primeira delas, Liberdade de Expressão, o Fernando César Mesquita, não está; o Conselheiro Araújo Lima, sobre a de Projetos Legislativos, e o Conselheiro Ronaldo Lemos não está para relatar sobre a Tecnologia da Informação.

De modo que, como V. Exª já o fez, eu vou considerar o tema se não...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Não, eu ainda não fiz essa reunião. Essa reunião precisa ser marcada, provavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos marcar agora, então. Está bom.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – E uma que ficou pendente de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Os relatórios dessas comissões poderão ser apresentados na próxima sessão, pode ser?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Na sequência eu darei a palavra aos Conselheiros que se inscreveram aqui.

Quanto à reunião de Comissão no próximo mês, o mês de junho, 6 de junho, alguma Comissão entre os Coordenadores aqui presentes se habilita?

Às nove, pode ser? (*Pausa.*)

Então, a dele, às 9 horas, e a sua, às 10 horas e 30 minutos?

A dele, às 9 horas, e a sua, às 10 horas e 30 minutos?

Então, nós ficamos com a Comissão de Conteúdos de Meios, coordenada pelo eminente Conselheiro Nascimento, às 9 horas do dia 6, e com a de Projetos Legislativos, coordenada pelo eminente Conselheiro Araújo, às 10 horas e 30 minutos, *O.k.?*

Então, volto agora às inscrições. Desculpem-me se atropelei um pouco a nossa pauta.

Conselheira Maria Célia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Talvez seja mais importante o conteúdo do que o continente. Água mole em pedra dura...

Conselheira Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – É só um pedido. Por favor, mande um comunicado por *e-mail* para mim, porque posso divulgar na Aner, nas revistas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor, essa nota, não é?

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Essa nota. Até possivelmente, na semana, as informações...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ela será disparada para todos e para os veículos de comunicação a que tenhamos acesso.

Por favor, a Assessoria vai tentar dar a máxima divulgação.

Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – São só duas questões rápidas. Primeiro, o Schröder é nosso homem de mil e uma utilidades. Quanto a essa questão junto ao Ministério da Justiça, que discutimos, você estava trabalhando em torno disso pela Fenaj.

Então, Presidente, acho o seguinte: devemos estar mais presentes nesse observatório; devemos ver como poderíamos participar, ser mais protagonistas, proativos nisso.

Como o Schröder já estava nisso pela Fenaj, que retomasse isso, quer dizer, que pudesse fazer um estudo sobre como o Conselho pode entrar nisso, sobre como pode usar a nossa plataforma virtual para disponibilizar a informação.

Acho que você poderia dar uma trabalhada nisso e passar ao nosso conselheiro mais essa responsabilidade, porque ele já está nela de alguma forma.

A outra questão eu já tinha levantado em reuniões anteriores. Por mais que representemos as áreas – há vários representando a sociedade civil, os engenheiros, as entidades –, não conseguimos representar tudo.

E, ao final de cada reunião, nós temos aquele espaço da chamada sociedade civil. Isso está caindo num formalismo... Eu já tinha feito esta proposta: que a gente se organizasse, para que, ao final de cada reunião, houvesse realmente uma entidade forte, uma entidade representativa, que pudesse trazer informações diferentes, informações com outro olhar; que a gente transformasse esse item da pauta em algo mais efetivo. Obviamente, isso exigiria uma articulação, convites.

Mas acho que é um ponto da pauta que está morrendo e que considero importante na estrutura dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Sª poderia me ajudar – a mim, digo, como coordenador aqui dos trabalhos – a pensar esse formato e quem convidar.

O SR. DAVI EMERICH – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor.

O SR. DAVI EMERICH – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Sª fica designado relator da matéria informalmente, já que é o proponente.

Conselheiro Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, só para lembrar: o Conselho recebeu um convite para o 8º Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia, que está sendo promovido pela *Revista Imprensa* e que o senhor repassou a todos os conselheiros.

Eu a e a Conselheira Patrícia estamos confirmando a presença e solicitamos que a Secretaria, então, informe que nós estaremos presentes ao evento, não como representantes do Conselho, claro. Apenas estaremos presentes ao evento.

Se algum outro Conselheiro tiver disponibilidade, é amanhã, de 8 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos, no auditório da OAB-DF, na 516 Norte, Bloco B, Lote 7

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, perdão. Esse é um evento sobre?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – O conselho foi convidado para esse evento, V. Exª foi convidado, repassou aos conselheiros, o 8ª Fórum Liberdade de Imprensa. Eu e a Conselheira Patrícia estamos confirmando.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

Vai representar o CCS lá amanhã. Eu já havia designado a conselheira.

Nenhuma comunicação mais entre os conselheiros.

Quero fazer uma consulta, antes de passar a palavra a representantes da sociedade civil. Já estamos em breve completando um ano desse nosso convívio, desse nosso mandato, em 15 de julho.

Eu queria propor, se não tiverem objeção, se der quórum, na reunião do dia 4 de julho, eu gostaria de, no final do dia, recebê-los no meu espaço em Brasília, no meu escritório, para uma confraternização e comemoração de um ano do nosso mandato aqui.

Posso organizar? É uma segunda-feira. É uma data nacional. Num final de tarde. Eu organizarei algo no nosso espaço, pequeno, mas agradável, na QI 23. Aí depois eu ajustarei com todos. Há quórum para tanto? Fica previamente marcado.

Mais uma vez agradeço ao Dr. Renato Lima pela contribuição na produção da nota que acabamos de divulgar. Insisto com as Srªs e os Srs. Conselheiros que ajudem na divulgação nos seus veículos de comunicação.

Agradeço ao Dr. Renato.

Consulto os representantes da sociedade civil se alguém pretende se manifestar sobre os nossos trabalhos ou sobre temas em geral que passem pelas nossas competências. (*Pausa.*)

Não há.

Conselheiro Davi, vamos dar efetividade ao nosso importante horário.

SENADO FEDERAL CN - 42
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (7ª Reunião) 02/05/2016

LISTA DE DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO

1. Lista de Presença;
2. Ofício 10/2016 do Conselho Curador da EBC;
3. Nota do Conselho sobre o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa;
4. Relatório sobre Retransmissoras da Amazônia Legal.

CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 7ª Reunião do CCS
Data: 02 de maio de 2016 (segunda-feira), às 14h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. Maria Célia Furtado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão
VAGO	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08340 Brasília - DF
CEP: 70333-900
www.ebc.com.br

Ofício n.º010/2016
Conselho Curador

Brasília, 20 de abril de 2016

A Sua Senhoria a Senhora
SILVÂNIA ALVES DE AZEVEDO
Secretária do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezada Secretária,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue as atas com as deliberações da Reunião Extraordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada no dia 17 de março de 2016, na cidade de Brasília. A presente ata foi aprovada durante a 61ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 19 de abril de 2016, em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

RITA FREIRE
Presidenta do Conselho Curador da EBC

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 06840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NA SEDE DA EBC, EM BRASILIA/DF, NA FORMA ABAIXO:

CNPJ: 09.168.704/0001-42 NIRE 53.5.0000348-7

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto n° 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: Rita de Cássia Freire Rosa (Presidenta); Evelin Maciel (Vice-Presidenta); Conselheiros: Isaias Dias; Letícia Luíza Yawanawá; Akemi Nitahara; Takashi Tome: Ana Maria da Conceição Veloso; Joel Zito Almeida Araújo; Ana Luiza Fleck Saibro; Enderson Araújo de Jesus Santos; Rosane Maria Bertotti; Venício Arthur de Lima; Mário Augusto Jakobskind. Pola Ribeiro (Representante do Ministro da Cultura); Graziela da Silva Cruz (Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação): Paulo Gabriel Soledade Nacif (Representante do Ministério da Educação); Juliana Agatte (Representante Secretaria de Comunicação Social (SECOM)). Américo Martins (Diretor-Presidente); Ricardo Melo (Diretor de Jornalismo); Joseti Marques (Ouvidora Geral). A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: **PRIMEIRA PARTE – DAS 14H ÀS 16H** - 1) Abertura, leitura e aprovação da Pauta da Reunião Extraordinária do Conselho Curador; 2) Leitura e aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; 3) Relatório da Ouvidoria; 4) Definição do Edital da Consulta Pública para escolha de novas (os) conselheiras (os). **Coffee break – Das 16h20h às 16h45. SEGUNDA PARTE – DAS 17H ÀS 18H.** 5) Informes Câmaras Temáticas; 6) Informes Conselho Curador; 7) Informes Direção EBC; 8) Outros assuntos. A presidenta **RITA FREIRE** iniciou a Reunião Extraordinária agradecendo a presença de todos, lembrando que a reunião estava sendo transmitida pela internet no endereço ***conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoaovivo*** e também com tradução em libras. A presidenta **RITA FREIRE** indagou aos conselheiros (as) se teriam alguma observação quanto à pauta da Reunião Extraordinária e da Ata da

60ª Reunião Ordinária do Conselho Curador. Não havendo manifestação a pauta e a ata foram consideradas aprovadas. O próximo item da pauta seria a apresentação do Relatório da Ouvidoria, porém a presidenta **RITA FREIRE** sugeriu, em função da grave crise política do país, que se pudesse fazer, inicialmente, uma reflexão sobre a conjuntura do Brasil, o papel da EBC e de seus veículos diante dos acontecimentos. O conselheiro **MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** enfatizou que a TV Brasil e as rádios deveriam cumprir um papel muito especial, não de defesa do governo, mas de defensa da legalidade democrática, e que o momento seria uma grande oportunidade dessas mídias transformarem-se verdadeiramente num contraponto. A conselheira **AKEMI NITAHARA** elogiou a iniciativa da Rádio FM que entrou com o Nacional Informa e com a FM de Brasília, mas advertiu que o corpo jornalístico está sentido falta do conselho editorial para direcionamento editorial para os jornalistas que estão na ponta. A conselheira **ROSANE BERTOTTI** disse que apesar dos esforços de todos da EBC, percebe-se que o jornalismo da EBC não consegue ser um jornalismo diferente, ainda não conseguiu criar uma marca no jornalismo público e que seria preciso fortalecer os aspectos de conteúdo de informações no jornalismo e criar formas rápidas de comunicação, não apenas no noticiário oficial, mas nos programas de entrevistas também. Ela defendeu a formação de uma equipe permanente para estar *pari passu* com os acontecimentos que possam ser levados à sociedade brasileira, salientando que a emissora deve ser apartidária, apenas atuando na defesa da República e da Constituição. O conselheiro **JOEL ZITO ARAÚJO** considerou que talvez estivesse faltando às televisões brasileiras dar o direito de defesa ao governo e aos opositores para que se possa ter equilíbrio, mas também que a TV Brasil repensasse o espaço do jornalismo, neste momento de crise, e não só os programas de entrevistas e debates. O conselheiro **TAKASHI TOME** destacou que o papel fundamental da EBC é enriquecer a percepção dos telespectadores sobre o momento em que vivemos; um segundo papel fundamental para a EBC é a defesa das pessoas e dos direitos humanos, segundo ele, é preciso combater extremismos advindos de polarização partidária. O terceiro papel fundamental diz respeito à questão interna da EBC, segundo o conselheiro, existe certa diversidade entre os repórteres da EBC e as várias sucursais, sugerindo a criação de uma equipe para tentar uniformizar o diálogo e troca de experiências. A presidenta **RITA FREIRE** reiterou que era preciso que a EBC produzisse mais informação, reflexão para o posicionamento crítico da sociedade, aumentando o espaço do jornalismo e da disponibilização para as pessoas desse pensamento em forma de entrevistas, em forma

de esclarecimentos, em forma de contraponto sobre situações que estamos vivendo. A presidenta **RITA FREIRE** cumprimentou o jornalismo da EBC pelo lançamento do programa Palavras Cruzadas e pelo esforço dos profissionais que atuam nessa área. Segundo ela, uma das formas de fortalecer o jornalismo da EBC é descongenciando os recursos e para isso conclamou ao diretor Américo para esse fim e que Conselho Curador se colocaria à disposição para apoiar a EBC em pleitos voltados para obtenção de mais quantidade e qualidade dos serviços jornalísticos prestados à sociedade. O representante do Ministério da Cultura, **POLA RIBEIRO,** afirmou que a pauta da população brasileira hoje é a comunicação, como nunca fora antes, sugerindo que deveria ter um programa ao meio-dia que as pessoas pudessem se expressar livremente, segundo ele, seria uma oportunidade também de sobrevivência e de sustentabilidade, pois não se trata de defender um governo, mas de defender a institucionalidade, pois sem ela dificilmente a EBC iria permanecer. O representante do Ministério da Cultura conclamou que seria preciso que a EBC buscasse outras emissoras da rede para formar um pacto de comunicação forte para dar conta das demandas do momento. A conselheira **ANA MARIA VELOSO** enfatizou que a EBC, as mídias públicas, as empresas de comunicação pública, a mídia comunitária, a mídia alternativa independente, tem um papel importante que é resgatar também a credibilidade do jornalismo, mostrando para a sociedade que o jornalismo pode ser feito com ética, valorizando os direitos humanos, garantindo as liberdades individuais, discutindo um projeto de nação democrático, tudo isso apartidariamente. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** concordou com os pontos de vista dos conselheiros anteriores, frisando que o jornalismo deve ser isento, plural, e que deve atuar defendendo os valores de uma empresa pública de comunicação. Ele reafirmou que o problema maior da empresa é orçamentário e que este ano teria tido um contingenciamento de 6,5%, mas que estava fazendo gestões para a liberação dos recursos, que serviriam para a melhoria dos programas. . O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** destacou as principais mudanças na programação, como o programa Palavras Cruzadas, que obteve novo formato e grande aceitação do público. O conselheiro **VENÍCIO ARTHUR DE LIMA** discordou dizendo que o Palavras Cruzadas foi muito longo e que havia problema de desenho de cenário, o entrevistador ficava muito longe do entrevistado e também pelo grande número de entrevistadores, fragmentando as falas. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** agradeceu a contribuição do conselheiro dizendo que estavam trabalhando para o aperfeiçoamento dos programas. O diretor de

Jornalismo **RICARDO MELO**, respondendo à demanda sobre a instalação do comitê editorial, disse que estaria esperando a definição da vida interna da EBC, da TV Brasil, para retomar esse comitê como permanente. A presidenta **RITA FREIRE** salientou que, para o momento atual, seria muito importante ter o comitê editorial em funcionamento, inclusive aumentar o espaço para dar voz ao público. Em vista disso, ela propôs que o pleno tomasse algumas posições como oficializar à SECOM e aos setores competentes para liberação do recurso contingenciado, e que o Conselho Curador pudesse aprovar uma recomendação para que o espaço de jornalismo fosse ampliado neste momento para que a empresa pudesse cumprir inteiramente seu papel junto à sociedade. A vice-presidenta, **EVELIN MACIEL,** contextualizou as discussões havidas nas câmaras temáticas sobre as coberturas da EBC, dizendo que há consenso entre os conselheiros de que há necessidade de a EBC simplesmente fazer jornalismo, ater-se à defesa da legalidade, seja, fazer um jornalismo isento, enfatizando, também, que é preciso que, a despeito do momento político atípico, que cada um invista das funções de seu cargo para o bem da empresa. O diretor de Jornalismo, **RICARDO MELO,** respondendo à vice-presidente, afirmou que o programa Caminhos da Reportagem, que irá ao ar, abordará exatamente as questões da democracia, da legalidade e da polarização. A presidenta **RITA FREIRE,** corroborando a fala da vice-presidenta, relatou que também na parte da manhã, a conselheira **ANA FLECK** propôs que o Conselho Curador fizesse um debate sobre o tema da cobertura da conjuntura. Diante disso, sugeriu que a conselheira, autora da proposta, organizasse o debate e propusesse data para realizá-lo. Em seguida, passou-se ao item 3 da pauta – Relatório da Ouvidoria. A apresentação foi feita pela ouvidora da EBC, **JOSETI MARQUES,** que iniciou o trabalho referindo-se às coberturas das manifestações populares, pró e contra o governo. Segunda ela, a falta de recursos citada pelo diretor de jornalismo, poderia ter sido a causa de uma cobertura tão incipiente diante dos fatos e que do ponto de vista de reportagem, esta praticamente não teria ocorrido por dificuldades técnicas operacionais, equipamentos, e também de recursos humanos ineficientes. Do ponto de vista da ancoragem, segundo ela, foi a grande vantagem que a TV Brasil talvez pudesse aproveitar de ter um cientista político como teve no Rio de Janeiro, que descreveu com qualidade o momento político e a imprensa, contextualizando do ponto de vista histórico e também do ponto de vista factual e da explicação da comunicação. Em Brasília, prosseguiu a ouvidora, Teresa Cruvinel conseguindo fazer um jornalismo equilibrado de explicação dos momentos. A ouvidora **JOSETI MARQUES** destacou que em São Paulo as manifestações foram

mais acirradas e partidárias. Quanto à programação da TV Brasil, a ouvidora fez crítica a um programa gravado que sugeria participação por meio do Facebook, o que, segundo ela, "tais erros nos desmerecem", como também fez críticas ao cenário do programa que, na sua interpretação, dificultava a comunicação entre entrevistadores e entrevistados. Iniciando a apresentação do relatório de fevereiro, a ouvidora **JOSETI MARQUES** disse que o relatório que seria apresentado já retrataria as mudanças de rotinas da Ouvidoria, que reformulou alguns procedimentos, entre eles, a forma de levar os assuntos analisados ao Conselho Curador. A ouvidora **JOSETI MARQUES** pontuou os seguintes itens analisados pela Ouvidoria: 1 - Emissoras públicas, educativas e culturais dos estados em geral são usadas para divulgar os governos e seus titulares, elas seriam usadas como assessoria de imprensa dos governos locais.; 2 – Em atos do Governo Federal dificuldades em diferenciar abordagem adequada a uma emissora pública de um tratamento de divulgação oficial, oficialismos; 3 - Critério de seleção ou falta de supervisão dos produtos licenciados causam problemas à imagem da TV Brasil; 4 - Utilização de informação deslocada do contexto em que foi originalmente produzida distorce dados e prejudica a estruturação da reportagem. 5 - Texto e reportagem jornalístico se confundem com peça publicitária e produz efeito de *merchandising*. Análise sobre a Agência Brasil e Portal. 1 - Análise incorreta de dados da fonte provoca erros na reportagem e distorção dos fatos; 2 - Reportagem repercutem fatos que não foram notícia na Agência com relato insuficiente da memória do assunto; 2 - Reportagens privilegiam abordagem oficialista dificultando a compreensão da notícia. 3 - Cobertura de assuntos internacionais transcritos da Agência Lusa transmite visão parcial dos acontecimentos. 4 - Deficiência na pesquisa dos assuntos faz reportagem perder aspectos importantes. 1 - Falhas técnicas prejudicam transmissão de programas, sem justificativa ou pedido de desculpa ao ouvinte; 2 - Falhas de supervisão nas chamadas de programas que já não estão na grade confundem os ouvintes; 3 - Na América-AM, músicas sem informação sobre o autor e intérprete; 4 - Na Rádio Nacional da Amazônia, falta de critério na seleção musical faz com que mensagens transmitidas pelas músicas sejam inadequadas à comunicação pública. Terminada a apresentação, o conselheiro **VENÍCIO ARTHUR DE LIMA** discordou de alguns itens do relatório, por exemplo, a questão do oficialismo ou oficialista, designação semântica usada em vários momentos do relatório, conforme o conselheiro, que, às vezes, não se tratava de oficialismo, mas de um benefício para a população. O conselheiro **VENÍCIO ARTHUR DE LIMA** disse que problemas técnicos e jornalísticos apontados são fatos e

constam do relatório, porém, advertiu, terá que ter um caminho para solucioná-los, pois o relatório poderia "morrer nele mesmo", para isso propôs que a Ouvidoria fizesse uma análise qualitativa dos problemas que são reincidência para avaliação de resultados. A conselheira **ANA FLECK** indagou sobre dois aspectos: 1 - Relacionamento da Ouvidoria com os órgãos, se as respostas dos setores afetados têm sido suficientes para que a Ouvidoria possa prestar esclarecimentos aos ouvintes e ao Conselho Curador, e 2 - Programas da Ouvidoria, onde estão e qual a perspectiva nesse sentido. O representante do Ministério da Cultura, **POLA RIBEIRO,** observou que contextualizar os fatos é necessário, e que as correções apontadas têm que ser corrigidas, como as de cenário por exemplo. O conselheiro **ENDERSON ARAÚJO** cumprimentou a TV Brasil e a TVE pela transmissão do carnaval. E também ao portal da TVE a transmissão colaborativa, na qual as pessoas poderiam mandar fotos, vídeos, via WhatsApp. Destacou que os problemas técnicos prejudicam muito e um exemplo disso foi que no auge do carnaval a transmissão caiu, causando mal-estar nos ouvintes. O conselheiro **ENDERSON ARAÚJO** ponderou que foram destinados mais tempo aos artistas que desfilaram nos blocos de carnaval que para os blocos afros. A conselheira **AKEMI NITAHARA** pontuou que a questão do oficialismo das matérias é um problema recorrente, pois essa questão advém de agendas oficiais, falta discussão sobre o que cobriu e para que cobrir. Ela advertiu também com relação à Agência Lusa que deveria restringir o uso de material jornalístico da Lusa com a marca da EBC em mídia do exterior. A conselheira **AKEMI NITAHARA** alertou que emissoras parceiras da rede anunciam programas que não são veiculados e que isso frustra o telespectador. O conselheiro **MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** reiterou que é preciso mostrar que jornalismo não é partido político e que é necessário defender a legalidade que, segundo ele, está ameaçada. A conselheira **ANA MARIA VELOSO** corroborando com a fala da conselheira Akemi sobre a Agência Lusa que veicula matérias sem contextualização direcionada ao Brasil. A ouvidora **JOSETI MARQUES** explicou, respondendo aos questionamentos dos conselheiros, que solicitou explicações sobre os problemas técnicos do Rio de Janeiro, mas que ainda não obtivera resposta. Respondendo à conselheira **ANA FLECK** com relação ao retorno das áreas afetadas pelas reclamações, a ouvidora **JOSETI MARQUES** disse que há um diálogo melhor agora, mas que "solução nós não sabemos se é dada alguma". Ela observou que não é papel da Ouvidoria ficar cobrando das áreas, e que a "Ouvidoria vai até a um ponto", salientando que a consequência do trabalho da Ouvidoria é levar ao Conselho Curador que tem

autoridade para isso e possa eventualmente encaminhar respostas melhores. Com relação à Agência Lusa, segundo a ouvidora, é recorrente. Respondendo à conselheira **AKEMI NITAHARA** sobre as pautas, observou que a pauta normalmente se tem um chefe de reportagem que orienta a produção da pauta. Isso faz com que seja mais criativo. Quanto à questão do oficialismo, a ouvidora destacou que a abordagem dos temas privilegiando a agenda faz com que os temas pareçam assessorias de imprensa de governos, e isso desmerece a EBC junto ao público. Segundo a ouvidora, o governo é quem mais produz mudança na realidade do cidadão, portanto, ele é pauta permanente, mas se a pauta for o governo, perde-se a notícia e a credibilidade, e o caminho, disse ela, seria aprender a fazer a distinção disso, tendo mais criatividade e ousadia para fazer as coisas com outra abordagem que não seja o cumprimento de agenda. Com relação aos programas, intervenção feita pela conselheira **ANA FLECK,** a ouvidora salientou que ainda não conseguiu equipe de trabalho. Diante da resposta da ouvidora, a conselheira **ANA FLECK** indagou à presidenta do conselho qual seria a providência do Conselho Curador no que tange ao não retorno das áreas afetadas e à questão dos programas, pois ambos estão na lei de criação da EBC. A presidenta **RITA FREIRE** lembrou que o grupo de trabalho e de monitoramento do plano pediu o levantamento e atendimento das pendências e que iria verificar no plano se o retorno estaria a contento, caso contrário, o Conselho Curador poderia fazer uma recomendação, uma resolução no sentido do que fosse necessário. Para esclarecer melhor esse ponto de discussão, a superintendente executiva de agências e conteúdo digital, **DENIZE BACOCCINA,** pontuou que a coluna da Ouvidoria na Agência Brasil, no site, tem espaço reservado, espaço esse alimentado pela Ouvidoria. Segundo ela, a pauta é uma construção coletiva em qualquer veículo de comunicação e que os jornalistas são os que têm as melhores fontes do que aqueles que estão na redação, por isso que há um estímulo permanente aos jornalistas a contribuírem cada vez mais para melhorar a pauta. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** salientou que com relação à cobrança dos apontamentos da Ouvidoria, concordava que teriam de ver como organizar isso, até coletivamente, e que todas as áreas têm orientação nesse sentido. Ele propôs para acompanhamento que se fizesse uma tabela onde constariam as recomendações anteriores, como e quem teria resolvido. A presidenta **RITA FREIRE** ponderou que a sugestão dada pelo diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** ficaria como encaminhamento e que ficaria a cargo do grupo de monitoramento do plano de trabalho. O conselheiro **VENÍCIO ARTHUR DE LIMA** indagou sobre o calendário de reuniões da Comissão de Acompanhamento

do Plano de Trabalho com a empresa e que seria bom que ele já estivesse estabelecido, independentemente de mudanças nos cargos. A presidenta **RITA FREIRE** informou que o calendário estava em construção, mas que já havia um compromisso de uma reunião mensal com a empresa e que seria muito importante que o grupo de trabalho estivesse presente. A vice-presidenta, **EVELIN MACIEL,** argumentou que para fechar o calendário estava aguardando as seguintes providências: 1 - relatório trimestral de acompanhamento da empresa; 2 – Revisão das recomendações e resoluções de 2015 para escolha dos pontos que deverão ser acompanhados; e 3 – Câmaras temáticas apontem as questões-chave para acompanhamento. Em seguida, deu-se início ao item 4 da pauta com a conselheira **ROSANE BERTOTTI** discorrendo sobre o edital de consulta pública para escolha dos novos membros do Conselho Curador. Primeiramente, a conselheira contextualizou os primeiros debates havidos, pontuando que o conselho passou por três renovações e que estas apontaram elementos importantes, mas também dificuldades, uma delas é a indicação dos representantes da sociedade civil que se diz autônoma para indicar sua representação, sem interferência do conselho. Para esse fim, foi realizada uma audiência pública em São Paulo, na qual detectaram as seguintes divergências: 1 – A sociedade civil diz que não cabe ao Conselho Curador mudar o formato do edital. 2 – Os critérios devem ser definidos anteriormente e não *a posteriori* do processo da consulta pública. 3 – Não interferência da sociedade civil nas indicações do governo e nem do parlamento, como não cabe ao governo e ao parlamento interferirem nas indicações da sociedade civil. 4 – Garantia da diversidade, paridade e pluralidade da sociedade. Quanto à questão da paridade, a conselheira **ROSANE BERTOTTI** teceu as seguintes considerações: 1 – Como a sociedade civil é composta de 15 membros, manter a paridade com a vaga ímpar recaindo sobre o gênero feminino. 2 – Ficou mantida a questão de 40% de raça. 3 – Garantia do critério de regionalização, não sobrevalorizando uma região em detrimento de outra numericamente. 4 – Contemplar vagas para jovem com até 29 anos. Dado esse contexto, a conselheira **ROSANE BERTOTTI** propôs que o edital fosse feito privilegiando o seguinte perfil: A – Uma pessoa ligada à infância e à adolescência; B – Uma pessoa ligada à área de cultura e universo artístico; C – Uma pessoa ligada à causa LGBT; D – Uma pessoa ligada à questão empresarial, indústria. E – Uma pessoa ligada à questão ambiental. Quanto ao critério de escolha do edital, foram colocadas duas alternativas: com colégio eleitoral e sem o colégio eleitoral, as pessoas se candidatando automaticamente. Na falta de consenso nas discussões, a conselheira **ROSANE BERTOTTI** propôs que conselho

só aprovaria os critérios e os perfis e que, paralelamente, o grupo de trabalho redigiria a proposta do colégio eleitoral passo a passo, bem como a proposta sem o colégio eleitoral. Os conselheiros optam e desse resultado far-se-ia o edital. Segundo a conselheira, desse modo daria para garantir o diálogo com a sociedade civil com o que foi construído na audiência pública. Terminada a explanação, o representante do Ministério da Cultura, **POLA RIBEIRO,** solicitou corrigir o termo "cotas raciais" para "paridade racial". A presidenta **RITA FREIRE** questionou que seriam quatro e não três representantes de raça e etnia, pois poderiam ser também os indígenas. Em resposta à presidenta **RITA FREIRE,** a conselheira **ANA MARIA VELOSO** explicou que como são quinze membros da sociedade civil e que dos quinze, quatro estão nos critérios de raça e etnia, se na consulta pública for colocado mais três, a sociedade civil ficaria com sete dos quinze, nesse caso, o correto seria mesmo três. Não tendo mais interferência, a explanação foi aprovada, tendo a presidenta **RITA FREIRE** ponderado sobre a necessidade de aprovar o edital na próxima reunião do Conselho Curador. Nesse momento a sessão foi interrompida para a homenagem ao secretário-executivo do conselho, **GUILHERME STROZI,** que estava deixando o cargo para fazer treinamento no exterior na sua área de competência. A homenagem foi conduzida pela conselheira **ANA FLECK** que destacou as qualidades pessoal e profissional do homenageado. A conselheira **ANA MARIA VELOSO** também fez uso da palavra agradecendo ao **GUILHERME STROZI** em nome do conselho e dos empregados da EBC, e deu as boas-vindas à nova secretária executiva do conselho, **JULIANA CÉZAR NUNES.** Neste momento a Reunião Extraordinária foi interrompida para o café. Retornando, a presidenta **RITA FREIRE** anunciou, com a concordância do pleno, que a próxima reunião do Conselho Curador seria no dia 19, às 14 horas, tendo a reunião preparatória na manhã do dia 19. Em seguida, a vice-presidenta, **EVELIN MACIEL,** deu início aos informes das Câmaras Temáticas. Segundo a vice-presidenta, aproveitando a reunião do pleno no dia 19, agendaria para o dia 18 de abril a reunião com a direção de jornalismo da EBC, às 14 horas, segundo ela, prioritária para debater a questão da linha editorial. A vice-presidenta, **EVELIN MACIEL,** relatou que participou de uma reunião sobre monitoramento do PPA, organizada pela Secretaria de Participação Social do Palácio do Planalto. Segundo a vice-presidenta, foi detectado que no PPA não existia a agenda de comunicação especificamente, e, nesse sentido, estava marcada uma reunião nos próximos dias para "fechar as indicações do que nós gostaríamos que fosse monitorado no PPA", juntando comunicação, radiodifusão e

banda larga e outras questões relativas à internet. A vice-presidenta, **EVELIN MACIEL,** reiterou ao pleno atenção às respostas dadas pela Diretoria da EBC às resoluções do conselho, que estavam nas pastas "pois muitas questões que vamos acompanhar durante 2016 estão nesses textos, então precisamos rever e saber se foram respondidos a contento ou vamos dar continuidade a esses temas". Sobre a agenda do primeiro semestre, ela destacou os seguintes pontos, já agendados ou a serem agendados: 1 - Marcar reunião sobre o papel do Conselho Curador, provocada pelo conselheiro **VENÍCIO ARTHUR DE LIMA.** A reunião seria feita em duas etapas, a primeira com os conselheiros que estão saindo e outra com os conselheiros que estão entrando que serviria de orientação aos novos conselheiros, incluindo aí, segundo ela, o papel da Ouvidoria para esclarecimentos de muitas dúvidas surgidas sobre espaço de atuação. 2 – Reunião com a diretoria de Jornalismo para o mês de abril. 3 – A Secretaria Executiva fará apresentação para o Conselho Curador sobre orçamento, comunicação pública e EBC Serviços, e sobre a contribuição para o fomento da radiodifusão pública. 4 – Oficina junto com a Secretaria Executiva sobre a empresa, plano de trabalho e outras questões de andamento do conselho. O conselheiro **JOEL ZITO ARAÚJO** advertiu que faltou um artigo na parte de competência do conselho. A vice-presidenta, **EVELIN MACIEL**, respondeu que na próxima reunião já estaria atualizado. 5 – Necessidade de diálogo permanente entre Conselho Curador e o Conselho de Administração. "A ideia é que o Conselho Curador seja convidado para estar presente nas reuniões do Conselho Administrativo, permanentemente". 6 – Proposta de agendamento de retomada do roteiro de debates, e como primeiro debate o papel da comunicação pública neste momento da crise. 7 – Sugestão de que o Conselho Curador esteja presente na próxima reunião da Rede Pública da EBC, em função inclusive do tema da próxima Revista EBC sobre eleições. 8 – Formação de grupo de trabalho para discutir comunicação compartilhada, colaborativa. Segundo a vice-presidenta, **EVELIN MACIEL**, essa pretensão está em aberto. A vice-presidenta, **EVELIN MACIEL,** destacou que são quatro os grupos de trabalho que estão atuando: rádio, equidade, edital e plano de trabalho, e que cada grupo produzirá relatório direcionados às três Câmaras Temáticas, separadamente. Indagando sobre o nome do relator do grupo de trabalho de rádio, o conselheiro **TAKASHI TOME** esclareceu que ainda não tinha, pois havia solicitado um relatório para a área de rádio, só depois disso marcaria uma reunião para escolha do relator. O conselheiro **TAKASHI TOME** salientou a necessidade de integrantes para a questão religiosa. A presidenta, **RITA FREIRE,** sugeriu que esse

assunto fosse mais bem discutido nas reuniões preparatórias das Câmaras Temáticas para amadurecimento da questão junto ao conselho. Em relação ao tema da próxima Revista da EBC, o conselheiro **MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** sugeriu o papel da mídia pública neste momento de crise. A vice-presidenta **EVELIN MACIEL** aquiesceu à propositura anterior, acrescentando que aguardaria sugestões de pauta para a revista. Sobre o calendário, a vice-presidenta **EVELIN MACIEL** lembrou que ainda teria que ter espaço para inserir o encontro dos grupos de trabalho e que iria preparar um calendário para submetê-lo á Secretaria Executiva e à presidência do conselho e, posteriormente, seria enviado aos conselheiros. A presidenta **RITA FREIRE** lembrou à conselheira **ROSANE BERTOTTI** sobre definição do prazo para o grupo de trabalho apresentar a proposta dos dois mecanismos do edital de consulta pública para escolha dos novos membros do conselho. A interpelada disse que a conselheira **ANA MARIA VELOSO** iria redigir o texto e que esperava apresentar o primeiro documento até 28 de março, este seria enviado aos conselheiros para manifestação num prazo de uma semana, colhidas as manifestações, o edital seria preparado e encaminhado com dois ou três dias de antecedência à reunião do dia 18 de abril. Finalizado esse item da pauta, passou-se aos informes do Conselho Curador. A conselheira **ROSANE BERTOTTI** comunicou a realização da plenária, nos dias 21, 22 e 23 de abril, do Fórum Nacional pela Democratização, em São Paulo, no Espaço Anhanguera, formalizando o convite a todos para participar do evento. A conselheira **LETÍCIA LUIZA UAWANAWÁ** justificou sua ausência na parte da manhã em razão da reunião com a relatora da ONU com lideranças indígenas do Brasil. Na ocasião, relatou a conselheira que, como membro do Conselho Curador, entregou à relatora da ONU vários documentos, a pedido das lideranças indígenas, entre eles documento que registra o aumento de assassinatos de lideranças indígenas no Brasil e a grave situação por que passa a Funai, documento sobre demarcação de terras indígenas e sobre a questão da perda dos direitos dos povos indígenas, inclusive denúncia sobre a existência, em Mato Grosso, de vinte e duas crianças guarani kaiowá para adoção, que estariam sob a tutela do Conselho Tutelar local, por falta de condições adequadas dos pais. Finalizando, informou que, dentro das festividades comemorativas do Dia do Índio, 19 de abril, que a partir de 1º de abril até 19 de abril, iria ser realizadas mobilizações nas aldeias e nos estados e que em 25 e 26 de abril seria realizada a Mobilização Nacional, em Brasília, com a presença de 3 mil indígenas para o momento cultural. Em resposta à conselheira **LETÍCIA LUIZA UAWANAWÁ,** a presidenta **RITA FREIRE** sugeriu que o conjunto de pautas poderia

ser matéria para o jornalismo da EBC e que o conselho apoiaria para que fosse feito o encaminhamento com uma demanda de cobertura para os temas relatados. A conselheira **AKEMI NITAHARA** indagou sobre o andamento da negociação sobre a questão do futebol paulista, série A2 e A3, que continuava sendo transmitindo sem contrato. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** explicou que as negociações estavam a cargo do vice-presidenta, Mário Maurici de Lima Morais, mas que as negociações continuavam e que as transmissões que estavam fazendo seriam transmissões sem ônus, não havia cobrança de direito de imagem. A presidenta **RITA FREIRE** fez menção à resolução aprovada pelo Conselho Curador e encaminhada à direção da empresa sobre programas que não constavam nos projetos do plano de trabalho, que eles não fossem exibidos sem consulta ao Conselho Curador, mas que também não engessassem a programação da EBC. Nesse sentido, nas situações emergenciais, o programa fosse exibido, mas que na sequência fosse feita essa consulta ao Conselho Curador, pois este deve se posicionar com relação ao cumprimento das diretrizes. A presidenta **RITA FREIRE** acrescentou que foi solicitado à empresa, e o conselho continuava aguardando resposta, de um plano com relação à transmissão de jogos, com os critérios que dizem respeito à diversidade regional, para evitar desequilíbrios nos investimentos e no foco que a empresa vai ter no momento de seleção dos jogos. O conselheiro **ENDERSON ARAÚJO** fez duas observações: o programa Palavras Cruzadas, exibido às quartas-feiras, deveria ser ao vivo, pois coincide com a pauta do Congresso Nacional. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** respondeu que o programa foi pensando na quarta-feira justamente para coincidir com o Congresso Nacional, para ser ao vivo, excepcionalmente no dia da estreia houve imprevistos e foi gravado. O conselheiro **ENDERSON ARAÚJO** sugeriu ainda para o programa Palavras Cruzadas que chamassem pessoas jovens para falar de políticas, e não só as pessoas mais velhas, para troca de ideias. O conselheiro **ENDERSON ARAÚJO** reiterou as diretrizes sobre a programação juvenil da EBC. A vice-presidenta **EVELIN MACIEL** disse que o assunto será "o meu trabalho de casa" e que "Todas serão sanadas no primeiro semestre". A conselheira **ANA FLECK** cumprimentou a direção da empresa por ter colocado o programa Palavras Cruzadas no ar, mas considerou que o formato não seria de debates, mas de uma entrevista, sugerindo dois entrevistados, antagônicos. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** ponderou que isso seria possível, até variar o formato, ou mesmo fazer edições especiais, sempre às quartas-feiras, até mesmo ampliar a cobertura. A presidenta **RITA FREIRE** lembrou que o mês de abril seria um mês de

vários encontros de comunicação, citando o Seminário Nacional da Rede Mulher e Mídia e a Assembleia Nacional da AMARC BRASIL, que realizarão atividades e discutindo o próprio rumo e o do País. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** mencionou que, além do Palavras Cruzadas, o programa Estação Plural também foi um avanço e que estava tendo muita repercussão. A conselheira **ANA FLECK** indagou se seria possível conseguir recursos para editar a cartilha de participação social. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** disse que iria tentar viabilizar o recurso. A conselheira **AKEMI NITAHARA** solicitou dois esclarecimentos: 1 – Como iria funcionar o projeto lançado nas redes sociais de participação colaborativa, se seria mais um canal de participação da sociedade da EBC. 2 – Sobre o programa da Adriana Calcanhoto, Partimpim, que estava previsto e não foi ao ar. O diretor-presidente, **AMÉRICO MARTINS,** respondeu que a diretora de produção, Myriam Porto, é quem estava acompanhando o projeto do programa Partimpim e logo que ela retornasse das férias, ela daria as informações necessárias. E quanto à cartilha corporativa, o assunto estaria a cargo do senhor Bráulio que também iria repassar as informações solicitadas. Nada mais havendo a tratar, a presidenta **RITA FREIRE** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Reunião Extraordinária de março do Conselho Curador. Para constar, eu, Juliana Cézar Nunes secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes à reunião.

RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA
Presidenta

EVELIN MACIEL
Vice-presidenta

JULIANA AGATTE
Representante da SECOM

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF
Representante do Ministério da Educação

GRAZIELA DA SILVA CRUZ
Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

POLA RIBEIRO
Representante do Ministério da Cultura

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira

LETÍCIA LUIZA YAWANAWÁ
Conselheira

ISAIAS DIAS
Conselheiro

ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS
Conselheiro

JOEL ZITO ARAÚJO
Conselheiro

VENÍCIO ARTHUR DE LIMA
Conselheiro

TAKASHI TOME
Conselheiro

AKEMI NITAHARA
Conselheira

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Conselheira

JOSETI MARQUES
Ouvidora-Geral da EBC

JULIANA CÉZAR NUNES
Secretária Executiva do Conselho Curador

PUBLIQUE-SE

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nota do Conselho de Comunicação Social

Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional congratula-se com todos os profissionais da mídia pelo Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, cuja data é comemorada nesse 3 de maio.

O Dia, idealizado pela Unesco, tem por objetivo propor uma reflexão a respeito dos desafios da imprensa na atualidade, como expressão maior da promoção da democracia e da liberdade.

Em virtude dessa comemoração, o Conselho realizou importante debate com a representação da Unesco no Brasil sobre liberdade de imprensa, visando chamar a atenção da sociedade sobre a relevância do tema.

Ao mesmo tempo em que o Conselho de Comunicação Social registra a importância da referida data, repudia qualquer tentativa de cerceamento da atividade da imprensa e condena as agressões sofridas ultimamente pelos profissionais da mídia e pelas empresas de comunicação, pugnando sempre pelo respeito às normas constitucionais que garantem o mais amplo direito à informação conferido à sociedade.

Brasília, sala das Comissões, em 02 de maio de 2016

Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social

Assunto: Retransmissoras da Amazônia Legal

Comissão de Relatoria:

José Catarino do Nascimento

José Francisco de Araújo Lima

Liliana Nakonechnyj

Introdução

Em visita ao CCS para participar de sua 1ª Reunião Extraordinária, no dia 15 de fevereiro, o Senador Wellington Fagundes comentou sua preocupação com as retransmissoras da Amazônia Legal que, apesar de exercerem um importante papel na integração nacional, operam sem um diploma legal que lhes dê segurança de continuidade.

Geradoras e Retransmissoras de Televisão

Cada geradora de televisão transmite seus sinais para a cidade objeto da concessão través de um sistema constituído por um equipamento transmissor e uma antena, colocados num ponto alto da cidade. Esse sistema funciona à similaridade de uma fonte de água – quanto maior a potência e mais alto estiver, faz chegar mais longe os sinais de TV (mais forte o esguicho de a água). Se houver barreiras à propagação dos sinais, como elevações (montanhas, edificações, por exemplo), os sinais não as ultrapassarão, formando as chamadas "zonas de sombra", atrás dos obstáculos. Também não chegarão além de determinada distância. O serviço de Retransmissão de Televisão foi criado para " estender" a cobertura de uma geradora de TV a locais não diretamente atingidos pelos sinais por ela transmitidos, ou onde esses sinais já chegam com má qualidade. Antes do advento do satélite, no Brasil, em 1982, o transporte desses sinais era feito de uma torre até a torre seguinte, e a implantação das retransmissoras se dava a partir da cidade da geradora, para as cidades próximas, e ia atingindo cidades cada vez mais distantes. Com o advento do satélite, passou a ser possível instalar retransmissoras bem longe da geradora – por exemplo, a Rede Vida, que só tem 1 geradora, em São José do Rio Preto, tem retransmissoras em todo o Brasil.

De forma geral, o conteúdo transmitido é sempre responsabilidade da geradora de TV. Seus donos e diretores são os responsáveis pelo cumprimento de toda legislação vigente. Podem ser responsabilizados, até criminalmente, pelo não cumprimento das leis. Quanto às retransmissoras, a princípio só cabe fiscalização quanto à correção de sua operação técnica.

Correspondentemente, o processo de concessão de geradoras é longo e complexo, enquanto o de autorização para a instalação e operação de retransmissoras é bem mais simples.

Geradoras empregam quadros de pessoal de tamanhos muito variados - de dezenas a milhares de funcionários, dependendo da quantidade de produção própria e de seu nível de automação. Já a maior parte das retransmissoras é não-operada.

As retransmissoras podem ser comerciais (retransmitem conteúdo de geradoras comerciais), educativas (de geradoras educativas) ou institucionais (retransmitem o conteúdo de geradoras diretamente operadas pela União- Executivo, Legislativo ou Judiciário).

Hoje há, em nosso país, cerca de 600 geradoras de TV, distribuídas majoritariamente nas metrópoles e cidades maiores, enquanto existem mais de 15 mil retransmissoras. Apesar do crescimento do Brasil e da transformação de distritos em cidades importantes ao longo das últimas duas décadas, tem sido escasso o número de novas concessões de geradoras de televisão.

Retransmissoras da Amazônia Legal

Para contornar o isolamento das localidades de área menos povoada, de longas distâncias e de difícil desenvolvimento de negócios - a Amazônia Legal - foi aberta uma exceção, através da Portaria nº 93 de 1989, do Ministério das Comunicações, para que as retransmissoras lá existentes pudessem inserir conteúdos de interesse local para que conferissem senso de "pertencimento" das comunidades. Essas retransmissoras têm a prerrogativa de inserir conteúdos locais, de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas– limitado a 15% do tempo total de operação da geradora cujos sinais retransmitem, já incluída a publicidade.

De fato, funcionam à similaridade de pequenas geradoras. No total, existem 1737 retransmissoras na Amazônia Legal sendo que várias já operam há muitos anos, ao longo dos quais têm se dedicado e realizado investimentos para servir a suas comunidades. Entretanto, sua autorização para operar tem caráter precário, podendo ser cancelada a qualquer momento pelo Poder Público.

Reconhecendo o importante papel social das retransmissoras da Amazônia Legal e preocupando-se com o[LN1] caráter de precariedade de suas autorizações de funcionamento, o senador Wellington trouxe o assunto a este CCS para que lhe ajudemos a pensar em alternativas que venham garantir sua continuidade.

Uma restrição técnica

Geradoras e retransmissoras ocupam canais de 6MHz no espectro eletromagnético. No mundo analógico, não há diferença entre a ocupação do espectro por geradoras ou retransmissoras. Para possibilitar a licitação da faixa de 700MHz para que nela as empresas de telecomunicações operem banda larga móvel, foi feito um replanejamento de canalização destinada à Radiodifusão tendo sido retirados 18 canais. (Os canais 52 a 69 foram destinados à banda Larga Móvel).

Em virtude disso, para acomodar as estações geradoras e retransmissoras de televisão já existentes, lançou-se mão de um recurso conhecido como Redes de Frequência Única (SFN) que nada mais é do que a operação, num mesmo canal, de um conjunto de estações localizadas numa determinada área geográfica. A condição para que o sistema se mantenha operacional é que o conteúdo transmitido ou retransmitido por cada umas das estações precisa ser exatamente igual. Ou seja, não há qualquer possibilidade de que uma das retransmissoras que opera em SFN passe a inserir conteúdo local diferente das demais, ou que se transforme em geradora. As Redes de Frequência única têm sido amplamente utilizadas nas regiões Sul e Sudeste e em torno das áreas metropolitanas das capitais do Nordeste e Centro Oeste do país que são as mais congestionadas em função do grande número de estações em operação.

No caso específico da Amazônia Legal, onde as distâncias entre cidades são bem maiores, não haverá necessidade, a princípio, de utilização de Redes de Frequência única.

Proposta de seminário

Na 4ª reunião ordinária do CCS, de 7 de março de 2016, foi formada esta comissão de relatoria para analisar o pedido do Senador Wellington. Entendendo que a visão do CCS precisa ser ampla, extrapolando o caso específico das retransmissoras da Amazônia Legal, mas que o assunto é complexo e que, além da comunicação social, envolve aspectos de naturezas distintas tais como regulatória, técnica e socioeconômica, nosso grupo propõe ouvirmos no CCS alguns representantes de órgãos do Governo Federal e de Setores envolvidos, para que se possa traçar um panorama para nossas discussões.

Nosso grupo de relatoria indica que sejam convidados a expor neste seminário:

- Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - para descrever os principais aspectos regulatórios e técnicos dos processos de concessão / autorização das geradoras, retransmissoras e retransmissoras da Amazônia Legal ;

- Representante da ABERT - para explicar aspectos econômicos, e de operação dos diversos tipos de estação;

- Senador Wellington Fagundes, para descrever a importância e dificuldades específicas das retransmissoras da Amazônia Legal

- Representante dos Trabalhadores, para falar sobre as questões relativas às diferenças entre quadros de funcionários

- Representante da SET – para explicar as restrições técnicas advindas da redução da banda de frequência atribuída à radiodifusão de sons e imagens.

- Representante da Anatel – para falar sobre aspectos de fiscalização e de gerenciamento do espectro dos diversos tipos de estação.

Na certeza de que o panorama que será traçado permitirá o melhor encaminhamento do assunto pelo Conselho de Comunicação Social,

Firmamo-nos,

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não havendo mais, agradeço a presença de todos. Conseguimos cumprir bem o nosso calendário e o horário de hoje.

Convoco a próxima reunião para dia e horário regimentais.

Agradeço a todos os presentes, a nossa assessoria e especialmente às Srªs e aos Srs. Conselheiros.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 1 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.*)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eduardo Braga. . . . . AM
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Hélio José. . . . . DF
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Kátia Abreu. . . . . TO
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PV / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Aníbal. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 13
PT-10 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Telmário Mota. . . . . PDT / RR

Bloco Moderador - 10
PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB
PTC-1

Armando Monteiro. . . . . PTB / PE
Cidinho Santos. . . . . PR / MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Pedro Chaves. . . . . PSC / MS
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT
Zeze Perrella. . . . . PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10
PP-6 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
José Medeiros. . . . . PSD / MT
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

PMDB	19
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco de Apoio ao Governo	13
Bloco Moderador	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	10
S/Partido	1
Vago	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (PMDB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
Kátia Abreu** (PMDB-TO)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 13	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10
Líder **Paulo Rocha - PT** (34,47,65,72) Vice-Líderes Acir Gurgacz (9,30) Lindbergh Farias (31,67,73) Telmário Mota (8,33,40,50,68) Gleisi Hoffmann (69,71,76) Regina Sousa (39) ..... **Líder do PT - 10** **Paulo Rocha** (34,47,65,72) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (31,67,73) Gleisi Hoffmann (69,71,76) Fátima Bezerra (35,70) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (9,30) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (8,33,40,50,68)	**Líder** **José Agripino - DEM** (37,60) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89) Davi Alcolumbre (88) Ataídes Oliveira (87) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (10,56) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (38,91) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,60) **Líder do PV - 1** **Alvaro Dias** (19,75)	**Líder** **Lídice da Mata - PSB** (15,25) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (61,79) Vanessa Grazziotin (21,23) ..... **Líder do PSB - 7** **Antonio Carlos Valadares** (61,79) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64) Roberto Rocha (43,63) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (74) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,23) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (27,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10	**Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10**	**PMDB - 19**
Líder **Omar Aziz - PSD** (16,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,17,42,51,55) Otto Alencar (58) ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (14,17,42,51,55) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (16,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (11)	**Líder** **Fernando Collor - PTC** (6,7,77,82) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,54,81) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (83) ..... **Líder do PTB - 3** **Elmano Férrer** (78,80) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (48,54,81) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (53) **Líder do PSC - 2** **Eduardo Amorim** (83) **Líder do PRB - 0** **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (6,7,77,82)	**Líder** **Eunício Oliveira - PMDB** Vice-Líderes Waldemir Moka (85) Rose de Freitas (86)
Governo **Líder** **Aloysio Nunes Ferreira - PSDB** (38,91) Vice-Líderes Hélio José (49,57) Gleisi Hoffmann (69,71,76) Wellington Fagundes (48,54,81) Telmário Mota (8,33,40,50,68)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

61. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
73. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
76. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
80. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
81. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
86. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
87. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
88. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (3)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015
Prazo final prorrogado: 10/06/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:
*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.
**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.
***. Em 10.05.2016, foi lido o Requerimento nº 332, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 30 dias.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 33034854
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. VAGO (5,13,16)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. VAGO (7,19)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (15)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (23,27)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. VAGO (14,21)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (18)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,22)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9,28)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (24,26)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (10,29)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

********. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
21. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
22. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
23. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
24. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 17.05.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. 24/2016-BLOMOD).
27. Em 02.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador José Serra (Of. 31/2016-GLPSDB).
28. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
29. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015
Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (6)

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (2)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (4)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (1)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) (1)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrela; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

******. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015
Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
VAGO (6,10)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (11,12,13)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2,14)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (9)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Ofício nº 73/2016-GLPMDB).
13. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz(Ofício nº 88/2016-GLPMDB).
14. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 30/04/2016
Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (12)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (13,14)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
*******. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033511/10
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015
Prazo final prorrogado: 12/06/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (9)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1. VAGO (6,10)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

********. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

*********. Em 27.04.2016, foi lido o Requerimento nº 314, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
VAGO (1,15)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (12)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (14)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (1)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (2)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:
1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (49)	4. VAGO (46)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (29)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (30)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (41)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (47)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo , deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,23,27)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (29)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB)
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (47)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (34)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (28)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO (18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,20,26)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO (5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. VAGO (22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (17)	4. VAGO (6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (24,26,27)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (16)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (19)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18,22,24)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (21)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15,25)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO (16)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (18)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (15)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (17)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (23)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (21)	2. Senador Magno Malta (PR-ES) (22)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (31)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (20)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (23)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (21)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (23)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
VAGO (12)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (10)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO (11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. VAGO (19)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (17)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (21)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (22)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (17)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO (8)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO (7)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (9,10)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB) (6)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10)	1. VAGO (4,5,15)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PTC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
15. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1,2,3,4)

VICE-PRESIDENTE: (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (5)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO (2,4)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
3. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (2)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (2)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (3)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)
1º VICE-PRESIDENTE: VAGO
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 03/05/2016
Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
Romero Jucá - RR (10)	2. Eunício Oliveira - CE (2)
Eduardo Braga - AM (2)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Paulo Paim - PT/RS (9,17)	1. Regina Sousa - PT/PI
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (5)	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (13)
VAGO (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (14)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (14)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PR, PSD, PROS	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS
Irajá Abreu - PSD/TO	5. VAGO
PP, PTB, PSC	
Simão Sessim - PP/RJ (7)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (7)
Arthur Lira - PP/AL (7)	2. Covatti Filho - PP/RS (7)
Nelson Meurer - PP/PR (7)	3. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (21)
Sérgio Moraes - PTB/RS (7)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (7)
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (20)	5. VAGO
PMDB, PEN	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL
PT	
Assis Carvalho - PI (4)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (4)
Beto Faro - PA (4)	2. Caetano - BA (4)
Reginaldo Lopes - MG (4)	3. Paulão - AL (4)
Waldenor Pereira - BA (4)	4. Valmir Assunção - BA (4)
PSDB	
Duarte Nogueira - SP (11)	1. João Gualberto - BA (18)
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (18)
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT
PRB, PTN, PTdoB, PSL	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
Ademir Camilo - PTN/MG (19)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (19)
PSB	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (6)
DEM	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (16)
PDT	
Dagoberto - MS (3)	1. André Figueiredo - CE (3,15)
SD	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
PCdoB	
Davidson Magalhães - BA	1. Rubens Pereira Júnior - MA
PPS (1)	

TITULARES	SUPLENTES
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (12)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
4. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
7. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
9. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
10. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
11. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
12. Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
13. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
17. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Marquezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015
Proxima Reunião: 08/06/2016 às 14:30

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
Dário Berger - PMDB/SC (21)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Regina Sousa - PT/PI (2,24,27)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Zeze Perrella - PTB/MG (22)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (22,23,25)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Arnaldo Jordy - PPS/PA (26)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
23. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
25. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
27. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador José Agripino (DEM/RN) (8,9)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
8. O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
9. O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
VAGO (24)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/CE (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015
Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)	Senador Walter Pinheiro
Deputado Bruno Araújo	Senador Blairo Maggi
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT (21)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. VAGO
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Remídio Monai - PR/RR (22)	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado (2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão (5)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



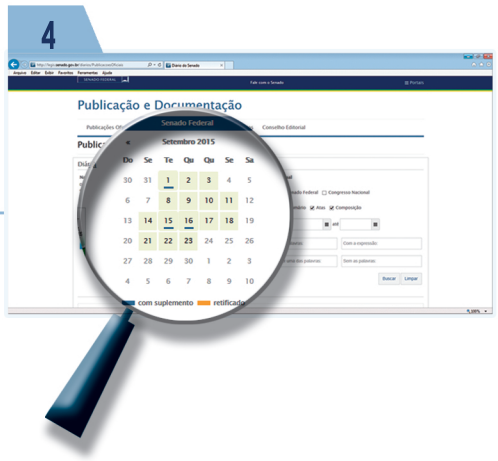
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211